



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO GOUVEIA JUNIOR

**RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÕES E TIPOLOGIAS DE COPRODUÇÃO DO BEM
PÚBLICO**

JOÃO PESSOA - PB 2021

ANTONIO GOUVEIA JUNIOR

**RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÕES E TIPOLOGIAS DE COPRODUÇÃO DO BEM
PÚBLICO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba — linha de pesquisa Organizações e Sociedade com ênfase em Estado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante

JOÃO PESSOA - PB 2021

ANTONIO GOUVEIA JUNIOR

RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÕES E TIPOLOGIAS DE COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutor em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Área de Concentração: Administração e Sociedade. Linha de Pesquisa: Estado e Trabalho.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante – Orientador _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN
Professor da Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Profª. Drª. Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB
Professora da Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Prof. Dr. Flavio Perazzo Barbosa Mota _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB
Professor da Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Prof. Dr. Thiago Ferreira Dias _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal _____
Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG
Pesquisador Associado da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ/MEC)

"As raízes do estudo são amargas, mas seus frutos são doces."

Aristóteles

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me dado condições de começar e terminar mais um desafio na minha vida.

Agradeço à minha filha, que mesmo sem saber, consegue me motivar a seguir em busca de objetivos ainda maiores. Aos meus pais, que sempre me incentivaram e me fizeram crescer na vida acadêmica e profissional. À minha irmã, pelo exemplo de dedicação e amor ao que faz, com tamanha entrega e busca pela perfeição do seu trabalho.

À namorada Cybelle, que embarcou junto nessa jornada desde o início, tendo uma contribuição marcante, seja como confidente nos momentos de angústia ou como excelente revisora textual.

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Eduardo Cavalcante que me guiou tão bem na realização deste trabalho, sem nunca ter se ausentado, sempre muito solícito às minhas indagações com uma paciência sem igual.

Aos professores do PPGA, que com esforço e dedicação transmitiram seus conhecimentos.

Aos colegas do doutorado, em especial os da turma 07, pelos incentivos, por todos os momentos dentro e fora de sala de aula, que colaboraram com muito apoio e carinho.

Aos colegas do Grupo de Estudo do Terceiro Setor (GETS), obrigado pela convivência e aprendizado e principalmente pela ajuda na construção e divulgação dos instrumentos de coleta de dados, em especial Joacil, Patrícia e Solange.

Ao IBGE e aos colegas de trabalho que me apoiaram, permitindo uma maior dedicação aos estudos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com esta tese, aos respondentes dos questionários, muito obrigado.

Por fim, estendo meus agradecimentos aos familiares e aos amigos que foram essenciais nesse caminho.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo geral propor um modelo de coprodução do bem público que relacione as motivações dos cidadãos e as tipologias de coprodução. Espera-se fornecer subsídios aos gestores na elaboração e implementação de políticas públicas a serem desenvolvidas em parceria com a sociedade. Busca-se responder a pergunta: qual a relação entre a motivação do indivíduo para coproduzir e o tipo de coprodução desejada? Pretende-se fornecer subsídios para que os gestores conheçam as motivações dos cidadãos para se envolverem em atividades coprodutivas e a forma de execução, de modo a ser algo interessante para ambas as partes. Assim, os objetivos específicos são: (I) aperfeiçoar a escala de motivações para coprodução de Bezerra (2020); (II) criar uma escala de tipologias de coprodução; e (III) criar um modelo de análise validado por meio da técnica estatística de modelagem de equações estruturais (MEE). O argumento de tese consiste na possibilidade de estímulo ao exercício da cidadania, por meio da coprodução. Os itens constituintes desta tese estão inter-relacionados e se referem a: cidadania, “sociedade civil” e coprodução. Com efeito, podem-se melhorar os níveis de cidadania com a promoção da coprodução, via organizações do terceiro setor ou pela atuação direta dos cidadãos. O primeiro objetivo específico foi alcançado por meio do aprimoramento da escala de motivações para coprodução proposta por Bezerra (2020). Foram revisados os procedimentos adotados naquela pesquisa, que propôs um modelo composto por doze itens divididos em quatro dimensões. Após a revisão, chegou-se a uma nova escala formada por onze itens com as mesmas dimensões. Na sequência, o segundo objetivo específico foi alcançado, por meio da criação e validação do instrumento de mensuração de tipologias de coprodução. Trata-se de uma escala inédita com grande potencial de contribuição para os estudos em coprodução, que predominantemente se vale de pesquisas qualitativas e estudos de caso. O terceiro objetivo específico foi alcançado por meio da testagem das hipóteses de pesquisa com o auxílio de técnicas estatísticas que ajudaram a compreender o quanto as variações das tipologias podem ser explicadas pelas variações das motivações. Assim, ao final desta pesquisa, chegou-se a conclusão de que os aspectos motivacionais funcionam como bons preditores para as tipologias de coprodução do bem público. Especificamente, as motivações de autoeficácia foram aquelas que apresentaram relações mais consistentes com os cinco tipos de coprodução propostos nesta pesquisa. Esta pesquisa também trouxe implicações teóricas ao preencher as lacunas apontadas por Brandsen e Honingh (2016), no que se refere à relação entre as motivações e características pessoais com a natureza das atividades. E também aquela citada por Chaebo e Medeiros (2017), que relaciona dois ou mais dos “conceitos” apresentados, dentre os quais motivações e tipologias (níveis e formas). Assim, esta pesquisa poderá ser útil em estudos futuros sobre coprodução do bem público.

Palavras-chave: Motivação; Tipologias; Coprodução do bem público; Escala; Modelo.

ABSTRACT

The general objective of this research is to propose a public good co-production model that relates citizens' motivations and co-production typologies. It is expected to provide subsidies to managers in the elaboration and implementation of public policies to be developed in partnership with society. We seek to answer the question: what is the relationship between the individual's motivation to co-produce and the type of co-production desired? It is intended to provide subsidies for managers to know the motivations of citizens to get involved in co-productive activities and the form of execution, in order to be something interesting for both parties. Thus, the specific objectives are: (I) to improve Bezerra's scale of motivations for co-production (2020); (II) create a scale of co-production typologies; and (III) create an analysis model validated through the statistical technique of structural equation modeling (SEM). The thesis argument consists of the possibility of stimulating the exercise of citizenship, through co-production. The constituent items of this thesis are interrelated and refer to: citizenship, "civil society" and co-production. Indeed, levels of citizenship can be improved by promoting co-production, via third-sector organizations or through direct action by citizens. The first specific objective was achieved by improving the scale of motivations for co-production proposed by Bezerra (2020). The procedures adopted in that research were reviewed, which proposed a model consisting of twelve items divided into four dimensions. After the review, a new scale consisting of eleven items with the same dimensions was arrived at. Subsequently, the second specific objective was achieved, through the creation and validation of the instrument for measuring co-production typologies. It is an unprecedented scale with great potential to contribute to co-production studies, which predominantly makes use of qualitative research and case studies. The third specific objective was achieved by testing the research hypotheses with the aid of statistical techniques that helped to understand how the variations in typologies can be explained by variations in motivations. Thus, at the end of this research, it was concluded that the motivational aspects work as good predictors for the co-production typologies of the public good. Specifically, self-efficacy motivations were those that showed more consistent relationships with the five types of co-production proposed in this research. This research also had theoretical implications by filling the gaps pointed out by Brandsen and Honingh (2016), regarding the relationship between motivations and personal characteristics and the nature of activities. And also the one cited by Chaebo and Medeiros (2017), which lists two or more of the "concepts" presented, including motivations and typologies (levels and forms). Thus, this research could be useful in future studies on the co-production of the public good.

Keywords: Motivation; Typologies; Co-production of the public good; Scale; Model.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo teórico e hipóteses de pesquisa.....	65
Figura 2 - Sub-hipóteses da pesquisa.....	66
Figura 3 - Desenho da pesquisa.....	72
Figura 4 - Passos para o desenvolvimento de escalas.....	73
Figura 5 - Etapas da Modelagem de Equações Estruturais.....	75
Figura 6 - Índices e estatísticas de avaliação do modelo.....	77
Figura 7 - Diagrama de caminhos da AFC.....	86
Figura 8 - Diagrama de caminhos da AFC - tipologias.....	105
Figura 9 - Sub-hipótese H1a – “autoeficácia” explica tipologia “preliminar”.....	114
Figura 10 - Sub-hipótese H1b – “autoeficácia” explica tipologia “inicial”.....	115
Figura 11 - Sub-hipótese H1c – “autoeficácia” explica tipologia “básica”.....	116
Figura 12 - Sub-hipótese H1d – “autoeficácia” explica tipologia “intermediária”.....	117
Figura 13 - Sub-hipótese H1e – “autoeficácia” explica tipologia “avançada”.....	118
Figura 14 - Relações da Hipótese 1 - “Autoeficácia” explica significativamente tipologia?.....	119
Figura 15 - Sub-hipótese H2a – “natureza do serviço” explica tipologia “preliminar”.....	122
Figura 16 - Sub-hipótese H2b – “natureza do serviço” explica tipologia “inicial”.....	123
Figura 17 - Sub-hipótese H2c – “natureza do serviço” explica tipologia “básica”.....	125
Figura 18 - Sub-hipótese H2d – “natureza do serviço” explica tipologia “intermediária”.....	126
Figura 19 - Sub-hipótese H2e – “natureza do serviço” explica tipologia “avançada”.....	127
Figura 20 - Relações da Hipótese 2 - “natureza do serviço” explica significativamente tipologia?.....	130
Figura 21 - Sub-hipótese H3a – “relevância percebida” explica tipologia “preliminar”... ..	131
Figura 22 - Sub-hipótese H3b – “relevância percebida” explica tipologia “inicial”.....	132
Figura 23 - Sub-hipótese H3c – “relevância percebida” explica tipologia “básica”.....	133
Figura 24 - Sub-hipótese H3d – “relevância percebida” explica tipologia “intermediária”.....	134
Figura 25 - Sub-hipótese H3e – “relevância percebida” explica tipologia “avançada”.....	135
Figura 26 - Relações da Hipótese 3 - “relevância percebida” explica significativamente tipologia?.....	138
Figura 27 - Sub-hipótese H4a – “sociabilidade” explica tipologia “preliminar”.....	140
Figura 28 - Sub-hipótese H4b – “sociabilidade” explica tipologia “inicial”.....	141
Figura 29 - Sub-hipótese H4c – “sociabilidade” explica tipologia “básica”.....	142
Figura 30 - Sub-hipótese H4d – “sociabilidade” explica tipologia “intermediária”.....	143
Figura 31 - Sub-hipótese H4e – “sociabilidade” explica tipologia “avançada”.....	144
Figura 32 - Relações da Hipótese 4 - “sociabilidade” explica significativamente tipologia?.....	147
Figura 33 - Relações entre motivações e tipologias de coprodução.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de coprodução do bem público.....	37
Quadro 2 - Matriz de síntese da motivações.....	41
Quadro 3 - Aspectos motivacionais identificados na literatura.....	47
Quadro 4 - Matriz de síntese de tipologias.....	49
Quadro 5 - Síntese das motivações para coprodução do bem público.....	58
Quadro 6 - Modelo de tipologia de coprodução do bem público.....	61
Quadro 7 - Escala para motivação da coprodução do bem público.....	78
Quadro 8 - Itens reescritos para coleta de dados.....	82
Quadro 9 - Escala ajustada para motivação da coprodução do bem público.....	82
Quadro 10 - Critérios para exclusão de itens.....	83
Quadro 11 - Sequência de exclusões de itens de motivação para coprodução.....	84
Quadro 12 - Índices de ajuste do modelo de motivações para coprodução do bem público.....	88
Quadro 13 - Gradação do instrumento para validação de face e conteúdo por especialistas.....	92
Quadro 14 - Casos excluídos para AFE.....	94
Quadro 15 - Critérios para exclusão de itens.....	96
Quadro 16 - Sequência de itens de excluídos após a primeira coleta de dados.....	96
Quadro 17 - Casos excluídos para AFC.....	101
Quadro 18 - Sequência de itens de excluídos após a segunda coleta de dados.....	102
Quadro 19 - Índices de ajuste do modelo de tipologias de coprodução do bem público...	107
Quadro 20 - Estudos pré-selecionados para inclusão ou exclusão.....	165
Quadro 21 - Estudos selecionados para categorização dos aspectos motivacionais.....	167
Quadro 22 - Aspectos motivacionais para a coprodução.....	168
Quadro 23 - Etapas da Revisão Integrativa da Literatura.....	169
Quadro 24 - Matriz de síntese.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de coprodução - possibilidades de produção e entrega de serviços decorrentes do relacionamento entre prestadores regulares e usuários.....	51
Tabela 2 - Modelo de coprodução de serviços públicos.....	52
Tabela 3 - Tipos de coprodução - natureza do serviço e grau de participação.....	54
Tabela 4 - Indicadores do instrumento de motivação para coprodução.....	64
Tabela 5 - AFC dimensão “autoeficácia”.....	79
Tabela 6 - Itens analisados conjuntamente na AFC - “autoeficácia”.....	80
Tabela 7 - AFC dimensão “relevância percebida”.....	81
Tabela 8 - Itens analisados conjuntamente na AFC – “relevância percebida”.....	81
Tabela 9 - Itens selecionados após limpeza da escala de motivação.....	84
Tabela 10 - Estatísticas das dimensões AEF, NATS, RELP e SOC para o instrumento de motivação para coprodução do bem público.....	86
Tabela 11 - Comparação entre a variância compartilhada e a variância extraída do modelo de mensuração dos construtos AEF, NATS, RELP e SOC.....	87
Tabela 12 - Indicadores de ajuste da MEE para motivações de coprodução.....	88
Tabela 13 - Instrumento final de motivação para coprodução.....	90
Tabela 14 - Instrumento de mensuração após validação de face e conteúdo.....	92
Tabela 15 - Itens selecionados após limpeza da escala – AFE.....	98
Tabela 16 - Instrumento de mensuração para segunda coleta de dados.....	99
Tabela 17 - Itens selecionados após limpeza da escala – AFC.....	104
Tabela 18 - Estatísticas das dimensões INT, INIC, AVA, BAS e PRE para o instrumento de tipologias de coprodução do bem público.....	106
Tabela 19 - Comparação entre a variância compartilhada e a variância extraída do modelo de mensuração dos construtos INT, INIC, AVA, BAS e PRE.....	107
Tabela 20 - Indicadores de ajuste da MEE para validação do questionário de tipologias....	108
Tabela 21 - Instrumento final de tipologias de coprodução.....	111
Tabela 22 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1a.....	114
Tabela 23 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1b.....	115
Tabela 24 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1c.....	116
Tabela 25 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1d.....	117
Tabela 26 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1e.....	118
Tabela 27 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2a.....	123
Tabela 28 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2b.....	124
Tabela 29 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2c.....	125
Tabela 30 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2d.....	126
Tabela 31 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2e.....	127
Tabela 32 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3a.....	132
Tabela 33 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3b.....	133
Tabela 34 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3c.....	134
Tabela 35 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3d.....	135
Tabela 36 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3e.....	136
Tabela 37 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4a.....	140

Tabela 38 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4b.....	141
Tabela 39 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4c.....	142
Tabela 40 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4d.....	143
Tabela 41 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4e.....	144

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1	Cidadania.....	19
2.2	Terceiro setor.....	25
2.3	Participação social e coprodução do bem público.....	28
2.4	Motivação para coprodução.....	40
2.5	Tipologias de coprodução.....	48
3	MODELO TEÓRICO PROPOSTO.....	58
3.1	Modelo conceitual de motivação para a coprodução do bem público.....	58
3.2	Modelo conceitual de tipologias de coprodução do bem público.....	60
3.3	Relações entre os modelos conceituais e proposição das hipóteses de pesquisa.....	63
4	METODOLOGIA.....	69
5	ANÁLISE DE DADOS.....	78
5.1	Aprimoramento da escala de motivação para coprodução do bem público.....	78
5.2	Escala de tipologias de coprodução do bem público.....	91
5.2.1	Análise Fatorial Exploratória (AFE).....	95
5.2.2	Análise Fatorial Confirmatória (AFC).....	101
5.3	Relações entre os aspectos motivacionais e as tipologias de coprodução.....	112
5.3.1	Hipótese 1: “Autoeficácia” explica significativamente tipologia?.....	113
5.3.2	Hipótese 2: “Natureza do serviço” explica significativamente tipologia?.....	122
5.3.3	Hipótese 3: “Relevância percebida” explica significativamente tipologia?.....	131
5.3.4	Hipótese 4: “Sociabilidade” explica significativamente tipologia?.....	139
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
	REFERÊNCIAS.....	154
	APÊNDICE A - Revisão Integrativa da Literatura Motivações para coprodução.....	168
	APÊNDICE B - Revisão Integrativa da Literatura tipologias de coprodução.....	173
	APÊNDICE C - Instrumento para Validação de Face e Conteúdo.....	177
	APÊNDICE D - Versões Originais e Finais dos Itens após Validação de Face e Conteúdo	179
	APÊNDICE E - Instrumento de Coleta de Dados – 1ª Amostragem.....	181
	APÊNDICE F - Instrumento de Coleta de Dados – 2ª Amostragem.....	185
	APÊNDICE G - Estatística Descritiva – 1ª Amostragem.....	190
	APÊNDICE H - Estatística Descritiva – 2ª Amostragem.....	196

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo geral propor um modelo de coprodução do bem público que relacione as motivações dos cidadãos e as tipologias de coprodução. Espera-se fornecer subsídios aos gestores na elaboração e implementação de políticas públicas a serem desenvolvidas em parceria com a sociedade.

A construção do modelo conceitual de motivação para coprodução iniciou-se em março/2018, quando do ingresso dos discentes, Antônio Gouveia Júnior, no curso de doutorado e Joacil Carlos Viana Bezerra, no curso de mestrado do Programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB, ambos orientados pelo professor Dr. Carlos Eduardo Cavalcante.

O referido professor é coordenador do Grupo de Estudos do Terceiro Setor– GETS, no qual os citados alunos foram imediatamente incluídos e começaram seus estudos na linha de pesquisa sobre o relacionamento das organizações da sociedade civil com os demais setores. De início, buscou-se compreender a ocorrência do fenômeno da coprodução do bem público. Todavia e, a despeito do aumento de interesse pelo assunto nas últimas décadas, percebeu-se a ausência de articulação entre os conceitos na literatura.

Assim, a decisão do GETS foi contribuir para o melhor entendimento teórico da coprodução em seus vários aspectos. Especificamente, conforme as lacunas existentes, optou-se pela proposição de um modelo para coprodução do bem público, relacionando dois construtos: a motivação do cidadão e as tipologias. Esse é o objetivo a ser alcançado na tese de doutorado.

A construção do raciocínio ora exposto ampara-se na ontologia realista e paradigma funcionalista. Esse é o paradigma predominante nos estudos em administração e considerado o mais apropriado para os fins desta pesquisa, haja vista a busca da generalização do conhecimento, por meio de um método que analisa estatisticamente as relações das variáveis investigadas. Busca-se controlar variáveis para atingir um resultado esperado. A pesquisa tem natureza quantitativa, cujos resultados serão analisados após testes estatísticos capazes de assegurar validade ao modelo final.

Feitas as devidas considerações sobre o aspecto científico da pesquisa e para sua melhor compreensão, faz-se necessário, inicialmente, abordar os temas que melhor explicam o fenômeno: formação do Estado e construção da cidadania no Brasil, surgimento e expansão das organizações da sociedade civil (OSC) e coprodução do bem público.

Primeiramente, deve-se analisar a conjuntura de formação do estado brasileiro, fator determinante para a construção das noções de cidadania e das relações entre Estado e sociedade civil. A criação do Brasil é fruto de colonização de exploração, enquanto boa parte dos países europeus e da América do Norte vivenciaram uma colonização de povoamento. Em consequência, têm-se diferentes formas de construção de cidadania, com forte contribuição do país colonizador. Assim, o tipo de colonização condiciona o futuro das sociedades (HEEREN, 1817; ROSCHER, 1856).

Por sua vez, a exploração colonial marcou a economia e a sociedade brasileira, sobretudo pelo uso da mão de obra escrava, pelos grandes latifúndios monocultores, pela produção voltada para o mercado externo e pela dependência em relação à metrópole com restrições à industrialização. De acordo com Fernandes (1994), a escravidão foi um dos pontos mais negativos da colonização. Moura (1988) acrescentou que a economia dependia da escravidão e as duas coisas não podem ser vistas de maneira dissociada. Dessa forma, as bases econômica e social influenciaram significativamente a construção da cidadania no Brasil.

Além desses aspectos, o distanciamento da justiça foi outro problema vivenciado no período colonial, tanto pela dificuldade de acesso às autoridades, quanto pela distância geográfica e alto custo das ações judiciais, o que gerava revolta e descrença no Estado.

Com isso, a população não participou de alguns momentos importantes da história do Brasil. É possível que, por conta do contexto histórico de dependência, injustiças sociais e falta de identidade nacional, a construção de cidadania do povo brasileiro tenha sido prejudicada pela oscilação na conquista dos direitos com avanços e retrocessos.

Destaque-se que as noções de cidadania abrangem direitos e deveres individuais para uma vida harmônica em sociedade. Tal conceito é polissêmico e dinâmico, sofrendo variações no tempo e no espaço. O modelo de Marshall (1967), elaborado na Inglaterra e, amplamente difundido pela sociedade ocidental, aborda os aspectos civis, políticos e sociais, nessa ordem cronológica de conquista. Esse modelo será referência para tratar de cidadania nesta pesquisa.

Adicionalmente, para Carvalho (2002) a cidadania no Brasil é inconclusa e não seguiu a sequência de conquista de direitos descrita por Marshall. Aquele autor defende que os direitos foram doados e não conquistados pelo povo, desmerecendo as conquistas populares de direitos e as lutas sociais, que contou com a participação de vários atores, dentre eles: entidades do terceiro setor, grupos sociais e o cidadão individualmente.

Nesse processo, a atuação do terceiro setor possibilita oportunidades de participação e envolvimento em âmbito local, de forma a desenvolver o bem estar, a cidadania e, se possível, chegar a reformas sociais e políticas mais profundas (CARBALLAL, 2009). Musick e Wilson (2008) apontaram que as OSC incentivam atitudes cívicas, eis que os serviços por elas prestados estimulam a participação cidadã e podem ser capazes de combater alguns dos tantos problemas enfrentados pela sociedade.

No Brasil, as OSC surgiram no período entre 1930 e 1964. Inicialmente, de pequeno porte e abrangência local, evoluíram para os “movimentos sociais”, de natureza instável, mutante e distante dos aparelhos do Estado. De modo similar, expandiram-se na América Latina, na época dos governos militares, principalmente, quando as atividades sindicais e liberdade de imprensa sofreram forte intervenção. Muitas delas se envolveram na luta ‘pela redemocratização do país, colaborando para elevar os níveis de participação social, que, de acordo com Avritzer (2010), ainda são baixos.

De acordo com Struecker e Hoffmann (2017), estudos evidenciam que o processo participativo pode ser usado como insumo para soluções que mitiguem os desafios associados à participação social. O Estado reconheceu a capacidade de inovação e habilidade das OSC para engajar comunidades em prol da produção do bem público, promover o envolvimento e elevar os níveis de participação, coprodução e cidadania (PESTOFF, 2012).

Este trabalho se vale da combinação das teorias dos bens públicos (WEISBROD, 1977) e da interdependência (SALAMON, 1995) para explicar o surgimento do terceiro setor no Brasil. A aproximação das teorias do terceiro setor com as teorias da gestão pública, aponta pontos de interseção entre elas e a relação de dependência existente em ambos os lados. Pelo lado da gestão pública, o paradigma da nova governança pública ou *New Public Governance* (NPG) é o que mais se alinha às teorias do terceiro setor e explica a atual relação entre Estado e OSC.

A boa relação entre Estado e OSC é fundamental para concretização das redes, parcerias e cooperações entre agentes estatais e cidadãos (MARTINS e MARINI, 2010). Em consequência, tem-se a coprodução, resultante da relação entre o terceiro setor e o Estado para produção conjunta de um bem público. A coprodução e a NPG ensejam novas formas de gestão, baseadas na maior articulação do Estado com a sociedade, trazendo oportunidades e desafios aos gestores.

A proposta é que os serviços não sejam mais, simplesmente, entregues por profissionais ou agentes públicos, e sim, coproduzidos por usuários, cidadãos e OSC

(BOVAIRD, 2007; VERSCHUERE, BRANDSEN & PESTOFF, 2012; AGE & SCHOMMER, 2017). No entanto, vale ressaltar que a estratégia da coprodução não se aplica a todos os tipos de serviços públicos, bem como não é a panaceia para os problemas sociais.

Enquanto estratégia de gestão, a coprodução é uma abordagem prática, que exige integração e mobilização do cidadão e/ou organizações. Ela pode contribuir significativamente para melhoria da eficiência da gestão pública, principalmente diante do cenário de crise fiscal vivido por alguns Estados, bem como da complexidade cada vez maior dos problemas sociais (PARKS *et al.*, 1981; OSTROM, 1996).

O envolvimento de cidadão na resolução dos problemas sociais se dá por diferentes motivos, dentre eles, o interesse próprio ou pessoal. Nesse sentido, a motivação para a coprodução é uma questão de aumentar o valor percebido por quem coproduz (ALFORD, 2002, 2014). E ainda, Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) apontaram que a motivação é uma questão importante na coprodução, pois permite conhecer as circunstâncias que levam o indivíduo a se dedicar aos serviços.

Entende-se que a motivação são os fatores ou circunstâncias que levam o indivíduo a se inserir em práticas de coprodução. Dessa forma, esta tese adotou o modelo de Bezerra (2020), que considera as seguintes dimensões para o construto “motivação para coprodução do bem público”: “autoeficácia”, “natureza do serviço”, “sociabilidade” e “relevância percebida”.

Outro aspecto abordado nesta pesquisa serão as tipologias de coprodução. Por tipologia, consideram-se as classificações, modelos e tipos de coprodução existentes na literatura. Sua escolha se deve a existência de diversas maneiras possíveis de relacionamento entre Estado e cidadãos. Assim, segundo Brandsen e Honingh (2016), estudar os tipos de coprodução colabora para uma melhor compreensão do processo de coprodução e de suas consequências.

Assim, têm-se os aspectos motivacionais e as tipologias de coprodução com potencial para fornecerem subsídios aos gestores na elaboração e implementação de políticas públicas a serem desenvolvidas em parceria com a sociedade civil. Nesse sentido, a discussão sobre coprodução pode ser relevante.

Em seguida, serão apresentadas as relevâncias empíricas e teóricas sobre o tema investigado. Inicialmente, expõem-se evidências práticas da ocorrência do fenômeno da coprodução. Após, mostram-se a importância e as lacunas sobre o tema.

Vê-se a relevância empírica da coprodução do bem público com a ocorrência do fenômeno. Uma evidência prática da coprodução ocorreu durante a pandemia da Covid-19. Um grupo de pessoas em Florianópolis-SC, seguindo o movimento global #Masks4All, lançou o desafio “máscara para todos”, com objetivo de conscientizar e ensinar ao público a criar máscaras para uso pessoal. Além disso, o movimento confeccionou unidades para doação e fez parcerias com OSC para distribuição a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, as pessoas coproduzem com o Estado na criação de uma barreira física para o controle de disseminação do vírus, além da prática do distanciamento social.

Em Belo Horizonte-MG, encorajou-se os cidadãos a denunciarem os estabelecimentos comerciais descumpridores do decreto municipal que suspendia, por tempo indeterminado, os alvarás de funcionamento dos estabelecimentos prestadores de serviços não essenciais. A medida visava evitar aglomerações para impedir a propagação do coronavírus na cidade. É mais uma forma que o cidadão tem de coproduzir com o Estado no que se refere à saúde pública.

Também ocorre coprodução na gestão da política pública de resíduos sólidos na cidade de Belém-PA, onde a OSC, denominada de Rede Social Nossa Belém, protagoniza um projeto de sustentabilidade urbana que envolve a gestão de resíduos sólidos. A partir disso, houve o acompanhamento de prestação de contas governamentais para análise dos indicadores de eficiência. Percebe-se a coprodução na gestão da política pública.

A segurança pública também apresenta muitos casos de coprodução. No Distrito Federal, os cidadãos e o Estado se entendem corresponsáveis pelos serviços públicos de segurança, com ênfase na prevenção da criminalidade. Observa-se que a sociedade contribui com a segurança pública por meio de ações preventivas e repressivas, sendo identificadas as formas de coprodução de informação, política, social, econômica, preventiva e repressiva.

Processos de coprodução também foram observados na implementação de política habitacional em Santa Catarina. O Programa Nova Casa do governo estatal atende famílias de baixa renda na área habitacional, para melhoria da qualidade de vida da população. A execução do programa contou com a participação dos cidadãos, desde o contato inicial com o órgão, como na execução das obras e na entrega das casas. A coprodução apresentou resultados abrangentes e substantivos.

A relevância teórica da coprodução se verifica no crescente número de pesquisas sobre o tema nas últimas décadas (VANLEENE, VERSCHUERE e VOETS, 2016). E ainda, segundo Ryan (2012), foi apontada como uma tendência na área de administração pública no

século XXI. Para Jakobsen e Andersen (2013), a coprodução ganhou esse recente destaque, pois os gestores e pesquisadores reconheceram a necessidade da participação ativa dos cidadãos na prestação de boa parte dos serviços. Por isso, Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) consideram importante a compreensão teórica da coprodução sob vários aspectos.

Por sua vez, Chaebo e Medeiros (2017) afirmaram a ausência da articulação de conceitos de coprodução na literatura. Apontaram relevantes lacunas em pesquisas do tema, propondo relacionar quaisquer dois (ou mais) conceitos por ele apresentados. Assim, vislumbrou-se a possibilidade de associar os “conceitos” de motivação e tipologias (níveis e formas).

Nos trabalhos de Alford (2002), Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) e Van Eijk e Steen (2014) as motivações para coprodução foram apontadas como uma lacuna no conhecimento. No cenário nacional, Bezerra (2020), construiu uma escala para medir os aspectos que motivam o brasileiro a coproduzir. Este trabalho usará o instrumento para medir o constructo da motivação para coprodução do bem público. Porém, o estudo deixou lacunas: testar a validade empírica da escala; explicar a exclusão de itens considerados importantes pela literatura; identificar as áreas de interesse dos cidadãos para prestação de serviços individualmente ou em grupo. Este trabalho tentará preenchê-las, esperando contribuir significativamente para área de coprodução, que carece de estudos quantitativos (BOVAIRD *et al*, 2012; VERSCHUERE, BRANDSEN e PESTOFF, 2012; VAN EIJK e STEEN, 2016) .

Somado a isso, Salm e Menegasso (2010) esclarecem que as tipologias detalham os graus de participação, ajudam a definir seu conceito e agrupam as possibilidades de sua realização. Para Brandsen e Honingh (2016), as pesquisas pretéritas sobre coprodução foram incapazes de sistematizar seus achados, destacando haver muitas oportunidades de pesquisas teóricas e empíricas sobre o tema. Assim, apontaram evidências de que as motivações e características pessoais poderiam ser relacionadas mais precisamente à natureza das atividades.

Dessa forma, é possível identificar os fatores que influenciam o envolvimento do cidadão e investigar os meios de incentivar as pessoas a contribuírem para o bem-estar da sociedade e aprimoramento de parcerias entre elas, as OSC e o Estado. Já a identificação dos tipos de coprodução colabora para melhor compreensão do seu processo e consequências. Assim, ao adotar um modelo de tipologia, possibilita-se a comparação de diferentes casos e experiências de coprodução, além de contribuir positivamente na avaliação, transparência e comunicação.

Diante dos argumentos apresentados sobre coprodução e do potencial a ser explorado, enquanto estratégia de gestão, pergunta-se: Qual a relação entre a motivação do indivíduo para coproduzir e o tipo de coprodução desejada? Busca-se fornecer subsídios para que os gestores conheçam as motivações dos cidadãos para se envolverem em atividades coprodutivas e a forma de execução, de modo a ser algo interessante para ambas as partes.

Assim, o objetivo geral do trabalho é modelar as tipologias, via fatores motivacionais de coprodução do bem público. Os objetivos específicos são: (I) aperfeiçoar a escala de motivações para coprodução de Bezerra (2020); (II) criar uma escala de tipologias de coprodução; e (III) criar um modelo de análise validado por meio da técnica estatística de modelagem de equações estruturais (MEE).

Com isso, espera-se que o modelo também seja capaz de ajudar os gestores a responder a pergunta acima. A expectativa é que cidadãos, gestores públicos e das OSC possam se beneficiar dessa pesquisa. Cada ator envolvido no processo tem a possibilidade de conhecer melhor as motivações do indivíduo, bem como as tipologias de coprodução destinadas a solucionar problemas sociais.

Logo, o argumento de tese consiste na possibilidade de estímulo ao exercício da cidadania, por meio da coprodução. Os itens constituintes desta tese estão inter-relacionados e se referem a: cidadania, “sociedade civil” e coprodução. Com efeito, podem-se melhorar os níveis de cidadania com a promoção da coprodução, via organizações do terceiro setor ou pela atuação direta dos cidadãos.

Espera-se que, para frente a problemas sociais cada vez mais complexos, os cidadãos adotem uma postura de maior envolvimento e engajamento com a coisa pública, tendo em vista que o Estado sozinho já não consegue atender a todas as demandas da sociedade. A atuação conjunta do Estado com os demais setores da sociedade, por meio da coprodução do bem público pode ser um caminho viável e eficiente no contexto brasileiro.

Todavia, diante da pluralidade epistemológica inerente à coprodução do bem público, vislumbra-se a criação de um modelo de mensuração a partir de múltiplos fatores, abarcando os aspectos motivacionais que fazem com que os indivíduos se envolvam em atividades de coprodução e as tipologias propostas conforme o grau de envolvimento dos cidadãos numa escala de gradação.

A seguir, a seção de revisão da literatura vai abordar temas relacionados com o objetivo de tese, como: formação do Estado brasileiro, construção da cidadania, OSC, participação cidadã, coprodução do bem público, motivações e tipologias da coprodução.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção foram abordados temas que se relacionam com o argumento de tese, bem como com o objetivo geral desta pesquisa. Dessa forma, realizou-se uma investigação sistemática e abrangente. Foram selecionados estudos relevantes das áreas pesquisadas, a partir de fontes acadêmicas que reproduzem teorias, conceitos, suas relações e lacunas. Buscou-se ainda reproduzir o estado da arte, tanto teórica, como empiricamente.

A construção desta seção decorre ainda de duas revisões integrativas da literatura. Uma delas sobre motivações para coprodução e a outra sobre tipologias de coprodução. Esse tipo de revisão da literatura tem por objetivo sintetizar e analisar a produção científica sobre o tema de interesse. Ela também possibilita a geração de novos conhecimentos e o desenvolvimento de teorias, a partir de estudos anteriores.

Seguindo o argumento de tese, Whitaker (1980) e Sharp (1980) acreditam que a coprodução do bem público envolve, entre outras coisas, ações de cidadania. Bier *et al* (2010) apresentaram um exemplo de coprodução com práticas substanciais de cidadania. Por isso, o Estado reconheceu a capacidade de inovação e habilidade das OSC para engajar comunidades em prol da produção do bem público, promover o envolvimento e elevar os níveis de participação, coprodução e cidadania (PESTOFF, 2012).

Nesse sentido foram abordados os seguintes temas: cidadania, terceiro setor, participação cidadã, coprodução, motivações e tipologias de coprodução. Iniciou-se pela formação do Estado brasileiro, com suas características e peculiaridades, para, em seguida, discorrer sobre a construção da cidadania, decorrente da colonização exploratória europeia. Incluiu-se também o surgimento e atuação das OSC.

2.1 Cidadania

Esta seção tem por objetivo apresentar os principais aspectos históricos que impactaram a construção da cidadania e a atuação do terceiro setor no Brasil. A partir do modelo de Marshall (1967), fez-se uma discussão dos direitos civis, políticos e sociais no cenário nacional. E ainda, analisou-se as teorias do terceiro setor e suas relações com a gestão pública, evidenciando o alinhamento ao paradigma da *New Public Governance* (NPG).

Inicialmente, para uma melhor compreensão de como ocorreu a construção da cidadania no Brasil, fez-se um resgate histórico de pontos fundamentais na formação do

Estado brasileiro. Esse processo formativo se deu por meio de diferentes culturas, raças, credos, fazendo da criação do Brasil algo próprio, individual, específico e completamente diferente do que se viu em países da Europa e América do Norte. Consequentemente, as relações entre Estado e sociedade civil também são diferentes.

Segundo Freyre (1998), a formação do povo brasileiro resultou da miscigenação entre os brancos (europeus), escravos negros africanos e povos indígenas. Os colonizadores (europeus) viam o Brasil como um empreendimento do governo colonial pronto para ser explorado, principalmente em recursos naturais e sobrepuseram seus valores culturais aos negros e índios, que, desrespeitados, tiveram que se adaptar aos seus padrões. Essa é uma das possíveis razões para que o Brasil careça de uma identidade até os dias de hoje.

Prado Junior (1942) afirma que a economia agrária brasileira, formada pela grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, apenas abastecia o comércio europeu. Com efeito, a escravatura, essencial ao mercantilismo e ao pacto colonial, foi a relação social que mais deixou sequelas no povo brasileiro. De acordo com Fernandes (1994), em razão da existência de pessoas escravizadas em praticamente todas as atividades da época, a cidadania restou prejudicada. De fato, os escravos eram equiparados a animais, desprovidos dos direitos civis básicos à integridade física, à liberdade e à própria vida, podendo ser objeto de negociação, mediante venda, troca e aluguel. Eram, pois, propriedade e peças fundamentais na produção (MOURA, 1988).

O patriarcalismo, também vivenciado no Brasil colônia, representou outro ponto negativo para a cidadania do país. O patriarca, além de detentor de grandes extensões de terras (latifúndios), era dono de tudo e de todos que estivessem em suas propriedades. Foi um sistema social que distanciou a justiça da população, devido à dificuldade de acesso às autoridades judiciárias e as altas custas judiciais, gerando revolta e descrença no Estado. Esse era o cenário sócio-político do Brasil (FREYRE, 1998).

Assim, os aspectos socioeconômicos decorrentes da colonização limitaram a construção de um Estado de cidadãos no Brasil. Enquanto colônia de exploração portuguesa, o país sofreu com a monocultura, latifúndios, escravidão, distanciamento da justiça e foco no mercado externo, o que pode ter contribuído ao distanciamento entre o Estado e a população, aguçando sentimentos de revolta, descrédito e suspeição. Isso ajuda a explicar a baixa participação social existente no Brasil (AVRITZER, 2010; CARVALHO, 2002).

A partir dessa herança colonial, a independência do Brasil não contou com participação popular significativa, mas resultou da negociação entre a elite nacional, a coroa

portuguesa e a Inglaterra, o que pode explicar a dificuldade de discussão sobre direitos civis, políticos e assistência social à população como um todo. Ao longo do tempo, os brasileiros confundiram cidadania com concessão de favores - “jeitinho brasileiro”, que, a depender do contexto, relativiza o “certo” e o “errado”. A confusão entre público e privado remete ao “Homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda¹.

Assim, à exceção de algumas revoltas e movimentos sociais (Revolta de Beckman, 1684; Guerra dos mascates, 1710; Revolta de Filipe dos Santos, 1720; Conjuração baiana, 1798; Revolução Farroupilha, 1835; Canudos, 1896), os direitos no Brasil, na maioria, não foram conquistados, mas concedidos. A relação entre o povo e os detentores do poder ainda carrega os traços da subordinação e do patriarcalismo (FREYRE, 1998). Outros fatores, como o forte patrimonialismo da elite brasileira, também contribuíram para a construção de uma cidadania precária e diferente de outros países ocidentais, eis que a cultura da “concessão de favores”, por vezes estimulada pelo próprio povo, antecipou a vivência dos direitos sociais em relação aos demais.

Além da cidadania imatura e frágil, inexistia o patriotismo, mas apenas identidade regional. Todavia, afirma Carvalho (2002) que o nacionalismo, antes baseado no ódio ao estrangeiro, floresceu após as primeiras lutas contra inimigos externos. A Guerra do Paraguai foi a grande responsável por isso: houve um autêntico entusiasmo cívico, D. Pedro II foi apresentado como líder da nação, o hino nacional começou a ser executado e foram criados os primeiros heróis nacionais. Finalmente, surgia uma relação de amor à pátria e nos levantávamos do berço esplêndido para ensaiar os primeiros passos de uma maior participação popular.

Nesse sentido, a formação da identidade nacional com a real participação popular ocorreu entre os anos de 1930 e 1964. De fato, surgiram movimentos verdadeiramente populares, como a defesa do monopólio do petróleo, que fortaleceram o nacionalismo, além do nascimento e expansão das OSC, que, de pequeno porte (locais), evoluíram para os “movimentos sociais”, de natureza instável, mutante e distante dos aparelhos do Estado.

Houve, pois, aceleração das mudanças sociais e políticas. Exemplo de avanço social se deu principalmente nas áreas trabalhista e previdenciária com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Na seara política, embora os direitos tenham sofrido certo prejuízo em razão da alternância entre ditaduras e regimes democráticos, o voto popular

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. O Homem Cordial. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

ganhou importância e o processo eleitoral passou a ser realizado com lisura, distintamente do ocorrido no período colonial e início da república.

Embora os direitos sociais tenham avançado e o acesso ao sistema judiciário melhorado significativamente, a garantia dos direitos civis continuou precária para a grande maioria dos brasileiros. Segundo Souza (2006), a “doação de direitos” era vista pela população como um favor dos governantes, tornando-a dependente deles.

Dessa forma, para compreender o exercício da cidadania no Brasil, deve-se considerar a dimensão histórica e perceber a originalidade e especificidade que o circundam, como bem retratado por Carvalho (2002). Este fundamentou sua ideia nos estudos de Marshall (1967), que trataram sobre a conquista dos direitos na Inglaterra, onde somente o exercício pleno de um direito poderia resultar na aquisição dos outros. Assim, os ingleses exerceram os direitos na seguinte ordem cronológica: civis, políticos e sociais.

Entretanto, no Brasil, essa sequência foi invertida, motivo pelo qual, segundo Carvalho (2002), a chamada “pirâmide de Marshall” foi colocada de cabeça para baixo. Para o autor, a partir de 1930, vivenciou-se um paternalismo social, do qual decorreu a concessão de direitos sociais. Posteriormente, vieram os direitos políticos e, por fim, os direitos civis. Essa cessão precária de direitos ocorreu sem a participação popular, que mantinha um distanciamento do Estado desde o período colonial. Segundo Reis (1999), a cidadania é fruto do desenvolvimento contínuo decorrente de movimentos e lutas sociais.

Nesse contexto, válido destacar a ocorrência de avanços importantes nos campos sociais, civis e políticos, principalmente após a chamada Constituição Cidadã de 1988, promulgada em meio a um processo de redemocratização. Entretanto, vale ressaltar que muitos direitos civis, essenciais para Marshall, continuaram inacessíveis a boa parte da população, o que torna a construção da cidadania brasileira ainda mais distante do modelo por ele pregado.

Para Carvalho (2002), no Brasil, a cidadania é inconclusa, considerando o não exercício pleno dos direitos. O exercício desses direitos não segue a lógica de Marshall e estão em tempos e espaços diferentes no Brasil.

Ainda assim, o modelo de Marshall (1967) será referência nesta tese, mesmo com limitações já criticadas, decorrentes da volatilidade e da dinâmica do constructo cidadania. De acordo com Clemente (2015), tal teoria é uma das mais aceitas sobre o tema. Ademais, a obra é um clássico sobre o assunto, sendo uma das mais citadas no Brasil.

Importa ressaltar que o constructo cidadania é polissêmico e, segundo Caldas (2020), complexo, dinâmico e de difícil operacionalização. Assim, seu conceito pode variar, conforme a época ou período, o local, as demandas sociais e as transformações da sociedade. De acordo com Moraes e Ogden (2011), é rara uma definição conceitual ou operacional de cidadania, mesmo sendo um termo amplamente utilizado. O que se verifica é o seu uso mais popular, muitas vezes indevido, associado à inclusão ou exclusão (PAIS, 2005).

Dessa forma, Clemente (2015) constatou a complexidade em definir cidadania, apontando alguns termos que a circundam, tais como: igualdade, liberdade, inclusão, exclusão, pertencimento, participação, politização, direitos e obrigações, emancipação. De modo geral, tal constructo está relacionado à vida em sociedade, coletividade e ordem social. Também representa a relação das pessoas com o Estado, podendo gerar o envolvimento, participação e engajamento da população nos serviços públicos.

Essa possibilidade requer níveis mais elevados de cidadania e, conseqüentemente, uma maior conscientização por parte do indivíduo-cidadão e dos agentes públicos para fazer frente na resolução, em conjunto, dos problemas sociais, cada vez mais complexos. Dagnino (2004) alertou para a necessidade que o termo cidadania tem de contemplar, em seu referencial, a complexidade e diversidade de temas emergentes da sociedade.

Essa necessidade é reforçada pela volatilidade e dinâmica inerente à definição de cidadania. Reis (1999) destacou que a teoria de Marshall não contempla os novos tipos de direitos e anseios de grupos marginalizados, logo, é essencial inclui-los no constructo cidadania. Segundo Arendt (1989), são novos pleitos, muitos batalham pelo direito a ter direitos. A sociedade, cada vez mais heterogênea, apresenta novos problemas, conflitos e demandas, muitas vezes antagônicas. No Brasil, a grande extensão territorial, o processo de colonização e a variedade cultural são fatores que dificultam a aplicação linear do modelo de Marshall (direitos civis, políticos e sociais).

Assim, Caldas (2020) propôs ajustes ao referido modelo e acrescentou uma quarta dimensão (direitos difusos), que envolvem, dentre outras questões, as de natureza ambientais. São formados por temas contemporâneos, o que torna o constructo mais próximo das demandas do presente. Como o modelo foi proposto para as práticas individuais de cidadania, ficou com a seguinte configuração: práticas civis, práticas políticas, práticas sociais e as práticas difusas.

As práticas civis são fundamentais e representa o primeiro passo rumo ao desenvolvimento da cidadania. Considerados universais, os direitos civis estão relacionados à

vida, à propriedade, à igualdade perante a lei e à liberdade individual, nesta incluso o direito de ir e vir e a liberdade de expressão. Prezam, pois, pelas relações civilizadas, essenciais à vida em sociedade.

As práticas políticas sinalizam a participação dos indivíduos no exercício do poder político, seja como agente público, seja como eleitor. Os direitos políticos garantem a criação de partidos e o direito de votar e ser votado. Pela sequência cronológica de Marshall (1967), os direitos políticos viriam após a plenitude dos direitos civis, o que, em muitos momentos da história do Brasil, não se observou, pois os direitos sociais foram antecipadamente “doados” por uma política paternalista.

Por sua vez, as práticas sociais se aplicam à coletividade e visam promover a igualdade social. Os direitos sociais mais conhecidos se referem a: educação, trabalho, saúde e remuneração, buscando assim uma melhor distribuição de renda. Segundo Singer (2016), o Estado tem repassado a responsabilidade da área social para as OSC, cuja atuação tem aumentado cada vez mais, seja em parceria com o Estado ou isoladamente. Esse tema será tratado mais adiante.

Finalmente, as práticas difusas atendem às críticas e a pedidos de ampliação do modelo de Marshall. De acordo com Caldas (2020), elas contemplam a luta por novas demandas sociais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação desta no tempo. São abordados temas como: o respeito, a tolerância e o reconhecimento da diversidade humana, cidadania ambiental, os hábitos de consumo consciente, aborto, armamento, pena de morte, clonagem.

Nesse contexto, Guarinello (2016) apresentou uma definição de cidadania moderna. Ele trouxe a ideia de inclusão, na qual todo cidadão é membro de uma comunidade, detentor de direitos e obrigações. A cidadania por essência tem caráter público e impessoal num espaço pensado para a ação coletiva, no qual cidadãos reivindicam desejos e interesses muitas vezes conflitantes. Há mais ênfase à cidadania enquanto prática. Ao mesmo tempo cresce a demanda por uma mudança de comportamento por parte do cidadão. Espera-se uma cidadania ativa, na qual o cidadão participa e se envolve em processos políticos e na gestão da coisa pública (HOSKINS e MASCHERINI, 2009).

Por sua vez, os níveis de cidadania podem aumentar com a participação cidadã em problemas comunitários. Com isso, busca-se reduzir o distanciamento entre a população e o Estado, que remonta ao período colonial brasileiro. Para Hoskins (2006), a cidadania ativa pode diminuir esse distanciamento e reforçar a coesão social.

Dessa forma, tal engajamento leva os cidadãos a atuarem na solução dos problemas de suas comunidades. Segundo Misoczky (2002), essa postura enseja a organização da sociedade em torno de interesses comuns e garante a função de controle social. Embora, com destaque para Spink, Clemente e Keppke (1999), a participação cidadã no Brasil ainda seja muito baixa.

2.2 Terceiro Setor

Da construção histórica já analisada, a baixa participação social no Brasil pode ser explicada pelos aspectos econômicos e sociais decorrentes da colonização. A cidadania inconclusa referida por Carvalho (2002) apresenta fragilidades, evidenciadas pelo não exercício pleno dos direitos por boa parte da população. Marshall (1967) classificou esse grupo de cidadãos incompletos, havendo, ainda, o grupo dos não cidadãos, aqueles que não exercem nenhum dos seus direitos.

Buscou-se reverter esse quadro com a inserção de alguns dispositivos a favor da cidadania ativa na Constituição Federal de 1988. Esta atribuiu à sociedade civil um papel fundamental na promoção dos direitos sociais, clamando a sociedade a assumir sua cidadania. O surgimento de novos atores sociais no cenário nacional resultou numa cidadania participativa, bem como numa sociedade civil mais ativa e propositiva (DAGNINO, 2004).

Dentre esses novos atores, as OSC já desempenhavam um importante papel em áreas sociais, mesmo antes da Constituição Federal de 1988. No entanto, após a previsão constitucional, o terceiro setor ganhou mais espaço para atuar na promoção da cidadania e na busca pela justiça social. Os movimentos de pequeno porte (locais) evoluíram para os “movimentos sociais”, que atuavam em vários assuntos, desde problemas de segurança, até saneamento básico das cidades (natureza múltipla).

Depois de 1988, os direitos políticos passaram a ter destaque, gerando uma estabilidade democrática. Porém, os diversos problemas sociais e econômicos comprometiam qualquer avanço significativo expresso na nova constituição. O cidadão brasileiro se viu envolvido num misto de esperança e incerteza, frente a tantas situações que se agravavam rapidamente, como o desemprego, desigualdade social, segurança pública e serviços de saúde.

Naquele momento, a atuação das OSC, como representantes do terceiro setor, foi muito importante, pois elas fizeram um bom diálogo entre a sociedade civil e o Estado. Antes, mais discretas, as OSC atuavam, formal ou informalmente, de maneira local e personalizada, principalmente na base das comunidades.

As OSC atuam em muitas causas, como por exemplo: meio ambiente, educação, moradia, direitos humanos. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1950, falou pela primeira vez sobre as OSC, em referência a organizações com finalidade pública não vinculadas ao Estado. No Brasil, como dito anteriormente, essas organizações surgiram no período entre 1930-1964 e se expandiram no regime militar. Hoje, segundo o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil possui mais de 820 mil OSC.

Na América Latina, surgiram de forma precária, sem modelo próprio. Em cada país, foram tratadas e se desenvolveram de maneiras diferentes. Alguns prezam por aspectos formais de criação, mantendo seus registros formalizados, outros não, o que dificulta a análise histórica de criação de algumas OSC. Esse fenômeno ganhou impulso massivo nos anos de 1970, com a cooperação internacional, cujos recursos garantiram a existência de muitos movimentos. O capital e a forma institucional como outros países se relacionavam com as OSC contribuíram significativamente para o modelo atualmente vivenciado na América Latina.

Da definição e características de terceiro Setor defendidas por Salamon (1995), apenas parte delas foram observadas na América Latina e, por conseguinte, no Brasil, tais como: organizações estruturadas; localizadas fora do aparato formal do Estado; não distribuição de lucros e dividendos entre seu corpo administrativo; autogovernadas; e pessoal voluntário. Reforce-se o termo “em parte”, porque, no Brasil, verifica-se um elevado número de organizações informais e, consequentemente, sem a estrutura defendida pelo autor. Além disso, constata-se o emprego de pessoal remunerado nas atividades de algumas OSC.

Em acréscimo, considerando o debate contínuo relativo às definições de terceiro setor e a impossibilidade de limitá-lo a qualquer conjunto de instituições, frente ao avanço dos movimentos sociais, em especial, na Europa, Salamon (2016) conferiu maior abrangência ao seu propósito. Assim, estendeu sua compreensão para além de entidades estruturadas, incluindo também um amplo conjunto de organizações e atores sociais informais (cooperativas, organizações de autoajuda, empresas sociais e afins), inclusive o cidadão, individualmente. Esse é o conceito de terceiro setor considerado nesta tese por entender sua amplitude, complexidade e contemporaneidade, bem como a capacidade de ação independente do cidadão desvinculado de uma organização formal.

A atuação das OSC na promoção de bens e serviços públicos gerou muita discussão sobre os limites de atuação e competências de cada setor, problema agravado onde o Estado é historicamente o principal interventor, como no Brasil. Porém, o terceiro setor se expandiu,

pautado na ideia da cidadania e no pressuposto democrático, como forma de suprir ou atenuar as necessidades coletivas. Como o terceiro setor decorre da participação cidadã, ele possui origens e características diferentes, variando de uma localidade para outra (CALDAS *et al*, 2019).

Os serviços prestados pelas OSC estimulam a participação cidadã, podendo ser capazes de combater parte dos problemas enfrentados pela sociedade. Segundo Carballal (2009), o terceiro setor possibilita oportunidades de participação e envolvimento em âmbito local, de forma a promover o bem-estar, desenvolver a cidadania e, se possível, ensejar reformas sociais e políticas mais profundas. Adicionalmente, Musick e Wilson (2008) apontaram que as OSC incentivam atitudes cívicas, bem como elencaram teorias capazes de ajudar a descobrir o que encoraja ou permite o surgimento de instituições sem fins lucrativos.

Para os autores, o terceiro setor possui uma imensa variedade de facetas, cujo entendimento pode se basear em mais de uma teoria. Assim, dada a sua complexidade, é mais apropriado tentar explicar suas origens, características e motivações a partir da combinação de teorias.

Algumas teorias buscaram esclarecer a origem do terceiro setor na Europa e América do Norte: teoria dos bens públicos (WEISBROD, 1977); da confiança (HANSMANN, 1980); dos empreendedores sociais (YOUNG, 1986) e (JAMES, 1987); do bem-estar social (FLORA e HEIDENHEIMER, 1981); da interdependência (SALAMON, 1995); e das origens sociais (SALAMON e ANHEIER, 1998). Com a ressalva de que os modelos criados e aplicados internacionalmente devem ser tomados com atenção, dado o risco de interpretações equivocadas da realidade nacional, aqui, serão tratadas as que melhor explicam o surgimento do terceiro setor no Brasil. Assim, a teoria dos bens públicos e a teoria da interdependência são as que, combinadas, melhor explicam o surgimento do terceiro setor no Brasil.

Para a teoria dos bens públicos, oriunda da teoria econômica clássica, o terceiro setor surge para atender as demandas que o Estado e o mercado, foram incapazes de fazê-lo. O Estado pode não atuar em determinadas áreas por diversas limitações de natureza operacional, fiscal ou técnica. O mercado, da mesma forma, acaba por não oferecer determinados bens e serviços à comunidade. Assim, com a sociedade cada vez mais heterogênea, diversificada e com problemas de soluções complexas, o terceiro setor avança e realiza um importante trabalho, principalmente nas áreas de assistência social, educação e saúde. As OSC já atuavam, mesmo sem o chamado do Estado, como dito anteriormente, mas isso mudou a partir dos anos 1990.

O agravamento da crise fiscal vivida no Brasil entre 1980 e 1990, ensejou mudança significativa à estrutura estatal, resultando na maior participação do terceiro setor na execução de políticas sociais. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995 retirou a exclusividade do Estado para prestação de atividades de interesse público. Nesse contexto, enxerga-se uma forte aderência à teoria da interdependência

Essa teoria afirma que, em determinadas circunstâncias, o setor sem fins lucrativos e o Estado podem assumir uma relação de cooperação e interdependência. Reforça, pois, a parceria entre Estado e terceiro setor, onde o primeiro financia o segundo e este, por sua vez, entrega bens e serviços públicos à comunidade. De acordo com Lecy e Slyke (2013), essa cooperação pode gerar dependência de ambos os lados, tanto o Estado depender das OSC para execução das suas políticas públicas, quanto as OSC dependerem do Estado para obterem os recursos financeiros necessários ao desempenho de suas atividades.

Mesmo sabendo que não se pode explicar, na totalidade, o que encoraja ou permite o surgimento de instituições sem fins lucrativos, as duas teorias, em conjunto, são as que melhor tratam das relações entre o terceiro setor e o Estado. As teorias do terceiro setor se aproximam da teoria da gestão pública. Pelo lado da gestão pública, o paradigma da nova governança pública ou *New Public Governance* (NPG) se alinha às teorias do terceiro setor, aclarando a atual relação entre Estado e OSC. Essa relação é pautada na cooperação e colaboração entre as partes, tendo a coprodução como estratégia escolhida para se elevar os níveis de cidadania.

A seguir, vamos discutir as relações entre Estado e OSC, com foco na participação e coprodução do bem público.

2.3 Participação social e coprodução do bem público

A discussão sobre participação social e coprodução do bem público no Brasil requer a compreensão da relação existente entre o Estado e a sociedade, desenhada a partir dos fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais inerentes ao país e ao seu povo. Assim, o objetivo dessa seção é apresentar conceitos, características e limitações da participação e da coprodução, bem como diferenciá-las, deixando explícito que a coprodução está amparada sob o grande “guarda-chuva” da participação social.

Até o século XX, o Brasil ficou marcado pelas poucas formas de participação popular (SINGER e BRANDT, 1980). De fato, em um cenário de muitas desigualdades, por diversas

vezes, o povo não foi contemplado com direitos e políticas públicas, ficando à margem dos espaços decisórios e sem poder de atuação relevante.

Importa destacar que a participação cidadã está prevista nos modelos de democracia, tanto representativa, quanto participativa, valendo ressaltar que um modelo não é excluyente do outro, dada a possibilidade de interação e integração entre ambos.

A democracia representativa consiste basicamente na escolha popular eletiva de representantes para a composição dos Poderes Legislativo e Executivo. Todavia, em termos práticos, tal sistema aponta limitações, em razão de os cidadãos nem sempre se sentirem devidamente representados pelos agentes políticos eleitos. Para Santos e Avritzer (2002), há um descrédito nos processos eleitorais tradicionais no Brasil e, até mesmo em sociedades europeias, embora apresentem um modelo representativo mais forte e maduro.

Por outro lado, segundo Bobbio (2000), o modelo de democracia direta ou participativa, prevê o envolvimento do cidadão nos assuntos de seu interesse. Para isso, faz-se necessária a construção e o fortalecimento de espaços decisórios, além de canais e instrumentos de participação direta.

A Constituição Federal de 1988 proclamou que “todo poder emana do povo”, de forma direta ou por representação. A partir desse momento, temas como cidadania e participação social passaram a ser mais discutidos. Com efeito, em seu texto, a carta constitucional previu dispositivos para o exercício direto da democracia, tais como: direito ao voto, previsão de plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular, além de outros mecanismos de caráter integrativo da sociedade, como o orçamento participativo e os conselhos gestores. Segundo Rocha (2008), a Carta Magna de 1988 abraçou e reconheceu o movimento de participação social existente desde os anos 1970.

Adicionalmente, o controle social ganhou destaque enquanto tipo essencial de participação democrática nas políticas públicas, fato que permitiu ao cidadão a possibilidade de acompanhar, fiscalizar a gestão, bem como analisar as prestações de contas governamentais. Segundo Bulgarim *et al* (2011), por meio das atividades de controle, o cidadão pode contribuir para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados. Ressalte-se que, investido no papel de fiscal dos recursos públicos, o indivíduo pode intervir e transformar a administração pública, ação que fortalece a participação e o processo democrático.

Nesse sentido, vislumbram-se novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade. De acordo com Paes de Paula (2005), o ente estatal deixa de ser o protagonista das

políticas sociais em prol de uma maior participação de outros atores nas ações governamentais. Isso contribui para o fortalecimento da cidadania, haja vista a possibilidade de atuação ativa de cada pessoa no processo democrático. Para Benevides (1994), a participação popular se caracteriza como “escola de cidadania”.

No atual contexto, Fung (2006) refere a existência de pelos menos três valores democráticos no processo de participação social: legitimidade, justiça e eficiência da ação pública. Para Neshkova e Guo (2012), a eficácia e efetividade dos serviços públicos podem melhorar com a incorporação dos referidos valores. Soma-se a isso o conhecimento de causa inerente aos cidadãos que vivenciam os problemas, quando comparados aos agentes públicos, que, embora detentores de conhecimento técnico, nem sempre conseguem propor soluções adequadas por carecerem de visão sistêmica dos problemas.

Ressalte-se que a participação social possui a capacidade de solucionar problemas cada vez mais complexos. Segundo Lawton e Macaulay (2014), por meio dela, as decisões de caráter público se revestem de maior qualidade e legitimidade. Aliado a isso, Edelenbos, Van Schie e Gerrits (2010) recordaram que o processo participativo provoca a conscientização dos cidadãos e a educação para a cidadania.

Além da qualidade dos serviços, a eficiência é um princípio constitucional a ser observado pela administração pública. Assim, principalmente em tempos de restrições orçamentárias e financeiras, a participação social pode ser uma estratégia viável para o alcance dos objetivos propostos. De acordo com Ansell e Torfing (2014), o paradigma da NGP prevê o uso de novas práticas de gestão, capazes de trazer inovações para administração pública, por meio da aprendizagem mútua, da colaboração e da negociação.

Para tanto, além da motivação de cada indivíduo em participar, faz-se necessária a criação de canais, mecanismos ou arenas, bem como a divulgação e transparência das informações. Isso deve ser acompanhado de um processo de educação continuada, para que o cidadão compreenda a ideia de compartilhamento de poder. Segundo Roberts (2008), por meio da mobilização e participação ativa, os membros da sociedade dividem poder com o Estado em ações de interesse coletivo.

No entanto, determinadas iniciativas podem ser vulnerável à vontade política, motivo pelo qual, para Dias (2007), o cidadão deve permanecer vigilante, intervindo cotidiana e conscientemente. Caso contrário, tem-se uma democracia aparente, comparada por Arblaster (1987) a uma encenação, onde inexistente participação real, já que a tomada de decisões é anterior à consulta aos cidadãos.

Diante dessas dificuldades, Struecker e Hoffmann (2017) reconhecem os desafios associados à participação social, bem como a falta de opções práticas para superá-los. No mesmo sentido, Thompson (1965) apontou que o modelo burocrático e orientação conservadora enraizados na administração pública dificultam a capacidade de inovação das organizações. Assim, conforme Machado (2012), a participação social deve mostrar a sua capacidade de incidir concretamente na realidade, a fim de mudá-la.

Nessa linha, a participação direta pode avançar na solução de problemas sociais e trazer benefícios à coletividade. De acordo com Tenório (2012), ela se mostra cada vez mais importante, à medida que a democracia representativa apresenta limitações no atendimento às demandas da sociedade. Logo, vislumbram-se novos modelos para fazer frente à complexidade dos problemas contemporâneos.

É nesse sentido que Pozzebon e Mailhot (2012) destacaram os benefícios provenientes do envolvimento do cidadão no enfrentamento dos problemas sociais. Além disso, segundo Kluvers e Pillay (2009), o crescente descrédito no modelo de democracia representativa reforça a demanda pela participação direta. A colaboração das OSC e universidades, por meio de parcerias, pode resgatar a confiança nas instituições governamentais.

Adicionalmente, Lawton e Macaulay (2014) defendem que as decisões amparadas na participação social são revestidas de maior legitimidade, ressaltando a necessidade de atuação colaborativa do cidadão e não, meramente figurativa. Tal situação foi apontada por Arnstein (1969), no que refere a uma participação ilusória, onde os gestores se valem da manipulação, objetivando a não participação da população.

A legitimidade advém do aumento de cidadãos efetivamente engajados e da melhoria na gestão (qualidade das decisões, da eficiência e/ou da economicidade de recursos públicos). Conforme Aiyar (2010), com a proximidade da população, espera-se que suas demandas sejam ouvidas e atendidas. Nesse sentido, o autor complementa ser essencial o acesso às informações sobre a gestão e que a participação pode contribuir com a transparência e *accountability*.

Além dos benefícios apontados, o processo de participação promove um aprendizado aos envolvidos. A chamada “escola de cidadania” pode gerar soluções inovadoras, conforme o conhecimento e experiência destinados ao benefício da coletividade. Para Neshkova (2014), novas soluções tendem a surgir por meio da participação social, com resultados potencialmente melhores que os propostos pelos modelos tradicionais de administração pública, arraigados por disfunções burocráticas.

Entretanto, a implantação do processo de participação social traz desafios aos interessados. Öberg (2015) citou a possível dificuldade de consenso entre os cidadãos, já que alguns tenderiam a impor seus anseios, preterindo o diálogo e a argumentação. Outra questão apontada por Osborne e Stokosch (2013) diz respeito à ausência ou ao baixo interesse dos cidadãos em participar, seja pela desmotivação ou desconhecimento do tema.

Adicionalmente, Yang e Pandey (2011) defendem a superação das barreiras da inclusão, da representatividade e da desmotivação. Espera-se com isso a elevação da participação social e a melhoria da qualidade das decisões em temas de interesse público. Para Pacheco *et al* (2007), os governantes devem se comprometer com a causa, haja vista a necessidade de transferência de poder do Estado para a sociedade.

Logo, percebe-se, na literatura, uma preocupação com a efetiva participação, compartilhamento de poderes e responsabilidades para tomada de decisões. O esforço para mostrar os benefícios decorrentes do processo de participação social visa a sensibilizar os gestores para a criação e ampliação das arenas de participação, de modo a solucionar problemas complexos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Ocorre que essa construção não depende apenas dos gestores públicos. Segundo Struecker e Hoffmann (2017), as lideranças são importantes para realização de uma mudança cultural necessária ao sucesso da participação. Além disso, há recursos que podem ajudar nesse processo, como o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Por sua vez, as referidas parcerias se conciliam com os princípios da NPG, especificamente quando da participação social associada à coprodução do bem público. Nessa ótica, Roberts (2008), afirma que, nessa estratégia de gestão, tanto o *design*, como a entrega dos serviços, são realizados conjuntamente pelos cidadãos e agentes públicos. Enquanto Salm e Menegasso (2010) recordam que, a princípio, tal iniciativa era usada para melhorar a eficiência e reduzir os gastos públicos, sobretudo em tempos de crises fiscais.

Hoje, o foco dos estudos em coprodução é mais dirigido à participação do cidadão na gestão pública, com sua atuação ativa e direta em todas as fases do ciclo de políticas públicas, em prol do bem comum. Segundo Ryan (2012), os participantes aprendem na prática, por meio de um processo colaborativo, no qual os agentes públicos atuam como facilitadores.

Dessa forma, a coprodução, fundamentada no paradigma da NPG, propõe uma nova modalidade para a prestação de serviços públicos. Segundo Pestoff e Brandsen (2013), sob seu aparato, as relações entre o Estado e sociedade são revistas e o cidadão é empoderado, além de proporcionar economia de recursos para a administração pública.

Assim, a coprodução se apresentou como alternativa viável, ganhando novo impulso por ocasião da recessão global de 2008. Segundo Brandsen e Honingh (2016), houve uma reinterpretação sobre a formulação de políticas públicas. De acordo com Bovaird e Loeffler (2012), os governos renovaram o interesse pela coprodução, reconhecendo os limites de atuação do Estado e o papel dos cidadãos na prestação conjunta de serviços públicos.

O Estado reconhece a complexidade dos problemas públicos contemporâneos e admite que sua resolução envolve múltiplas expertises (SCHOMMER *et al*, 2011). Aliado a isso, os modelos ortodoxos de administração pública, marcados pela burocracia e inflexibilidade nas relações com a sociedade, desfavoreciam práticas coprodutivas. Segundo Cooper e Kathi (2005), a coprodução pode superar tais barreiras e tornar os cidadãos cada vez menos dependentes do Estado, por meio do engajamento cívico e ético.

A coprodução inovou a gestão pública (DOS-REIS e ISIDRO-FILHO, 2019), abordando questões relacionadas à sociedade de modo geral, por meio da promoção da participação e, por conseguinte, da cidadania. Ademais, propõe-se a aprimorar a democracia, aumentar a confiança entre as partes envolvidas e engajar os cidadãos no ciclo de políticas públicas. Ela interage com o desenvolvimento comunitário e político dentro da sociedade, podendo ser de grande valia nas mediações sociais e nas tentativas de elevar a participação e cidadania no Brasil (NEBOT *et al*, 2020).

O valor gerado no processo coprodutivo deve ser orientado à coletividade e à noção de cidadania (ALFORD, 2014). Ao envolver o indivíduo na realização de serviços públicos, a coprodução exige dele uma visão mais complexa de cidadania, em função de sua atuação efetiva no processo. Rantamaki (2017) destaca um novo entendimento das relações entre agentes públicos e cidadãos, decorrente do papel mais ativo e participativo em coprodução.

Por esse raciocínio, tem-se o fortalecimento da cidadania, sendo o cidadão parte de um coletivo em construção (FLEURY, 2004). Segundo Schommer e Tavares (2017), a coprodução pode contribuir para ampliação da cidadania, por meio do compartilhamento de responsabilidades entre governos, organizações públicas e privadas e cidadãos.

Assim, a coprodução destaca o exercício da cidadania ao conferir à sociedade condição de parte na busca por soluções dos problemas coletivos. Para Pestoff (2006), as experiências já existentes mostram um aspecto democrático altamente relevante. Segundo Schommer e Tavares (2017), as práticas de coprodução podem representar uma expansão da cidadania, a depender do modelo e da forma como ocorrem.

Adicionalmente, Salm e Menegasso (2010) apontaram a contribuição que a coprodução oferece à administração pública ao criar um elo entre a participação do cidadão e a produção dos serviços públicos. Para Anheier e List (2007), tal ligação tem função duplamente transformadora, tanto para os cidadãos, quanto para a qualidade dos serviços por eles prestados. O mesmo vale para as OSC. Brandsen e Pestoff (2006) observaram que ocorre uma troca de componentes do sistema entre os atores envolvidos no processo de produção.

Assim, Ostrom (2000) afirmou que a coprodução deriva da sinergia das ações conjuntas realizadas pelo Estado e sociedade. De acordo com Schommer e Tavares (2017), esse processo fortalece a descentralização do poder, ao passo que gera mais envolvimento do cidadão em temas de interesse coletivo. Por isso, Brandsen e Honingh (2016) apontaram o caráter promissor da coprodução ao operacionalizar uma maior participação social na implementação de serviços públicos.

Nesse sentido, a discussão sobre coprodução inclui pensar acerca do papel do indivíduo na sociedade, considerando a atuação cidadã na solução dos problemas sociais. Segundo Schommer *et al* (2011), para resolução efetiva, de maneira conjunta, faz-se necessário: comunicação, articulação, ajustamento mútuo e formação de redes entre os atores envolvidos no processo.

Por sua vez, Salm (2014) identificou que as redes e parcerias coprodutoras de bens e serviços públicos são compostas de organizações públicas, privadas, sociais e pelo cidadão individualmente. Por meio delas, de acordo com Souza (2015), a coprodução decorre de um compartilhamento de responsabilidades entre os participantes. Registre-se que a elaboração de políticas públicas é fruto de negociação entre os participantes dos sistemas políticos, de modo que, conforme Ramos (1981), o Estado não possui o protagonismo absoluto, podendo realizar uma governança democrática da rede.

Dessa forma, conforme Shon (1971), a coprodução supera o conservadorismo da prestação de serviços públicos centralizados pelo Estado. Com efeito, McMullin (2020) afirmou que os cidadãos podem assumir uma posição de liderança no processo, enquanto os agentes públicos, atuar como facilitadores, exercendo um papel de apoio ou complementar do processo. Isso não contraria o conceito de coprodução que, resumidamente, representa a atuação conjunta de agentes públicos e cidadãos na prestação de serviços.

Nesse ponto, Chaebo e Medeiros (2017) alertaram para a falta de articulação dos conceitos de coprodução encontrados na literatura. Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012)

reforçaram a necessidade de sua compreensão teórica, com vistas a uma abordagem mais integrada. Assim, serão apresentados conceitos de coprodução em diferentes perspectivas.

Na última década, o aumento de publicações sobre o tema, tem ensejado discussões conceituais e novas interpretações, oriundas de estudos empíricos. O termo coprodução é associado a diferentes fases do ciclo de políticas públicas. Segundo Pestoff, Brandsen e Verschuere (2013), pode-se observá-la servindo de “guarda-chuva” para vários tipos de participação, com a atuação dos cidadãos ou OSC e, desde a formulação até a entrega de serviços públicos. A seguir será apresentada uma linha do tempo referente ao conceito de coprodução, evidenciando sua evolução histórica.

Parks *et al* (1981) reconhecem o relacionamento cooperativo entre os atores envolvidos no processo e afirmam que a participação ativa dos usuários dos serviços é fundamental para o sucesso da política pública. Com a presença mais ativa do cidadão, Ostrom e Davis (1991) indicaram que a coprodução provocaria um impacto na eficiência e efetividade das políticas públicas.

Importante dizer que a coprodução surgiu no campo das políticas públicas na década de 1970, num contexto de reforma estatal, no qual, segundo Ostrom (1996), dentre outras coisas, questionava-se a relação entre Estado e sociedade, especificamente no tocante à participação social no processo de tomada de decisões.

A autora argumentava que a dependência era bilateral: tanto as organizações públicas se sujeitavam as comunidades para prestação dos serviços, quanto estas dependiam dos agentes públicos. Houve um grande interesse no tema, principalmente por parte de governantes, dadas as expectativas de caráter econômico geradas pelo novo modelo. Segundo Ostrom (1996), a proposta poderia reduzir os gastos e melhorar a eficácia dos serviços públicos.

Em adição, Alford (2002) afirmou que muitas atividades dependem da participação do usuário, tendo a coprodução um papel fundamental na execução de políticas públicas específicas. Nesse caso, Hill e Hupe (2002) destacaram o envolvimento de governos, dos cidadãos, das OSC e de empresas.

Complementarmente, Joshi e Moore (2004), disseram que deve haver contribuição substancial entre os envolvidos, bem como um relacionamento regular e de longo prazo para aqueles processos de coprodução. Brandsen e Pestoff (2006) alertaram para a busca de uma relação dialogada, com foco no processo produtivo compartilhado entre Estado e sociedade.

Quanto ao envolvimento do cidadão, há defensores de que o engajamento pode acontecer, tanto no design, como na implementação ou entrega dos serviços (BOVAIRD, 2007). Por sua vez, Alford (2009) considera que a coprodução se limita à produção do bem ou serviço público, não ocorrendo em outras fases do ciclo de políticas públicas.

Um conceito mais amplo de coprodução envolve o design e a implementação de serviços públicos. Nesse sentido, Bovaird (2007) trouxe uma definição pautada no relacionamento regular e de longo prazo, com contribuições significativas de recursos entre as partes integrantes no processo. Em adição, Salm, Menegasso e De Moraes Ribeiro (2007) atribuíram os valores da confiança mútua e da cooperação ao conceito de coprodução. Por sua vez, Mitlin (2008) destacou a importância do modelo para a transformação organizacional.

Schommer *et al* (2011) reconheceram o fomento à inovação social decorrente da aproximação entre Estado e cidadãos, na qual cada um tem a devida consciência do seu papel. Essa ideia expande o conceito da coprodução que, segundo os autores apresentam dois vieses: econômico e político. No primeiro, está o conceito mais tradicional de coprodução, focado na redução dos custos, na eficiência e na efetividade da gestão pública, enquanto o segundo, reporta-se ao cidadão, como ente político e sujeito ativo na sociedade.

E ainda, Salm (2014) o enxerga como estratégia usada para a produção de bens e serviços públicos, a partir da sinergia entre os sujeitos envolvidos. Assim, o cidadão participa por meio de redes, parcerias ou arranjos comunitários. De fato, tal conceito evoluiu, incorporando novos valores como a mobilização e o empoderamento comunitário.

Salm (2014) pontuou que a coprodução cria redes de compartilhamento de responsabilidades e poder, bem como o engajamento mútuo entre os sujeitos envolvidos. Assim, ele focou no interesse público, por meio do reconhecimento do cidadão e valorização da cidadania e da democracia. O autor ainda considera as múltiplas dimensões do ser humano, que é o foco da prestação dos serviços públicos, inserido uma sociedade multicêntrica.

Para que isso ocorra, deve haver contribuição direta e ativa do cidadão na prestação do serviço. De acordo com Brandsen e Honingh (2016), a coprodução se dá pela atuação conjunta entre os agentes estatais e os indivíduos. Destaca-se o caráter compartilhado, bem como a parceria entre ambas as partes no processo de produção do bem público. Osborne, Radnor e Strokosch (2016) lembraram que, além de entregar serviços mais eficazes, a coprodução pode ser um caminho para a cidadania ativa. Nesse sentido, o conceito avança com ideais de inovação social.

Pode-se concluir que o conceito de coprodução é amplo e complexo. Segundo Lotta (2017), ele é tratado de diferentes formas, conforme o objetivo de quem o elabora. E ainda, sofre interferência política, variando quanto à forma e grau de intensidade. Por vezes, apresenta um viés econômico-financeiro, em outras ocasiões, sofre uma carga mais social. Há correntes na literatura que a enxergam apenas na implementação dos serviços, enquanto outras ampliam o entendimento a todas as fases do ciclo de políticas públicas. Assim, são pontos que carecem de maior discussão, de modo a criar um arcabouço teórico mais consistente sobre o tema. O quadro 1 apresenta de maneira resumida conceitos de coprodução extraídos da literatura.

Quadro 1: Conceitos de coprodução do bem público

Autor(es)	Conceito
Parks <i>et al</i> (1981)	A coprodução decorre dos esforços dos produtores regulares (profissionais) e consumidores (usuários).
Brudney e England (1983)	É a combinação de atividades em que profissionais e cidadãos contribuem para a provisão dos serviços públicos. Dependendo dos esforços e benefícios pretendidos pelos usuários, a coprodução pode ocorrer em três níveis: individual, grupal e coletiva.
Ostrom (1996)	Processo no qual os recursos utilizados para a produção de um bem ou serviço tem contribuição de indivíduos externos à organização. Implica que esses indivíduos desempenhem um papel ativo na produção de bens e serviços públicos. Os esforços de profissionais e usuários se complementam, essa interdependência é necessária para caracterizar a coprodução.
Alford (1998)	É o envolvimento de cidadãos, clientes, consumidores, voluntários e/ou organizações comunitárias na produção de serviços públicos, que consomem ou obtêm outros benefícios. É papel do governo estimular os usuários a se engajarem nas ações de coprodução.
Brandsen e Pestoff (2006)	Decorre da possível relação entre produtores regulares e clientes.
Bovaird (2007)	É a prestação de serviços públicos por meio de relações regulares de longo prazo, entre profissionais e usuários de serviços ou outros membros da comunidade, na qual as partes fazem contribuições substanciais de recursos.
Salm e Menegasso (2010)	Estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, privados e cidadãos.
Schommer <i>et al</i> (2011)	Estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com o engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas.
Pestoff (2012)	Sinergia entre cidadãos e governos, implicando parceria entre usuários e financiadores, ou clientes e fornecedores profissionais de serviços públicos. Produção entre pares em prol de um resultado compartilhado.
Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012)	Envolvimento do cidadão e de grupos na entrega de serviços públicos. Estes não são mais entregues somente por profissionais ou agências públicas, mas coproduzidos por usuários e comunidades.
Salm (2014)	É uma estratégia que permite a produção de bens e serviços públicos por meio do compartilhamento de poder e responsabilidades entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos. Ocorre sinergia entre as partes na realização dos serviços públicos. O cidadão pode participar por meio de redes e parcerias ou outros arranjos societários.
De Mattia e Zapellini (2014)	É uma forma de produção do bem público que envolve a participação ativa do cidadão, conforme suas necessidades e anseios, variando de formas e configurações.

Alford e Yates (2015)	A dedicação de tempo e esforço dos cidadãos para a entrega de serviços públicos com estímulo do Estado.
Osborne, Radnor e Strokosch (2016)	É o envolvimento dos usuários nas fases de <i>design</i> , gerenciamento, entrega e/ou avaliação dos serviços públicos.
Brandsen e Honingh (2016)	Ocorre da relação entre um provedor regular de serviços e cidadãos (individualmente ou em grupos) para a realização de um serviço público, que requer a contribuição direta e ativa desses cidadãos.

Fonte: adaptado de Age (2016), Schommer e Tavares (2017) e Chaebo e Medeiros (2017).

A literatura ainda menciona fatores capazes de favorecer ou instigar a coprodução, começando por uma transformação estrutural com treinamento dos servidores públicos, de modo a ensejar mudança de mentalidade e entendimento sobre o poder conferido aos cidadãos. Segundo Pestoff (2006), além de uma reforma democrática, o sucesso da coprodução depende de incentivos institucionais facilitadores da interação entre os agentes públicos e a sociedade.

Novas ideias podem surgir a partir da aproximação entre Estado e sociedade. Ampliam-se as possibilidades de emprego da coprodução em prol do bem comum. No entanto, para que isso ocorra Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) recomendam que a população participe efetivamente, tenha representatividade e contribua com resultados concretos. Na prática, exige-se articulação, negociação, diálogo e consenso das partes.

Em consequência disso, Schommer e Tavares (2017) listaram os principais efeitos decorrentes do processo coprodutivo: fortalecimento da confiança e solidariedade entre as pessoas; envolvimento direto dos cidadãos nos problemas coletivos; formação de redes de relacionamento; desenvolvimento da cidadania; e democratização da sociedade.

Somado a isso, Sicilia *et al* (2016) defendem a alocação de recursos para o bom funcionamento da coprodução e o reconhecimento de sua prioridade pelos integrantes do processo. A construção da confiança e de uma nova cultura política entre os participantes é caminho de efetivar tal objetivo. Por oportuno, Durose *et al* (2013) recordaram a importância da comunicação eficaz na motivação e mobilização dos indivíduos para as atividades de coprodução.

Sicilia *et al* (2016) ainda afirmaram que o envolvimento dos gestores públicos é fundamental na interação e construção do diálogo com a comunidade. De acordo com Lotta (2017), os gestores precisam ser capazes de construir práticas colaborativas para a coprodução efetiva. Assim, estimulando a criatividade e a inovação, podem surgir novos tipos de relação, novas formas de pensamento e de trabalho.

Nesse caso, não é imprescindível que a rede de coprodução seja coordenada pelo Estado. De fato, Marschall (2004) recorda o papel de protagonista assumido pelo cidadão. Enquanto Mitlin (2008) destaca que seu engajamento e empoderamento permitem à administração pública oferecer novas oportunidades de participação e compartilhar a responsabilidade na execução de serviços públicos.

Schommer e Tavares (2017) pressupõem que a coprodução ganha mais legitimidade à medida que os processos participativos são ampliados. Com a intensa atividade cidadã, é possível superar as barreiras e limitações dos paradigmas anteriores à NPG, focados apenas nos aspectos legais, econômicos ou gerenciais. Ainda há muita resistência por parte dos agentes públicos, a qual, segundo Pestoff (2006), fundamenta-se no receio quanto à interação dos cidadãos com os provedores regulares de serviços.

Desde os primeiros debates sobre coprodução, nos anos 1970, existiam pessoas contrárias à sua implementação. De acordo com Pestoff (2006), o argumento usado era que os serviços entregues seriam mais eficazes, se fossem prestados por burocratas de rua. Somado a isso, Schommer e Tavares (2017) afirmaram que ainda existem muitos desafios nesse campo.

Os autores ainda recordaram que a coprodução não é a panaceia para todos os problemas sociais. Ressalte-se que os modelos apresentados variam conforme o contexto local e devem se adequar à política pública a ser empregada, descabendo sua aplicação a qualquer tipo de serviço. São obstáculos de ordem institucional, cultural e política que travam o avanço da coprodução.

Além disso, Osborne e Strokosch (2013) argumentaram que os profissionais regulares podem não ter disposição para coproduzir com membros externos. É possível que haja resistência ou um comportamento passivo frente a eles, principalmente quando a chegada vem acompanhada por inovações. Ainda há teóricos que enxergam desvantagens em potencial na coprodução.

Steen, Brandsen e Verschuere (2018) destacaram pontos passíveis de falha. No aspecto econômico, embora a coprodução se proponha a reduzir gastos públicos, pode ocorrer o inverso, caso haja a necessidade de investimentos para a implantação das atividades a ela inerentes. Demais disso, as desigualdades sociais podem ser ampliadas, já que as relações de poder representam barreiras para a entrada de pessoas menos favorecidas.

Adicionalmente, os autores salientaram a dificuldade de responsabilização quando da ocorrência de problemas na execução dos serviços ou na sua prestação de contas, haja vista o compartilhamento de responsabilidade e poder existentes na coprodução. Por fim, é preciso

cautela com a implantação de um modelo pronto de coprodução, eis que o fato de ter funcionado em uma localidade, não é certeza de sucesso em outra, haja vista a diferença de contextos. Isso pode ser decisivo para o êxito de uma política pública.

Os aspectos motivacionais e as tipologias de coprodução também são pontos a se considerar para um modelo coprodutivo exitoso. O primeiro se refere às condições essenciais para a viabilização e permanência dos indivíduos nas práticas de coprodução (LOTTA, 2017). Enquanto o segundo contempla as diferentes formas de participação, considerando seus níveis e alcances (SCHOMMER e TAVARES, 2017). Tais aspectos serão estudados na próxima seção.

2.4 Motivação para coprodução

Nesta seção serão abordadas as motivações e as tipologias da coprodução, construtos centrais desta pesquisa. Essa é uma importante lacuna apontada pela literatura. Segundo Lotta (2017), por meio da análise de diferentes casos específicos, pode-se depreender as das circunstâncias que levam o indivíduo a se inserir em práticas de coprodução. Aqui não serão discutidas as motivações do setor público para parceria, bem como dos seus agentes, os prestadores de serviços profissionais.

Vale ressaltar que na literatura os termos motivações do indivíduo e aspectos facilitadores/dificultadores para a coprodução se confundem ou estão relacionados. Para minimizar esse conflito e facilitar o entendimento do leitor, optou-se pela denominação “aspectos motivacionais”. Estes são entendidos como os motivos para o engajamento do cidadão na coprodução de serviços públicos.

Inicialmente, fez-se uma revisão integrativa da literatura, cujos protocolos e detalhes da pesquisa se encontram no apêndice A, a fim de identificar estudos que abordaram os aspectos motivadores do cidadão a se engajar na coprodução do bem público. O método pode ser classificado como uma revisão bibliográfica sistemática, baseada em conhecimentos gerados em estudos anteriores (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011). Ela tem o objetivo de agrupar e sumarizar resultados de pesquisas sobre uma área de estudo ou tema delimitado, sistemática e ordenadamente. Trata-se de um esforço inicial na busca de compreender os fatores que levam os cidadãos a atuar em conjunto com o Estado na prestação de serviços públicos, conforme observado no quadro 2.

Quadro 2: Matriz de síntese da motivações

NR	TÍTULO	AUTOR(ES)
1	Why do public-sector clients coproduce? toward a contingency theory	Alford (2002)
2	Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff (2012)
3	Participation of clients in public services: the aspect of motivating	Petukiene, Tijnaitiene, e Damkuvienė (2012)
4	Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust – an investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands	Fledderus e Honingh (2016)
5	Co-producing a nicer neighbourhood: why do people participate in community development projects?	Vanleene, Verschuere e Voets (2015)
6	Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK	Bovaird et al (2016)
7	Who you are/where you live? do neighbourhood characteristics explain co-production	Thijssen e Van Dooren (2016)
8	Why engage in co-production of public services? mixing theory and empirical evidence	Van Eijk e Steen (2016)
9	Co-producing safety in the local community: A Q-methodology study on the incentives of Belgian and Dutch members of neighbourhood watch schemes	Van Eijk, Steen e Verschuere (2017)
10	Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia	Uzochukwu e Thomas (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor.

São inúmeras as razões pelas quais os indivíduos podem se envolver nas atividades de coprodução. O trabalho de Alford (2002) é um clássico na área e serviu de parâmetro para outros estudos. Segundo o autor, muitos motivos se assemelham aos observados em movimentos tradicionais de envolvimento social, como por exemplo: fazer a diferença na comunidade. Ele ainda destacou que a coprodução acontece em diferentes contextos, sob os mais variados aspectos motivacionais. O autor afirmou que as motivações para coproduzir são mais complexas, conforme o valor que o indivíduo atribui ao serviço coproduzido. Adicionalmente, Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) apontaram que, além da motivação individual das pessoas para coproduzir, outras circunstâncias influenciam a coprodução.

O estudo de Alford (2002) apresentou uma conceituação dos fatores que podem influenciar na coprodução, com foco no indivíduo autônomo e titular de direitos natos. A partir de literaturas sobre motivação de clientes e voluntários, o autor elencou possíveis motivos para práticas de coprodução, quais sejam: sanções; recompensas materiais; recompensas intrínsecas; incentivos solidários; e recursos normativos. Apesar disso, acreditava que as sanções e as recompensas materiais não contribuíam de maneira significativa na motivação dos indivíduos. Isso ficava a cargo dos incentivos não materiais. Posteriormente, Alford (2014) reconheceu que, de certa forma, os cinco aspectos listados contribuem na motivação dos cidadãos.

O aspecto “sanções” está associado ao fomento das atividades de coprodução, por meio de penalidades aplicadas pelo órgão provedor do serviço. Porém, essa prática pode provocar um efeito inverso, afastando os cidadãos. As recompensas materiais, por sua vez, possuem um caráter mais egocêntrico e estão relacionadas aos benefícios diretos que o resultado da prestação do serviço pode gerar para indivíduo, fazendo com que ele se interesse em participar. No entanto, verificou-se que esse aspecto motivacional é mais adequado para realização de tarefas de baixa complexidade.

Para a execução de atividades mais complexas, recomenda-se estimular as recompensas não materiais. Nesses casos, além de entusiasmo e emprego do conhecimento técnico para realização dos serviços, Alford (2002) apontou que a autoestima e a autodeterminação são fatores associados às recompensas intrínsecas.

O autor acrescenta que a participação do indivíduo também pode acontecer para o bem estar da coletividade. Os incentivos solidários podem gerar a coprodução de serviços de limpeza urbana, segurança pública ou educação, por exemplo, dos quais há um proveito coletivo. A sociabilidade pode ser favorecida pela realização de tarefas simples ou de baixa complexidade. Assim, é provável que haja uma maior adesão dos cidadãos.

Os valores da sociabilidade são menos complexos que os valores expressivos. Para Alford (2002), a complexidade varia de acordo com o valor recebido pelo cliente. Os “recursos normativos” envolvem o senso de justiça social, observado, por exemplo, quando o cidadão tem consciência da importância de pagar seus tributos. Apesar da obrigatoriedade, ele paga para ser justo com a sociedade, colaborando com o financiamento dos gastos públicos.

Estes aspectos mostram que fazer uma abordagem do valor material e não material do bem coproduzido é determinante para a motivação do cidadão. O valor do bem pode, por exemplo, despertar o cidadão para coprodução, desde que a ação traga vantagem direta para ele (incentivo material). Logo, quanto maior a quantidade e a qualidade dos serviços consumidos pelos cidadãos, mais eles se motivarão para coproduzir.

Na mesma linha, Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienė (2012) analisaram a motivação por meio da interdisciplinaridade, apontando as formas de motivar o cidadão em participar ativamente de práticas de coprodução. Eles apontaram que os relacionamentos construídos sobre a confiança mútua, o respeito, a crença no poder da comunidade e a união são as bases da motivação. Esses aspectos são caracterizados como incentivos solidários por Alford (2002). Por vezes, pesquisas analisam o mesmo atributo motivacional, mas usam uma nomenclatura diferente.

Adicionalmente, Fledderus e Honingh (2016) analisaram a participação de cidadãos em OSC e apontaram aspectos motivacionais sob as seguintes perspectivas: extrínsecas, baseadas nas expectativas de recompensas materiais; intrínsecas, associadas à ideia de que alguém participa de certas atividades porque as acha interessantes, dignas e agradáveis; e, por fim, a sociabilidade, que se refere ao prazer de se associar, desfrutar da companhia e estima dos outros.

Por sua vez, Pestoff (2012), não se baseou na análise dos aspectos elencados por Alford (2002), mas teve como objeto de estudo o envolvimento dos cidadãos na coprodução de serviços sociais na Europa. Ele apontou que a facilidade de envolvimento depende, dentre outras coisas, da distância até o provedor de serviços e das informações sobre o a atividade a ser desenvolvida. Esses aspectos, juntamente com o tempo disponível, podem ser vistos como os custos de transação da participação. Quanto menor eles forem para o cidadão, mais fácil sua participação.

Paralelamente, Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) afirmaram que os cidadãos tendem a se engajar em atividades de coprodução enquanto houver dependência pelos trabalhos coproduzidos. Relataram, ainda, ser fator motivador para o indivíduo a importância dos serviços prestados, tanto para ele, como para seus entes. Assim, o envolvimento nas atividades de coprodução está diretamente relacionado à percepção do cidadão em relação à relevância do serviço na sua vida e para sua família.

Posteriormente, Vanleene, Verschuere e Voets (2016) testaram a hipótese da escolha racional econômica, na qual as pessoas são incentivadas a participar exclusivamente por possuírem um interesse material em fazê-lo. Em seguida, dividiram as motivações em dois grupos: pessoais e circunstanciais. O primeiro subdivide-se em motivações extrínsecas e intrínsecas. O outro grupo é composto por causas relevantes e de fácil envolvimento. Os autores testaram hipóteses com a finalidade de identificar os aspectos motivacionais para a coprodução.

Tais hipóteses abordavam aspectos como: recompensas materiais e não materiais, sanções, sociabilidade, crenças, satisfação com o serviço prestado, objetivos, facilidade de envolvimento e importância do serviço. Nesse ponto, os autores trouxeram os aspectos motivacionais apontados por Alford (2002) e Pestoff (2012). O estudo indicou que as motivações extrínsecas exercem uma influência mínima no interesse do cidadão. Por outro lado, as pessoais intrínsecas se apresentam como fortes gatilhos para coprodução e nunca são autônomos quando influenciam o cidadão.

Não obstante, Bovaird *et al* (2016) trouxeram uma abordagem diferente daquelas analisadas anteriormente, aludindo os elementos motivacionais com ênfase nas formas de coprodução individual e coletiva. Os autores analisaram o engajamento do cidadão em atividades coprodutivas a partir de cinco aspectos: condições, desempenho público, iniciativas de envolvimento, autoeficácia e características pessoais.

Nesse sentido, a categoria “condições” diz respeito à percepção dos cidadãos sobre a existência de um problema sério a ser combatido. Já o “desempenho público” se refere à concepção de quão bem o setor público está enfrentando esse problema. As “iniciativas de envolvimento público” avaliam o discernimento do indivíduo sobre o modo como o setor público o envolve no enfrentamento do problema ou na melhoria do serviço. Por sua vez, a “autoeficácia” representa o entendimento de que “as pessoas podem fazer a diferença” se integrando em um serviço ou problema. Por fim, as “características pessoais” remetem às questões de idade, sexo, nível educacional, localização, origem étnica.

De acordo com os autores, os cidadãos tendem a relatar altos níveis de coprodução, seja individual ou coletiva, quando consultados pelo setor público, desde que isso ocorra de forma efetiva, gerando efeitos reais e não, como mera informação, desprovida de utilidade prática. O estudo apontou, também, que ambas as coproduções tendem a ser maiores quando os entrevistados possuem um forte senso da diferença que as pessoas podem fazer (autoeficácia). Merece destaque na pesquisa o fato de as variáveis “gênero” e “etnia” não provocarem alterações nos níveis de coprodução, individual ou coletivamente. Ao contrário, o quesito “idade” mostrou-se marcante para a motivação da coprodução coletiva: quanto maior a faixa etária, maior o engajamento.

Igualmente importante, o estudo de Thijssen e Van Dooren (2016) foi aplicado com cidadãos que relataram problemas na gestão pública e fizeram proposições sobre como o Estado poderia melhorar as condições de vida local, mediante a coprodução. Os autores avaliaram, simultaneamente, o impacto das características da vizinhança e variáveis individuais (sociodemográficas). Eles se basearam em três correntes da literatura que consideram relevante estudar a vizinhança onde ocorre a coprodução: a teoria do capital social, o planejamento urbano e a teoria da coprodução propriamente dita.

O trabalho se dedicou a apontar o quanto a característica da vizinhança é relevante para a participação do cidadão. O aspecto foi analisado mediante a ótica do capital social como sendo aquilo que une a coletividade (a organização, a comunidade, a nação e a vizinhança). A variável “característica da vizinhança” tem fortes relações teóricas e empíricas

com a variável “sociabilidade”, apontada por Alford (2002) e Vanleene, Verschuere e Voets (2016). Ressaltam-se ainda dois pontos importantes para a participação cidadã: primeiro, os cidadãos coproduzem mais quando estão ligados a uma organização da sociedade civil e segundo, um cidadão é induzido a se envolver porque percebe a participação de outra pessoa.

Assim, os autores evidenciaram que a participação em atividades de coprodução é influenciada pela localidade onde o indivíduo reside e convive, bem como pelo seu perfil sociodemográfico.

Em adendo, Van Eijk e Steen (2016) construíram um modelo teórico para explicar a participação cidadã em processos de coprodução. Para tanto, consideraram três conjuntos de fatores que podem impactar na decisão do indivíduo em participar de atividades de coprodução: percepções da tarefa de coprodução e competência para contribuir; características individuais em termos de perfil socioeconômico e conectividade social; e motivações de interesse próprio e foco na comunidade.

Esses conjuntos de fatores, além de se prestarem a responder o que motiva o cidadão a se envolver em processos de coprodução, também confirmam os aspectos motivacionais (fatores sociopsicológicos, variáveis socioeconômicas, conexões sociais, motivações egocêntricas e centradas na comunidade) apontados nos estudos de Alford (2002), Pestoff (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2016) e Thijssen e Van Dooren (2016).

Segundo Van Eijk e Steen (2016), a motivação do cidadão em participar da prestação de serviços está fortemente ligada a dois aspectos: a relevância do serviço prestado e o sentimento de insatisfação com o referido serviço. O primeiro aspecto parece ser o ponto de partida para o cidadão se engajar na coprodução. Todavia, o segundo, tanto pode motivar a prática participativa como, a depender do contexto e do grau de satisfação do indivíduo, gerar outras reações, inclusive o desinteresse pela participação.

Nesse sentido, há fatores que limitam a coprodução, quais sejam: falta de tempo, diferenças culturais, carência de familiaridade com o serviço a ser desenvolvido e competência para realizá-lo. Registre-se que os gestores envolvidos na formulação e implantação do serviço a ser coproduzido devem estar atentos aos aspectos limitadores e facilitadores, uma vez que a estratégia a ser utilizada pode atrair ou afastar o cidadão. Assim, a contribuição de um modelo conceitual para a área de coprodução consiste na possibilidade de manusear as variáveis e testá-lo em outros contextos.

Posteriormente, Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) investigaram as motivações dos cidadãos para o envolvimento em atividades de coprodução na segurança de suas

comunidades. O estudo encontrou alguns elementos motivacionais abordados em pesquisas anteriores, como: relevância do assunto, facilidade para o envolvimento, competência para participar da atividade, sensação de confiança no governo, interesse próprio e melhoria da comunidade. Cabe destacar que, nesse caso, as características individuais dos cidadãos não foram preponderantes para a participação.

Concluíram os autores que, ao participarem da segurança, os cidadãos visam o bem estar das pessoas do bairro e da sociedade em geral, bem como as possíveis recompensas pessoais e benefícios diretos. Assim, eles se engajam por motivações egocêntricas e se sentem animados a participar de serviços propulsores de benefícios à comunidade em geral. Foi o que Alford (2002) interpretou como incentivos solidários e Van Eijk e Steen (2016) classificaram no conjunto das motivações de interesse próprio e foco na comunidade. Portanto, não existe um perfil único, as pessoas podem coproduzir por diferentes razões.

Por fim, Uzochukwu e Thomas (2018) investigaram por que o cidadão se envolve na coprodução na cidade de Atlanta (EUA). Para isso, eles propuseram um conjunto de hipóteses sobre o envolvimento na coprodução com base em duas teorias de fenômenos semelhantes: a teoria da participação política e a teoria de contato iniciado pelo cidadão. A combinação dessas teorias pode revelar um caminho promissor no esforço de explicar e compreender as motivações para coprodução do bem público, uma vez que abordam os seguintes aspectos: eficácia, capacidade, motivação de serviço público, desejo de fazer a diferença, senso de dever cívico, formas de coprodução, necessidades pessoais e necessidades de serviço.

Os autores verificaram que o aspecto “senso de eficácia pessoal” - sentindo-se capaz de fazer a diferença - foi apontado por 63% dos entrevistados como maior fator motivacional. A “motivação de serviço público” - sentir que era seu dever - foi o segundo ponto indicado e “sentir-se conectado com a comunidade”, o terceiro. Ressalta-se a baixa incidência para o aspecto ‘incentivo de vizinhos’, apenas 18% dos entrevistados o apontaram como motivador para a coprodução. Esse resultado vai de encontro ao apresentado por Thijssen e Van Dooren (2016), quando aponta que os cidadãos são motivados pela vizinhança e pelo local onde reside.

Além dos fatores motivadores da participação do cidadão, o estudo analisou os impeditivos. A falta de tempo foi a principal barreira apontada pelos entrevistados para o não engajamento na coprodução, corroborando com os achados de Pestoff (2012) e Van Eijk e Steen (2016). Ainda como entrave, foi relatada a falta de interesse em querer ajudar, dada a sensação de que a prestação de serviços tem bom funcionamento e prescinde da participação

popular. Outra questão reside na mentalidade de que a produção de serviços é trabalho do governo, não devendo exigir assistência dos cidadãos.

Assim, a revisão integrativa da literatura sobre motivações para coprodução concluiu que não há modelo ou formato único para os diferentes modelos de coprodução. Há fatores positivos e negativos capazes de colaborar ou dificultar a entrada de indivíduos nas atividades. Por sua vez, compete aos gestores a adoção de diferentes estratégias destinadas ao envolvimento dos cidadãos, a fim de maximizar o potencial coprodutivo, considerando a individualidade de cada participante e suas diferentes motivações.

O propósito foi apresentar o estado da arte sobre o tema, bem como permitir a geração de novos conhecimentos a partir dos resultados. A revisão mostrou uma concentração dos estudos na última década, que analisaram as motivações de forma quantitativa e/ou qualitativa. As pesquisas são, em sua maioria, de natureza qualitativa, concentradas em países desenvolvidos e os resultados encontrados podem não refletir a realidade da motivação para coprodução no Brasil.

Pode-se constatar também que existe oscilação na nomenclatura dos aspectos motivacionais, bem como diferenças de interpretação das variáveis pelos respondentes. Aliado a isso, verifica-se pouca profundidade nas pesquisas analisadas, replicando, por vezes, argumentos teóricos já existentes. Assim, o quadro 3, resumidamente, demonstra os aspectos motivacionais detectados na literatura.

Quadro 3: Aspectos motivacionais identificados na literatura

Autoeficácia
Confiança no provedor do serviço
Distância até o provedor do serviço
Facilidade para realizar o serviço
Fatores sociodemográficos
Incentivos solidários
Informações sobre o serviço
Motivações centradas na comunidade
Motivações egocêntricas
Recompensas intrínsecas
Recompensas materiais
Recursos normativos
Relevância do serviço
Sanções
Tempo disponível

Fonte: Bezerra (2020).

Os aspectos motivacionais mais presentes nos trabalhos analisados foram: recompensas intrínsecas, informações sobre o serviço, motivações centradas na comunidade, incentivos solidários e recompensas materiais. De um modo geral, as pessoas se engajam na coprodução por uma variedade de razões, algumas ligadas a orientações psicológicas individuais e outras relacionadas a necessidades pessoais de serviço.

Merece destaque o aspecto da motivação centrada na comunidade. Este aspecto apresenta-se como um diferencial nos estudos analisados (ALFORD, 2002; PETUKIENE, TIJUNAITIENE e DAMKUVIENE, 2012; VAN EIJK e STEEN, 2016; VAN EIJK, STEEN e VERSCHUERE, 2017; UZOCHUKWU e THOMAS, 2018), uma vez que, ao citá-lo, os participantes enfatizam que “ter voz” é fundamental para seu engajamento na coprodução.

Outro ponto a ressaltar se refere ao perfil sociodemográfico. Segundo Bovaird e Loeffler (2012), estudos revelam que a idade e o gênero, por exemplo, influenciam no envolvimento de cidadãos em atividades de coprodução. Alega-se que sujeitos de idade mais avançada tendem a participar mais. E ainda, que mulheres são mais dispostas ao engajamento na coprodução individual do que na coletiva.

Por outro lado, Alford e Yates (2015) concluíram não ser possível estabelecer um perfil do cidadão coprodutor, baseado nas características sociodemográficas. Eles não identificaram correlações fortes entre aquelas variáveis (sexo, idade, local de residência) e a disposição do cidadão para coprodução.

As várias razões pelas quais os usuários coproduzem ilustram como é difícil projetar serviços coproduzidos acessíveis e bem sucedidos. Foram evidenciados diversos aspectos motivacionais, o que corrobora com Alford (2002) ao afirmar que as pessoas não são motivadas, exclusivamente, porque têm um interesse material em fazê-lo. Ficou latente a complexidade do tema e o quão difícil é propor um modelo de tamanho único, pois diferentes formas de coprodução podem exigir estratégias distintas para engajar o cidadão.

Portanto, essa revisão deu início à exploração de uma lacuna do conhecimento academicamente ainda pouco estudada, mas empiricamente latente no Brasil, que é compreender o que leva o indivíduo a participar de processos de coprodução.

2.5 Tipologias de coprodução

Por sua vez, Brandsen e Honingh (2016) evidenciaram que as motivações e características pessoais poderiam ser relacionadas mais precisamente à natureza das

atividades. Tal argumento colabora para uma melhor compreensão do processo de coprodução e de suas consequências.

Nesse sentido, reconhecer a variedade de conceitos e tipologias é fundamental para uma maior coerência e consistência sobre o tema. Assim, ao adotar um modelo de tipologia, de acordo com Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), torna-se possível a comparabilidade de diferentes casos e experiências de coprodução, além de contribuir para melhorias na avaliação, transparência e comunicação.

Segundo Lotta (2017), as classificações de coprodução existentes na literatura decorrem da amplitude do seu conceito na busca por uma melhor compreensão empírica e teórica. Similarmente, Schommer e Tavares (2017) constataram que diversos autores propõem modelos e tipos de coprodução. Para abordar as tipologias de coprodução, também foi feita uma revisão integrativa da literatura, conforme quadro 4, de modo a investigar, identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes sobre o tema (GALVÃO e PEREIRA, 2014). Os protocolos e detalhamentos desta RSL se encontram no apêndice B.

Quadro 4: Matriz de síntese de tipologias

Autores	Tipologias
Whitaker (1980)	solicitação; assistência; e ajuste mútuo
Brundney e England (1983)	individual; grupal; e coletiva
Bovaird (2007)	provisão tradicional; coentrega; usuários entregam o serviço; usuários participam da produção dos serviços; coprodução total; usuários entregam serviços que foram coproduzidos; coentrega de serviços por usuários e profissionais; e produção comunitária tradicional
Salm e Menegasso (2010)	nominal; simbólica; funcional; representativa com sustentabilidade; e coprodução para mobilização comunitária
Osborne e Strokosch (2013)	coprodução de consumo; participante; e ampliada
Strokosch (2013)	individual e organizacional (Brandsen e Pestoff (2006))
Brandsen e Honingh (2016)	coprodução na implementação de serviços essenciais; na concepção/design e implementação de serviços essenciais; na implementação de serviços complementares; e na concepção/design e implementação de serviços complementares
Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017)	reformularam e expandiram Brudney e Engalnd (1983)
Mess et al (2018)	tipo de interação; papel e no tipo de contribuição do cidadão; e na distribuição de contribuição e benefícios

Fonte: elaborado pelo autor.

O trabalho de Whitaker (1980) pode ser considerado um clássico sobre tipologia para coprodução do bem público. Foi um dos primeiros estudos sobre o tema, trazendo três diferentes formas de atuação do cidadão na coprodução, assim classificadas: por solicitação;

assistência na provisão dos serviços; e ajuste mútuo entre o cidadão beneficiário dos serviços e o órgão público provedor.

O autor percebe o Estado como protagonista das ações, associado às ideias de eficiência, eficácia, redução de custos e melhoria da qualidade na prestação de serviços públicos. A participação do cidadão ocorre quando ele solicita a prestação de um serviço ou quando presta assistência a agentes públicos, cooperando voluntariamente, ou ainda quando cidadãos e agentes públicos interagem e se ajustam, de modo a definir as ações de cada um, conforme as expectativas do serviço.

Conforme Whitaker (1980), embora os agentes públicos possam sugerir opções, demonstrar técnicas, fornecer incentivos e orientações sobre a prestação de serviços, sozinhos, são incapazes de provocar mudanças. Com efeito, ao invés do agente apresentar um "produto acabado" ao cidadão, ambos podem produzir a transformação desejada na prestação de determinado serviço, desenvolvendo a coprodução. Muitas vezes, tal participação cidadã é fundamental para o sucesso do projeto.

O primeiro tipo de coprodução nasce da solicitação de assistência aos agentes públicos pelos cidadãos. Registre-se que, em regra, o recebimento do serviço depende dessa iniciativa. Os pedidos definem a capacidade operacional do órgão, com grande parte da sua carga horária direcionada ao atendimento. Nesse tipo de coprodução, os cidadãos podem sobrecarregar um determinado prestador de serviço, como polícia ou bombeiros, com pleitos desnecessários.

Outro tipo ocorre quando os cidadãos prestam assistência aos agentes públicos, comportamento que influencia na execução de políticas públicas. Como exemplos, têm-se as ações dos pais na educação de seus filhos e a atuação dos moradores na colaboração para a segurança pública do bairro. Essa tipologia também foi relatada por Bovaid (2007), ao apontar que o indivíduo realiza um serviço projetado por profissionais. Os autores destacaram que essa cooperação tem um efeito contínuo no conteúdo das políticas públicas, uma vez que cidadãos e agentes públicos interagem nos ajustes das expectativas e ações de atendimento uns dos outros.

Da referida interação decorre o terceiro tipo de coprodução, caracterizado pelo ajuste mútuo entre as partes, visando analisar conjuntamente um determinado problema, compreender as necessidades coletivas e definir as ações de cada um. Nesse caso, o cidadão e o agente dividem a responsabilidade de decidir a ação a ser tomada, embora, quase sempre, este último detenha mais recursos. Apesar de o ajuste mútuo não se aplicar a todo tipo de serviço público, é preferível que ele aconteça no desenvolvimento das políticas públicas.

Outro estudo clássico sobre tipologia para coprodução de bem público é o de Brudney e England (1983). A publicação serviu de ponto de partida para outros pesquisadores, que adotaram a tipologia apresentada para proposição de novos modelos ou até mesmo sua reformulação e expansão (NABATCHI, SANCINO e SICILIA, 2017). Os autores classificaram os tipos de coprodução em individual, de grupo e coletiva.

Na coprodução individual, o cidadão se engaja em atividades coprodutivas que, na maioria das vezes, exigem pouco esforço e lhe conferem a condição de maior beneficiado. Quando em grupo, os indivíduos se unem a servidores públicos para consecução de atividades coordenadas, cujos favorecidos são comunidades ou conjunto de pessoas. Por fim, a coletiva proporciona grandes vantagens a todos, independentemente da participação na prestação do serviço, no entanto, demanda o envolvimento de muitos indivíduos.

Por sua vez, o modelo de Bovaird (2007) enxerga a coprodução entre prestadores regulares de serviços e usuários de modo mais duradouro e consistente. Ele apresentou um modelo para compreensão do papel emergente do usuário e da comunidade na coprodução. Apontou ainda que a formulação de políticas públicas é uma negociação entre muitos sistemas políticos integrados e não, apenas um processo imposto de cima para baixo.

As tipologias abordadas pelo autor ampliam as possibilidades de relacionamento entre profissionais, usuários de serviços e suas comunidades. Elas apresentam as principais arenas de interação no planejamento e na prestação de serviços, mostrando, na prática, a necessidade de união entre o profissional e o usuário. Com isso, o autor propôs um modelo, baseado em estudos de casos no Reino Unido, no qual foram apontadas oito possibilidades de produção e entrega de serviços resultantes do relacionamento entre prestadores regulares e usuários. Os níveis são graduados partindo da provisão tradicional (nível 1) até a produção comunitária tradicional (nível 8), conforme tabela 1.

Tabela 1: Tipos de coprodução - possibilidades de produção e entrega de serviços decorrentes do relacionamento entre prestadores regulares e usuários

	Planejamento realizado somente por profissionais	Usuários e profissionais participam juntos do planejamento	Profissionais não contribuem no planejamento
Profissionais com responsabilidade exclusiva para entrega do serviço	1. Provisão tradicional de serviços pelos profissionais	2. Cidadãos e profissionais atuam juntos no planejamento e design, sendo a entrega dos serviços por profissionais	Não se aplica

Profissionais, usuários e comunidade participam juntos da entrega do serviço	3. Serviços desenhados somente por profissionais e entregues juntamente com usuários	4. Coprodução total usuários e profissionais no design e na entrega dos serviços	5. Usuários e profissionais entregam os serviços, com pouco planejamento formal
Usuários e comunidade com responsabilidade exclusiva para entrega do serviço	6. Serviços planejados por profissionais e entregues pelos usuários	7. Planejamento em conjunto por cidadãos e profissionais, sendo a entrega dos serviços por usuários	8. Auto-organização comunitária na provisão dos serviços

Fonte: Bovaird (2007).

A coprodução em essência ocorre nos níveis 4, 5 e 6, quando profissionais e usuários produzem e entregam os serviços conjuntamente. Nos níveis de 1 a 3, os usuários participam de maneira simbólica ou passivamente, apenas entregando serviços planejados e desenhados por prestadores regulares. Por fim, nos níveis 7 e 8 os serviços são produzidos basicamente pelos usuários, com participação mínima dos profissionais, na entrega dos serviços, por exemplo ou sem coprodução ou coentrega.

Dentro de um sistema no qual os serviços são prestados, em grande parte, por métodos tradicionais e profissionalizados, merece destaque o potencial que os cidadãos têm para se envolver no planejamento e no projeto de determinada tarefa. O ideal é que usuários e profissionais compartilhem plenamente as fases de planejar, projetar e entregar o serviço. Como exemplo de coprodução plena, tem-se a vigilância da vizinhança em que os usuários trabalham com a polícia e as autoridades locais para aumentar a segurança local.

Em adendo, Salm e Menegasso (2010) propuseram modelos de coprodução dos serviços públicos baseados em tipologias de participação. Para isso, usaram como referência os trabalhos sobre participação cidadã de Arnstein (1969), Pretty (1995) e White (1996), bem como os estudos sobre coprodução do serviço público. Assim, relacionaram as duas coisas e formularam o modelo conceitual de coprodução de serviços públicos apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Modelo de coprodução de serviços públicos

Modelo de coprodução	Definição do modelo de coprodução	Participação do cidadão no processo de coprodução
Nominal	É uma estratégia para a produção dos serviços públicos, por meio do compartilhamento de responsabilidades entre pessoas da comunidade, preferencialmente voluntários, e o aparato administrativo público do estado, com o propósito, apenas, de tornar eficientes esses serviços.	Não há participação efetiva e de poder do cidadão sobre o Estado.

Simbólica	É uma estratégia para envolver os cidadãos na produção dos serviços públicos para demonstrar a presença do Estado.	A coprodução tem, quase sempre, um caráter manipulativo e serve para demonstrar a eficácia do Estado.
Funcional	É uma estratégia utilizada pelo aparato público do estado para produzir os serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade.	Ocorre por meio da solicitação dos serviços, de assistência ou por um ajuste mútuo com o Estado.
Representativa com sustentabilidade	É o resultado da sinergia que se estabelece na realização dos serviços públicos de que participam os cidadãos, as organizações da comunidade e o aparato administrativo do estado que, no seu conjunto, interagem em prol do bem comum.	O modelo requer o engajamento cívico do cidadão e da comunidade. A coprodução resulta da delegação de poder pelo Estado e da sua interação com o cidadão.
Coprodução para a mobilização comunitária	É uma estratégia para a realização dos serviços públicos de que participa toda a comunidade, orientada por princípios éticos e pela democracia normativa, com o propósito de manter a sociedade permanentemente mobilizada.	Permanente mobilização da comunidade e de superação da organização burocrática.

Fonte: Adaptado de Salm e Menegasso (2010) e Schommer e Tavares (2017).

O modelo apresentou os seguintes tipos de coprodução: nominal; simbólica; funcional; representativa com sustentabilidade; e para a mobilização comunitária.

Entende-se por coprodução nominal ou não participação, a estratégia de produção de serviços públicos levada a efeito por meio do compartilhamento de responsabilidades entre cidadãos e Estado, com a única finalidade de tornar os serviços mais eficientes. A coprodução simbólica, por sua vez, pode ter um caráter manipulativo e ser usada estrategicamente para envolver os cidadãos na execução dos serviços, de modo a demonstrar a presença do Estado. Alertaram os autores que, nesses dois tipos, há risco de manipulação e uso da coprodução para “sossegar os ânimos” dos cidadãos, sem efetivo compartilhamento de poder.

A coprodução funcional é baseada em resultados, sendo mais uma estratégia a ser utilizada pelo Estado para oferecer serviços mais eficientes e eficazes com a participação do cidadão, seja individual, coletivamente ou em grupos. Outro tipo é a coprodução representativa com sustentabilidade, cujos pressupostos são a delegação do poder estatal e o engajamento cívico dos cidadãos e da comunidade de modo a garantir a sinergia na prestação dos serviços públicos com o Estado. Por fim, a coprodução para a mobilização comunitária propõe uma transformação na sociedade em geral, com vistas à execução dos serviços públicos. Nela, os cidadãos e o Estado passam a ficar permanentemente mobilizados e a se orientar por princípios éticos e pela democracia normativa.

De maneira análoga, Osborne e Strokosch (2013) receberam influências das áreas de administração pública e gestão de serviços para propor os modos de coprodução de serviços

públicos classificados em: coprodução de consumo, participante e ampliada. Com base na teoria dos serviços, a coprodução de consumo enxerga o usuário como cliente ou consumidor, que tem a produção e o consumo como processos inseparáveis na execução dos serviços. Nesse tipo não ocorre participação dos usuários no desenho dos serviços.

O tipo coprodução participante ou participativa promove a interação dos usuários por meio de mecanismos participativos no nível estratégico da organização. O cidadão pode se envolver em várias etapas do processo como no planejamento, produção e entrega dos serviços públicos. O outro tipo, chamado coprodução ampliada ou aprimorada, busca realizar uma mudança transformadora no paradigma existente na prestação de serviços públicos. Ele combina os outros dois tipos de coprodução e possibilita a contribuição efetiva do usuário na prestação de serviços inovadores.

Paralelamente, Strokosch (2013) propôs uma tipologia de coprodução nos níveis individual e organizacional. No primeiro, a autora usa a classificação do trabalho citado anteriormente, que prevê a coprodução de consumo, participante e ampliada (OSBORNE e STROKOSCH, 2013). Já no segundo, ela adota a tipologia de Brandsen e Pestoff (2006), que classifica a coprodução em cogestão e cogovernança. Nessa tipologia se observa forte atuação das organizações do terceiro setor, tanto no planejamento, como na execução dos serviços públicos.

A referida autora elaborou uma matriz combinando os tipos de coprodução individual e organizacional. Destacou, ainda, que, mesmo com toda a diferenciação existente entre os tipos de coprodução, seja pelo grau de envolvimento ou participação, faz-se necessário que eles coexistam, principalmente para formação de alianças e acordos de colaboração. A diversidade tipológica também possibilita ao ente público ter acesso a conhecimentos, recursos e capacidades dos envolvidos no serviço.

Não obstante, Brandsen e Honingh (2016) se propuseram a distinguir diferentes tipos de coprodução, a partir de uma análise conceitual das definições clássicas sobre o assunto. Segundo eles, identificar as diversas tipologias é fundamental para tornar a pesquisa em coprodução mais comparável. A classificação leva em consideração a natureza do serviço (principal ou complementar) e o grau de participação do cidadão (implementação ou desenho e implementação), conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3: Tipos de coprodução - natureza do serviço e grau de participação

	Implementação	Desenho e Implementação
--	---------------	-------------------------

Complementar	Coprodução complementar na implementação	Coprodução complementar no desenho e implementação do serviço
Não Complementar	Coprodução na implementação de serviços primários, essenciais	Coprodução no desenho e implementação de serviços primários, essenciais

Fonte: Brandsen e Honingh (2016).

Dessa forma, têm-se quatro tipos de coprodução: na implementação de serviços complementares; na implementação de serviços principais; no desenho e implementação de serviços complementares; e no desenho e implementação de serviços principais. Esse último tipo é o que possibilita o maior envolvimento dos cidadãos, tanto no planejamento, quanto na execução dos serviços, permitindo um maior engajamento e melhoria na sua qualidade.

Primeiramente, a coprodução no desenho e implementação de um serviço complementar consiste na participação dos cidadãos em atividades que são complementares para a prestação do serviço principal de uma organização, como por exemplo, planejar e realizar uma festa de formatura numa escola. Outro tipo é a coprodução na implementação de um serviço complementar, que também não contempla a atividade principal do órgão público. Como exemplo, tem-se a colaboração de cidadãos na limpeza de um hospital.

O terceiro tipo é a coprodução no desenho e implementação de um serviço não complementar. Nesse caso, os cidadãos participam das atividades principais da organização e são considerados essenciais no planejamento e na execução dos serviços. Por fim, a coprodução na implementação de um serviço não complementar envolve os cidadãos na atividade principal de órgão público, mas eles não participam do desenho do serviço.

Por sua vez, Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), ao apresentarem a tipologia e definirem as variações da coprodução, visam contribuir para que profissionais e gestores públicos possam usar aquela que melhor se adeque aos objetivos pretendidos com a política pública. Os autores usaram a tipologia da coprodução de Brudney e England (1983) que inclui três níveis (individual, em grupo e coletivo) – analisada anteriormente. Inovaram ao adicionar quatro fases ao modelo (comissionamento, projeto, entrega, avaliação).

As fases se referem ao ciclo da política pública. Elas ajudam a definir quando a atividade foi realizada, o que foi produzido e capturam com mais precisão as aplicações existentes na literatura. Em qualquer das fases é possível a ocorrência nos três níveis (individual, em grupo e coletivo). A fase de comissionamento equivale às etapas de identificação de problema e formulação de agenda. Na sequência vem planejamento,

implementação e avaliação. A combinação dos tipos e fases gera doze tipos de coprodução, que variam conforme as características relacionadas ao que é, a quem e quando ocorre a coprodução.

Os tipos de coprodução tendem a variar em três aspectos: quantitativo (número de participantes), representativo (a quem eles representam) e temporal (quando ocorrem). Assim, a tipologia desenvolvida pelos autores é capaz de descrever e definir diversas formas, pois o número de atores, o local e o tamanho da atividade coprodutiva, podem mudar de acordo com as fases.

Por último, Mees *et al* (2018) reuniram três tipologias para compreender as formas de coprodução referentes à governança de risco de inundação, a partir dos outros tipos identificados em diferentes domínios de política pública. Eles entenderam que seria necessária uma abordagem abrangente do conceito de coprodução para capturar suficientemente sua ocorrência na realidade. Ainda alertaram para o cuidado que deve existir ao realizar ou propor uma classificação, pois consta de uma simplificação da realidade, devendo reconhecer o risco inerente ao modelo.

Os autores apresentaram três tipologias complementares, a saber: interação entre governos e cidadãos (coprodução hierárquica, incentivada, deliberativa); o papel e o tipo de contribuição do cidadão (cofinanciamento complementar, coentrega complementar, coprodução complementar de conhecimento, cofinanciamento substitutivo, coentrega substitutiva, coprodução substitutiva do conhecimento); e distribuição de contribuições e benefícios (coprodução individual privada, coprodução individual filantrópica, coprodução coletiva privada, coprodução coletiva filantrópica).

As categorias da primeira tipologia (interação entre governos e cidadãos) não são totalmente exclusivas. A coprodução hierárquica e incentivada é dirigida pelo governo, enquanto a deliberativa permite a formação de mais relações governo-cidadão baseadas em parcerias. Nesse caso, pode existir sobreposição entre essas categorias. O segundo tipo (o papel e o tipo de contribuição do cidadão) remete ao modelo de Brandsen e Honingh (2016) – comentado anteriormente.

Enquanto que o terceiro (distribuição de contribuições e benefícios), diferencia as formas individuais e coletivas de coprodução, dependendo de quem contribui e quem se beneficia dos serviços coproduzidos. Essa classificação foi criada por Bovaird *et al* (2015), a qual se baseia em uma pesquisa de coprodução nas áreas de saúde, meio ambiente e segurança.

A “coprodução individual privada” é provida individualmente para o benefício exclusivo da pessoa diretamente envolvida na atividade. A “coprodução individual filantrópica” é fornecida individualmente para o benefício de um grupo maior de pessoas. A “coprodução coletiva privada” é proporcionada por um grupo de cidadãos para o benefício exclusivo daqueles diretamente envolvidos na atividade. Por fim, a “coprodução coletiva filantrópica” é propiciada por um grupo de cidadãos para o benefício de um grupo mais amplo de pessoas.

Assim, a revisão integrativa da literatura sobre tipologias da coprodução concluiu que cada autor aqui apresentado contribuiu teórica e/ou empiricamente para o avanço dos estudos sobre a temática da coprodução dos bens públicos. Diante dos tipos abordados, pode-se perceber a variedade e complexidade dos modelos de coprodução. Esse conhecimento serve, dentre outras coisas, para construir modelo de coprodução proposto neste projeto de tese.

Além de trazer o estado da arte sobre o tema, a revisão teve por objetivo permitir a geração de novos conhecimentos a partir dos resultados. Verificou-se que não há modelo ou tipologia única para coprodução. Os autores aqui apresentados reconheceram a aplicabilidade dos seus estudos especificamente ao setor estudado, recomendando o teste ou adaptação dos modelos em outras áreas. Após relacionar diferentes tipologias de coprodução, infere-se a complexidade do tema e a dificuldade de se propor um modelo universal.

Constatou-se a concentração dos estudos na última década, com exceção dos clássicos Whitaker (1980) e Brudney e England (1983), que serviram de base para os demais. Em maioria, os estudos avançaram usando argumentos teóricos já existentes. Predominaram os estudos qualitativos realizados principalmente em países desenvolvidos. Logo, os resultados encontrados podem não refletir as tipologias para coprodução no Brasil.

Nesse sentido, merece destaque o trabalho nacional de Salm e Menegasso (2010), que consideraram a participação e envolvimento dos cidadãos em diferentes graus para propor um modelo conceitual de coprodução. No entanto, os autores reconhecem as limitações e deixam a cargo dos interessados na temática o aprimoramento do modelo. Vislumbra-se uma lacuna do conhecimento que pode ser explorada, a fim de aprofundar os estudos dos tipos de coprodução no Brasil.

3. MODELO TEÓRICO PROPOSTO

A partir do referencial teórico e das duas revisões integrativas da literatura apresentadas no capítulo anterior, pretende-se aqui retratar os modelos teóricos sobre motivações e tipologias de coprodução do bem público, que serão objeto de validação nesta tese. Vale ressaltar que a construção dos referidos modelos decorreram de estudos de natureza qualitativa, necessários ao melhor entendimento dos temas.

3.1 Modelo conceitual de motivação para a coprodução do bem público

O ponto de partida das pesquisas foi investigar a motivação do indivíduo para atividades de coprodução, cujos resultados seriam apresentados na dissertação de mestrado de Joacil Bezerra, ocorrida em fevereiro/2020. Esta, por sua vez, teve por objetivo principal a construção de uma escala para mensuração dos aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público.

Como primeiro passo, realizou-se uma revisão integrativa da literatura sobre o tema. Assim, Bezerra *et al* (2019) apresentaram o trabalho “Motivação para coprodução: uma revisão integrativa” no VIII Encontro de Administração Pública da ANPAD – EnAPG, em Fortaleza-CE, no período de 16 a 18 de maio de 2019.

A revisão foi fundamental na construção do modelo conceitual de motivação. Destacaram-se os estudos de Van Eijk e Steen (2014), Alford e Yates (2015) e Vanleene, Verschueren e Voets (2016), que incorporam múltiplas dimensões e apresentaram itens, os quais foram adaptados para a criação do modelo. Além destes, o trabalho de Cavalcante (2012) serviu de referência para elaboração do instrumento de medição da motivação.

Assim, Bezerra (2020) apresentou as seguintes dimensões do modelo conceitual de motivação para a coprodução do bem público: autoeficácia, natureza do serviço, sociabilidade e relevância percebida. Tais categorias são compostas de itens responsáveis por constituir o instrumento de coleta de dados a ser usado nesta pesquisa, conforme se observa no quadro 5.

Quadro 5: Síntese das motivações para coprodução do bem público

Dimensão	Definição
----------	-----------

AUTOEFICÁCIA	Percepção que os cidadãos têm sobre “fazer a diferença” ao se envolverem na prestação de um serviço ou resolução de um problema. É a capacidade do cidadão em prestar o serviço (BOVAIRD <i>et al</i> , 2016; ALFORD, 2009). Para Fledderus (2015), a coprodução dará às pessoas a sensação de que suas ações realmente têm um impacto e a autoeficácia diminuirá o sentimento de risco, vulnerabilidade e dependência dos usuários, o que influencia positivamente a confiança.
NATUREZA DO SERVIÇO	Pretende-se verificar a facilidade que os cidadãos têm de se envolverem na prestação dos serviços. Para Verschuere <i>et al</i> (2012), essa facilidade de envolvimento pode depender de vários fatores, como a distância até um prestador de serviços, se a informação sobre o serviço está ou não disponível, o tempo e o esforço que o cidadão disponibilizará na prestação do serviço
SOCIABILIDADE	São analisados itens que consigam mensurar a capacidade do cidadão em se associar com outros, o senso de pertencimento ou identificação com um grupo e o desejo de afiliação (ALFORD, 2002; VERSCHUERE <i>et al</i> , 2012). Alford (2009) aponta que as pessoas podem participar mesmo que isso apresente um custo financeiro, pois, mediante a participação, elas desfrutam da companhia, convivência e estima dos outros.
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	Busca identificar aspectos relacionados à importância do serviço prestado, é o quanto o cidadão considera relevante o serviço para si e os outros e o quanto as atividades desenvolvidas pela organização são importantes. Estudos apontam que o cidadão estará mais motivado a participar, quanto mais relevante ele perceber o serviço (PESTOFF, 2012; VAN EIJK; STEEN, 2015; VANLEENE; VERSCHUERE; VOETS, 2017).

Fonte: adaptado de Bezerra (2020).

A autoeficácia é uma variável atitudinal que verifica a percepção dos cidadãos de que as pessoas podem fazer a diferença quando envolvidas em um serviço ou questão. Reconhece o potencial existente nos indivíduos para entregar algo a mais e melhorar a qualidade dos serviços públicos. Para Alford (2009), o senso de autoeficácia reflete diretamente nas motivações pessoais intrínsecas.

Por sua vez, a natureza do serviço está relacionada a mais de um fator, como a facilidade de se envolver em atividades promovidas pelo Estado, a distância até o provedor de serviços, o acesso às informações necessárias à prestação do serviço e os custos da transação. Segundo Pestoff (2012), o último corresponde ao tempo e ao esforço que o cidadão dedicará na sua prestação. Assim, quanto menores os custos, maiores as possibilidades de participação.

Já a dimensão sociabilidade foi definida por Alford (2002) como a recompensa que o cidadão recebe por se associar a outros, o senso de pertencimento ou identificação com um grupo e o desejo de afiliação. Por meio da participação, as pessoas podem desfrutar da companhia, convivência e estima dos outros. Vanleene, Verschuere e Voets (2016) afirmaram que os cidadãos tendem a se engajar em atividades de coprodução pelo senso de pertencimento e socialização.

Por fim, a relevância percebida trata da importância da atividade e da organização que o prestará. Para Pestoff (2012), se o serviço for realmente importante para o cidadão, seus familiares ou amigos, ele estará mais propenso a se motivar para a coprodução. Conforme a magnitude da questão, esse entendimento pode ser ampliado, para o bairro, a cidade ou até mesmo a sociedade como um todo.

Essa é a estrutura do modelo conceitual de motivação para a coprodução do bem público. Cada dimensão será composta pelos itens apresentados no quadro 3. A partir disso, pode-se criar uma escala apta a mensurar a motivação dos cidadãos para as atividades de coprodução. A seguir será apresentado o outro modelo conceitual abordado nesta tese.

3.2 Modelo conceitual de tipologias de coprodução do bem público

A construção desse modelo, juntamente com o anterior, é fundamental para o alcance do objetivo proposto nesta tese. Sua elaboração seguiu as mesmas etapas do modelo conceitual de motivação. Assim, ele evidencia as dimensões do construto tipologias, nas quais os itens serão agrupados para posterior desenvolvimento da escala de tipologias de coprodução.

Salm e Menegasso (2010) propuseram modelos de coprodução dos serviços públicos, baseados em tipologias de participação que contribuem, principalmente, na diferenciação dos seus níveis. Para isso, usaram como referência os trabalhos sobre participação cidadã de Arnstein (1969), Pretty (1995) e White (1996), bem como os estudos sobre coprodução do serviço público.

Assim, ao propor um modelo conceitual de coprodução de serviços públicos baseado em trabalhos de participação cidadã, Salm e Menegasso (2010) expõem uma fragilidade relevante. Participação e coprodução são conceitos diferentes, conforme apresentado na RL desta tese. Sabe-se que toda coprodução é uma forma de participação, porém nem toda participação se configura em coprodução. O conceito de participação cidadã é mais amplo.

Após a análise dos trabalhos constantes na RSL, optou-se pela criação de um modelo próprio de tipologia de coprodução, pois não foi localizado um modelo adequado na literatura com potencial para mensurar esse construto. A elaboração do modelo é fundamental para o alcance do objetivo proposto nesta tese. Assim, ele evidencia as dimensões da tipologia, nas quais os itens serão agrupados para o posterior desenvolvimento da escala de tipologias de coprodução.

De partida, essa proposta assume que a coprodução do bem público ocorre fundamentalmente quando da execução/entrega dos serviços públicos, com o engajamento mútuo de Estados e cidadãos (VERSCHUERE, BRANDSEN e PESTOFF, 2012; BRANDSEN e HONINGH, 2016).

Diante dessa premissa, a tipologia ainda contempla elementos inerentes aos conceitos de coprodução, como: relações regulares de longo prazo, na qual as partes fazem contribuições substanciais de recursos (BOVAIRD, 2007), redes e parcerias, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas (SCHOMMER et al, 2011), compartilhamento de poder e responsabilidades entre agentes públicos e cidadãos (SALM, 2014) e envolve a participação ativa do cidadão (DE MATTIA e ZAPPELLINI, 2014).

A proposta de uma nova tipologia levou em consideração o grau de envolvimento do indivíduo nas atividades de coprodução. A ideia de contar com o envolvimento dos cidadãos em diferentes graus é um desafio e uma inovação para a administração pública. Espera-se que, com a sinergia entre cidadãos e agentes públicos, a prestação de serviços se torne ainda mais eficiente.

Adicionalmente, contemplou características de modelos anteriores, como o de Bovaird (2007), que prevê oito classificações diferentes a partir dos papéis desempenhados por profissionais e pela comunidade, bem como se inspirou nas ideias de Salm e Menegasso (2010) para desenvolver um modelo de coprodução dos serviços públicos.

Assim, pensou-se numa gradação em quatro níveis (Quadro 6), que varia à medida que os cidadãos desempenham um papel cada vez mais ativo na implementação dos serviços públicos em parceria com o Estado. Nesse caso, o indivíduo não pode figurar como mero receptor dos serviços prestados pelo ente público. Logo, o modelo proposto reconhece a coprodução como estratégia de gestão integradora e democrática, percebendo os cidadãos como elementos indispensáveis para o sucesso das políticas públicas.

Quadro 6: Modelo de tipologia de coprodução do bem público

Tipo	Descrição
------	-----------

Inicial	É o primeiro passo rumo ao compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade. A estratégia é envolver os cidadãos na execução de serviços públicos, porém o fluxo de informações é unidirecional (somente de cima para baixo), sem canais de negociação ou <i>feedback</i> . O cidadão é consultado para fornecer informações ou para obtenção da sua tolerância ou anuência em relação a projetos ou outras possíveis ações do Estado. O envolvimento das pessoas consiste em consultas ou respostas a perguntas formuladas pelos agentes externos, que definem os problemas e os processos de coleta de informações e, assim, controlam a análise. Esse processo consultivo pode ensinar a conscientização do cidadão, mas não oferece qualquer possibilidade na tomada de decisão e os agentes estatais não têm a obrigação de levar em conta as opiniões das pessoas. Caracteriza-se por reuniões de vizinhança, questionários, assembleias e audiências, por exemplo.
Básica	A coprodução básica avança em relação à inicial no sentido do cidadão exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos. Sai de um nível superficial de coprodução para uma concessão limitada de poder, a qual permite aos cidadãos aconselhar os agentes estatais, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. As pessoas podem se envolver, por meio de grupos selecionados, para atender a objetivos predeterminados, relacionados a projetos específicos. Esse envolvimento pode ser interativo e envolver a tomada de decisão compartilhada, mas tende a surgir apenas depois que as principais decisões já foram tomadas, conforme os interesses do Estado. Os cidadãos podem aconselhar, mas as autoridades ainda detém o direito de decidir. Funciona como uma forma de acalmar os ânimos da população, destinando cotas ou reservas de vagas a determinados grupos da sociedade, por exemplo.
Intermediária	A coprodução ocorre para entregar serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz. A eficiência é o principal estímulo para coprodução, pois os custos dos serviços tendem a diminuir com o ingresso do cidadão na sua execução. Há negociação entre Estado e cidadãos, sendo o poder redistribuído e compartilhado. Logo, as regras não são modificadas unilateralmente. As decisões são divididas e o cidadão é visto como um parceiro do Estado. Tal parceria também ocorre por meio de incentivos funcionais e materiais, o cidadão recebe ou oferece recursos para execução dos serviços públicos. A participação cidadã é vista como um direito, não apenas um meio para atingir os objetivos do projeto.
Avançada	Esse é o nível ideal de coprodução, o tipo a ser alcançado, capaz de atender aos interesses da comunidade. Esse tipo de coprodução exerce maior ou menor poder sobre o Estado, dependendo das circunstâncias e da maturidade política e democrática da sociedade. Não se trata de controle absoluto pelos cidadãos, mas o suficiente para garantir a gestão completa de um programa, assumir responsabilidades e negociar a participação do Estado. A interação que ocorre entre cidadãos de uma mesma comunidade gera uma forma de poder que está além do poder do Estado. A comunidade tem a possibilidade objetiva de vir a exercer poder sobre o Estado. Os cidadãos desenvolvem contatos com instituições externas para obter os recursos e aconselhamento técnico de que precisam, mas mantêm o controle sobre o uso dos recursos. Esse tipo contempla os ideais de empoderamento do cidadão, transparência das ações estatais e pode restabelecer a confiança do povo no Estado.

Fonte: elaborado pelo autor.

Esse modelo está alinhado aos preceitos da NGP. Logo, contempla as inter-relações da administração pública com outras organizações, bem como com o cidadão individualmente. Acredita-se que o modelo proposto para a coprodução se encaixa nas novas formas e arranjos sociais, por envolver a produção de serviços isolados ou em rede, prevendo a participação de diversos atores (organizações públicas e privadas, da sociedade civil e cidadãos).

Sabe-se que modelo teórico se constitui de uma simplificação da realidade e apresenta tipos de coprodução peculiares com algumas distinções importantes entre eles. No entanto, essa tipologia dificilmente aparecerá na sua forma “pura”, pois as relações decorrentes dos processos de coprodução variam com o tempo, em alguns momentos com mais envolvimento da população, em outros com o Estado mais centralizador das ações.

Nesse caso, o modelo evidencia quatro categorias e a existência de limiares entre cada uma delas, que nem sempre correspondem às complexidades dos processos de coprodução. Na realidade, pode haver outras tipologias com características mais ou menos “puras”, cuja distinção entre elas não seja tão clara e “pura” conforme apresentado aqui. Isso chama atenção para uma questão pouco abordada na literatura, que de fato existe uma gradação no envolvimento dos cidadãos nas atividades de coprodução do bem público.

Em decorrência disso, é importante mencionar que conhecer as tipologias pode ser útil aos gestores, pois permitem a identificação das diferentes formas de coprodução e seleção daquela que melhor se alinha aos objetivos propostos pela administração pública, funcionando como uma estratégia de gestão, atendendo à demanda da população por mais espaço na gestão.

Portanto, este modelo teve a pretensão de dar mais um passo na direção de levar para o debate uma proposta de modelo de coprodução, resultado do interesse e esforço de pesquisadores desta temática.

3.3 Relações entre os modelos conceituais e proposição das hipóteses de pesquisa

Na sequência, norteado pelo argumento de tese e fundamentado pela revisão de literatura, apresenta-se a relação entre motivações e tipologias de coprodução. A partir disso, as hipóteses de pesquisa serão formuladas, compondo o modelo conceitual deste projeto de tese.

Nesse sentido, busca-se verificar se a motivação do cidadão para atividades de coprodução é determinante para suas tipologias. Partindo desse pressuposto teórico, os desdobramentos da pesquisa serão averiguados com o rigor científico demandado a um trabalho desta natureza.

Assim, para mensurar o construto da motivação para coprodução, foi necessário trazer sua definição, conforme a revisão integrativa da literatura realizada. Dessa forma, ficou

definido que motivação é um conjunto de aspectos que se evidenciam no cidadão e influenciam sua ação.

Para mensurar a motivação para coprodução nesta pesquisa, optou-se pela adoção do modelo conceitual proposto por Bezerra (2020), apresentado anteriormente. Ele possui natureza quantitativa e multidimensional, elencando quatro aspectos motivacionais: autoeficácia, natureza do serviço, sociabilidade e relevância percebida. Cada dimensão é mensurada por um conjunto de indicadores, conforme tabela 4.

Tabela 4: Indicadores do instrumento de motivação para coprodução

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO NATUREZA DO SERVIÇO
NATS1	Busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar
NATS5	For realizado perto da comunidade onde moro
NATS6	Exigir pouco esforço físico
NATS7	Exigir pouco esforço mental
NATS8	Eu tiver bastante tempo livre
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO SOCIABILIDADE
SOC1	Participo para me sentir membro ativo na sociedade
SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço é fundamental para que eu também participe
SOC4	Fazer novas amizades é importante para minha participação
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO RELEVÂNCIA PERCEBIDA
RELP4	For importante para um familiar
RELP5	For importante para um amigo

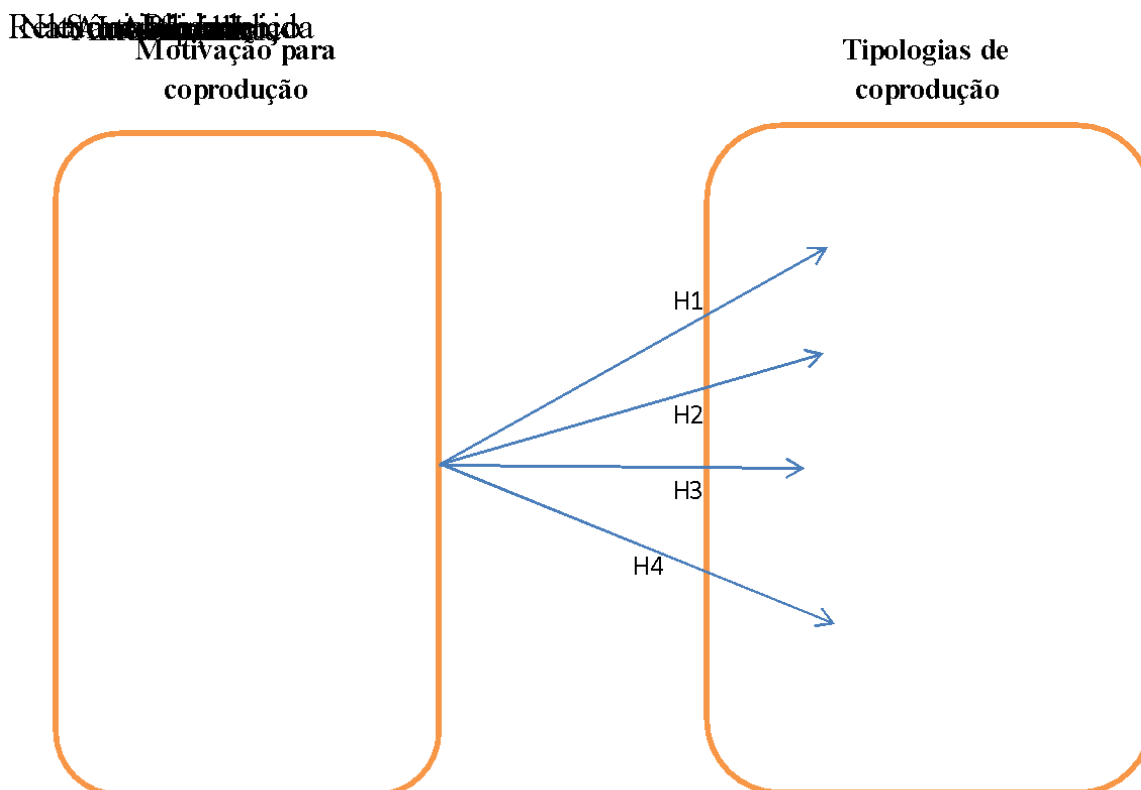
Fonte: Bezerra (2020).

A tabela 6 evidencia doze indicadores que buscam identificar as motivações para o ingresso em atividades de coprodução. Vale ressaltar que a criação de cada item seguiu rigorosamente as recomendações de Costa (2011), no que se refere aos dez passos para mensuração e desenvolvimento de escalas.

Por sua vez, as tipologias de coprodução serão mensuradas a partir do modelo conceitual desenvolvido nesta tese, apresentado e discutido anteriormente. Assim, esse construto será analisado de acordo com o grau de envolvimento do cidadão, classificada nas dimensões: inicial, básica, intermediária e avançada. Diante da não existência de uma escala

adequada para mensurar a tipologia, sua construção é um dos objetivos específicos propostos nesta tese. De toda forma, a figura 1 reflete um esboço do modelo teórico a ser testado nesta pesquisa.

Figura 1: Modelo teórico e hipóteses de pesquisa

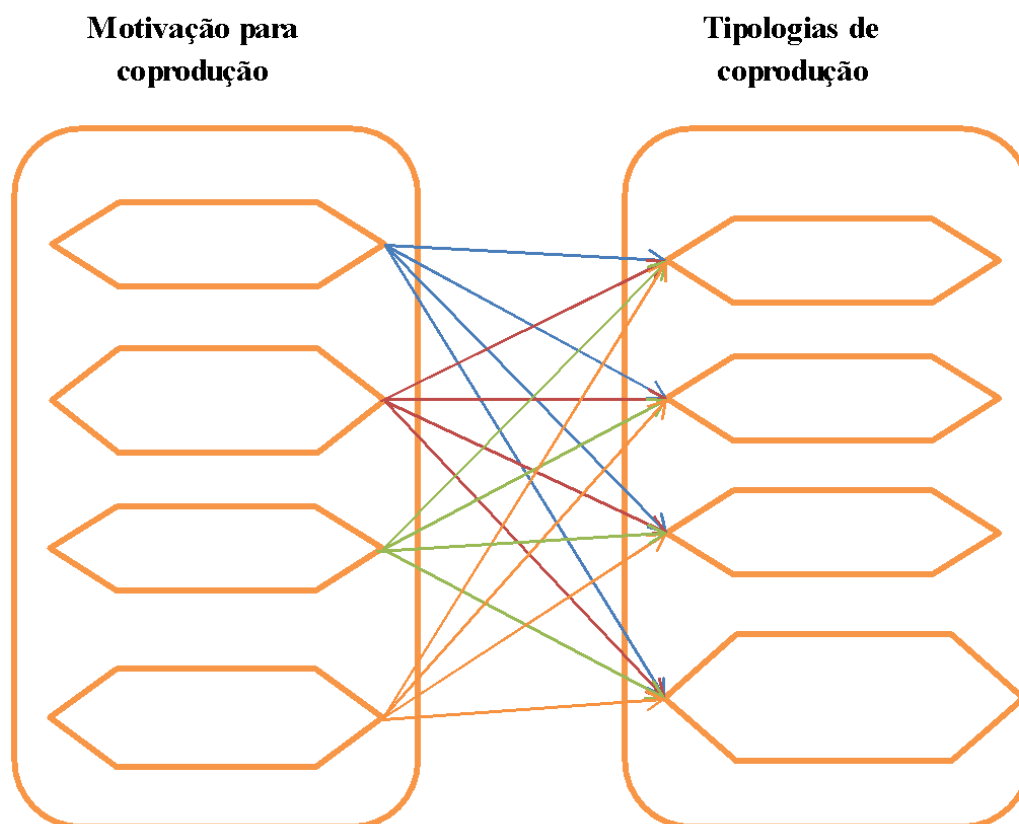


Fonte: elaboração própria.

Com efeito, pode-se verificar teoricamente que as motivações para coprodução determinam as tipologias, conforme o grau de envolvimento dos cidadãos. Feitas essas considerações, são apresentadas quatro hipóteses de pesquisa, decorrentes do relacionamento entre os fatores dos dois construtos.

Adicionalmente, de acordo com o arcabouço teórico revisado e, assumindo a interdependência dos fatores, deseja-se que os quatro aspectos motivacionais atuem de maneira similar em relação aos tipos de coprodução. A ação em bloco resultará nas sub-hipóteses de pesquisa, as quais estão representadas na figura 2.

Figura 2: Sub-hipóteses da pesquisa

Figura 1.2

Fonte: elaboração própria.

Essas hipóteses encontram amparo nos estudos de Brandsen e Honingh (2016), na medida em que, neles, evidenciou-se mais precisamente a relação entre as motivações e características pessoais com a natureza das atividades. Também estão respaldadas em Chaebo e Medeiros (2017), ao apontarem uma agenda de pesquisas em coprodução, relacionando dois ou mais dos “conceitos” apresentados, dentre os quais motivações e tipologias (níveis e formas). Por fim, o trabalho de Verschuere, Brandsen e Pestoff, (2012) ao reforçar a necessidade da compreensão teórica para abordagem mais integrada do tema, representa mais um aparato relevante à pesquisa.

Especificamente, quanto à motivação autoeficácia, Bovaird *et al* (2016) remetem à percepção obtida pelo cidadão sobre “fazer a diferença” quando do envolvimento na prestação de um serviço ou resolução de um problema. Paralelamente, Alford (2002) faz alusão à capacidade do cidadão em prestar o serviço. Assim, formulou-se a primeira hipótese a ser testada nesta pesquisa:

H1: As motivações de autoeficácia potencializam tipologias

- H1a: As motivações de autoeficácia potencializam tipologias iniciais
- H1b: As motivações de autoeficácia potencializam tipologias básicas
- H1c: As motivações de autoeficácia potencializam tipologias intermediárias
- H1d: As motivações de autoeficácia potencializam tipologias avançadas

Em adição, Pestoff (2012) apontaram as motivações de natureza do serviço como aquelas relacionadas às facilidades existentes para o envolvimento do cidadão na prestação de serviços. Isso leva em conta vários fatores, como tempo e esforço que o cidadão disponibilizará na sua prestação. Nesse contexto, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- H2: As motivações de natureza do serviço favorecem tipologias**
- H2a: As motivações de natureza do serviço favorecem tipologias iniciais
 - H2b: As motivações de natureza do serviço favorecem tipologias básicas
 - H2c: As motivações de natureza do serviço favorecem tipologias intermediárias
 - H2d: As motivações de natureza do serviço favorecem tipologias avançadas

Quanto às motivações de relevância percebida, Pestoff (2012) esclarece que a relevância percebida trata da importância do serviço e da entidade prestadora. Abordam questões acerca da importância do serviço para o cidadão, familiares, amigos e comunidade, bem como a forma com que o resultado desses serviços os afeta. Com isso, novas hipóteses de pesquisa foram elaboradas:

- H3: As motivações de relevância percebida estimulam tipologias**
- H3a: As motivações de relevância percebida estimulam tipologias iniciais
 - H3b: As motivações de relevância percebida estimulam tipologias básicas
 - H3c: As motivações de relevância percebida estimulam tipologias intermediárias
 - H3d: As motivações de relevância percebida estimulam tipologias avançadas

Em seguida, Alford (2002) tratou as motivações de sociabilidade como um desejo que os cidadãos têm em pertencer a um grupo e socializar com outras pessoas. O indivíduo também se envolve porque ele desfruta da companhia, convivência e estima dos outros. Nesse sentido, têm-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H4: As motivações de sociabilidade impulsionam tipologias**
- H4a: As motivações de sociabilidade impulsionam tipologias iniciais
 - H4b: As motivações de sociabilidade impulsionam tipologias básicas

H4c: As motivações de sociabilidade impulsionam tipologias intermediárias H4d: As motivações de sociabilidade impulsionam tipologias avançadas

Esses modelos foram formulados a partir dos estudos de motivação e tipologias de coprodução, tendo como referência o estado da arte sobre os temas. Com a definição dos modelos teóricos e hipóteses de pesquisa, na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos deste trabalho.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo geral modelar as tipologias via fatores motivacionais de coprodução do bem público. Especificamente, pretende-se aperfeiçoar a escala de motivações para coprodução de Bezerra (2020); criar uma escala de tipologias; e ainda, criar um modelo de análise validado por meio da técnica estatística de modelagem de equações estruturais (MEE).

A ocorrência da coprodução, que envolve a participação de cidadãos e governos atuando conjuntamente na resolução de problemas sociais, ensejou um olhar mais apurado sobre o fenômeno. Empiricamente, é possível constatar sua existência em diferentes localidades e áreas (saúde, educação, segurança), bem como as distintas motivações dos indivíduos que participam e suas tipologias.

A literatura especializada apresenta lacunas sobre o tema, conforme apresentado em capítulo anterior. Diante disso, iniciou-se uma investigação sobre o que motiva o cidadão a participar de atividades de coprodução do bem público e suas tipologias. Com o aprofundamento dos estudos, encontram-se evidências que sinalizavam o relacionamento entre os dois construtos (BRANDSEN e HONINGH, 2016).

Segundo Chaebo e Medeiros (2017), os estudos em coprodução carecem de articulação entre os construtos que compõem a abordagem. Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012), Cepiku e Giordano (2014) e Brandsen e Honingh (2016) também apontaram a necessidade de integração e sistematização dos construtos em coprodução, incluindo como uma agenda de pesquisa.

Bezerra *et al* (2019) realizaram uma revisão sistemática da literatura sobre motivações para coprodução e constataram que a maioria das pesquisas são de natureza qualitativa e estão concentradas em países desenvolvidos. Somado a isso, Chaebo e Medeiros (2017) apontaram que quaisquer dois (ou mais) conceitos (construtos), se relacionados, poderiam fomentar pesquisas relevantes em coprodução. Segundo eles, a identificação e definição dos construtos presentes na dinâmica de coprodução facilitam a elaboração de instrumentos de coleta de dados e a definição de categorias de análise para as políticas públicas implementadas por meio dessa abordagem.

Os autores complementam sugerindo a realização de análises desses construtos, para poder compreender como se dá a relação entre eles e, assim, ampliar o entendimento sobre o fenômeno. Uma análise qualitativa entre construtos já foi realizada por Klein Junior *et al* (2012), que sugeriram a incorporação de mais construtos na agenda de pesquisa em coprodução.

Assim, vislumbrou-se a hipótese da motivação determinar o tipo de coprodução, pois se espera que o tipo de coprodução adotado seja definido pelo grau de motivação do indivíduo para atividades coprodutivas.

Para testar esta hipótese e revelar uma versão da verdade sobre a realidade, busca-se amparo no conhecimento científico, com o uso de métodos rigorosos. Isso exige do pesquisador a observação do fenômeno, análise da relação quantitativa dos construtos, coleta de dados e teste de hipóteses, que poderão explicar e até mesmo prever os fenômenos investigados. Os resultados e conclusões respaldadas pela ciência podem ser verificados ou confirmados a qualquer tempo.

Por isso, a ciência é usada para tentar explicar como as coisas acontecem, produzindo conhecimento sistemático, preciso e objetivo, que garanta, em alguma medida, a previsão de acontecimentos e a tomada de decisões de forma mais segura. Nesse sentido, a criação do modelo baseado na relação entre os construtos da motivação e tipologias de coprodução pode ser útil aos gestores, de forma a melhorar a eficiência da prestação dos serviços.

De acordo com o pressuposto teórico da pesquisa e da forma como o fenômeno da coprodução se apresenta no meio social, acredita-se que o paradigma funcionalista é aquele que mais se aproxima da realidade e ajuda a explicar a ocorrência do evento, por meio do rigor e da técnica dos métodos científicos. Essa maior proximidade com o paradigma funcionalista, vem acompanhada de uma ontologia objetivista.

Assim, como a realidade é posta, sob o olhar positivista e funcionalista ela não pode ser modificada, no entanto, pode ser administrada. Segundo Burrell e Morgan (1979), o funcionalismo tem sua base no positivismo lógico e considera que o mundo social é composto de situações concretas e mensuráveis, que podem ser identificadas, estudadas e medidas, por meio de abordagens derivadas das ciências naturais, pautadas nas relações de causa e efeito entre seus elementos constitutivos. Dessa forma, é possível explicar e prever o que acontece no mundo social.

Adicionalmente, de acordo com Morgan (2007), o funcionalismo pressupõe a existência concreta e real da sociedade, com um caráter sistêmico orientado para produzir um

sistema social ordenado e regulado. O autor complementa que o referido paradigma é fundamentalmente regulador e prático e seu interesse está em compreender a sociedade de maneira que produza conhecimento empírico útil. Nesse sentido, é comum que estudos de natureza funcionalista se dediquem ao desenvolvimento de escalas e comparação de variáveis quantitativas.

A construção do presente modelo passa pela mensuração, por meio do teste de relação entre dois construtos diferentes, com o fim de obter uma melhor compreensão do fenômeno da coprodução do bem público. Pela lente do positivismo/funcionalismo, o conhecimento científico, com o uso de métodos rigorosos, procura afastar crenças, superstições e ignorância para gerar conhecimento sistemático, preciso, objetivo e útil para sociedade, capaz de prever os acontecimentos e explicar o mundo ser do jeito que ele é. Registre-se que a maior confiabilidade ao estudo é conferida com o auxílio de técnicas estatísticas e da matemática. Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o estudo da mensuração na área das ciências sociais aplicadas.

É importante destacar que explicar as relações entre múltiplas variáveis abstratas e descrever as relações entre constructos envolvidos na análise, por meio da Modelagem de Equações Estruturais, ainda é um desafio para a área da Administração. Ressalta-se a existência de problemas inerentes à atividade, mesmo com a aplicação de técnicas estatísticas consistentes e sofisticadas. Um deles é o esforço necessário para compreender e acessar o objeto desejado, o que é ainda mais difícil no estudo de variáveis abstratas (comum nas ciências sociais aplicadas). Ainda assim, sob o aspecto ontológico, não alcançar a essência real do objeto, não torna a pesquisa inviável.

Com efeito, as variáveis abstratas apresentam dificuldades de medição. No entanto, deve ser feito um esforço para tal. Diante da impossibilidade de se acessar a essência real do objeto, admite-se que a mensuração não será perfeita, mas suficientemente adequada para apresentar soluções aos problemas propostos.

Para minimizar esse problema, é fundamental que o pesquisador se esforce na definição dos construtos, tanto pelo aprofundamento dos temas na literatura, como por meio de entrevistas com especialistas, pois isso vai ser determinante para a qualidade modelo final. Do contrário, ficará mais difícil ou impossível conhecer o objeto de estudo, comprometendo a construção do modelo, bem como as conclusões feitas a partir dele.

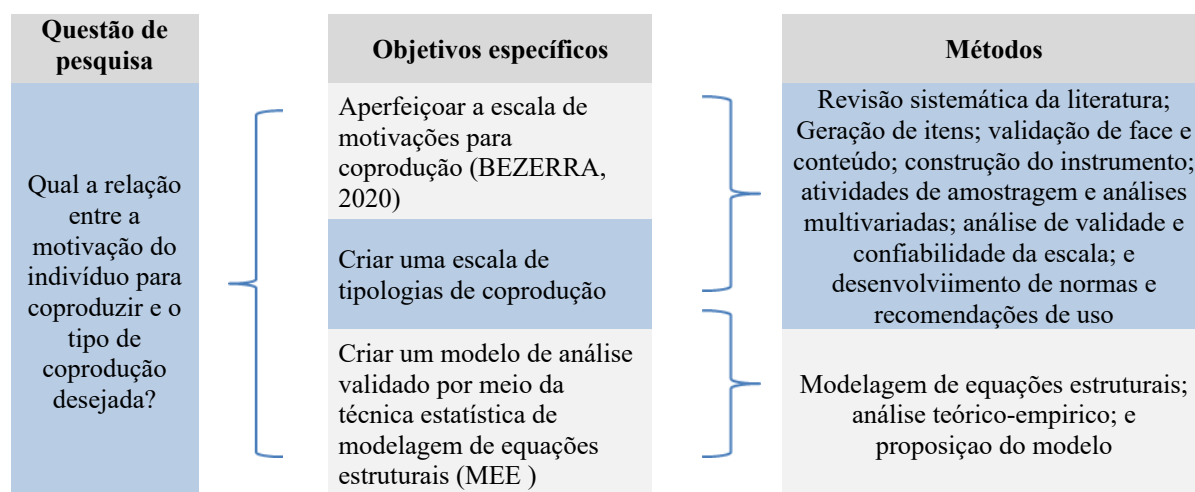
Assim, embora o esforço seja sempre pautado na objetividade, deve-se assumir a existência de subjetividade, presente em grande parte das decisões tomadas pelo pesquisador

no decorrer do processo. No pressuposto ontológico de realidade objetiva, considera-se que a apreensão do verdadeiro conhecimento tem origem em processo destinado a captar, de modo preciso, os objetos externos. Para isso, atribui-se relevância ou exclusividade aos aspectos objetivos e mensuráveis de propriedades da realidade observada, que é externa ao cognoscente. Portanto, com dos devidos procedimentos metodológicos, é possível apreender, compreender e reproduzir a realidade com precisão.

O trabalho de campo e aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu integralmente de maneira virtual, principalmente em razão do isolamento social ocasionado pela pandemia do coronavírus. A pesquisa é aplicada ao cidadão comum, que pode colaborar respondendo ao questionário. Este foi elaborado com o auxílio da plataforma *Google Forms* e compartilhado por meio aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. A primeira coleta de dados (pré-teste) foi realizada novembro/2020, quando foram obtidas 295 respostas. Por sua vez, a segunda coleta ocorreu em janeiro/2021, quando 301 pessoas responderam ao questionário final.

Feitas essas considerações, tem-se como premissa deste estudo que as motivações dos cidadãos para coprodução determinam suas tipologias. A partir disso, foi formulada uma questão de pesquisa, criados objetivos específicos e as hipóteses apontadas anteriormente. Assim, chegou ao desenho da pesquisa, representado na figura 3.

Figura 3: Desenho da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se verificar que da questão de pesquisa derivaram-se três objetivos específicos, que, para o alcance dos mesmos, far-se-á o uso de um conjunto de métodos apropriados. Com

isso, serão conhecidos os resultados da investigação, que serão tratados detalhadamente em capítulos próprios.

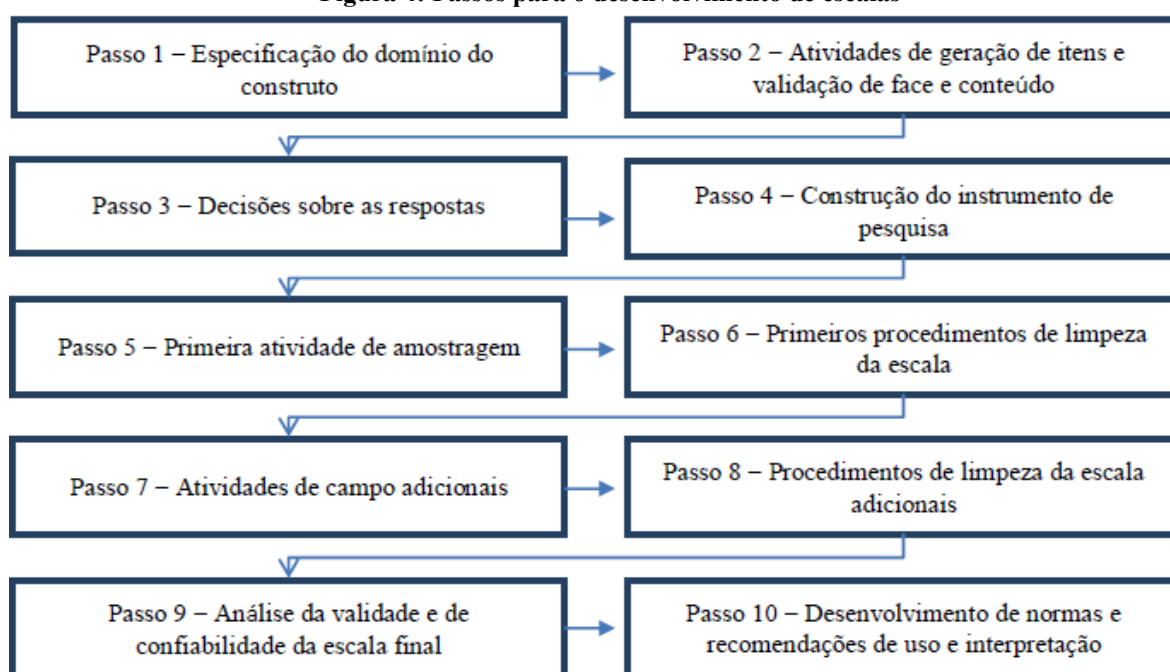
Os métodos da pesquisa se constituem em revisão sistemática da literatura, construção de escala e elaboração da modelagem de equações estruturais (MEE).

Primeiramente, realizaram-se duas revisões integrativas da literatura para identificar estudos que abordem os aspectos motivadores do engajamento do cidadão em atividades de coprodução e outros que apresentem suas tipologias. Tal método pode ser classificado como uma revisão bibliográfica sistemática, baseada em conhecimentos gerados em estudos anteriores, com o objetivo de agrupar e sumarizar resultados de pesquisas sobre uma área de estudo ou tema delimitado, sistemática e ordenadamente (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011).

O passo seguinte é a construção da escala de tipologias, que seguirá a mesma metodologia usada na elaboração da escala de motivações para coprodução do bem público. Na ocasião, foram observados os dez passos para construção de escalas propostos por Costa (2011).

O modelo de construção de escalas, representado na figura 4, foi desenvolvido com base em princípios e fundamentos teóricos sobre o tema e se alinha com a chamada teoria clássica da mensuração. Dessa forma, o instrumento será elaborado seguindo passo a passo.

Figura 4: Passos para o desenvolvimento de escalas



Fonte: Costa (2011).

O primeiro passo consiste em definir o construto que se pretende medir. Para isso, faz-se necessário entender o seu significado, seja por meio da literatura especializada ou em conversas com especialistas, de modo a buscar exatidão e clareza na definição para os usuários. Em adição, deve-se verificar a existência de escalas devidamente validadas, a fim de evitar o trabalho de construção de uma nova escala para mensurar um mesmo construto.

O segundo passo envolve a geração de indicadores capazes de mensurar adequadamente o construto. Trata-se de uma fase qualitativa e exploratória da pesquisa, na qual é recomendado gerar o máximo possível de itens, considerando que, quanto mais abstrato o construto, maior a necessidade de itens a serem criados. Também são realizadas atividades de validação de translação, que engloba a validade de face e conteúdo para analisar a possível adequação dos itens para medir o construto.

Na sequência, o passo três recomenda escolher uma escala de averiguação para os itens. A sugestão é seguir o padrão de outros estudos semelhantes. Dessa forma, será adotada a escala de Likert de dez pontos, a mesma usada na construção da escala de motivação para coprodução do bem público.

Por sua vez, o passo quatro prevê a elaboração de um instrumento de campo para realização da coleta dos dados. As etapas seguintes dependem sobremaneira da qualidade dos dados gerados por meio deste instrumento, que será formado pelo conjunto de itens concebidos anteriormente, de modo a atender o propósito da pesquisa.

Não menos importante, o quinto passo consiste na realização da primeira amostragem, de caráter exploratório, abrangendo duas atividades centrais: o planejamento da amostragem e a gestão do trabalho de campo. O procedimento de pesquisa será feito sobre uma amostra não probabilística, de acordo com a conveniência e disponibilidade de acesso aos elementos da amostra pelo pesquisador. O tamanho da amostra será pelo menos dez vezes maior que o total de itens da escala, guardando as características da população. Será realizada uma coleta mediada, que ocorre sem a presença física de qualquer agente de coleta, preferencialmente pela internet, por meio de aplicativos como o *whatsapp*.

No passo seis será realizada a primeira rodada de limpeza da escala, após uma verificação dos dados processados na etapa anterior. Este é o primeiro procedimento de teste empírico da escala e engloba atividades de análise exploratória preliminar, análise de correlação, análise fatorial exploratória e análise de confiabilidade. Conforme os procedimentos exploratórios, serão eliminados os itens que não apresentarem maiores

contribuições ou não se ajustarem bem à escala. O item pode ser excluído definitivamente ou ser melhorado para um novo teste em outras amostras.

O sétimo passo parte do pressuposto de que a primeira limpeza dos dados não seja suficiente a se chegar aos itens finais com segurança quanto à medição do construto, sendo necessárias novas atividades de campo para aprimorar a escala. Para tanto, fazem-se necessários os seguintes procedimentos: construção de novos questionários, planejamento de amostragens adicionais e gestão das atividades de campo.

Após as atividades adicionais de campo, o passo oito recomenda a realização de procedimentos adicionais de limpeza sobre os dados das novas amostras. Nessa fase, são executados os procedimentos exploratórios diversos (repetição do passo seis) e de análise fatorial confirmatória.

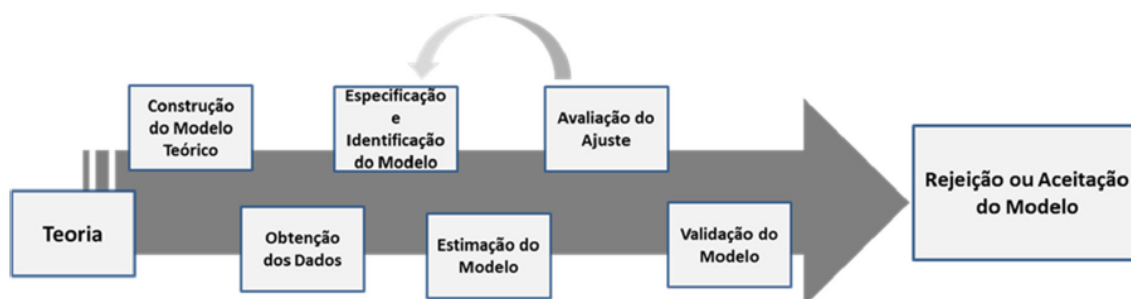
O passo nove vai confirmar se o esforço anterior gerou uma escala com as características de validade e confiabilidade. Para isso, serão efetuadas as análises de validade e de confiabilidade. Pretende-se verificar o coeficiente *alpha* de Cronbach, que é uma medida de consistência interna do conjunto de itens, para analisar a ausência de erro aleatório na escala.

Por fim, o décimo passo consiste em apresentar as instruções aos potenciais usuários do instrumento. A disposição dos itens no questionário será realizada de maneira aleatória, separados em blocos com até dez itens, de modo a evitar respostas distorcidas e prejudicar a qualidade das informações.

O último método de pesquisa empregado serve para estabelecer todas as relações entre motivação e tipologias de coprodução. Dessa forma, optou-se pelo uso da modelagem de equações estruturais (MEE). Segundo Marôco (2010), trata-se de uma técnica estatística que busca explicar as relações entre múltiplas variáveis, compreendendo análise fatorial e regressão múltipla.

Nesse sentido, espera-se que, por meio da MEE, seja possível testar as hipóteses da pesquisa previamente estabelecidas, confirmando-as ou não. Com isso, deseja-se modelar os construtos de motivação e tipologias de coprodução, bem como explicar o conjunto das suas relações. Para isso, serão seguidas as etapas propostas por Marôco (2010), conforme ilustrado na figura 5.

Figura 5: Etapas da Modelagem de Equações Estruturais



Fonte: Marôco (2010).

Inicialmente, a etapa de construção do modelo teórico consiste no levantamento de informações para dar o devido embasamento teórico à pesquisa. A partir desse modelo, será possível confirmar ou não as relações entre as suas variáveis. Essa é uma fase importante do processo, pois o referencial teórico utilizado pode ser determinante nas decisões do pesquisador.

Em seguida, na etapa de obtenção de dados para análise serão definidos o instrumento de medida, as variáveis que serão mensuradas e o tamanho da amostra. Conforme Hair *et al* (2009), será considerada uma proporção de dez respondentes para cada parâmetro estimado. Com isso, busca-se garantir a variabilidade necessária para se estimar os parâmetros do modelo.

Por sua vez, a etapa de especificação e identificação do modelo envolve a decisão de quais variáveis observadas irão constituir as variáveis latentes, de incluir ou não no modelo as relações casuais e não casuais existentes entre essas variáveis e realizar a correlação dos erros ou resíduos, que indicam a variação dos itens não explicados pelos construtos latentes. Complementarmente, antes de iniciar a análise, é importante conhecer o número de parâmetros do modelo para saber se ele é estatisticamente identificável.

A etapa seguinte, estimação do modelo, faz com que os parâmetros sejam estimados de forma a representar os dados observados da melhor maneira possível. Nessa fase, as variáveis observadas constituem uma matriz de covariâncias, da qual as estimativas são feitas. Segundo Marôco (2010), busca-se encontrar estimativas para os pesos fatoriais, covariâncias, médias e parâmetros do modelo, de forma a maximizar a probabilidade de se observar a estrutura correlacional da amostra.

Posteriormente, será feita a avaliação do ajuste do modelo, que busca verificar se a estrutura correlacional das variáveis observadas na amostra foi reproduzida pelo modelo

teórico. Para isso, são usados alguns índices e estatísticas de avaliação do modelo. A figura 6 apresenta os principais índices e seus respectivos valores de referência.

Figura 6: Índices e estatísticas de avaliação do modelo

Estatística	Valores de Referência
Qui-quadrado e p-valor	Quanto menor, melhor $p > 0,05$
Qui-quadrado/ graus de liberdade	>5 - Ajustamento mau 2 a 5 -Ajustamento razoável 1 a 2 - Ajustamento bom ~ 1 - Ajustamento muito bom
CFI GFI TLI	$< 0,8$ - Ajustamento mau 0,8 a 0,9 - Ajustamento razoável 0,9 a 0,95 - Ajustamento bom $\geq 0,95$ - Ajustamento muito bom
PGFI PCFI	$<0,6$ - Ajustamento mau 0,6 a 0,8 - Ajustamento bom $\geq 0,8$ - Ajustamento muito bom
RMSEA	$> 0,10$ - Ajustamento inaceitável 0,05 a 0,10 - Ajustamento bom $\leq 0,05$ - Ajustamento muito bom
AIC BCC ECVI	Comparação de modelos, quanto menor o valor, melhor o modelo.

Fonte: adaptado de Marôco (2010).

Por fim, a etapa de validação do modelo requer uma amostra diferente da que foi usada para o seu ajuste. Porém, dependendo da quantidade de dados, esse teste não é viável. Uma alternativa para isso é o uso do ECVI ou fazer uma simulação por *bootstrap*.

Portanto, por meio da técnica da MEE pretende-se explicar, simultaneamente, as relações entre variáveis dependentes e independentes do modelo. Segundo Hair *et al* (2009), os relacionamentos examinados no modelo são representados por meio de diagrama de caminhos ou pelo conjunto de equações estruturais.

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, que vão contemplar todos os procedimentos metodológicos aqui mencionados.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

Essa seção se propõe a analisar os dados coletados ao longo da pesquisa, a fim de discutir cada objetivo proposto. Inicialmente serão analisados os incrementos realizados no instrumento de medida das motivações do indivíduo para atividades de coprodução do bem público, criado por Bezerra (2020).

Em seguida, serão analisados os procedimentos para criação da escala de tipologia de coprodução, seguindo os passos recomendados por Costa (2011). Vale destacar que a RSL apresentada na seção de revisão de literatura foi fundamental para isso, pois a partir dela pode-se realizar a geração de itens, validação de face e conteúdo e construção do instrumento em si, para, em seguida, realizar as atividades de coleta.

Adicionalmente, será realizada a análise fatorial exploratória (AFE), em seguida, procedimentos de limpeza e ajustes da escala após a primeira coleta, a fim de refinar o instrumento para uma nova rodada. A análise fatorial confirmatória (AFC) feita depois da segunda coleta permite chegar ao modelo final proposto, com as devidas análises de validade e confiabilidade da escala final.

Por fim, a análise da relação existente entre os aspectos motivacionais e as tipologias de coprodução será feita por meio das técnicas de modelagem de equações estruturais (MEE) e regressão.

5.1 Aprimoramento da escala de motivação para coprodução do bem público

O objetivo aqui proposto foi aperfeiçoar o instrumento desenvolvido por Bezerra (2020). Para isso, foi realizada uma revisão nos procedimentos e decisões do autor, principalmente no que se refere às verificações estatísticas: análises exploratórias preliminares, análise de correlação, AFE, AFC e análise de confiabilidade. A aplicação dessas técnicas resultou na escala de motivação proposta por Bezerra (2020), ilustrada no quadro 7:

Quadro 7: Escala para motivação da coprodução do bem público

DIMENSÃO	ITENS
AUTOEFICÁCIA	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo
AUTOEFICÁCIA	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
NATUREZA DO SERVIÇO	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar
NATUREZA DO SERVIÇO	For realizado perto da comunidade onde moro
NATUREZA DO SERVIÇO	Exigir pouco esforço físico

NATUREZA DO SERVIÇO	Exigir pouco esforço mental
NATUREZA DO SERVIÇO	Eu tiver bastante tempo livre
SOCIABILIDADE	Participo para me sentir membro ativo na sociedade
SOCIABILIDADE	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe
SOCIABILIDADE	Participo para fazer novas amizades
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	For importante para um familiar
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	For importante para um amigo

Fonte: Bezerra (2020).

Como se pode observar, o modelo final apresenta doze itens, divididos em quatro dimensões: autoeficácia, natureza do serviço, sociabilidade e relevância percebida. Para chegar nesse resultado, partiu-se de um modelo teórico com vinte e sete itens, agrupados em cinco fatores. Após seguir os passos propostos por Costa (2011), realizar as devidas análises estatísticas e tomar algumas decisões, o pesquisador chegou ao modelo visualizado acima.

Apesar de o modelo ter sido validado, Bezerra (2020) reconhece que “a escala poderá, ainda, sofrer adaptações e ser aplicada em diversos contextos”. Nesse sentido, o instrumento apresenta limitações e pode ser aperfeiçoado.

Pode-se constatar que quinze itens foram excluídos ao longo do processo de construção da escala. E ainda, que as dimensões “autoeficácia” e “relevância percebida” ficaram com apenas dois itens. De acordo com Hair *et al* (2009), existe a possibilidade de um fator com uma ou duas variáveis não apresentar eigenvalue > 1, o que resultaria num total de variância explicada menor do que um único item. Dessa forma, buscou-se revisar todo processo, de modo a incrementar a mensuração principalmente dos referidos fatores.

Inicialmente, realizou-se uma análise da dimensão “autoeficácia”. Após a AFC feita por Bezerra (2020), o fator apresentou medidas finais (GFI, CFI, TLI, RMSEA e χ^2/gl) dentro dos padrões estabelecidos para a pesquisa. Além disso, os itens AEF1, AEF3, AEF4 e AEF5 apresentaram carga fatorial acima de 0,700, conforme se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: AFC dimensão “autoeficácia”

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL
AEF1	Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los	0,732
AEF2	Participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias	0,592

AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	0,829
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	0,771
AEF5	Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação	0,737
MEDIDAS FINAIS DA DIMENSÃO		
GFI 0.968	CFI 0.968	TLI 0.904
	RMSEA 0.070	χ^2/gl 0.003
	p value 0.000	

Fonte: Bezerra (2020).

Em seguida, realizaram-se as análises de ajustes e discrepâncias no *software* R, indicando que os itens analisados não formam uma escala ajustada para o construto. Isso resultou na exclusão dos itens AEF1 e AEF5, com cargas fatoriais de 0,709 e 0,615, respectivamente. A variância explicada ficou em 0,503 e 0,378, conforme tabela 6. Segundo Bezerra (2020), o item AEF1 apresenta carga fatorial e nível de explicação do fenômeno muito próximo do limite estabelecido para a pesquisa e seria excluído para uma nova rodada de AFC. Enquanto o item AEF5 foi excluído por apresentar carga fatorial abaixo de 0,700.

Tabela 6: Itens analisados conjuntamente na AFC - “autoeficácia”

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL	VARIÂNCIA EXPLICADA
AEF1	Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los	0.709	0.503
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	0.793	0.628
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	0.816	0.667
AEF5	Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação	0.615	0.378

Fonte: Bezerra (2020).

No entanto, após as exclusões dos dois itens, foi observado que os índices de ajuste da escala apresentaram números dentro do estabelecido para a pesquisa, bem como todos os itens apresentaram carga fatorial acima de 0,700 e nível de explicação superior a 0,500. O item AEF1 atendia a esses critérios (carga fatorial 0,709 e variância explicada 0,503), por isso, decidiu-se pela sua inclusão no modelo final de motivação para coprodução do bem público.

Em seguida, analisou-se a dimensão “relevância percebida”, principalmente os critérios usados para exclusões de itens. Na AFC, o item RELP1 apresentou carga fatorial de

0,642, que, de acordo com os critérios para exclusão de itens adotados na pesquisa, ficou abaixo de 0,700, conforme tabela 7.

Tabela 7: AFC dimensão “relevância percebida”					
CÓDIGO	ITENS				CARGA FATORIAL
REL P1	Participo do serviço se for importante para a comunidade onde moro				0,642
REL P3	Participo do serviço se for importante para mim				0,703
REL P4	Participo do serviço se for importante para um familiar				0,971
REL P5	Participo do serviço se for importante para um amigo				0,937
MEDIDAS FINAIS DA DIMENSÃO					
GFI 0.997	CFI 1.000	TLI 1.005	RMSEA 0.673	χ^2/gl 0.549	p value 0.000

Fonte: Bezerra (2020).

Adicionalmente, foi realizada uma AFC com os itens agrupados e o item RELP3 também foi excluído por apresentar carga fatorial abaixo de 0.700, pois havia a indicação que os itens analisados não formavam uma escala ajustada para a mensuração do construto, conforme ilustrado na tabela 8.

Tabela 8: Itens analisados conjuntamente na AFC – “relevância percebida”			
CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL	VARIÂNCIA EXPLICADA
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	0.646	0.468
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	0.972	0,945
AEF5	Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação	0.936	0.876

Fonte: Bezerra (2020).

Mesmo diante deste contexto, decidiu-se pela inclusão do item RELP1 “participo na prestação de serviços se for importante para a comunidade onde moro”, pois encontra amparo na literatura. De acordo com Thijssen e Van Dooren (2016), apontaram que cidadãos têm maior probabilidade de coproduzir quando os serviços são importantes para sua comunidade. Isso sugere um patamar elevado de coprodução, capaz de atender aos interesses da comunidade, inspirados pelos ideais de empoderamento do cidadão.

Por fim, buscou-se dar uma nova redação aos itens, de modo a aperfeiçoar aquilo que se pretende medir e reduzir as possibilidades de interpretações errôneas. Dessa forma, foi feita uma releitura de todos os itens e decidiu-se pela reescrita sete deles, conforme demonstrado no quadro 8 abaixo:

Quadro 8: Itens reescritos para coleta de dados

ITEM	Bezerra (2020)	Item reescrito
NATS5	Participo na prestação de serviços se for realizado perto da comunidade onde moro	Participo da prestação de serviços quando realizado perto da minha comunidade
NATS6	Participo na prestação de serviços se exigir pouco esforço físico	Participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço físico
NATS7	Participo na prestação de serviços se exigir pouco esforço mental	Participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço mental
NATS8	Participo na prestação de serviços se eu tiver bastante tempo livre	Participo da prestação de serviços quando eu tiver bastante tempo livre
RELP1	Participo na prestação de serviços se for importante para a comunidade onde moro	Participo da prestação de serviços que for importante para a minha comunidade
RELP4	Participo na prestação de serviços se for importante para um familiar	Participo da prestação de serviços que for importante para um familiar
RELP5	Participo na prestação de serviços se for importante para um amigo	Participo da prestação de serviços que for importante para um amigo

Fonte: elaborado pelo autor.

Após a realização dos procedimentos apontados anteriormente, chegou-se a um modelo ajustado de motivação para coprodução do bem público. Assim, cada dimensão ficou com pelo menos três itens, passando a contar com quatorze no total, conforme se pode observar no quadro 9:

Quadro 9: Escala ajustada para motivação da coprodução do bem público

DIMENSÃO	CÓDIGO DO ITEM	ITEM
AUTOEFICÁCIA	AEF1	Participo da prestação de serviços que eu tenha capacidade de realizar
AUTOEFICÁCIA	AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo com o Estado
AUTOEFICÁCIA	AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
NATUREZA DO SERVIÇO	NATS1	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar
NATUREZA DO SERVIÇO	NATS5	Participo da prestação de serviços quando realizado perto da minha comunidade
NATUREZA DO SERVIÇO	NATS6	Participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço físico
NATUREZA DO SERVIÇO	NATS7	Participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço mental
NATUREZA DO SERVIÇO	NATS8	Participo da prestação de serviços quando eu tiver bastante tempo livre

SOCIABILIDADE	SOC1	Participo para me sentir membro ativo na sociedade
SOCIABILIDADE	SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço é fundamental para que eu também participe
SOCIABILIDADE	SOC4	Participo para fazer novas amizades
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	RELP1	Participo da prestação de serviços que for importante para a minha comunidade
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	RELP4	Participo da prestação de serviços que for importante para um familiar
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	RELP5	Participo da prestação de serviços que for importante para um amigo

Fonte: elaborado pelo autor.

Finalmente, esse instrumento foi utilizado na coleta de dados ocorrida em janeiro/2021, obtendo 301 respostas válidas. Diante disso, viu-se a necessidade de submetê-lo a uma nova AFC, pois, segundo Costa (2011), é preciso, dentre outras coisas, realizar as análises de validade e de confiabilidade da escala final. E ainda, verificar as validades convergente e discriminante e proceder com a modelagem de equações estruturais.

Assim, a análise dos dados foi realizada no SPSS com todos os itens agrupados ao mesmo tempo. A extração da AFC usou o método de componentes principais, com base no valor próprio superior a um, o que significa que somente serão evidenciados aqueles fatores com eigenvalue > 1 . Como método de rotação, optou-se pelo Varimax. Os valores ausentes foram substituídos pela média e suprimidos coeficientes pequenos com valor absoluto abaixo de 0,4.

Diante das informações apresentadas pelo SPSS, fez-se necessária uma comparação dos resultados de cada item com os critérios de exclusão adotados nesta pesquisa, conforme apresentado no quadro 10.

Quadro 10: Critérios para exclusão de itens

INDICADOR	REFERÊNCIA
Correlação	Menor que 0,3 e maior que 0,9
Medida KMO	Menor que 0,7
Comunalidade	Menor que 0,5
Carga fatorial	Menor que 0,4
Variância	Menor que 50%
Alpha de Cronbach	Menor que 0,7

Fonte: Costa (2011).

Baseado nos limites de referência do quadro anterior, verificou-se a necessidade de exclusão de alguns itens, de modo a melhorar o instrumento final. Foram excluídos três itens,

conforme as justificativas expostas no quadro 11. Vale destacar que após a exclusão de cada item, na ordem apresentada abaixo, foi feito um novo processamento dos dados no SPSS com itens restantes.

Quadro 11: Sequência de exclusões de itens de motivação para coprodução

SEQUÊNCIA EXCLUSÕES	ITEM	JUSTIFICATIVA	VARIÂNCIA EXPLICADA (%)
1	NATS-5	Agrupou em dois fatores. No fator 1 (0,416) e no fator 2 (0,690).	70,209
2	RELP-1	Agrupou em dois fatores. No fator 1 (0,414) e no fator 3 (0,646).	71,869
3	SOC-1	Agrupou-se ao fator 1 juntamente com os itens de autoeficácia, enquanto os outros dois itens de sociabilidade formaram o fator 4.	74,328

Fonte: elaborado pelo autor.

A exclusão do item NATS-5 “participo da prestação de serviços quando realizado perto da minha comunidade” ocorreu em razão do seu agrupamento em dois fatores diferentes. Ele apresentou carga fatorial de 0,416 no fator 1 e 0,690 no fator 2. Como são valores relativamente aproximados, optou-se pela exclusão, o que resultou numa variância explicada de 70,209% para o modelo.

Em seguida, os dados foram reprocessados com os parâmetros, quando se decidiu pela exclusão do item RELP-1 “participo da prestação de serviços que for importante para a minha comunidade”. Assim como o item NATS-5, ele se agrupou a dois fatores diferentes, apresentando carga fatorial de 0,414 no fator 1 e 0,646 no fator 2. Após sua retirada, o modelo passou a ter uma variância explicada de 71,869%.

Por fim, decidiu-se pela exclusão do item SOC-1 “participo para me sentir membro ativo na sociedade”, porque ele se agrupou a um fator diferente do seu, quando era esperado que ele se agrupasse aos itens do fator 4 (“sociabilidade”). Como não há respaldo na literatura, o referido item não pode ser aproveitado no fator “autoeficácia”. Assim, após a terceira exclusão, o modelo evidenciou uma variância total explicada de 74,328% para quatro dimensões.

Verificou-se ainda que as comunicações, cargas fatoriais, KMO e *alpha de Cronbach* apresentaram valores aceitáveis, conforme os parâmetros fixados nesta pesquisa. A tabela 9 consolidou os resultados da AFC, ilustrando os itens selecionados após os procedimentos finais de limpeza da escala.

Tabela 9: Itens selecionados após limpeza da escala de motivação

Item	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
AEF-1	0,713	0,834	0,821
AEF-3	0,755	0,857	0,818
AEF-4	0,760	0,852	0,813
NATS-1	0,634	0,739	0,804
NATS-6	0,637	0,765	0,803
NATS-7	0,670	0,794	0,804
NATS-8	0,618	0,680	0,802
SOC-3	0,767	0,815	0,807
SOC-4	0,733	0,810	0,808
RELP-4	0,946	0,932	0,801
RELP-5	0,944	0,920	0,801
Número de observações			301
KMO			0,768
Variância %			74,328
Alpha de Cronbach			0,820

Fonte: dados da pesquisa.

Com isso, chegou-se à solução final padronizada da AFC. Ela pode ser visualizada, com as devidas correlações, por meio da figura 7. A partir dela, buscou-se a realização da análise de validade e de confiabilidade da escala final. Segundo Costa (2011), esse passo é muito importante, pois será possível verificar se escala criada é válida e confiável. Assim, foram verificadas as validades convergente e discriminante, a fim de atestar o modelo de mensuração.

De acordo com critério proposto por Steenkamp e Van Trijp (1991), verifica-se a validade convergente de um construto por meio do exame das cargas fatoriais dos indicadores na variável latente. Se as cargas fatoriais forem fortes ($> 0,50$) e significativas (valor de $C.R > t_{\text{crítico}, \alpha}$), considera-se que o construto possui validade convergente.

Para os cálculos da confiabilidade e validade, foram usadas as seguintes fórmulas, onde carga = carga fatorial e erro = $1 - (\text{carga})^2$:

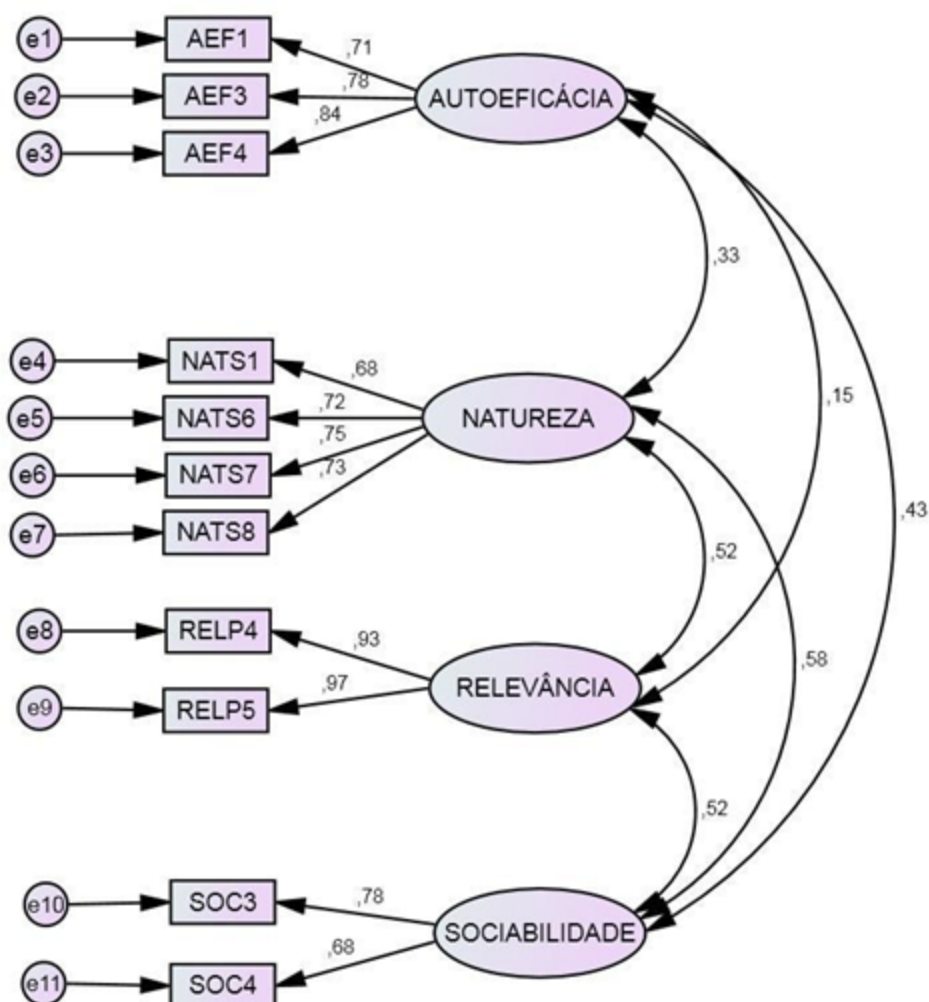
Confiabilidade composta:

$$Conf. composta = \frac{(\sum \text{cargas})^2}{(\sum \text{cargas})^2 + \sum \text{erros}}$$

Variância extraída:

$$Var. extraída = \frac{(\sum \text{cargas}^2)}{(\sum \text{cargas}^2) + \sum \text{erros}}$$

Figura 7: Diagrama de caminhos da AFC
MODELO DE MOTIVAÇÃO



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 10: Estatísticas das dimensões AEF, NATS, RELP e SOC para o instrumento de motivação para coprodução do bem público

CONFIABILIDADE E VALIDADE	DIMENSÕES		Est_Np	S.E.	C.R	Est_P adr	p_valor
Conf. Composta (1) = 0,821 Var. Extraída (1) = 0,606	AEF4	← AUTOEFICÁCIA	1	-	-	0,842	-
	AEF3	← AUTOEFICÁCIA	1,104	0,087	12,669	0,781	***
	AEF1	← AUTOEFICÁCIA	0,903	0,076	11,93	0,706	***
Conf. Composta (2) = 0,813	NATS8	← NATUREZA	1	-	-	0,734	-
	NATS7	← NATUREZA	1,020	0,099	10,343	0,746	***

Var. Extraída (2) = 0,520	NATS6 ← NATUREZA	1,072	0,105	10,253	0,720	***
	NATS1 ← NATUREZA	0,899	0,097	9,301	0,684	***
Conf. Composta (3) = 0,949	RELP5 ← RELEVÂNCIA	1	-	-	0,972	-
Var. Extraída (3) = 0,903	RELP4 ← RELEVÂNCIA	0,945	0,047	<u>20,048</u>	0,928	***
Conf. Composta (4) = 0,695	SOC4 ← SOCIABILIDADE	1	-	-	0,676	-
Var. Extraída (4) = 0,534	SOC3 ← SOCIABILIDADE	1,107	0,139	7,951	0,782	***

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, então, na Tabela 10 a ocorrência de validade convergente para as dimensões “autoeficácia”, “natureza do serviço”, “relevância percebida” e “sociabilidade”, onde todas as variáveis indicadoras apresentam cargas fatoriais significativas e fortes, considerando as referências definidas por Hair *et al* (2009). Para confiabilidade composta, são aceitáveis valores superiores a 0,70, enquanto para variância extraída, valores superiores a 0,50.

Diante disso, verificou-se que os quatro fatores são confiáveis, pois os indicadores de confiabilidade composta apresentaram valores superiores a 0,70, arredondando o valor de 0,695 obtido no fator sociabilidade. E ainda, a validade convergente para as dimensões propostas nesta pesquisa foi satisfeita, uma vez que todas as dimensões apresentaram variância extraída superior a 0,50, conforme verificado na tabela 10.

Sem a necessidade de ajustes na validade convergente, verificou-se a validade discriminante da escala. Essa verificação consiste em analisar se a escala que foi desenvolvida para medir diferentes construtos está de fato medindo-os. Segundo Hair *et al* (2009), a validade discriminante averigua a diferença de um construto em relação aos demais.

Fornell e Larcker (1981) sugerem que o critério para conferir a validade discriminante seja a comparação da variância extraída do construto ou fator com a variância compartilhada (o quadrado da correlação múltipla, R^2) dos construtos. Só possui validade discriminante o construto que possuir variância extraída (diagonal na Tabela 11) superior à compartilhada.

Tabela 11: Comparação entre a variância compartilhada e a variância extraída do modelo de mensuração dos construtos AEF, NATS, RELP e SOC

	AEF	NATS	RELP	SOC
Fator 1 - Autoeficácia	0,606			
Fator 2 – Natureza do serviço	0,096	0,520		

Fator 3 – Relevância percebida	0,010	0,260	0,903	
Fator 4 - Sociabilidade	0,123	0,325	0,302	0,534

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se verificar que todas as variâncias extraídas são superiores às variâncias compartilhadas entre as dimensões. Dessa forma, considera-se que as dimensões apresentam validade discriminante. Assim, os itens selecionados possuem validade convergente e discriminante, bem como são confiáveis, conforme verificado nas análises de validade e de confiabilidade da escala final.

Por fim, procedeu-se à análise do modelo estrutural, por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Para isso, extraíram-se os indicadores de ajuste GFI (Índice de qualidade de ajuste), CFI (Índice de ajuste comparativo) e TLI (Índice de Tucker-Lewis), RMSEA (Raiz do erro quadrático médio de aproximação) e $\chi^2/g.l$ (qui-quadrado sobre grau de liberdade).

Após processamento de dados por meio do *software* IBM SPSS AMOS 21.0, verificou-se que o modelo inicial não precisava de ajustes ou correlação entre os erros associados a cada item. Dessa forma, os modelos inicial e final apresentaram os mesmos valores para os indicadores usados neste trabalho, conforme observado no quadro 12:

Quadro 12: Índices de ajuste do modelo de motivações para coprodução do bem público

QUESTIONÁRIO	χ^2	g.l	$\chi^2/g.l$	GFI	AGFI	PGFI	TLI	CFI	RMSEA
<i>Modelo inicial</i>	75,479	39	1,935	0,954	0,923	0,564	0,853	0,896	0,056
<i>Modelo final*</i>	75,479	39	1,935	0,954	0,923	0,564	0,853	0,896	0,056

* Medidas de qualidade do ajuste do modelo reespecificado (final)

Em seguida, os indicadores obtidos foram comparados aos critérios recomendados pela literatura no que se refere a ajuste de modelos, conforme ilustrado na tabela 12:

Tabela 12: Indicadores de ajuste da MEE para validação do questionário de motivações para coprodução do bem público

Indicador de ajuste	Critérios para bom ajuste do modelo (Marôco e Kline)	Modelo final Motivação
Ajuste absoluto:		
Função de discrepância: χ^2 (valor p)	-	75,479 (0,000*)
Qui-quadrado normado ($\chi^2/g.l$)	valor entre 1 e 5	75,479/39=1,935
GFI (índice de qualidade de ajuste)	acima de 0,90	0,954
AGFI (índice de qualidade ajustado)	acima de 0,90	0,923

RMSEA (raiz média quadrática dos erros de aproximação)	entre (0,00; 0,10] p(H ₀ : rmsea≤0,05)	0,056 p-valor = 0,286
Ajuste relativo:		
TLI (índice de Tukey-Lewis)	acima de 0,90	0,853 (periférico)
CFI (índice de ajuste comparativo)	acima de 0,90	0,896 (periférico)
Ajuste parcimonioso:		
PGFI (parcimônia do GFI)	entre: (0,60; 0,80]	0,564 (periférico)

Fonte: dados da pesquisa.

Os índices apresentaram valores dentro do estabelecido para a pesquisa, com o χ^2/gl (0.000), GFI (0.954), RMSEA (0.056), TLI (0.853) e CFI (0.896), conforme a tabela 12. Verificou-se que os dois indicadores de ajuste relativo evidenciaram valores bem próximos ao esperado na pesquisa. Dessa forma, consideraram-se os seus arredondados para maior (0,90).

Isso indica que os itens analisados formam uma escala ajustada para a mensuração da motivação para a coprodução do bem público. Assim, um dos objetivos específicos desta tese foi alcançado, que era aprimorar a escala de motivação para coprodução do bem público de Bezerra (2020). E ainda, pode-se contribuir significativamente para a área de coprodução, que, segundo Van Eijk e Steen (2016), carece de estudos quantitativos. A escala de motivação para coprodução do bem público veio para suprir uma lacuna apontada pela literatura (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012; CEPIKU; GIORDANO, 2014; CHAEBO; MEDEIROS, 2017).

O aprimoramento da escala de motivação para coprodução do bem público resultou na exclusão de dois itens (NATS-5 e SOC-1) e reinclusão do item AEF-1. Nesse processo, os itens AEF1 “participo da prestação de serviços que eu tenha capacidade de realizar” e RELP1 “participo da prestação de serviços que for importante para a minha comunidade” foram incluídos e os itens NATS5 “participo da prestação de serviços quando realizado perto da minha comunidade”, SOC1 “participo para me sentir membro ativo na sociedade” e RELP1 (citado anteriormente) foram excluídos.

Inicialmente, o item AEF1 foi reinserido e permaneceu no modelo final, enquanto o item RELP1, que apresentava carga fatorial abaixo dos limites de referência da pesquisa de Bezerra (2020), também foi reincluído, mas não se manteve na escala final, pois se agrupou a dois fatores distintos e continuou com uma baixa carga fatorial. Acredita-se que isso ocorreu em razão da expectativa gerada por elevados níveis de coprodução, exigindo maior

engajamento dos cidadãos, dispostos a atender aos interesses da comunidade. Buscou-se sobrepor os interesses coletivos aos individuais.

Similarmente, o item NATS5 também fez referência à comunidade e acabou sendo excluído. Desde já, cabe uma análise qualitativa mais aprofundada, de modo a investigar os elementos históricos, sociais e culturais que motivam a coprodução individual e coletiva. Aqui, buscou-se a objetividade de modo mais pragmático.

Por sua vez, o item SOC1 foi excluído do instrumento de mensuração da motivação para coprodução por não se agrupar aos itens de sociabilidade. É provável que a redação do item não tenha ficado clara para os respondentes, o que prejudicou sua aplicação. Talvez o termo “membro ativo” tenha causado confusão quando do preenchimento do questionário por parte dos cidadãos. Assim, recomenda-se que em estudos futuros seja dada nova redação ao item, de modo a incrementar o fator sociabilidade.

Com isso, o modelo final passou a ter onze itens divididos em quatro dimensões (“autoeficácia”, “natureza do serviço”, “sociabilidade” e “relevância percebida”).

O fator “autoeficácia”, apontado por Alford (2009), tratou de medir a percepção do cidadão sobre sua capacidade de “fazer a diferença” quando do seu envolvimento na prestação de serviços juntamente com o Estado. Por sua vez, a “natureza do serviço”, abordada por Pestoff (2012), propôs-se a mensurar a acessibilidade para o envolvimento dos cidadãos na prestação de serviços públicos.

Em continuação, a “sociabilidade” tratada por Alford (2002), mede o quanto o cidadão se sente recompensado por se associar com outros, o senso de pertencimento ou identificação com um grupo, bem com seu desejo de afiliação. Por fim, a “relevância percebida” tratou de mensurar a importância do serviço não apenas para o cidadão, mas também para seus familiares e amigos. Segundo Pestoff (2012), essas questões podem tornar os cidadãos mais propensos a se motivar para atividades de coprodução.

Dessa forma, pode-se confirmar a complexidade do tema, principalmente em razão da não existência de um modelo ou formato único para coprodução. As quatro dimensões podem ser utilizadas juntas ou isoladas, dependendo da estratégia adotada pelo gestor para implementação do processo de coprodução, considerando os aspectos motivacionais do cidadão.

Com isso, observou-se que, quando testado empiricamente, o modelo funcionou muito bem, não sendo necessário realizar ajustes consideráveis. A sua validação e aperfeiçoamento conferiu ainda mais confiabilidade ao instrumento, que se encontra pronto

para ser utilizado por gestores públicos e de OSC, principalmente no que se refere à gestão de pessoas. O instrumento final de motivação para coprodução do bem público está representado na tabela 13.

Tabela 13: Instrumento final de motivação para coprodução	
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA
AEF1	Participo da prestação de serviços que eu tenha capacidade de realizar
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo com o Estado
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO NATUREZA DO SERVIÇO
NATS1	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar
NATS6	Participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço físico
NATS7	Participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço mental
NATS8	Participo da prestação de serviços quando eu tiver bastante tempo livre
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO SOCIABILIDADE
SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço é fundamental para que eu também participe
SOC4	Participo para fazer novas amizades
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO RELEVÂNCIA PERCEBIDA
REL4	Participo da prestação de serviços que for importante para um familiar
REL5	Participo da prestação de serviços que for importante para um amigo

Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência, abordou-se outro objetivo específico desta tese, que consiste na criação de uma escala de tipologias de coprodução do bem público.

5.2 Escala de tipologias de coprodução do bem público

Essa seção aborda a criação e validação da escala de tipologias de coprodução, seguindo os passos propostos por Costa (2011). Iniciou-se com uma fase qualitativa, a fim de conhecer a produção científica sobre o tema, resultando na revisão sistemática da literatura apresentada no capítulo 2 desta tese. Assim, o desenvolvimento de um novo instrumento de mensuração levou em consideração as classificações, modelos e tipos de coprodução existentes na literatura.

Nesse sentido, iniciou-se o processo de geração dos itens que serão utilizados para mensurar o construto. Com base na RSL, realizou-se a prospecção de itens e validação de face

e conteúdo. Essa fase contou com a colaboração de 14 especialistas, entre mestres, doutores e profissionais das áreas de gestão pública, estatística e administração, todos com experiência na criação de instrumentos de mensuração.

Para isso, foi encaminhado, via e-mail, o instrumento preliminar para análise dos especialistas. Eles receberam a relação dos itens divididos por dimensão, contendo a respectiva descrição do que se pretende medir com aqueles indicadores agrupados em fatores (Apêndice C).

A avaliação consistia em verificar a clareza, pertinência e representatividade do item, bem como sua adequação ao construto tipologia. Assim, instrumento de validação de face e conteúdo apresentava uma gradação, conforme exposto no quadro 13 abaixo:

Quadro 13: Gradação do instrumento para validação de face e conteúdo por especialistas

Adequação do item				
1 - Inadequado	2 - Pouco Adequado	3 - Adequado	4 - Bem Adequado	5 - Adequação Perfeita
Clareza do enunciado				
1 - Muito Ruim	2 - Ruim	3 - Razoável	4 - Boa	5 - Muito Boa

divididos em quatro dimensões: inicial, básica, intermediária e avançada, conforme tabela 14:

Tabela 14: Instrumento de mensuração após validação de face e conteúdo

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INICIAL
IN-1	Acredito que ao responder pesquisas de opinião do Estado, contribuo para a execução dos serviços públicos
IN-2	Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos
IN-3	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes
IN-4	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
IN-5	Creio que minha presença, por si só, em consultas populares favorece a execução dos serviços prestados pelo Estado
IN-6	Acredito que assistindo às assembleias públicas da minha cidade, colaboro com a gestão municipal
IN-7	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
IN-8	Creio que as ideias, apresentadas em espaços públicos, são consideradas para resolução dos problemas da cidade
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO BÁSICA
BS-1	Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de discutir sobre as ações do Estado
BS-2	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorecem a execução dos serviços públicos
BS-3	Entendo que a atuação dos Conselhos Municipais coopera com a gestão municipal
BS-4	Acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas

BS-5	Acredito que os Conselhos Municipais influenciam a tomada de decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
BS-6	Creio que os Conselhos Municipais influenciam os serviços públicos
BS-7	Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar a participação social
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA
IT-1	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
IT-2	Na minha opinião, colaboro com a melhoria dos serviços públicos, quando sigo as recomendações do Estado
IT-3	Creio que colaboro para uma saúde pública mais eficiente, impedindo a proliferação de doenças no meu bairro
IT-4	Acho que contribuo para diminuir os engarrafamentos na cidade quando envio informações de trânsito para os órgãos competentes
IT-5	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
IT-6	Percebo que posso atuar como parceiro do Estado na implementação de serviços públicos mais eficientes
IT-7	Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando o cidadão negocia junto com o Estado
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AVANÇADA
AV-1	Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas
AV-2	Na minha opinião, o empoderamento da comunidade viabiliza a implementação de serviços públicos locais, tendo o Estado apenas como colaborador
AV-3	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
AV-4	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
AV-5	Creio que a comunidade é capaz de executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais
AV-6	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

Fonte: elaborado pelo autor.

O instrumento de coleta desta pesquisa utilizou a escala de verificação do tipo Likert de 10 pontos. Nesse caso, trata-se de uma gradação de 1 a 10, na qual o respondente deve ter em mente que 1 indica discordância total e 10 concordância total. Segundo Costa (2011), a medida de itens por mais de sete pontos aumenta a confiabilidade da escala. Por isso, optou-se pelo uso da escala de 10 pontos, além de apresentar o maior distanciamento entre os dois extremos, facilitando o entendimento de quem for responder.

Dessa forma, o instrumento de campo inicial utilizado na primeira coleta de dados continha, além dos itens apresentados anteriormente, um título denominado “Envolvimento do cidadão na prestação de serviços públicos”, seguido por uma breve descrição sobre a pesquisa. Ainda foram inseridas questões de natureza sociodemográficas (gênero, idade, escolaridade e renda). O apêndice E exibe o referido questionário utilizado na primeira coleta desta pesquisa.

Inicialmente, o instrumento foi aplicado a qualquer cidadão com uma finalidade exploratória, de modo a conhecer o campo e realizar os devidos ajustes posteriormente, configurando uma amostra não probabilística. Para elaboração do questionário recorreu-se ao *Google Forms*, enquanto que a coleta foi mediada, por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. A primeira coleta foi realizada entre os dias 18 e 29 de novembro de 2020 e alcançou 295 respostas válidas. Esse quantitativo atende à recomendação de Costa (2011), no que se refere à quantidade de respostas serem pelo menos dez vezes maior do que a quantidade de itens do instrumento de mensuração.

Em seguida, foram realizados os procedimentos de limpeza da escala. Isso consiste basicamente em analisar os resultados da primeira coleta, por meio das técnicas de análise de correlação, análise fatorial exploratória e análise de confiabilidade. Ao final, espera-se aperfeiçoar o instrumento com a exclusão dos itens que não se ajustaram às dimensões propostas ou ainda decidir pela permanência de determinado item com a modificação da sua redação, a fim de testá-lo na segunda coleta de dados.

Primeiramente, os dados coletados que estavam armazenados no *Google* foram transportados para uma planilha do *Microsoft Excel*, onde se pode constatar a validade das 295 respostas. Na sequência, os dados foram exportados para o software IBM SPSS 21 (*Statistical Package for Social Sciences*), a fim de realizar a extração das estatísticas descritivas (Apêndice G). Os valores encontrados inicialmente apresentaram-se dentro dos limites aceitáveis pela literatura.

Observou-se ainda, por meio de gráficos *box-plot* (diagrama de caixas), os valores discrepantes (aqueles acima do limite superior ou abaixo do limite inferior), chamados de *outliers*. Os casos apontados para cada item foram excluídos e substituídos pela média, quando da análise fatorial. O quadro 14 evidencia os casos excluídos para cada item na AFE.

Quadro 14: Casos excluídos para AFE

OUTLIERS AFE	
Item	Casos
IN-1	22, 35, 57, 66, 174, 189, 273
BS-1	101, 146, 172, 234, 257, 259
BS-2	101, 114, 176, 196, 273
BS-3	99, 101, 114, 217, 234
BS-4	5, 66, 99, 101, 107, 114, 154, 176, 234, 236, 244, 246, 256, 259, 264, 265, 269, 274
BS-5	99, 114, 176, 234
BS-6	66, 68, 176, 234
BS-7	101, 111, 114, 172, 234

IT-1	19, 99, 107, 114, 210, 211, 226, 232, 235, 239, 244, 246, 264, 270, 271, 283
IT-2	175, 212, 220, 294
IT-3	1, 36, 53, 56, 107, 111, 212, 220, 239, 243, 244, 246, 253, 256, 264, 269
IT-5	19, 95, 107, 197, 226, 232, 235, 239, 244, 246, 253, 264, 270, 283, 290, 295
IT-6	13, 36, 48, 81, 95, 99, 111, 114, 122, 138, 212, 220, 236, 262
IT-7	13, 36, 53, 56, 101, 111, 122, 138, 236, 272, 273
AV-1	36, 101, 140, 231, 259, 262
AV-3	13, 36, 57, 123, 140, 201, 208, 254
AV-4	3, 36, 101, 107, 226, 262
AV-6	36, 48, 57, 101, 111, 168, 175, 189, 200, 262

Fonte: elaborado pelo autor.

Realizadas essas etapas preparatórias, tem-se o banco de dados pronto para realização da análise fatorial exploratória (AFE). A seguir, será comentado o passo a passo desse procedimento estatístico.

5.2.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

A análise dos dados da primeira coleta foi realizada com todos os itens agrupados ao mesmo tempo. A extração da AFE usou o método de componentes principais, com base no valor próprio superior a um (*eigenvalue* > 1), tendo como método de rotação varimax. Os valores ausentes foram substituídos pela média e suprimidos coeficientes pequenos com valor absoluto abaixo de 0,4.

Definidos esses parâmetros, foi verificada a adequação da amostra, por meio do teste de KMO e Bartlett, apresentado abaixo. Na sequência, foram extraídas as matrizes de correlações, comunalidades, variância total explicada, matriz de componente, correlações reproduzidas, matriz de componente rotativa e matriz de transformação de componente (Apêndice G). Ainda foi extraído o *alpha de Cronbach* como forma de verificar a confiabilidade do questionário aplicado na pesquisa (apresentado abaixo).

Teste de KMO e Bartlett		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		.868
Teste de esfericidade de Aprox. Qui-quadrado		3098.298
Bartlett df		378
Sig.		.000

Fonte: dados da pesquisa.

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
.904	.913	28

Fonte: dados da pesquisa.

Assim, os resultados apresentados pelo SPSS foram confrontados com os critérios de exclusão de itens adotados nesta pesquisa, conforme apresentado no quadro 15.

Quadro 15: Critérios para exclusão de itens

INDICADOR	REFERÊNCIA
Correlação	Menor que 0,3 e maior que 0,9
Medida KMO	Menor que 0,7
Comunalidade	Menor que 0,5
Carga fatorial	Menor que 0,4
Variância	Menor que 50%
Alpha de Cronbach	Menor que 0,7

Fonte: Costa (2011).

De acordo com os limites de referência do quadro anterior, verificou-se a necessidade de exclusão de alguns itens, de modo a melhorar o instrumento para a segunda coleta de dados. Foram excluídos sete itens no total, conforme as justificativas expostas no quadro 16. Vale destacar que após a exclusão de cada item, na ordem apresentada abaixo, foi feito um novo processamento dos dados no SPSS com itens restantes.

Quadro 16: Sequência de itens de excluídos após a primeira coleta de dados

SEQUÊNCIA EXCLUSÕES	ITEM	JUSTIFICATIVA	VARIÂNCIA EXPLICADA (%)
1	IT-4	Único item a se agrupar em três fatores diferentes e apresentou comunalidade de 0,394	59,521
2	AV-2	Não se agrupou aos itens da sua dimensão, formando seu próprio fator	60,414
3	IN-1	Carga fatorial baixa em dois fatores diferentes e comunalidade de 0,366	61,803
4	BS-6	Agrupou-se a três fatores diferentes	57,580
5	AV-5	Agrupou-se em dois fatores diferentes e apresentou comunalidade de 0,373	59,093
6	BS-4	Apresentou comunalidade de 0,401	60,439
7	IT-2	Agrupou-se em dois fatores diferentes (0,515 e 0,459)	61,857

Fonte: elaborado pelo autor.

O item IT-4 “acho que contribuo para diminuir os engarrafamentos na cidade quando envio informações de trânsito para os órgãos competentes” foi o primeiro a ser excluído, pois, além de ter apresentado comunalidade abaixo de 0,5 (0,394), ele ainda se agrupou a três fatores diferentes. Com a sua retirada, o modelo passou a ter uma variância explicada de 59,521%. Na sequência, observou-se que o item AV-2 “na minha opinião, o empoderamento

da comunidade viabiliza a implementação de serviços públicos locais, tendo o Estado apenas como colaborador” se separou do seu fator de origem, passando a formar um novo fator. Por isso, foi o segundo item excluído, conferindo uma variância explicada de 60,414% ao modelo.

Por sua vez, o item IN-1 “acredito que ao responder pesquisas de opinião do Estado, contribuo para a execução dos serviços públicos” apresentou comunalidade abaixo de 0,5 (0,366), bem como se agrupou em dois fatores diferentes com baixas cargas fatoriais. Assim, decidiu-se pela sua exclusão e modelo passou a ter uma variância explicada de 61,803%. O quarto item excluído foi o BS-6 “creio que os Conselhos Municipais influenciam os serviços públicos”, pois se agrupou a fatores diferentes. Com a sua saída, o modelo passou a ter variância explicada de 57,580%.

Após novo processamento dos dados, viu-se a necessidade de exclusão do item AV-5 “creio que a comunidade é capaz de executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais”, em razão da baixa comunalidade (0,373) e por se agrupar a dois fatores diferentes. Após a quinta exclusão, a variância explicada do modelo ficou em 59,093%. Na continuação, o item BS-4 “acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas” apresentou a mais baixa comunalidade de todos os itens (0,401), por isso ele foi excluído do modelo. Com a sexta exclusão foi possível chegar a uma variância explicada de 60,439%.

Por fim, procedeu-se à sétima exclusão, tendo em vista que o item IT-2 “na minha opinião, colaboro com a melhoria dos serviços públicos, quando sigo as recomendações do Estado” se agrupou a dois fatores diferentes com cargas fatoriais aproximadas (0,515 e 0,459). Assim, modelo evidenciou uma variância total explicada de 61,857% para cinco dimensões.

Verificou-se ainda que as comunalidades, cargas fatoriais, KMO e *alpha de Cronbach* apresentaram valores aceitáveis, conforme os parâmetros fixados nesta pesquisa. Deve-se fazer uma ressalva às comunalidades verificadas nos itens AV-3 e IT-6, que ficaram dentro dos limites de referência estabelecidos nesta pesquisa por arredondamento. A tabela 15 consolidou os resultados da AFE, ilustrando os itens selecionados após os procedimentos de limpeza da escala.

Vale destacar que os itens IN5, IN6, BS3, BS5, IT3 e IT6 apresentaram carga fatorial em duas dimensões. Decidiu-se pela permanência de todos, considerando o potencial de contribuição dos mesmos para pesquisa. Cada item permaneceu na dimensão em que se

agrupou com carga fatorial mais alta, tendo em vista que a diferença entre elas chegou a ser o dobro na maioria dos casos.

Tabela 15: Itens selecionados após limpeza da escala - AFE

Ite m	Comunalidad e	Carga fatorial	Alpha se item excluído
IN2	0,517	0,658	0,880
IN3	0,744	0,855	0,885
IN4	0,629	0,755	0,880
IN5	0,532	0,639	0,881
IN6	0,575	0,649	0,877
IN7	0,785	0,845	0,875
IN8	0,671	0,747	0,874
BS1	0,643	0,778	0,878
BS2	0,808	0,814	0,871
BS3	0,713	0,685	0,874
BS5	0,671	0,599	0,874
BS7	0,602	0,711	0,874
IT1	0,563	0,716	0,882
IT3	0,579	0,678	0,881
IT5	0,577	0,726	0,881
IT6	0,495	0,574	0,876
IT7	0,581	0,743	0,878
AV1	0,574	0,694	0,876
AV3	0,483	0,664	0,879
AV4	0,617	0,693	0,876
AV6	0,630	0,766	0,877
Número de observações			295
KMO			0,852
Variância %			61,857
Alpha de Cronbach			0,893

Fonte: dados da pesquisa.

Dessa forma, chegou-se a um instrumento mais enxuto, teoricamente com capacidade para mensurar as tipologias de coprodução do bem público. No entanto, Costa (2011) afirmou que após a realização de novas atividades de campo, faz-se necessária uma nova limpeza, a fim de aprimorar a escala.

Como dito anteriormente, a AFE sugeriu um modelo mais consistente e adequado com cinco dimensões. O fator referente ao tipo inicial de coprodução foi dividido em dois, sendo criada a dimensão preliminar, que precede à inicial, gerando consequentemente mais quatro novas sub-hipóteses relacionadas com os aspectos motivacionais. Assim, totalizam-se vinte sub-hipóteses, as quais serão analisadas uma a uma na seção 5.3.

O novo fator corresponde ao primeiro estágio na gradação das tipologias de coprodução do bem público. Nesse nível, o envolvimento do cidadão com a execução dos serviços públicos é praticamente simbólico, pois não há efetividade, ficando restrito ao acompanhamento e anuência das ações, sem poder de intervenção.

Assim, os itens IN-2, IN-3, IN-4 e IN-5 ficaram agrupados no fator preliminar e os itens IN-6, IN-7 e IN-8 continuaram na dimensão inicial. Por sua vez, os itens IT-6 e IT-7 se agruparam com os itens do tipo avançado de coprodução. Isso poderia acontecer, por se tratar de um instrumento que busca medir uma gradação do envolvimento do cidadão em atividades de coprodução. Como os dois itens estavam na transição entre os fatores intermediário e avançado, ocorreu que as cargas fatoriais foram mais altas na última dimensão, sendo renomeados como AV-7 e AV-8, respectivamente.

Em adição, foram criados novos itens nos fatores preliminar, inicial e intermediário, de modo a haver igualdade na quantidade de itens entre as dimensões do instrumento para segunda coleta. Dessa forma, os itens IN-2, IN-3, IN-4 e IN-5 foram renomeados como PR-1, PR-2, PR-3 e PR-4, respectivamente, e receberam o novo item PR-5, referentes à dimensão preliminar. A dimensão inicial teve o acréscimo dos itens IN-9 e IN-10, enquanto a dimensão intermediária ganhou os itens IT-8 e IT-9. Feitos esses ajustes, chegou-se ao instrumento que foi aplicado na segunda coleta, representado na tabela 16.

Tabela 16: Instrumento de mensuração para segunda coleta de dados

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO PRELIMINAR
PR-1	Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos
PR-2	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes
PR-3	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
PR-4	Considero que minha presença em consultas populares contribui para execução dos serviços públicos
PR-5	Acho que contribuo com a execução dos serviços públicos quando apoio as decisões das autoridades competentes
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INICIAL
IN-6	Acredito que as propostas apresentadas em sessões públicas colaboram para execução dos serviços
IN-7	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
IN-8	Creio que as ideias apresentadas em espaços públicos são consideradas para resolução dos problemas da cidade
IN-9	Acho que as observações extraídas de debates públicos ajudam a melhorar a qualidade dos serviços
IN-10	Entendo que as recomendações oriundas de audiências públicas colaboram para execução dos serviços

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO BÁSICA
BS-1	Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de discutir sobre as ações do Estado
BS-2	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorecem a execução dos serviços públicos
BS-3	Entendo que os Conselhos Municipais colaboram com a gestão municipal
BS-5	Acho que os Conselhos Municipais influenciam a decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
BS-7	Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar o engajamento social
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA
IT-1	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
IT-3	Acho que colaboro com a eficiência da saúde pública praticando ações de combate à proliferação de doenças
IT-5	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
IT-8	Acredito na melhoria da eficiência da segurança pública quando as autoridades policiais atuam em conjunto com os cidadãos
IT-9	Na minha opinião, as políticas de meio ambiente apresentam melhores resultados quando executadas por cidadãos e agentes públicos
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AVANÇADA
AV-7	Acho que o Estado pode atuar como parceiro da comunidade na implementação de serviços públicos mais eficientes
AV-8	Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando a comunidade negocia junto com o Estado
AV-1	Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas
AV-3	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
AV-4	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
AV-6	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

Fonte: elaborado pelo autor.

Com isso, o instrumento final possui 26 itens divididos em cinco dimensões. Assim como o primeiro questionário, este também foi formulado no *Google Forms*, sendo aplicado no período de 04 a 21 de janeiro de 2021, por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, destinado ao público em geral. O instrumento ainda trouxe questões de natureza sociodemográficas e pode ser visualizado no Apêndice F.

Na ocasião, foram obtidas 301 respostas válidas, satisfazendo a recomendação de Costa (2011), no que se refere à quantidade de respostas serem pelo menos dez vezes o número de itens do questionário. Diante disso, realizou-se a análise dos dados da segunda coleta, que contempla os mesmos procedimentos executados após a primeira coleta, finalizando com a análise fatorial confirmatória.

Primeiramente, criou-se uma planilha no *Microsoft Excel* contendo os dados coletados por meio de formulário do *Google Forms*, onde se verificou a validade das 301 respostas. Na

sequência, os dados armazenados na planilha foram exportados para o *software* IBM SPSS 21, a fim de realizar a extração das estatísticas descritivas (Apêndice H). Verificou-se que os resultados apresentados se encontram nos limites de referência desta pesquisa.

Adicionalmente, constataram-se valores discrepantes (*outliers*), por meio de gráficos *box-plot* (diagrama de caixas). Foram identificados os respondentes considerados *outliers* para cada indicador. Eles foram excluídos e substituídos pela média para realização da análise fatorial. O quadro 17 evidencia os casos excluídos para cada item na AFC.

Quadro 17: Casos excluídos para AFC

OUTLIERS AFC	
Item	Respondente
IN- 6	84, 151, 220, 227
IN-7	30, 164, 199, 210, 254, 275
IN-9	33, 220
IN-10	54, 68, 164, 187, 227, 271
BS-2	55, 142, 164, 227, 273
BS-3	33, 43, 55, 164, 187, 227
BS-5	43, 553 164, 186, 187, 220, 273
BS-7	33, 142, 164, 170, 227, 231, 271
IT-1	3 ,117, 187, 194, 206, 239, 258, 260
IT-3	117, 118, 132, 151, 163, 164, 172, 177, 187, 206, 218, 219, 239, 260, 273
IT-5	3, 16, 81, 100, 118, 172, 187, 205, 207, 233, 253, 273, 287, 291, 296, 298
IT-8	3, 16, 62, 118, 125, 151, 166, 168, 172, 187, 194, 205, 217, 228, 234, 238
IT-9	3, 16, 68, 97, 98, 100, 109, 118, 163, 166, 172, 187, 194, 205, 227, 228, 238, 260, 297
AV-7	3, 100, 172, 187, 217, 260, 279, 296
AV-8	3, 43, 55, 109, 150, 151, 186, 187, 194, 205, 214, 267, 279
AV-1	3, 54, 65, 126, 142, 151, 168, 187, 217, 296, 298
AV-3	33, 100, 187, 200, 227, 261, 285
AV-4	33, 100, 187, 227, 249, 279
AV-6	3, 65, 100, 238, 278, 279

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, realizadas as etapas exploratórias, têm-se novos dados para realização da análise fatorial confirmatória (AFC). A seguir, será comentado o passo a passo desse procedimento estatístico.

5.2.2 Análise Fatorial Confirmatória (AFC)

A análise dos dados da segunda coleta foi realizada com todos os itens agrupados no *software* IBM SPSS. A extração da AFC usou o método de componentes principais, com base

no valor próprio superior a um ($eigenvalue > 1$), tendo como método de rotação varimax. Os valores ausentes foram substituídos pela média e suprimidos coeficientes pequenos com valor absoluto abaixo de 0,4.

Após a definição desses critérios no SPSS, foram extraídas as matrizes de correlações, comunalidades, variância total explicada, matriz de componente, correlações reproduzidas, matriz de componente rotativa e matriz de transformação de componente, que se encontram no Apêndice H. Ainda verificou-se a adequação da amostra, por meio do teste de KMO e Bartlett, bem como foi extraído o *alpha de Cronbach*, a fim de verificar a confiabilidade do questionário aplicado na pesquisa. Ambos estão apresentados abaixo.

Teste de KMO e Bartlett		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		.912
Teste de esfericidade de	Aprox. Qui-quadrado	3408.107
Bartlett	df	325
	Sig.	.000

Fonte: dados da pesquisa.

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
.894	.911	19

Fonte: dados da pesquisa.

Na sequência, compararam-se os resultados apresentados pelo SPSS com os critérios de exclusão de itens adotados nesta pesquisa, expostos anteriormente. De antemão, verificou-se a necessidade de exclusão de alguns itens. Eles foram retirados seguindo a ordem apresentada abaixo, de modo que a cada exclusão era feito um novo processamento dos dados no SPSS com os itens restantes. Foram excluídos sete itens no total, conforme as justificativas expostas no quadro 18.

Quadro 18: Sequência de itens de excluídos após a segunda coleta de dados

SEQUÊNCIA EXCLUSÕES	ITEM	JUSTIFICATIVA	VARIÂNCIA EXPLICADA (%)
1	PR-1	Apresentou comunalidade de 0,364	68,680
2	AV-1	Agrupou-se em 2 fatores diferentes (0,506 e 0,516)	69,266
3	AV-8	Não se agrupou com os demais itens da sua dimensão	69,754
4	BS-7	Carga fatorial baixa (0,415)	70,186
5	IT-8	Carga fatorial baixa (0,424)	70,946
6	IT-9	Carga fatorial baixa (0,498)	71,598
7	BS-1	Carga fatorial baixa (0,518)	73,753

Fonte: elaborado pelo autor.

A primeira exclusão foi do item PR-1 “considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos”, pois apresentou comunalidade abaixo de 0,5 (0,364). A sua saída contribuiu para o modelo ter uma variância explicada de 68,680%. Em seguida, decidiu-se pela retirada do item AV-1 “Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas”, pois ele se agrupou a fatores diferentes com cargas fatoriais aproximadas (0,506 e 0,516). Após a segunda remoção, o modelo passou a conferir uma variância explicada de 69,266%.

Na sequência, o item AV-8 “acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando a comunidade negocia junto com o Estado” se desprende do seu fator de origem, agrupando-se a outro fator conceitualmente diferente. Dessa maneira, o modelo passou a ter uma variância explicada de 69,754%. Continuando a análise, constatou-se que o item BS-7 “na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar o engajamento social” também precisava ser excluído, pois apresentou baixa carga fatorial dentro no seu grupo de origem. Com isso, verificou-se uma variância explicada de 70,186% para o modelo.

Após novo processamento dos dados, o item IT-8 “acredito na melhoria da eficiência da segurança pública quando as autoridades policiais atuam em conjunto com os cidadãos” apresentou o mesmo comportamento do item BS-7, excluído anteriormente. Seguindo o mesmo critério, o item IT-8 também foi excluído. Após a quinta exclusão, a variância explicada do modelo ficou em 70,946%.

Na continuação, os itens IT-9 “na minha opinião, as políticas de meio ambiente apresentam melhores resultados quando executadas por cidadãos e agentes públicos” e BS-1 “acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de discutir sobre as ações do Estado” também foram excluídos em razão da baixa carga fatorial verificada. Assim, após sete exclusões, o modelo evidenciou uma variância total explicada de 73,753% para cinco dimensões.

Após os devidos procedimentos de análise e limpeza da escala, constatou-se que as comunalidades, cargas fatoriais, KMO e alpha de Cronbach apresentaram valores aceitáveis, à exceção da comunalidade observada no item PR-4, que precisou ser arredondado para maior (0,500), de modo a se adequar aos limites de referência estabelecidos nesta pesquisa. A tabela 17 consolidou os resultados da AFC, evidenciando os itens selecionados para composição da escala final.

Tabela 17: Itens selecionados após limpeza da escala - AFC

Item	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
PR2	0,827	0,889	0,896
PR3	0,808	0,876	0,896
PR5	0,714	0,808	0,888
PR4	0,461	0,543	0,893
IN6	0,695	0,784	0,886
IN7	0,679	0,777	0,886
IN8	0,694	0,760	0,886
IN9	0,697	0,743	0,886
IN10	0,750	0,774	0,885
BS2	0,782	0,727	0,886
BS3	0,855	0,806	0,885
BS5	0,781	0,778	0,886
IT1	0,630	0,711	0,894
IT3	0,787	0,837	0,891
IT5	0,759	0,847	0,894
AV7	0,673	0,653	0,892
AV3	0,831	0,863	0,891
AV4	0,823	0,739	0,890
AV6	0,767	0,711	0,889
Número de observações			301
KMO			0,918
Variância %			73,753
Alpha de Cronbach			0,910

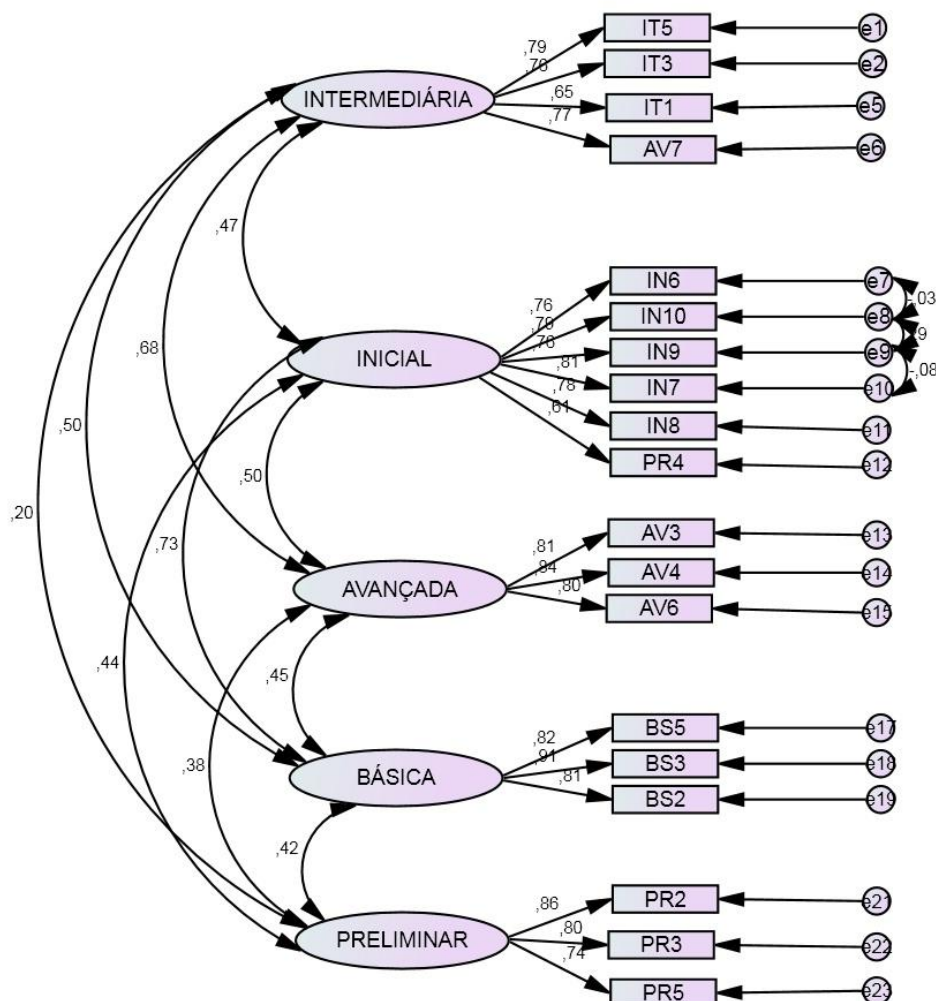
Fonte: dados da pesquisa.

Com isso, chegou-se à solução final padronizada da AFC, definidas pelas relações causais. Ela está representada na figura 8, por meio de um diagrama de caminhos e suas correlações. O passo seguinte, segundo Costa (2011), é realizar a análise de validade e de confiabilidade da escala final. Trata-se de uma fase importante na criação e desenvolvimento de escalas, tendo em vista que será revelado se o instrumento é válido e confiável.

Dessa forma, procederam-se às checagens das validades convergente e discriminante do modelo de mensuração usando o critério proposto por Steenkamp e Van Trijp (1991). Segundo eles, a validade convergente de um construto pode ser verificada por meio do exame das cargas fatoriais dos indicadores na variável latente. O construto apresenta validade convergente quando as cargas fatoriais são fortes ($> 0,50$) e significativas (valor de $C.R > t_{\text{crítico}, \alpha}$). Para realizar os cálculos da confiabilidade composta e variância extraída, foram usadas as mesmas fórmulas apresentadas na AFC de motivação para coprodução.

Figura 8: Diagrama de caminhos da AFC - tipologias

MODELO DA TIPOLOGIA



Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 18 evidencia os cálculos da confiabilidade composta e variância extraída. Pode-se verificar a ocorrência de validade convergente para as dimensões “intermediária”, “inicial”, “avançada”, “básica” e “preliminar”, pois todas as variáveis indicadoras apresentaram cargas fatoriais significativas e fortes, segundo as definições de Hair *et al* (2009). A confiabilidade composta é confirmada com valores superiores a 0,70; por sua vez, a variância extraída se confirma para valores superiores a 0,50.

Tabela 18: Estatísticas das dimensões INT, INIC, AVA, BAS e PRE para o instrumento de tipologias de coprodução do bem público

CONFIABILIDADE E VALIDADE	CONSTRUTOS	Est_ÑPadr	S.E.	C.R.	Est_Padr	p-valor
---------------------------	------------	-----------	------	------	----------	---------

Conf. Composta(1)= 0,833 Var. Extraída(1)= 0,557	IT5 ← INTERMED	1	-	-	0,788	-
	IT3 ← INTERMED	1,332	0,113	11,764	0,764	***
	IT1 ← INTERMED	0,943	0,091	10,32	0,652	***
	AV7 ← INTERMED	1,015	0,089	11,37	0,773	***
Conf. Composta(2)= 0,889 Var. Extraída(2)= 0,573	IN6 ← INICIAL	1	-	-	0,761	-
	IN10 ← INICIAL	0,957	0,076	12,545	0,794	***
	IN9 ← INICIAL	0,88	0,072	12,193	0,762	***
	IN7 ← INICIAL	1,07	0,086	12,473	0,813	***
	IN8 ← INICIAL	1,117	0,099	11,292	0,781	***
	PR4 ← INICIAL	0,921	0,099	9,343	0,612	***
Conf. Composta(3)= 0,860 Var. Extraída(3)= 0,671	AV3 ← AVANÇADA	1	-	-	0,809	-
	AV4 ← AVANÇADA	0,928	0,069	13,481	0,844	***
	AV6 ← AVANÇADA	0,846	0,068	12,519	0,804	***
Conf. Composta(4)= 0,884 Var. Extraída(4)= 0,719	BS5 ← BÁSICA	1	-	-	0,817	-
	BS3 ← BÁSICA	1,117	0,072	15,565	0,912	***
	BS2 ← BÁSICA	1,063	0,082	13,023	0,811	***
Conf. Composta(5)= 0,903 Var. Extraída(5)= 0,796	PR2 ← PRELIMINAR	1	-	-	0,857	-
	PR3 ← PRELIMINAR	0,907	0,074	12,273	0,797	***
	PR5 ← PRELIMINAR	0,871	0,078	11,2	0,735	***

Fonte: dados da pesquisa.

Dessa forma, constatou-se que os cinco fatores são confiáveis, tendo em vista que os respectivos indicadores de confiabilidade composta apresentaram valores superiores a 0,70. Em adição, observou-se para cada dimensão uma variância extraída superior a 0,50, isso significa a validade convergente para os fatores propostos nesta pesquisa foi satisfeita sem necessidade de ajustes.

Na sequência, tratou-se da validade discriminante da escala, que verifica a diferença de um fator em relação aos demais. Para isso, usou-se o critério sugerido por Fornell e Larcker (1981), que consiste na comparação da variância extraída do fator com a variância compartilhada (o quadrado da correlação múltipla, R^2) dos demais fatores. A validade discriminante fica configurada se variância extraída do construto (diagonal na Tabela 19) for superior à compartilhada.

Tabela 19: Comparação entre a variância compartilhada e a variância extraída do modelo de mensuração dos construtos INT, INIC, AVA, BAS e PRE

Fatores	INT	INI	AVA	BAS	PRE
Fator 1 - Intermediária	0,557				
Fator 2 - Inicial	0,220	0,573			
Fator 3 - Avançada	0,468	0,246	0,671		
Fator 4 - Básica	0,247	0,530	0,200	0,719	
Fator 5 - Preliminar	0,039	0,194	0,146	0,175	0,796

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se observar que todas as variâncias extraídas são superiores às variâncias compartilhadas entre as dimensões. Dessa forma, considera-se que os fatores possuem validade discriminante. Assim, pode-se conferir validade (convergente e discriminante) e confiabilidade à escala final.

Por fim, procedeu-se à análise do modelo estrutural, por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Com o auxílio do software IBM SPSS AMOS 21.0, constatou-se que o modelo inicial necessitava de ajustes ou correlação entre os erros associados a alguns itens. Assim, foram feitos os ajustes recomendados pelo sistema, que consistiram em correlacionar os erros e7, e8, e9 e e10, conforme ilustrado na figura 8.

Dessa forma, os modelos inicial e final apresentaram valores diferentes para os indicadores usados nesta tese. O quadro 19 mostra como estavam os indicadores antes e como ficaram após os ajustes realizados:

Quadro 19: Índices de ajuste do modelo de tipologias de coprodução do bem público

QUESTIONÁRIO	χ^2	g.l.	$\chi^2/g.l.$	GFI	AGFI	PGFI	TLI	CFI	RMSEA
<i>Modelo inicial</i>	292,439	142	2,059	0,897	0,863	0,671	0,650	0,709	0,059
<i>Modelo final*</i>	279,180	139	2,008	0,902	0,866	0,660	0,666	0,729	0,058

* Medidas de qualidade do ajuste do modelo reespecificado (final)

Fonte: dados da pesquisa.

Em seguida, os indicadores obtidos foram comparados aos limites de referência recomendados pela literatura, especificamente no que se refere a ajuste de modelos, conforme ilustrado na tabela 20:

Tabela 20: Indicadores de ajuste da MEE para validação do questionário de tipologias de coprodução do bem público

Indicador de ajuste	Crítérios para bom ajuste do modelo (Marôco e Kline)	Modelo final Tipologias
---------------------	--	-------------------------

Ajuste absoluto:

Função de discrepância: χ^2 (valor p)	-	279,180 (0,000*)
Qui-quadrado normado (χ^2/gl)	valor entre 1 e 5	279,180/139=2,008
GFI (índice de qualidade de ajuste)	acima de 0,90	0,902
AGFI (índice de qualidade ajustado)	acima de 0,90	0,866 (periférico)
RMSEA (raiz média quadrática dos erros de aproximação)	entre (0,00; 0,10] p(H_0 : rmsea \leq 0,05)	0,058 p-valor = 0,090

Ajuste relativo:

TLI (índice de Tukey-Lewis)	acima de 0,90	0,666
CFI (índice de ajuste comparativo)	acima de 0,90	0,729

Ajuste parcimonioso:

PGFI (parcimônia do GFI)	entre: (0,60; 0,80]	0,660
---------------------------------	---------------------	-------

Fonte: dados da pesquisa.

No geral, os índices apresentaram valores dentro do estabelecido para a pesquisa, conforme a tabela 20. A exceção ficou por conta dos indicadores de ajuste relativo - TLI (0.666) e CFI (0.729) – que evidenciaram valores aproximados àqueles sugeridos pela literatura. Esse fato evidencia que o modelo final está parcialmente adequado e aponta para a necessidade de um reajuste.

Porém, isso não prejudicou a aceitação do modelo final, pois, segundo Marôco (2010), os limites de referência dos índices de ajuste são orientações gerais, não se configurando necessariamente como regras finais. Em adição, Hu e Bentler (1998) ainda destacaram que, aspectos como adequação e interpretação das estimativas dos parâmetros e complexidade do modelo podem ser decisivos na decisão da validade de um modelo.

Assim, levando em consideração todas essas questões, os resultados são considerados aceitáveis. Logo, decidiu-se pela aceitação do modelo. Isso indica que os itens analisados formam uma escala ajustada para a mensuração da tipologia de coprodução do bem público.

Com isso, mais um dos objetivos específicos desta tese foi alcançado, que era criar uma escala de tipologias de coprodução do bem público. O processo de criação da escala foi complexo e seguiu os passos sugeridos por Costa (2011). Partiu-se de um modelo teórico com 28 itens divididos em quatro dimensões e findou-se num instrumento composto por 19 itens divididos em cinco dimensões.

Primeiramente foram excluídos sete itens na AFE, quais sejam: IN-1 “acredito que ao responder pesquisas de opinião do Estado, contribuo para a execução dos serviços públicos”; BS-4 “acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas”; BS-6 “creio que os Conselhos Municipais influenciam os serviços públicos”; IT-2 “na minha opinião, colaboro com a melhoria dos serviços públicos, quando sigo as recomendações do Estado”; IT-4 “acho que contribuo para diminuir os engarrafamentos na cidade quando envio informações de trânsito para os órgãos competentes”; AV-2 “na minha opinião, o empoderamento da comunidade viabiliza a implementação de serviços públicos locais, tendo o Estado apenas como colaborador”; e AV-5 “creio que a comunidade é capaz de executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais”.

Inicialmente, observou-se que os sete itens excluídos possuem extensa redação, o que pode ter dificultado o entendimento por parte dos respondentes. Mesmo tendo realizado esse esforço quando da geração dos itens, recomenda-se para estudos futuros uma revisão geral do instrumento, a fim de deixá-lo mais enxuto e objetivo, sem prejuízo no entendimento daquilo que se pretende medir.

O item IN-1 aborda o termo “pesquisas de opinião” que pode ter gerado dúvidas em alguns respondentes sobre o que ou como seriam essas pesquisas de opinião. Adicionalmente, os itens BS-4 e BS-6 alcançaram os conselhos municipais com a intenção de pensar na coprodução coletiva, porém nem todos conhecem a existência, o papel e atuação dos conselhos, o que pode ter influenciado durante o preenchimento do questionário.

Os itens IT-2 e IT-4 tiveram a intenção de medir ações do cidadão em parceria com o Estado que levassem à melhoria na eficiência do serviço público. Porém, provavelmente eles foram excluídos em razão das suas redações. Na primeira situação o respondente pode ter se perguntado “quais recomendações?”, isso gerou dúvida, o que não é bom para um questionário. Na outra situação, talvez coubesse o questionamento sobre que informações de trânsito seriam enviadas a ponto de diminuir os engarrafamentos na cidade.

A dimensão avançada, enquanto último nível da escala de tipologias de coprodução, enxerga o empoderamento da comunidade. Essa foi a ideia expressa nos itens desse fator, no

entanto, os itens AV-2 e AV-5 provavelmente foram mal interpretados, talvez por problemas na escrita dos itens com textos longos ou uso de termos ainda pouco usados pela população geral, como “empoderamento” e “plano de segurança”.

Após as exclusões decorrentes da AFE, novos itens foram inseridos no instrumento e foi realizada nova coleta. Na sequência, procedeu-se à AFC, que indicou a exclusão de sete itens: PR-1 “considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos”; BS-1 “acredito que os Conselhos Municipais têm o papel de discutir sobre as ações do Estado”; BS-7 “na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar o engajamento social”; IT-8 “acredito na melhoria da eficiência da segurança pública quando as autoridades policiais atuam em conjunto com os cidadãos”; IT-9 “na minha opinião, as políticas de meio ambiente apresentam melhores resultados quando executadas por cidadãos e agentes públicos”; AV-1 “acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas”; e AV-8 “acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando a comunidade negocia junto com o Estado”.

Uma possível razão para exclusão do item PR-1 passa pelo termo “assembleias públicas”. O respondente pode ter se perguntado o que seriam ou como ocorrem essas assembleias. Assim, a redação do item pode ser revisada em estudos futuros. Por sua vez, os itens BS-1 e BS-7 podem ter sido excluídos pelos mesmos motivos dos itens BS-4 e BS-6 na AFE, pois também abordaram a questão dos conselhos municipais e a coprodução coletiva. Ainda foi apresentado o termo “engajamento social” que pode ter causado confusão para o respondente quanto ao seu significado.

Os itens IT-8 e IT-9, pertencentes à dimensão intermediária, trouxeram situações específicas (segurança pública e meio ambiente), em que o cidadão e o Estado atuam em parceria e em igualdade de condições. Acredita-se que a extensa redação dos itens, bem como a falta de identificação com os temas por parte dos respondentes pode ter sido determinante para suas exclusões. Já os itens AV-1 e AV-8 podem ter gerado dúvida nos respondentes no que refere aos termos “problemas decorrentes de calamidades públicas” e “a comunidade negocia junto com o Estado”. Dessa forma, recomenda-se como estudo futuro o aperfeiçoamento da escala de tipologias de coprodução. Isso envolve a análise de todo processo de geração de itens, inclusive daqueles que foram excluídos. Desde já, sabe-se que não há um modelo ou formato único que contemple todos os tipos de coprodução.

Após a AFE, houve a sinalização da existência de mais um fator, decorrente da divisão de itens da dimensão “inicial”, dando origem ao fator “preliminar”. Acredita-se que isso ocorreu em razão da gradação proposta ao instrumento de mensuração, que na dimensão “inicial” representavam os primeiros passos para o envolvimento do cidadão em atividades de coprodução. Ainda ocorreu a exclusão de sete itens e a inclusão de novos cinco itens, totalizando 26 itens, divididos em cinco dimensões, que formaram o instrumento de pesquisa aplicado na segunda coleta de dados.

Posteriormente, realizou-se a AFC, que confirmou as cinco dimensões do modelo e apontou para exclusão de sete itens, de modo a tornar a escala mais consistente e com bons indicadores de avaliação. Realizados os ajustes necessários, chegou-se a um instrumento confiável com 19 itens, divididos entre os fatores: “preliminar”, “inicial”, “básico”, “intermediário” e “avançado”.

O fator “preliminar” busca medir ações que caracterizam o primeiro nível de envolvimento do cidadão com a execução dos serviços públicos. É algo simbólico, sem tanta efetividade e poder de intervenção. Por sua vez, o “inicial”, idealizado por Alford (1998) e Pestoff (2006), tenta mensurar o grau de consulta ao cidadão quanto ao fornecimento de informações, manifestação de tolerância ou anuência em relação a possíveis ações do Estado na execução de serviços públicos.

Em continuidade, o “básico”, imaginado por Etgar (2008), se propõe a medir o quanto os cidadãos, por meio dos conselhos, podem exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos. Já o fator “intermediário”, defendido por Brandsen e Pestoff (2006), verifica o compartilhamento de poder entre Estado e cidadãos, de modo a entregar serviços públicos mais eficientes e eficazes. Por fim, o “avançado” tenta mensurar o grau de empoderamento do cidadão, a fim de atender aos interesses da comunidade.

Portanto, o instrumento final, representado na tabela 21, encontra-se testado e validado empiricamente. Está pronto para uso por parte de gestores que estejam interessados em medir o grau de envolvimento dos cidadãos para atividades de coprodução, a fim de formular políticas públicas adequadas a isso. Ou mesmo estimular o envolvimento da população, caso sejam verificados baixos níveis de interesse na coisa pública.

Tabela 21: Instrumento final de tipologias de coprodução

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO PRELIMINAR
PR-2	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes

PR-3	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
PR-5	Acho que contribuo com a execução dos serviços públicos quando apoio as decisões das autoridades competentes
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INICIAL
PR-4	Considero que minha presença em consultas populares contribui para execução dos serviços públicos
IN-6	Acredito que as propostas apresentadas em sessões públicas colaboram para execução dos serviços
IN-7	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
IN-8	Creio que as ideias apresentadas em espaços públicos são consideradas para resolução dos problemas da cidade
IN-9	Acho que as observações extraídas de debates públicos ajudam a melhorar a qualidade dos serviços
IN-10	Entendo que as recomendações oriundas de audiências públicas colaboram para execução dos serviços
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO BÁSICA
BS-2	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorecem a execução dos serviços públicos
BS-3	Entendo que os Conselhos Municipais colaboram com a gestão municipal
BS-5	Acho que os Conselhos Municipais influenciam a decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA
IT-1	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
IT-3	Acho que colaboro com a eficiência da saúde pública praticando ações de combate à proliferação de doenças
IT-5	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
AV-7	Acho que o Estado pode atuar como parceiro da comunidade na implementação de serviços públicos mais eficientes
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AVANÇADA
AV-3	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
AV-4	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
AV-6	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência, tratou-se do último objetivo específico desta tese, que a analisou a relação existente entre os aspectos motivacionais e as tipologias de coprodução, por meio das técnicas de modelagem de equações estruturais (MEE) e regressão.

5.3 Relações entre os aspectos motivacionais e as tipologias de coprodução

Essa seção dedicou-se a estabelecer relações entre motivações e tipologias para coprodução do bem público, a partir das técnicas de correlação, regressão e modelagem de equações estruturais (MEE). Pretende-se, com isso, verificar o grau de relacionamento entre

os dois construtos, bem como compreender o quanto as variações das tipologias podem ser explicadas pelas variações das motivações.

Essas relações foram apontadas como lacunas de pesquisa em coprodução do bem público, especificamente por Brandsen e Honingh (2016) e Chaebo e Medeiros (2017). Espera-se que os fatores motivação e tipologias contribuam de algum modo para a ocorrência do fenômeno da coprodução, conforme modelo teórico ilustrado no capítulo 3, que parte da seguinte pergunta: motivação explica significativamente a tipologia?

Assim, as hipóteses da pesquisa foram testadas com a amostra de 295 respondentes decorrentes da segunda coleta de dados, são elas:

H1: As motivações de autoeficácia potencializam tipologias;

H2: As motivações de natureza do serviço favorecem tipologias;

H3: As motivações de relevância percebida estimulam tipologias; e

H4: As motivações de sociabilidade impulsionam tipologias.

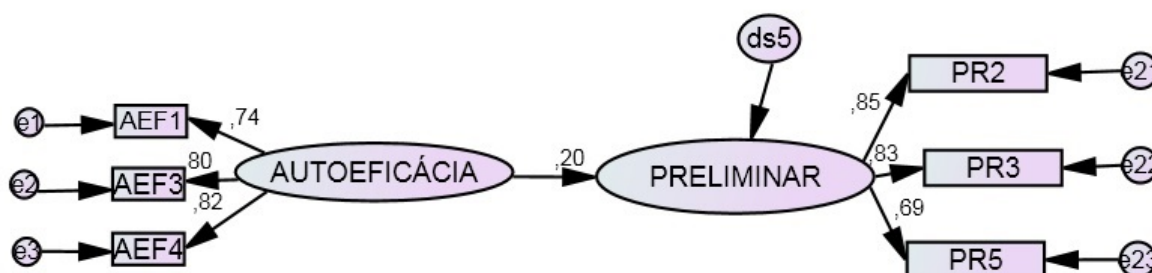
Para uma melhor operacionalização das regressões, foram relacionados os quatro fatores de motivação aos cinco fatores de tipologias, totalizando vinte análises. Assim, cada sub-hipótese do modelo foi testada, sendo confirmada ou não a existência da relação. As análises foram realizadas em blocos, tendo como referência cada fator que compõe o construto motivação, enquanto preditor das tipologias, relacionando-se com as cinco dimensões do construto tipologias de coprodução. A seguir, as hipóteses e sub-hipóteses do modelo serão analisadas com auxílio do *software* IBM SPSS AMOS 21.

5.3.1 Hipótese 1: “Autoeficácia” explica significativamente tipologia?

A primeira hipótese consiste na relação existente entre a dimensão “autoeficácia” de motivação e o construto “tipologia de coprodução do bem público”. A partir disso, desdobra-se em cinco sub-hipóteses que passam a analisar a relação da “autoeficácia” com cada um dos fatores do construto tipologia (“intermediária”, “inicial”, “avançada”, “básica” e “preliminar”). A “autoeficácia” é a percepção dos cidadãos de que “as pessoas podem fazer a diferença” se envolvendo em um serviço ou problema (BOVAIRD *et al*, 2016; VAN EIJK; STEEN, 2016; UZOCHUKWU; THOMAS, 2018). Espera-se descobrir em que grau ocorre as relações apontadas em cada sub-hipótese e em que tipo de coprodução melhor se encaixam aqueles cidadãos motivados pelo espírito da autoeficácia.

Para isso, foram extraídas a covariância, correlação, erro ou desvio-padrão e p-valor dos itens referentes aos fatores analisados em cada sub-hipótese. Com base nos valores apresentados, será possível constatar o resultado significativo ou não significativo para a relação proposta como sub-hipótese. Para isso, foram usadas basicamente as técnicas de regressão e correlação que estão estreitamente relacionadas, a fim de mensurar o grau de relacionamento entre as duas variáveis. Na sequência, serão analisadas as cinco primeiras sub-hipóteses, começando pela H1a. Inicialmente, a figura 9 explicitou, por meio de um diagrama de caminhos, a relação entre a motivação “autoeficácia” e a tipologia “preliminar” expressa na sub-hipótese H1a - “autoeficácia” explica tipologia “preliminar”.

Figura 9: Sub-hipótese H1a – “autoeficácia” explica tipologia “preliminar”
Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Observou-se que a covariância é positiva, indicando que as variáveis tendem a variar na mesma direção. Por sua vez, a correlação (r), que faz uma normalização da covariância, quando maior que zero indica uma relação linear positiva. Além disso, calculou-se o coeficiente de determinação (r^2), que se destina a informar sobre a capacidade do modelo em explicar o comportamento de uma variável em relação à outra.

As análises decorrentes das relações previstas na sub-hipótese H1a detectaram uma covariância de 0,258, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “autoeficácia” provoca um acréscimo de 0,258 na tipologia “preliminar”. Reconheceu-se também o erro ou desvio-padrão de 0,089. Essas informações estão demonstradas na Tabela 22.

Tabela 22 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1a

REGRESSÕES LINEARES		Estimativa \hat{N} Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
		(Covariância)			(Correlação)	
PRELIMINAR	←	AUTOEFICÁCIA	0,258	0,089	2,907	0,004
AEF4	←	AUTOEFICÁCIA	1	-	-	0,824

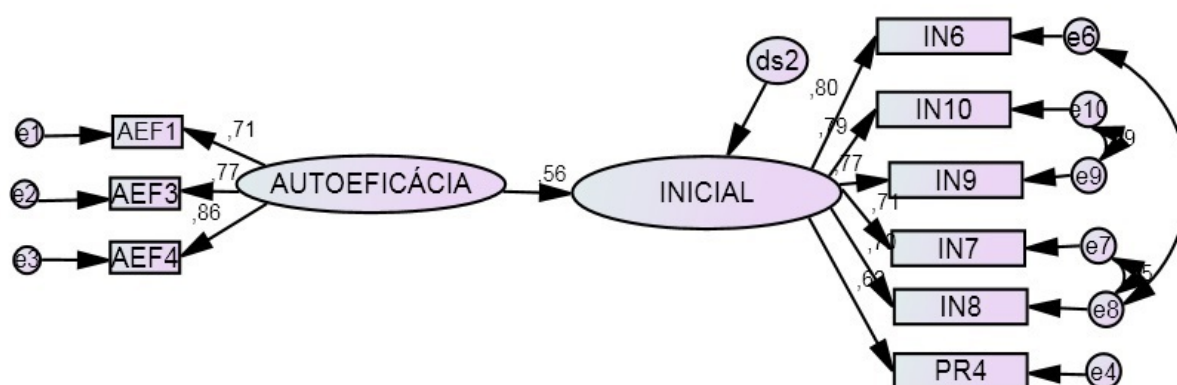
AEF1	←	AUTOEFICÁCI A	0,936	0,078	12,066	0,739	***
AEF3	←	AUTOEFICÁCI A	1,139	0,091	12,590	0,804	***
PR2	←	PRELIMINAR	1	-	-	0,850	-
PR3	←	PRELIMINAR	0,963	0,075	12,889	0,827	***
PR5	←	PRELIMINAR	0,767	0,066	11,686	0,690	***

Fonte: elaborado pelo autor.

Notou-se uma correlação positiva baixa de apenas 0,202. Com isso, o valor de r^2 ficou em 4,08%, o que significa que a tipologia “preliminar” pode ser explicada em 4,08% pela motivação “autoeficácia”. Finalmente, a sub-hipótese H1a foi confirmada pelo p-valor $< 0,004$, resultado significativo: “autoeficácia” explica “tipologia preliminar”, Sig. p-valor = $0,004 < \alpha = 0,05$.

Na sequência, analisou-se a sub-hipótese H1b - “autoeficácia” explica tipologia “inicial”. A figura 10 ilustra a relação entre as duas variáveis por meio de um diagrama de caminhos.

Figura 10: Sub-hipótese H1b – “autoeficácia” explica tipologia “inicial”
Solução de Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Analisando a sub-hipótese H1b, constatou-se que a “autoeficácia” e a tipologia “inicial” apresentam uma covariância de 0,506, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “autoeficácia” causa um acréscimo de 0,506 na tipologia “inicial”. Há também um erro ou desvio-padrão de 0,065. Esses valores se encontram a seguir na Tabela 23.

Tabela 23 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1b

	Estimativa $\hat{\alpha}$ Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
--	-----------------------------------	------	------	--------------------	------

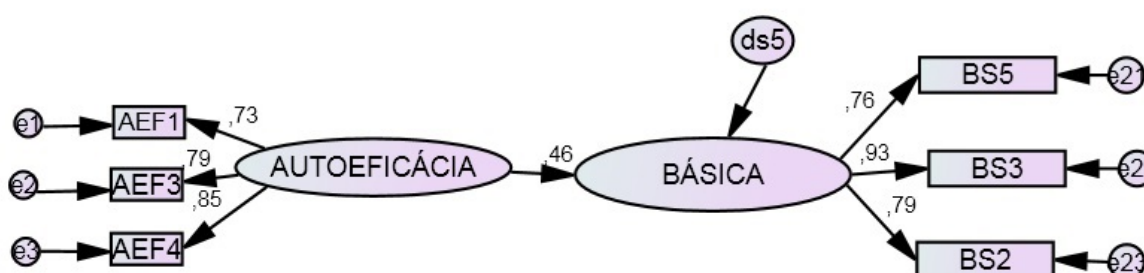
REGRESSÕES LINEARES			(Covariância)			(Correlação)	p-valor
INICIAL	←	AUTOEFICÁCIA	0,506	0,065	7,838	0,562	0,000
AEF4	←	AUTOEFICÁCIA	1	-	-	0,861	-
AEF1	←	AUTOEFICÁCIA	0,861	0,074	11,573	0,708	***
AEF3	←	AUTOEFICÁCIA	1,019	0,083	12,348	0,773	***
IN6	←	INICIAL	1	-	-	0,796	-
IN10	←	INICIAL	0,910	0,071	12,842	0,788	***
IN9	←	INICIAL	0,811	0,064	12,705	0,765	***
IN7	←	INICIAL	0,822	0,068	12,160	0,707	***
IN8	←	INICIAL	0,913	0,083	10,973	0,704	***
PR4	←	INICIAL	0,916	0,089	10,258	0,623	***

Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se observar uma correlação positiva de 0,562, logo o valor de r^2 foi de 31,58%. Isso quer dizer que a motivação “autoeficácia” explica a tipologia “inicial” em 31,58%. Finalmente, a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,001$, resultado significativo: “autoeficácia” explica “tipologia inicial”, Sig. p-valor = $0,000 < \alpha = 0,001$.

Em seguida, examinou-se a sub-hipótese H1c - “autoeficácia” explica tipologia “básica”. Abaixo está representado o diagrama de caminhos (figura 11) que exibe a relação entre as duas variáveis.

**Figura 11: Sub-hipótese H1c – “autoeficácia” explica tipologia “básica”
Solução da Hipótese**



Fonte: dados da pesquisa.

Explorou-se a sub-hipótese H1c com o auxílio de técnicas estatísticas e foi constatada uma covariância de 0,338, o que representa um acréscimo de 0,338 na tipologia “básica” para cada 1 ponto no escore de “autoeficácia”. Verificou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,051. A Tabela 24 apresenta esses valores.

Tabela 24 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1c

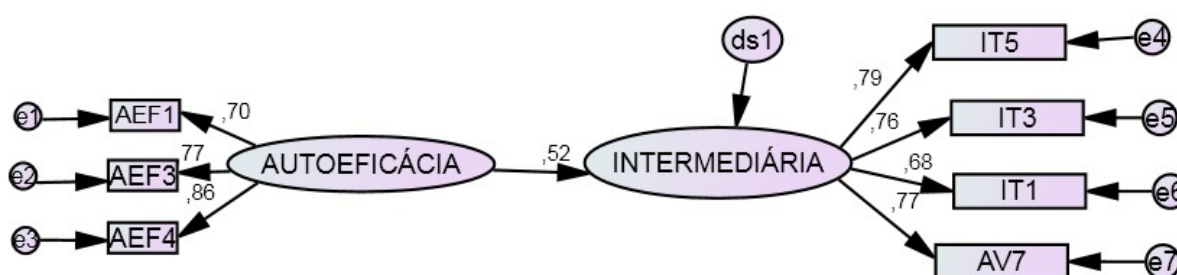
REGRESSÕES LINEARES			Estimativa Ñ Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
			(Covariância)			(Correlação)	
BÁSICA	←	AUTOEFICÁCIA	0,338	0,051	6,625	0,459	0,000
AEF4	←	AUTOEFICÁCIA	1	-	-	0,850	-
AEF1	←	AUTOEFICÁCIA	0,899	0,074	12,212	0,727	***
AEF3	←	AUTOEFICÁCIA	1,065	0,083	12,860	0,793	***
BS5	←	BÁSICA	1	-	-	0,758	-
BS3	←	BÁSICA	1,236	0,084	14,649	0,929	***
BS2	←	BÁSICA	1,157	0,087	13,326	0,786	***

Fonte: elaborado pelo autor.

Observou-se ainda uma correlação positiva, um pouco menor que as anteriores, de 0,459, o que impactou o valor de r^2 (21,06%). Isso quer dizer que a tipologia “básica” é explicada em 21,06% pela motivação “autoeficácia”. Por fim, a sub-hipótese H1c foi confirmada pelo p-valor $< 0,001$, resultado significativo: “autoeficácia” explica “tipologia básica”, Sig. p-valor = $0,000 < \alpha = 0,001$.

Dando continuidade, a Figura 12 mostra o diagrama de caminhos, apontando para a relação entre “autoeficácia” e “tipologia intermediária”.

Figura 12: Sub-hipótese H1d – “autoeficácia” explica tipologia “intermediária”
Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Considerando a sub-hipótese H1d, tem-se que a “autoeficácia” e a tipologia “intermediária” apresentaram uma covariância de 0,204, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “autoeficácia” causa um acréscimo de 0,204 na tipologia “intermediária”. Verificou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,028, que foi o menor dentre as sub-hipóteses testadas nesse grupo. Os valores estão representados na Tabela 25.

Tabela 25 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1d

REGRESSÕES LINEARES			Estimativa \hat{N} Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
			(Covariância)			(Correlação)	p-valor
INTERMED.	←	AUTOEFICÁCIA	0,204	0,028	7,390	0,523	0,000
AEF4	←	AUTOEFICÁCIA	1	-	-	0,859	-
AEF1	←	AUTOEFICÁCIA	0,860	0,074	11,624	0,702	***
AEF3	←	AUTOEFICÁCIA	1,045	0,084	12,426	0,773	***
IT5	←	INTERMEDIÁRIA	1	-	-	0,794	-
IT3	←	INTERMEDIÁRIA	1,393	0,109	12,734	0,756	***
IT1	←	INTERMEDIÁRIA	0,997	0,088	11,377	0,684	***
AV7	←	INTERMEDIÁRIA	1,080	0,087	12,427	0,772	***

C.R(*): Estatística de teste (valor $t = 7,390 > 2,58$, implica **p-valor** $< 0,01$. (teste t))

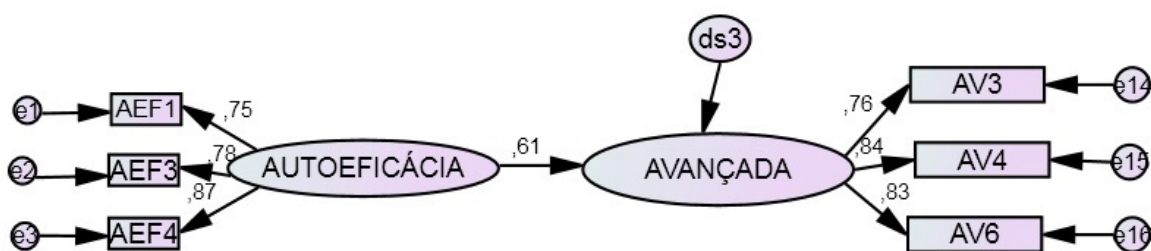
Fonte: elaborado pelo autor.

Constatou-se uma correlação positiva de 0,523. O valor de r^2 encontrado foi de 27,35%, o que significa que a tipologia “intermediária” pode ser explicada pela motivação “autoeficácia” nesse percentual. Por fim, o p-valor $< 0,001$, aponta para resultado significativo: “autoeficácia” explica “tipologia intermediária”, Sig. p-valor = 0,000 $< \alpha=0,001$, aceitando ou confirmando esta sub-hipótese.

Por último, o diagrama de caminhos presente na figura 13 evidencia a relação entre a motivação “autoeficácia” e a tipologia “avançada” de coprodução, expressa na sub-hipótese H1e - “autoeficácia” explica tipologia “avançada”.

Figura 13: Sub-hipótese H1e – “autoeficácia” explica tipologia “avançada”

Solução de Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

A sub-hipótese H1e, que representa a relação entre “autoeficácia” e a tipologia “avançada”, apresentou uma covariância de 0,396, representando um acréscimo de 0,396 na tipologia “avançada” para cada 1 ponto no escore de “autoeficácia”. Detectou-se um erro ou desvio-padrão de 0,047. Os valores podem ser visualizados na Tabela 26.

Tabela 26 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H1e

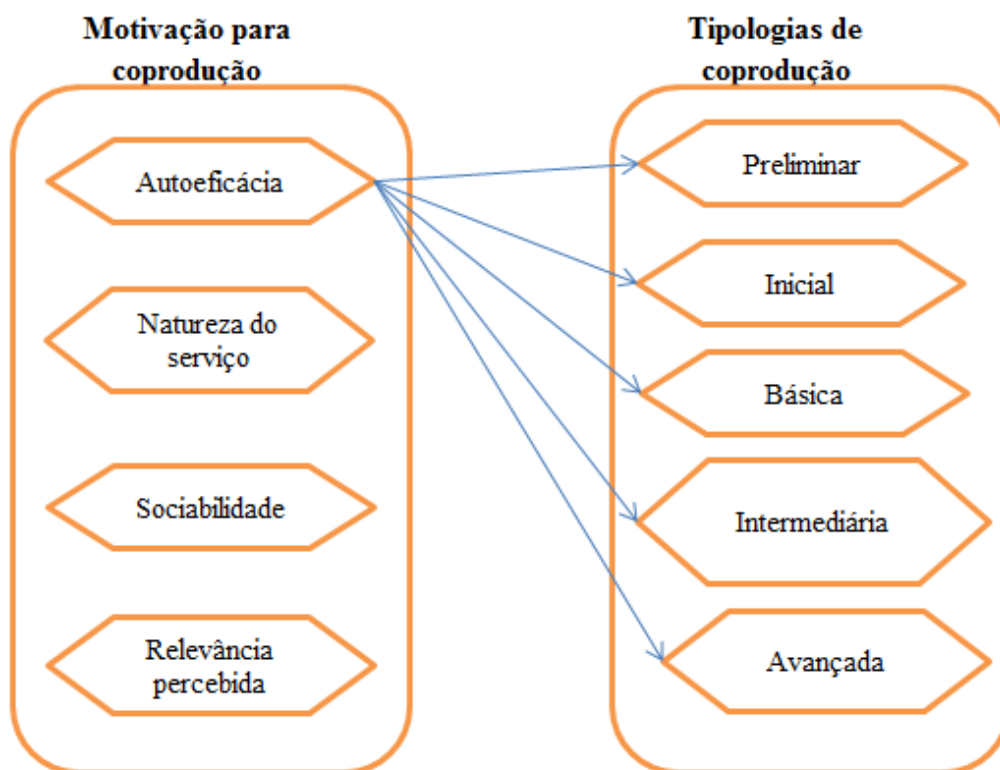
REGRESSÕES LINEARES			Estimativa \tilde{N} Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
			(Covariância)			(Correlação)	p-valor
AVANÇADA	←	AUTOEFICÁCIA	0,396	0,047	8,41	0,606	0,000
AEF4	←	AUTOEFICÁCIA	1	-	-	0,871	-
AEF1	←	AUTOEFICÁCIA	0,927	0,073	12,961	0,749	***
AEF3	←	AUTOEFICÁCIA	1,070	0,079	12,696	0,779	***
AV3	←	AVANÇADA	1	-	-	0,757	-
AV4	←	AVANÇADA	1,023	0,074	13,829	0,844	***
AV6	←	AVANÇADA	0,986	0,076	12,961	0,835	***

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 26 ainda evidenciou uma correlação positiva de 0,606 (a maior entre os fatores analisados nesse grupo). Consequentemente, o valor de r^2 foi de 36,72%. Esse é o percentual que a motivação “autoeficácia” explica a tipologia “avançada”. Por último, tem-se que a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,001$, resultado significativo: “autoeficácia” explica “tipologia avançada”, Sig. p-valor = 0,000 $< \alpha=0,001$.

Portanto, a hipótese H1 “as motivações de autoeficácia potencializam tipologias” foi integralmente confirmada. Os itens do fator “autoeficácia” se relacionaram com todas as dimensões do construto tipologia de coprodução do bem público. As cinco sub-hipóteses (H1a, H1b, H1c, H1d e H1e) foram aceitas com resultados significativos, conforme representado na figura 14.

Figura 14: Relações da Hipótese 1 - “Autoeficácia” explica significativamente tipologia?



Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo em vista que as hipóteses têm as motivações como variável preditora para as tipologias, faz-se necessário conhecer como cada item dos aspectos motivacionais se comportou quando relacionado a cada tipo de coprodução. Assim, para cada fator do construto “motivação para coprodução do bem público” será feita uma análise individual do comportamento de cada item.

Analisando os aspectos motivacionais que compõem a H1, tem-se que o item AEF1 “participo da prestação de serviços que eu tenha capacidade de realizar” possui elementos apontados por Van Eijk e Steen (2014), que relacionam a autoeficácia à avaliação do próprio cidadão acerca da sua competência para o envolvimento em atividades de coprodução. Assim, somente o indivíduo pode dizer se ele se sente ou não capacitado para aquela atividade, sendo esse um dos fatores que o motiva.

Por sua vez, o item AEF3 “tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo com o Estado” está associado à autonomia do cidadão durante a execução de atividades de coprodução. Segundo Alford (2009), quanto maior a capacidade do cidadão em relação ao serviço prestado, maior será o senso de autoeficácia.

Já o item AEF4 “minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade” vincula o envolvimento do cidadão a um benefício para a sociedade. De acordo com Bovaird

et al (2016), a “autoeficácia” está fortemente relacionada à coprodução coletiva. Assim, os resultados potenciais decorrentes do envolvimento do cidadão em atividades de coprodução também são considerados nessa dimensão.

Assim, a hipótese H1 começa a respaldar os estudos de Brandsen e Honingh (2016), que vislumbraram mais precisamente a relação entre as motivações e características pessoais com a natureza das atividades. E ainda, o estudo de Bovaird *et al* (2016), que apontou que os indicadores de coprodução individual e coletiva tendem a ser maiores quando os cidadãos possuem um forte senso da diferença que as pessoas podem fazer quando se envolvem na prestação de serviços (autoeficácia), ganha amplitude e se aplica aos demais tipos de coprodução.

A priori, a “autoeficácia” é um bom preditor para os cinco tipos de coprodução previstos nesta pesquisa, sendo a tipologia “avançada” aquela que apresentou o maior coeficiente de determinação ($r^2 = 36,72\%$), ou seja, ela é explicada em 36,72% pelas motivações de “autoeficácia”. Vale adiantar que a “autoeficácia” foi a única dimensão de motivação a confirmar todas as sub-hipóteses. Também merece destaque os altos índices de correlação, a exceção da H1e que ficou em 0,202, os demais foram muito bons ($>0,4$).

Isso pode ser muito útil para os gestores que estejam interessados em estimular atividades de coprodução, pois, de antemão, já sabem que aqueles indivíduos motivados pelo espírito da “autoeficácia” estarão dispostos a se envolver em qualquer tipo de coprodução. Essa observação é muito importante no contexto desta pesquisa, pois mostra que a escala de tipologias de coprodução, aqui criada, foi bem assimilada pelos respondentes.

Como a proposta era apontar os tipos de coprodução recomendados para os cidadãos motivados pelo espírito da autoeficácia, pode-se constatar que as tipologias: “avançada”, “inicial”, “intermediária” e “básica”, nesta ordem, podem ser mais bem explicadas pelas motivações de “autoeficácia”. Por sua vez, a tipologia “preliminar” foi mais bem explicada pelas motivações de “natureza do serviço”, que será discutida na próxima seção.

A sensação de que podem “fazer a diferença” ao se envolver em um serviço ou problema levou os cidadãos para os tipos de coprodução que exigem um maior grau de envolvimento. A tipologia “avançada” (último nível da escala) é aquela capaz de atender aos interesses da comunidade, que passa a controlar suficientemente as ações para garantir a gestão completa de um programa, assumir responsabilidades e negociar a participação do Estado. Logo, pode-se depreender que os cidadãos motivados pelas características da autoeficácia se identificam mais com a tipologia avançada.

A tipologia “inicial”, que ocupa o segundo nível na escala, não oferece aos cidadãos qualquer possibilidade na tomada de decisão e os profissionais do serviço não têm a obrigação de levar em conta as opiniões das pessoas envolvidas. Mesmo assim, observou-se que os cidadãos com desejo de “fazer a diferença” também se relacionaram fortemente com essa tipologia.

Da mesma forma, a tipologia “intermediária”, que se encontra no quarto nível da escala, e se caracteriza pela transição dos menores graus de envolvimento para o tipo ideal de coprodução, está preocupada em produzir serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz. Há negociação entre Estado e cidadãos, com compartilhamento redistribuição de poder. Era de se esperar que os cidadãos a fim de “fazer a diferença” se alinhassem à tipologia na qual as decisões são divididas e o cidadão é visto como um parceiro do Estado.

Em continuidade, a tipologia “básica”, que está posicionada no meio da escala, avança em relação à tipologia inicial no sentido do cidadão exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos e ainda traz a ideia de coprodução coletiva, na qual as pessoas podem se envolver, por meio de grupos selecionados, para atender a objetivos predeterminados, relacionados a projetos específicos. Essa pode ter sido a razão para o bom relacionamento entre as motivações de “autoeficácia” e a tipologia “nominal”.

Por último, a tipologia preliminar, que mesmo não tendo nas motivações de “autoeficácia” sua relação mais forte com aquele construto, ainda pode-se verificar uma explicação mínima para essa relação. Talvez isso se explique pelo fato de quem pensa em “fazer a diferença” as características da tipologia “preliminar” não favoreçam muito, pois nesse nível o cidadão é consultado para fornecer informações ou para se obter dele a tolerância ou anuência em relação a projetos ou outras possíveis ações do Estado.

Portanto, recomenda-se aos gestores dispostos a utilizar a coprodução na execução de serviços que estimulem motivações de “autoeficácia” junto aos cidadãos interessados em se envolver, pois são esperados altos índices de eficácia para as tipologias “inicial”, básica”, “intermediária” e “avançada”. Logo, quando observadas motivações de “autoeficácia”, o gestor pode se valer de quatro dos cinco tipos de coprodução propostos nesta pesquisa com grandes chances de alcançar os resultados esperados.

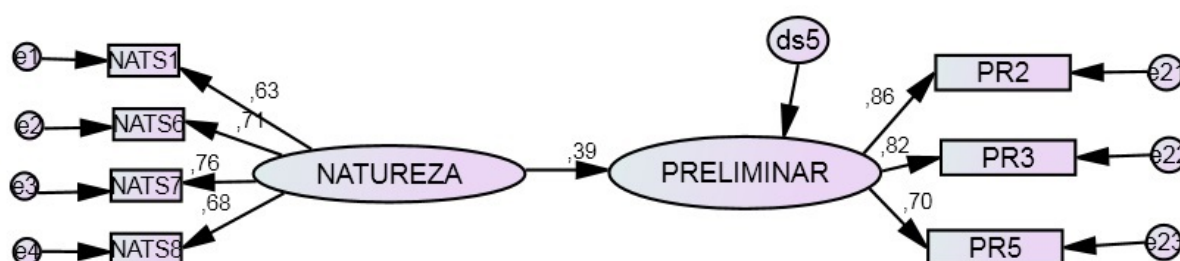
Dessa forma, feita a discussão da relação entre “autoeficácia” e “tipologias de coprodução”, a seguir a hipótese H2 será testada. Isso consiste em verificar se as motivações de “natureza do serviço” favorecem as tipologias.

5.3.2 Hipótese 2: “Natureza do serviço” explica significativamente tipologia?

A natureza do serviço está relacionada à facilidade existente para o envolvimento dos cidadãos na prestação de serviços, que, segundo Uzochukwu e Thomas (2018), pode sofrer interferência do Estado, por meio mecanismos que possam facilitar ou dificultar esse envolvimento, que influenciam diretamente na motivação do cidadão para atividades de coprodução. A hipótese 2 “as motivações de natureza do serviço favorecem tipologias” será testada, a fim de desvendar como ocorrem as relações previstas em cada sub-hipótese.

Na sequência, serão analisadas as cinco sub-hipóteses relacionadas à H2, começando pela H2a. Inicialmente, examinou-se a sub-hipótese H2a - “natureza do serviço” explica tipologia “preliminar”. A figura 15 está representando o diagrama de caminhos, que exibe a relação entre as duas variáveis.

**Figura 15: Sub-hipótese H2a – “natureza do serviço” explica tipologia “preliminar”
Solução da Hipótese**



Fonte: dados da pesquisa.

Examinou-se a sub-hipótese H2a com o auxílio de técnicas estatísticas e foi constatada uma covariância de 0,547 (a maior do grupo H2), o que representa um acréscimo de 0,547 na tipologia “preliminar” para cada 1 ponto no escore de “natureza do serviço”. Verificou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,106. A Tabela 27 trouxe esses valores.

Tabela 27 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2a

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
	(Covariância)			(Correlação)	
PRELIMINAR ← NATUREZA	0,547	0,106	5,155	0,388	0,000
NATS1 ← NATUREZA	1	-	-	0,631	-
NATS6 ← NATUREZA	1,166	0,128	9,074	0,709	***
NATS7 ← NATUREZA	1,208	0,128	9,474	0,762	***

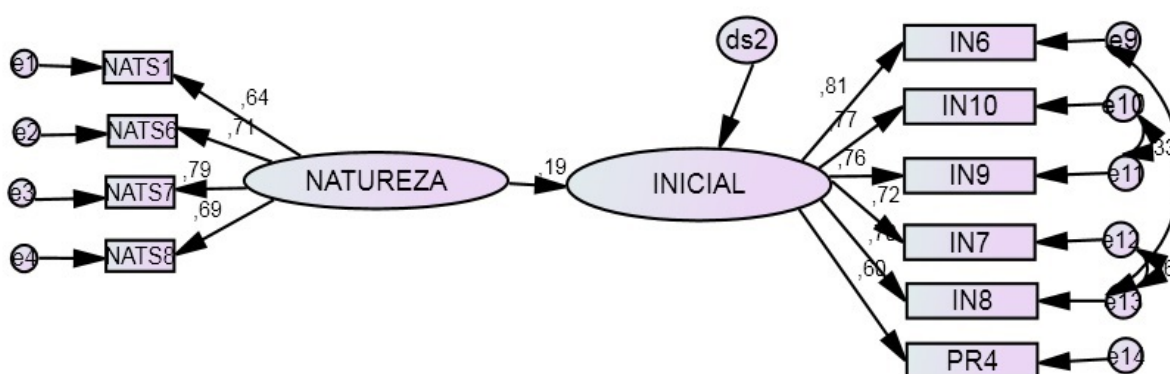
NATS8	← NATUREZA	1,073	0,12 2	8,802	0,682	***
PR2	← PRELIMINA R	1	-	-	0,856	-
PR3	← PRELIMINA R	0,954	0,07 0	13,53 1	0,822	***
PR5	← PRELIMINA R	0,777	0,06 5	11,92 5	0,701	***

Fonte: elaborado pelo autor.

Observou-se ainda uma correlação positiva, a maior do grupo H2, de 0,388, o que impactou o valor de r^2 (15,05%). Isso quer dizer que a tipologia “preliminar” é explicada em 15,05% pela motivação “natureza do serviço”. Por fim, a sub-hipótese H2a foi confirmada pelo p-valor $< 0,001$, resultado significativo: “natureza do serviço” explica “tipologia preliminar”, Sig. p-valor = $0,000 < \alpha = 0,001$.

Dando continuidade, o diagrama de caminhos presente na figura 16 evidencia a relação entre a motivação “natureza do serviço” e a tipologia “inicial” de coprodução, destacada na sub-hipótese H2b - “natureza do serviço” explica tipologia “inicial”.

**Figura 16: Sub-hipótese H2b – “natureza do serviço” explica tipologia “inicial”
Solução da Hipótese**



Fonte: dados da pesquisa.

A sub-hipótese H2b, que representa a relação entre “natureza do serviço” e a tipologia “inicial”, apresentou uma covariância de 0,200, representando um acréscimo de 0,200 na tipologia “inicial” para cada 1 ponto no escore de “natureza do serviço”. Detectou-se um erro ou desvio-padrão de 0,073. Os valores podem ser visualizados na Tabela 28.

Tabela 28 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2b

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
	(Covariância)			(Correlação)	

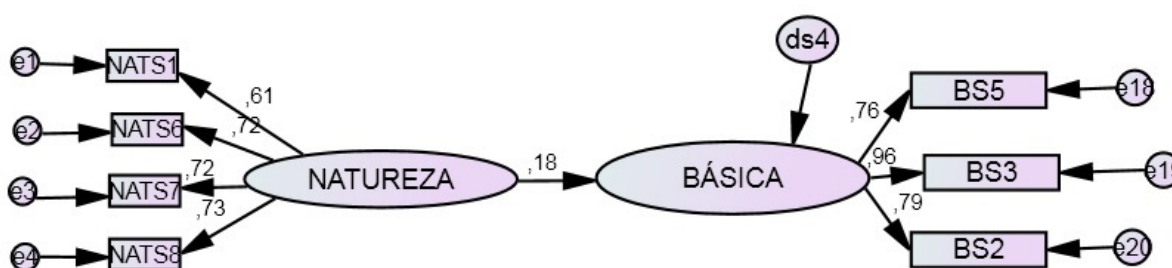
INICIA L	← NATUREZA	0,200	0,073	2,728	0,191	0,006
NATS1	← NATUREZA	1	-	-	0,642	-
NATS6	← NATUREZA	1,170	0,127	9,236	0,712	***
NATS7	← NATUREZA	1,216	0,127	9,605	0,789	***
NATS8	← NATUREZA	1,087	0,121	8,960	0,690	***
IN6	← INICIAL	1	-	-	0,808	-
IN10	← INICIAL	0,850	0,068	12,413	0,769	***
IN9	← INICIAL	0,756	0,061	12,432	0,763	***
IN7	← INICIAL	0,828	0,069	12,064	0,719	***
IN8	← INICIAL	0,900	0,083	10,813	0,705	***
PR4	← INICIAL	0,865	0,088	9,883	0,603	***

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 28 ainda evidencia uma baixa correlação positiva de 0,191. Em decorrência disso, o valor de r^2 foi de 3,64%. Esse é o percentual que a motivação “natureza do serviço” explica a tipologia “inicial”. Por último, tem-se que a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,01$, resultado significativo: “natureza do serviço” explica “tipologia inicial”, Sig. p-valor = $0,006 < \alpha=0,01$.

Na sequência, a figura 17 revela, por meio de um diagrama de caminhos, a relação entre a motivação “natureza do serviço” e a tipologia “básica” expressa na sub-hipótese H2c - “natureza do serviço” explica tipologia “básica”.

Figura 17: Sub-hipótese H2c – “natureza do serviço” explica tipologia “básica”
Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

As análises decorrentes das relações previstas na sub-hipótese H2c constataram uma covariância de 0,161, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “natureza do serviço” provoca um acréscimo de 0,161 na tipologia “básica”. Reconheceu-se também o erro ou desvio-padrão de 0,064. Essas informações estão demonstradas na Tabela 29.

Tabela 29 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2c

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa N Pdr	S.E.	C.R.	Estimativa Pdr	Sig. p-valor
	(Covariância)			(Correlação)	
BÁSICA ← NATUREZA	0,161	0,064	2,529	0,181	0,011
NATS1 ← NATUREZA	1	-	-	0,615	-
NATS6 ← NATUREZA	1,196	0,135	8,835	0,723	***
NATS7 ← NATUREZA	1,169	0,128	9,130	0,724	***
NATS8 ← NATUREZA	1,195	0,138	8,678	0,729	***
BS5 ← BÁSICA	1	-	-	0,755	-
BS3 ← BÁSICA	1,251	0,085	14,665	0,958	***
BS2 ← BÁSICA	1,129	0,081	13,941	0,795	***

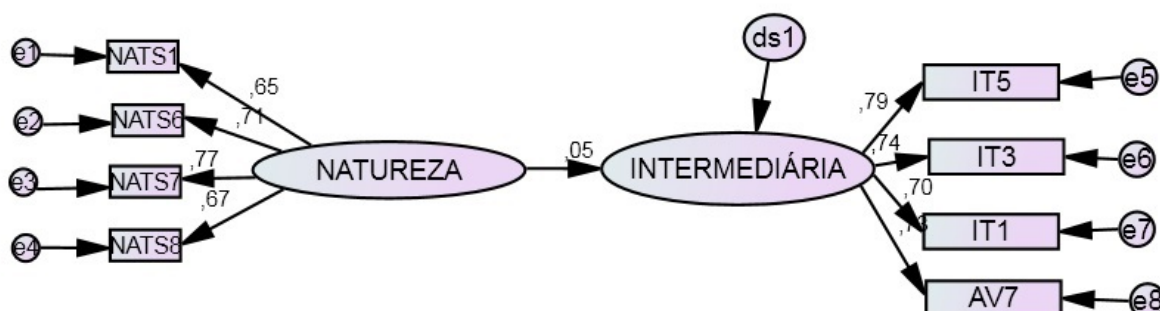
Fonte: elaborado pelo autor.

Detectou-se uma baixa correlação positiva 0,181. Com isso, o valor de r^2 ficou em 3,27%, o que significa que a tipologia “básica” pode ser explicada em 3,27% pela motivação “natureza do serviço”. Finalmente, a sub-hipótese H2c foi confirmada pelo p-valor $< 0,05$, resultado significativo: “natureza do serviço” explica “tipologia básica”, Sig. p-valor = 0,011 $< \alpha=0,05$.

Dando continuidade, a Figura 18 mostra o diagrama de caminhos, apontando para a relação entre “natureza do serviço” e “tipologia intermediária”.

Figura 18: Sub-hipótese H2d – “natureza do serviço” explica tipologia “intermediária”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Considerando a sub-hipótese H2d, tem-se que a “natureza do serviço” e a tipologia “intermediária” apresentaram uma covariância muito baixa de 0,023, o que significa que a

cada 1 ponto no escore de “natureza do serviço” causa um acréscimo de 0,023 na tipologia “intermediária”. Verificou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,031, que foi o menor dentre as sub-hipóteses testadas nesse grupo. Os valores estão representados na Tabela 30.

Tabela 30 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2d

REGRESSÕES LINEARES		Estimativa Ñ Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
		(Covariância)			(Correlação)	p-valor
INTERMEDIÁRI A	← NATUREZA	0,023	0,03 1	0,743	0,055	0,458
NATS1	← NATUREZA	1	-	-	0,646	-
NATS6	← NATUREZA	1,161	0,12 6	9,226	0,713	***
NATS7	← NATUREZA	1,176	0,12 4	9,478	0,770	***
NATS8	← NATUREZA	1,042	0,11 8	8,859	0,673	
IT5	← INTERMEDIÁRI A	1	-	-	0,793	-
IT3	← INTERMEDIÁRI A	1,393	0,10 9	12,73 4	0,744	***
IT1	← INTERMEDIÁRI A	0,997	0,08 8	11,37 7	0,698	***
AV7	← INTERMEDIÁRI A	1,080	0,08 7	12,42 7	0,731	***

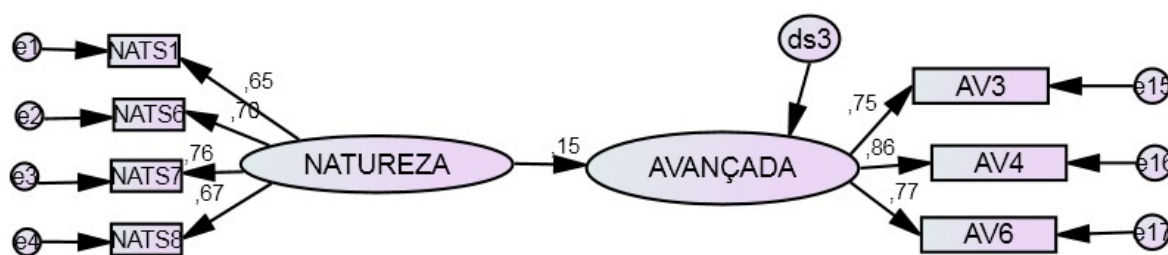
Fonte: elaborado pelo autor.

Constatou-se uma correlação positiva muito baixa de 0,055. O valor de r^2 encontrado foi de 0,30%, o que significa que a tipologia “intermediária” pode ser explicada pela motivação “natureza do serviço” nesse percentual. Por fim, o p-valor = 0,458, aponta para resultado não-significativo: “natureza do serviço” explica “tipologia intermediária”, Sig. p-valor = 0,458 > $\alpha=0,05$, o que não aceita ou confirma esta sub-hipótese.

Por último, analisou-se a sub-hipótese H2e - “natureza do serviço” explica tipologia “avançada”. A figura 19 retrata a relação entre as duas variáveis por meio de um diagrama de caminhos.

Figura 19: Sub-hipótese H2e – “natureza do serviço” explica tipologia “avançada”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Analisando a sub-hipótese H2e, constatou-se que a “natureza do serviço” e a tipologia “avançada” apresentam uma covariância de 0,108, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “natureza do serviço” causa um acréscimo de 0,108 na tipologia “avançada”. Verificou-se também um erro ou desvio-padrão de 0,053. Esses valores constam na Tabela 31.

Tabela 31 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H2e

REGRESSÕES LINEARES		Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
		(Covariância)			(Correlação)	p-valor
AVANÇADA	← NATUREZA	0,108	0,053	2,046	0,151	0,041
NATS1	← NATUREZA	1	-	-	0,651	-
NATS6	← NATUREZA	1,156	0,129	8,982	0,705	***
NATS7	← NATUREZA	1,186	0,128	9,286	0,760	***
NATS8	← NATUREZA	1,043	0,120	8,656	0,665	***
AV3	← AVANÇADA	1	-	-	0,748	-
AV4	← AVANÇADA	1,053	0,088	12,033	0,859	***
AV6	← AVANÇADA	0,903	0,076	11,881	0,765	***

Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se observar novamente uma baixa correlação positiva de 0,151, fazendo com que o valor de r^2 ficasse em 2,28%. Isso significa que a motivação “natureza do serviço” explica a tipologia “avançada” em apenas 2,28%. Finalmente, a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,05$, resultado significativo: “natureza do serviço” explica “tipologia avançada”, Sig. p-valor = 0,041 $< \alpha=0,05$.

Assim, a hipótese H2 “as motivações de natureza do serviço favorecem tipologias” foi parcialmente confirmada. Os itens do fator “natureza do serviço” se relacionaram com quatro

das cinco dimensões do construto tipologia de coprodução do bem público, o que representam 80% de confirmação. As quatro sub-hipóteses (H2a, H2b, H2c e H2e) foram aceitas com resultados significativos.

No entanto, esses números precisam ser relativizados, tendo em vista os baixos níveis de explicação oferecidos à maioria das tipologias. Portanto, as relações que apresentaram baixos coeficientes de determinação devem ser tratadas com muita cautela, pois não é possível garantir altos índices de eficácia para esses casos.

Analisando os aspectos motivacionais que compõem a H2, tem-se que o item NATS1 “procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar” trouxe um elemento importante citado por Thijssen e Van Dooren (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018), que relacionaram a facilidade de prestação do serviço ao envolvimento do cidadão em atividades de coprodução. Para eles, o indivíduo se sente mais motivado a se envolver na coprodução do bem público de acordo com a facilidade para prestação do serviço.

Por sua vez, o item NATS6 “participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço físico” remete ao que Pestoff (2012) classifica como ‘custo da transação’. Para ele, o esforço físico que o cidadão vai realizar na prestação do serviço pode ser determinante para o seu envolvimento. Assim, quanto menores forem os custos da transação, maiores serão as chances dos cidadãos se envolverem na execução de atividades de coprodução.

O item NATS7 “participo da prestação de serviços que exigir pouco esforço mental” se assemelha ao item anterior, tratando de mais um elemento que compõe os custos da transação. De acordo com Verschuere *et al* (2012), o envolvimento dos cidadãos em atividades de coprodução depende de vários fatores, dentre eles o tempo exigido e complexidade da tarefa. Logo, atividades que exijam pouco esforço mental ou de baixa complexidade, tendem a motivar mais pessoas a se envolverem em atividades de coprodução.

Já o item NATS8 “participo da prestação de serviços quando eu tiver bastante tempo livre” vincula o envolvimento do cidadão ao fator tempo. Como dito anteriormente, Verschuere *et al* (2012) apontaram que o tempo é um dos fatores determinantes para o envolvimento do cidadão em atividades de coprodução.

Dessa forma, pode-se enxergar a “natureza do serviço” como um bom preditor apenas para o tipo “preliminar” de coprodução, pois foi aquela que apresentou o maior coeficiente de determinação ($r^2 = 15,05\%$), ou seja, ela é explicada em 15,05% pelas motivações de “natureza do serviço”. Destaca-se que a “natureza do serviço” foi a dimensão de motivação

que melhor explicou a tipologia “preliminar”, enquanto que as demais tipologias foram mais bem explicadas pelas motivações de “autoeficácia”.

A tipologia “intermediária” foi a única não confirmada ou aceita pelas motivações de “natureza do serviço”. A sub-hipótese H2d “natureza do serviço” explica tipologia “intermediária” apresentou resultado não significativo para $p\text{-valor} = 0,458$. Acredita-se que a “natureza do serviço” possa explicar melhor os níveis iniciais de tipologias de coprodução, tendo em vista que o instrumento possui o caráter de gradação, conforme o grau de envolvimento do cidadão em atividades de coprodução.

De fato, observou-se que o primeiro nível “preliminar” foi explicado em 15,05%, o segundo “inicial” apresentou 3,64% de explicação e o terceiro nível “básico” é explicado em 3,27% pela “natureza do serviço”. O quarto nível “intermediário” não foi aceito e o quinto nível “avançado” evidenciou apenas 2,28% de explicação por essa dimensão da motivação.

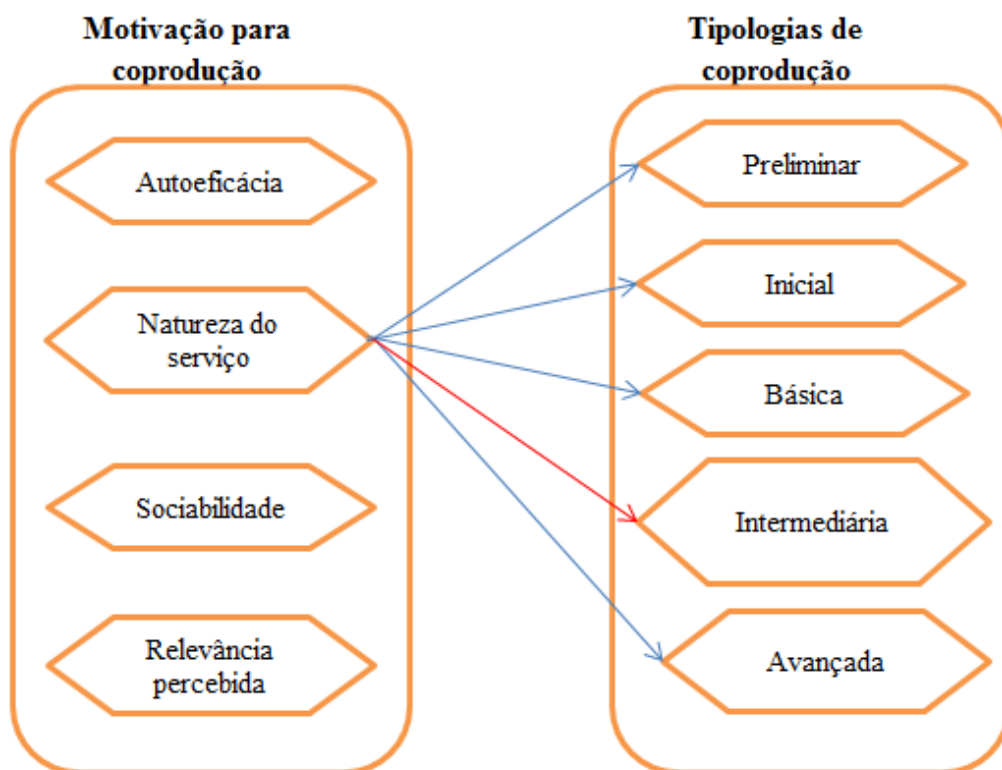
Todavia, mesmo as tipologias “inicial”, “básica” e “avançada” tendo apresentado estatisticamente resultados significativos, constatou-se um baixo grau nessas relações, com pouca explicação das motivações de “natureza do serviço” para os referidos tipos de coprodução. Com isso, pode-se deduzir que à medida que os serviços se tornam mais complexos, os cidadãos se mostram menos interessados em se envolver nas atividades de coprodução. Por isso, observou-se uma boa explicação para o nível preliminar e dificuldade para se aceitar as demais sub-hipóteses.

Esse fato não rejeita as sub-hipóteses que foram confirmadas mesmo com baixos índices de coeficiente de determinação (r^2), mas joga uma luz para o fenômeno que merece ser aprofundado em estudos futuros, inclusive por meio de pesquisas de natureza qualitativa.

Assim, a hipótese H2 abordou a “natureza do serviço” (complexidade, esforço físico e mental e tempo) relacionada aos tipos de coprodução. Isso se configura como um passo importante ao encontro da proposta de Chaebo e Medeiros (2017), que propuseram uma agenda de pesquisas em coprodução, a qual relacionasse dois ou mais dos “conceitos” apresentados, dentre os quais motivações e tipologias (níveis e formas).

Estatisticamente, verificou-se que os indivíduos movidos pelos fatores que compõem a “natureza do serviço” estão dispostos a se envolver em quatro dos cinco tipos de coprodução, quais sejam: “preliminar”, “inicial”, “básica” e “avançada”, conforme a figura 20:

Figura 20: Relações da Hipótese 2 - “natureza do serviço” explica significativamente tipologia?



Fonte: elaborado pelo autor.

Essa é mais uma informação de grande valia para os gestores interessados em estimular atividades de coprodução. Agora, sabe-se que, teoricamente, além das motivações de autoeficácia, a natureza do serviço também se mostra uma variável preditora para a maioria dos tipos de coprodução.

No entanto, deve ser ressaltado aos gestores que eles podem esperar um alto índice de eficácia apenas para o tipo “preliminar” de coprodução, enquanto que para os demais tipos é preciso usá-los com certa cautela, preferencialmente acompanhados de outras informações, sob o risco de não obtenção do resultado esperado. Dessa forma, recomenda-se que, quando constatadas apenas motivações de “natureza do serviço”, seja adotado o tipo “preliminar” de coprodução, pois, nesse caso, são maiores as probabilidades de sucesso da atividade coproduzida.

Da mesma forma, se o gestor desejar executar serviços, valendo-se da estratégia da coprodução, ele pode estimular as motivações de natureza do serviço nos cidadãos, a fim de empregar o tipo “preliminar” de coprodução com grandes chances alcançar os resultados esperados com isso. Para o uso das demais tipologias, recomenda-se o incentivo às motivações de “autoeficácia”, da qual se espera maiores índices de eficácia.

Por fim, a tipologia “intermediária” não pode ser explicada pelas motivações de “natureza do serviço”. Fato também detectado nas motivações de “relevância percebida”, que será objeto de estudo da seção seguinte.

5.3.3 Hipótese 3: “Relevância percebida” explica significativamente tipologia?

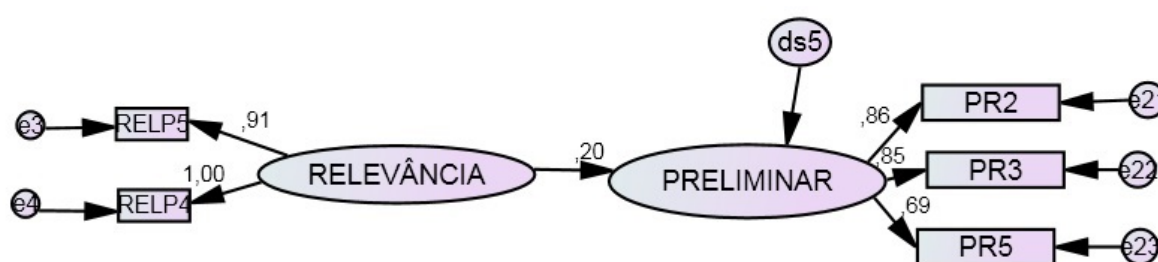
A “relevância percebida” se propõe a mensurar a percepção do cidadão acerca da importância do serviço e da entidade prestadora. Segundo Pestoff (2012), o envolvimento do indivíduo acontecerá se aquele serviço for realmente importante para ele, seus familiares ou amigos e de que forma o resultado afetará a todos eles.

Dessa forma, parte-se da hipótese de que os cidadãos tendem a se envolver ainda mais em atividades de coprodução quando perceberem que os resultados decorrentes disso serão importantes para eles. Assim, pergunta-se: as motivações de relevância percebida estimulam quais tipos de coprodução?

Na sequência, serão analisadas as cinco sub-hipóteses relacionadas à H3, começando pela H3a. Inicialmente, examinou-se a sub-hipótese H3a - “relevância percebida” explica tipologia “preliminar”. A seguir está representado o diagrama de caminhos (figura 21) que exhibe a relação entre as duas variáveis.

Figura 21: Sub-hipótese H3a – “relevância percebida” explica tipologia “preliminar”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Investigou-se a sub-hipótese H3a com o auxílio de técnicas estatísticas e foi constatada uma covariância de 0,190 (a maior do grupo H3), o que representa um acréscimo de 0,190 na tipologia “preliminar” para cada 1 ponto no escore de “relevância percebida”. Verificou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,058. A Tabela 32 trouxe esses valores.

Tabela 32 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3a

REGRESSÕES LINEARES		Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
		(Covariância)			(Correlação)	p-valor
PRELIMINAR	← RELEVÂNCIA	0,190	0,058	3,287	0,204	0,001
RELP5	← RELEVÂNCIA	1	-	-	0,907	-
RELP4	← RELEVÂNCIA	1,133	0,032	35,398	0,997	***
PR2	← PRELIMINAR	1	-	-	0,864	-
PR3	← PRELIMINAR	0,937	0,070	13,474	0,846	***
PR5	← PRELIMINAR	0,764	0,064	12,000	0,688	***

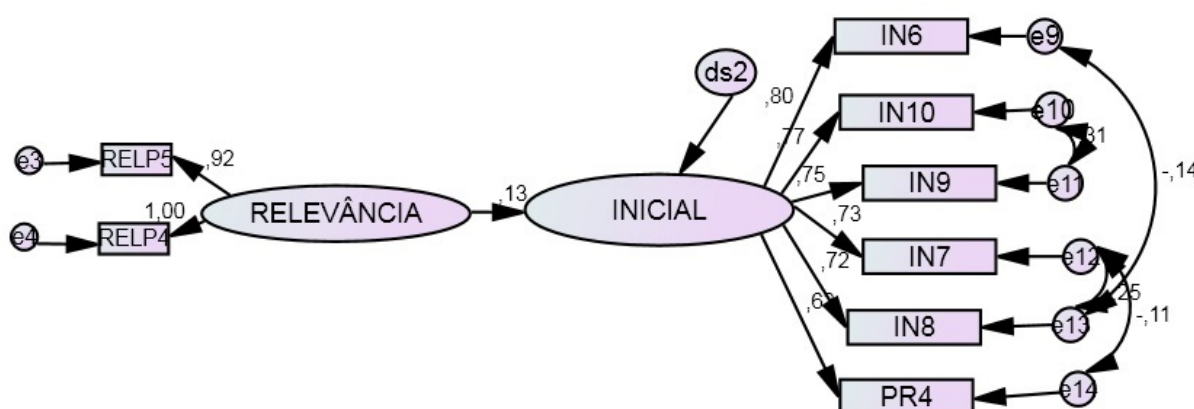
Fonte: elaborado pelo autor.

Observou-se ainda uma correlação positiva de 0,204 (a maior entre os fatores analisados nesse grupo) e o r^2 de 4,16%. Isso significa que a tipologia “preliminar” é explicada em 4,16% pela motivação “relevância percebida”. Por fim, a sub-hipótese H3a foi confirmada pelo p -valor $< 0,05$, resultado significativo: “relevância percebida” explica “tipologia preliminar”, Sig. p -valor = $0,001 < \alpha = 0,05$.

Dando continuidade, o diagrama de caminhos presente na figura 22 exibe a relação entre a motivação “relevância percebida” e a tipologia “inicial” de coprodução, destacada na sub-hipótese H2b - “relevância percebida” explica tipologia “inicial”.

Figura 22: Sub-hipótese H3b – “relevância percebida” explica tipologia “inicial”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Considerando a sub-hipótese H3b, tem-se que a “relevância percebida” e a tipologia “inicial” apresentaram uma covariância muito baixa de 0,082, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “relevância percebida” causa um acréscimo de 0,082 na tipologia “inicial”.

Revelou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,040. Os valores estão representados na Tabela 33.

Tabela 33 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3b						
REGRESSÕES LINEARES		Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
		(Covariância)			(Correlação)	p-valor r
INICIA L	← RELEVÂNCIA	0,082	0,040	2,053	0,129	0,040
RELP5	← RELEVÂNCIA	1	-	-	0,916	-
RELP4	← RELEVÂNCIA	1,086	0,029	37,053	0,997	***
IN6	← INICIAL	1	-	-	0,803	-
IN10	← INICIAL	0,874	0,068	12,837	0,771	***
IN9	← INICIAL	0,798	0,062	12,809	0,753	***
IN7	← INICIAL	0,851	0,070	12,212	0,733	***
IN8	← INICIAL	0,919	0,082	11,175	0,716	***
PR4	← INICIAL	0,906	0,088	10,259	0,632	***

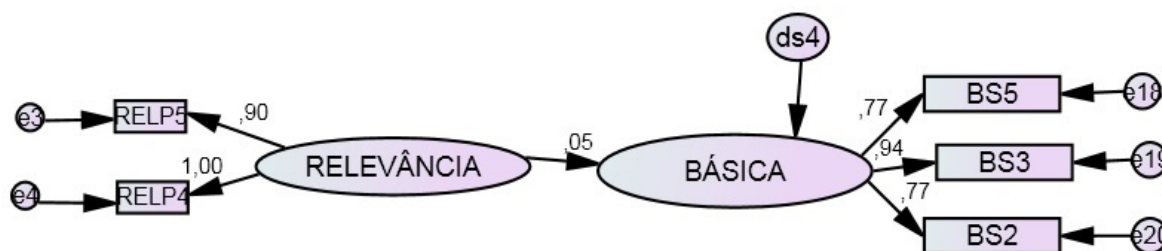
Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 33 ainda evidenciou uma baixa correlação positiva de 0,129. Em consequência disso, o valor de r^2 foi de 1,66%. Esse é o percentual que a motivação “relevância percebida” explica a tipologia “inicial”. Por último, tem-se que a sub-hipótese foi confirmada pelo $p\text{-valor} < 0,05$, resultado significativo: “relevância percebida” explica “tipologia inicial”, Sig. $p\text{-valor} = 0,040 < \alpha = 0,05$.

Na sequência, a figura 23 demonstra, por meio de um diagrama de caminhos, a relação entre a motivação “relevância percebida” e a tipologia “básica” expressa na sub-hipótese H3c - “relevância percebida” explica tipologia “básica”.

Figura 23: Sub-hipótese H3c – “relevância percebida” explica tipologia “básica”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

As análises decorrentes das relações previstas na sub-hipótese H3c constataram uma covariância de 0,030, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “relevância percebida” provoca um acréscimo de 0,030 na tipologia “básica”. Apontou-se também um erro ou desvio-padrão de 0,034. Essas informações foram extraídas na Tabela 34.

Tabela 34 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3c

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
	(Covariância)			(Correlação)	
BÁSICA ← RELEVÂNCIA	0,030	0,034	0,867	0,054	0,386
RELP5 ← RELEVÂNCIA	1	-	-	0,904	-
RELP4 ← RELEVÂNCIA	1,107	0,031	35,436	0,997	***
BS5 ← BÁSICA	1	-	-	0,768	-
BS3 ← BÁSICA	1,217	0,083	14,604	0,945	***
BS2 ← BÁSICA	1,077	0,078	13,800	0,773	***

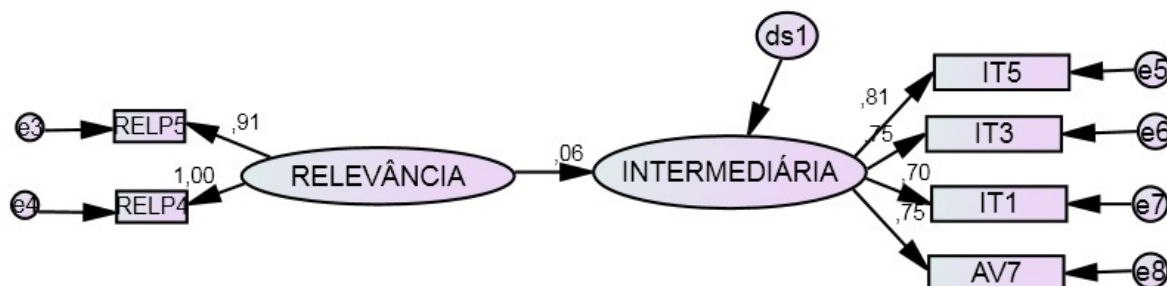
Fonte: elaborado pelo autor.

Adicionalmente, revelou-se uma correlação positiva muito baixa de apenas 0,054. Com isso, o valor de r^2 ficou em 0,29%, o que significa que a tipologia “básica” pode ser explicada em 0,29% pela motivação “relevância percebida”. Por fim, a sub-hipótese H3c apresentou resultado não-significativo: “relevância percebida” explica “tipologia básica”, Sig. p-valor = 0,386 > $\alpha=0,05$, não aceitando ou confirmando esta sub-hipótese.

Em seguida, a Figura 24 mostra o diagrama de caminhos, apontando para a relação entre “relevância percebida” e “tipologia intermediária”.

Figura 24: Sub-hipótese H3d – “relevância percebida” explica tipologia “intermediária”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

A sub-hipótese H3d, que representa a relação entre “relevância percebida” e a tipologia “intermediária”, apresentou uma covariância de 0,015, representando um acréscimo de 0,015 na tipologia “intermediária” para cada 1 ponto no escore de “relevância percebida”. Assinalou-se um erro ou desvio-padrão de 0,018, que foi o menor dentre as sub-hipóteses testadas nesse grupo. Os valores podem ser visualizados na Tabela 35.

Tabela 35 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3d

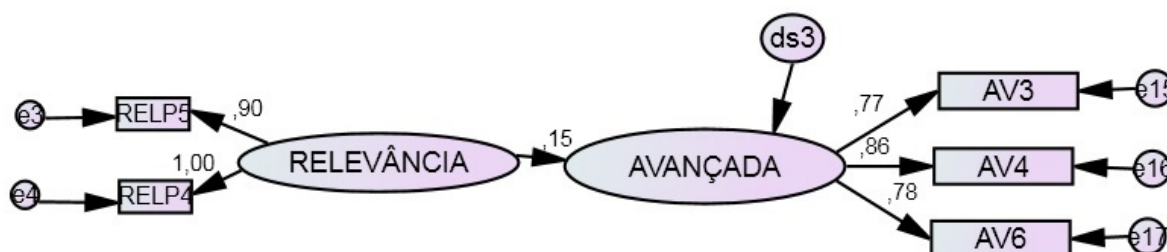
REGRESSÕES LINEARES		Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
		(Covariância)			(Correlação)	
INTERMEDIÁRI A	← RELEVÂNCIA	0,015	0,018	0,865	0,055	0,387
RELP5	← RELEVÂNCIA	1	-	-	0,906	-
RELP4	← RELEVÂNCIA	1,107	0,031	36,21 9	0,997	***
IT5	← INTERMEDIÁRIA	1	-	-	0,806	-
IT3	← INTERMEDIÁRIA	1,360	0,107	12,65 8	0,754	***
IT1	← INTERMEDIÁRIA	1,004	0,087	11,55 5	0,697	***
AV7	← INTERMEDIÁRIA	1,044	0,085	12,32 7	0,750	***

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 35 evidenciou uma baixíssima correlação positiva de 0,055. Consequentemente, o valor de r^2 foi de 0,30%. Esse é o percentual que a motivação “relevância percebida” explica a tipologia “intermediária”. Por último, tem-se que a sub-hipótese H3d apresentou resultado não-significativo: “relevância percebida” explica “tipologia intermediária”, Sig. p-valor = 0,387 > $\alpha=0,05$, não aceitando ou confirmando esta sub-hipótese.

Por último, analisou-se a sub-hipótese H3e - “relevância percebida” explica tipologia “avançada”. A figura 25 sinaliza a relação entre as duas variáveis por meio de um diagrama de caminhos.

Figura 25: Sub-hipótese H3e – “relevância percebida” explica tipologia “avançada”
Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar a sub-hipótese H3e, verificou-se que a “relevância percebida” e a tipologia “avançada” apresentam uma covariância de 0,074, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “relevância percebida” causa um acréscimo de 0,074 na tipologia “avançada”. Observou-se também um erro ou desvio-padrão de 0,030. Esses valores aparecem na Tabela 36.

Tabela 36 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H3e

REGRESSÕES LINEARES			Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
			(Covariância)			(Correlação)	p-valor
AVANÇADA	←	RELEVÂNCIA	0,074	0,030	2,417	0,154	0,016
RELP5	←	RELEVÂNCIA	1	-	-	0,905	-
RELP4	←	RELEVÂNCIA	1,104	0,031	35,960	0,997	***
AV3	←	AVANÇADA	1	-	-	0,769	-
AV4	←	AVANÇADA	1,024	0,078	13,173	0,862	***
AV6	←	AVANÇADA	0,910	0,071	12,728	0,776	***

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 36 ainda evidenciou uma correlação positiva de 0,154. Consequentemente, o valor de r^2 foi de 2,37%. Esse é o percentual que a motivação “relevância percebida” explica a tipologia “avançada”. Por último, tem-se que a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,05$, resultado significativo: “relevância percebida” explica “tipologia avançada”, Sig. p-valor = $0,016 < \alpha = 0,05$.

Assim, a hipótese H3 “as motivações de relevância percebida estimulam tipologias” também foi parcialmente confirmada. Os itens do fator “relevância percebida” se relacionaram com três das cinco dimensões do construto tipologia de coprodução do bem público, o que representam 60% de confirmação. As três sub-hipóteses (H3a, H3b e H3e) foram aceitas com resultados significativos.

No entanto, esses números precisam ser relativizados, tendo em vista os baixos níveis de explicação oferecidos a essas tipologias. Portanto, como essas relações apresentaram baixos coeficientes de determinação, elas também devem ser tratadas com bastante cuidado, tendo em vista que não há garantias de altos índices de eficácia para esses casos.

Analizando os aspectos motivacionais que compõem a H3, tem-se que o item RELP4 “participo da prestação de serviços que for importante para um familiar” aborda a questão da importância do serviço para os familiares do cidadão que se envolve numa atividade de coprodução. De acordo com Pestoff (2012), é importante para o cidadão saber como o serviço vai afetar a vida do seu familiar. Dessa forma, o indivíduo se sentirá mais motivado a se envolver na coprodução do bem público se o resultado dessa ação trouxer benefícios seus familiares.

Por sua vez, o item RELP5 “participo da prestação de serviços que for importante para um amigo” apresenta uma ideia análoga a do item anterior. Agora o serviço deve ser importante para um amigo. Assim como Pestoff (2012), Bovaird *et al* (2016) e Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) chegaram às mesmas conclusões quanto ao engajamento do cidadão em atividades de coprodução, se o serviço for considerado realmente importante para ele e seus familiares. Percebeu-se que o mesmo entendimento se aplica para os amigos. Assim, se o resultado da ação for benéfico para um amigo, o indivíduo tem mais um motivo para se envolver na prestação do serviço.

Com isso, a “relevância percebida” se mostrou um preditor razoável para três tipos de coprodução (“preliminar”, “inicial” e “avançada”), sendo a tipologia “preliminar” aquela que apresentou o maior coeficiente de determinação ($r^2 = 4,16\%$), ou seja, ela é explicada em 4,16% pelas motivações de “relevância percebida”, ainda muito baixo. Observou-se um fato semelhante ao que ocorreu na H2, com relação à explicação dos níveis iniciais de tipologias de coprodução. Nesse caso, as tipologias “preliminar” e “inicial” puderam ser explicadas, ainda que com baixos níveis de correlação, 0,204 e 0,129, respectivamente.

Esperava-se que a “relevância percebida” se relacionasse bem principalmente com os tipos mais elevados da escala, como “básica”, “intermediária” e “avançada”, em razão de

mensurar a percepção do cidadão acerca da importância do serviço. Por isso, classificou-se a “relevância percebida” como razoável, enquanto variável preditora de tipologias de coprodução. Logo, ela é aceita, mas com ressalvas.

E ainda, as tipologias “intermediária” e “básica” não foram confirmadas ou aceitas pelas motivações de “relevância percebida”. As sub-hipóteses H3d “relevância percebida” explica tipologia “intermediária” e H3c “relevância percebida” explica tipologia “básica” apresentaram níveis baixíssimos de correlação, 0,055 e 0,054, respectivamente. Isso aponta para uma dificuldade inerente às motivações de “relevância percebida”, que não conseguem estimular tipologias que exijam maior envolvimento do cidadão na execução de atividades de coprodução em parceria com o Estado.

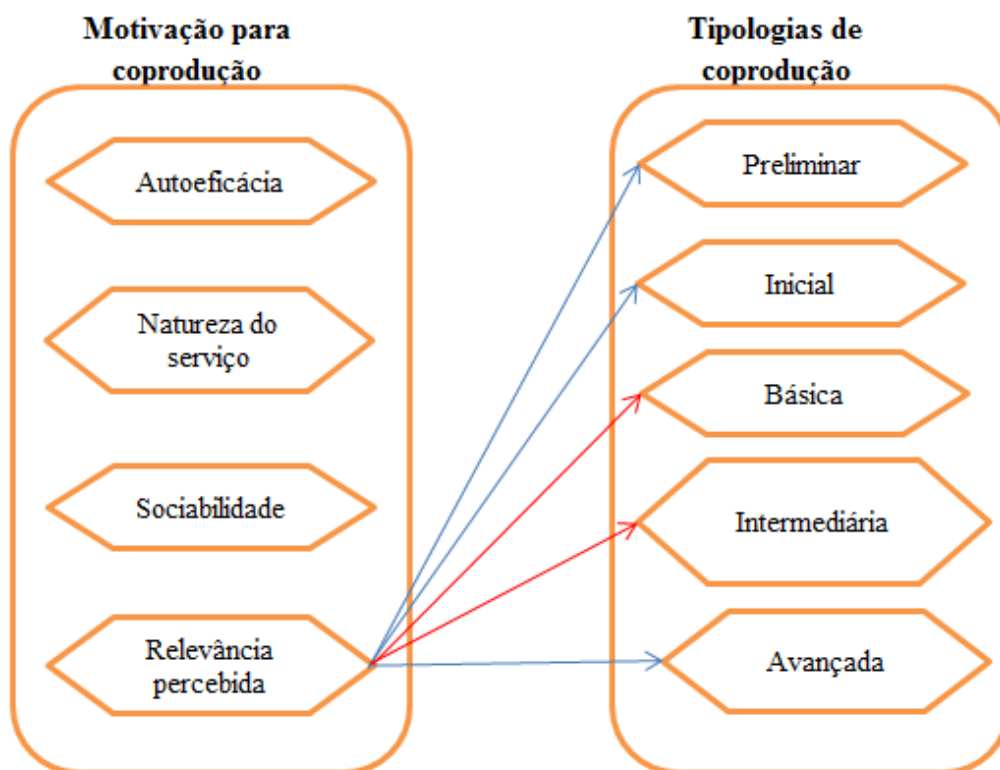
Todavia, a sub-hipótese H3e “relevância percebida explica tipologia avançada” merece destaque, pois foi confirmada mesmo com os tipos imediatamente anteriores (“básica” e “intermediária”) apresentando resultados não significativos. Esse fato pode ser explicado em razão da expectativa de um patamar elevado de coprodução, capaz de atender aos interesses da comunidade, que tem autonomia e somente irá buscar o apoio do Estado se for realmente necessário.

Observou-se que as três sub-hipóteses confirmadas estatisticamente apresentaram baixos índices de correlação e coeficiente de determinação, o que significa que as tipologias “preliminar”, “inicial” e “avançada” não são bem explicadas pelas motivações de “relevância percebida”. Esse fato não é suficiente para rejeitar as sub-hipóteses, mas pode ensejar novos estudos para aprofundar a questão e verificar em quais tipos de coprodução os indivíduos motivados por fatores de “relevância percebida” podem ser mais bem aproveitados.

Portanto, a hipótese H3 contemplou a “relevância percebida” (importância dos serviços para o cidadão, familiares ou amigos) associada aos tipos de coprodução. Ficou comprovado empiricamente que o envolvimento nas atividades de coprodução está diretamente relacionado à percepção do cidadão em relação à relevância do serviço na sua vida e na de parentes e amigos.

A partir disso, os gestores interessados em estimular atividades de coprodução podem contar com as motivações de “relevância percebida” para estimular principalmente o tipo “preliminar” de coprodução. São informações aplicadas diretamente à área de gestão de pessoas, que tem total interesse em saber o que motiva a entrada e permanência dos indivíduos na coprodução do bem público. A figura 26 mostra em azul as relações com resultados significativos de H3.

Figura 26: Relações da Hipótese 3 - “relevância percebida” explica significativamente tipologia?



Fonte: elaborado pelo autor.

No entanto, os gestores devem ser alertados que as motivações de “relevância percebida” não garantem altos índices de eficácia para as tipologias de coprodução previstas no modelo desenvolvido neste trabalho. Assim, recomenda-se bastante cautela quando constatadas apenas motivações de “relevância percebida”, pois é possível que não seja obtido o resultado esperado dependendo da tipologia empregada.

Portanto, sugere-se ao gestor disposto a realizar atividades com o emprego da coprodução, a combinação das motivações de “relevância percebida” a outros aspectos motivacionais (“autoeficácia”, “natureza do serviço” e “sociabilidade”), de modo a aumentar as probabilidades de sucesso dos resultados esperados, conforme a tipologia empregada.

Por fim, as tipologias “básica” e “intermediária” não puderam ser explicadas pelas motivações de “relevância percebida”. O mesmo ocorreu para as motivações de “sociabilidade”, que será analisada na próxima seção.

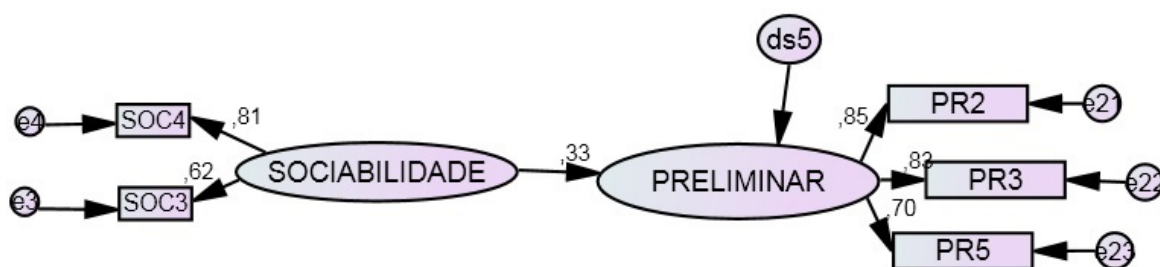
5.3.4 Hipótese 4: “Sociabilidade” explica significativamente tipologia?

A sociabilidade está relacionada ao sentimento de pertencer ou se identificar com um grupo e o prazer associado à interação com outras pessoas. De acordo com Vanleene, Verschuere e Voets (2016), movidos pelo desejo de pertencer e socializar com outras pessoas, os cidadãos tendem a se envolver em atividades de coprodução. Busca-se descobrir quais os tipos de coprodução são adequados às motivações de sociabilidade.

Na sequência, as sub-hipóteses relacionadas à H4 serão analisadas, começando pela H4a. A figura 27 expõe, por meio de um diagrama de caminhos, a relação entre a motivação “sociabilidade” e a tipologia “preliminar” expressa na sub-hipótese H4a - “sociabilidade” explica tipologia “preliminar”.

Figura 27: Sub-hipótese H4a – “sociabilidade” explica tipologia “preliminar”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

As análises decorrentes das relações previstas na sub-hipótese H4a detectaram uma covariância de 0,359 (a maior do grupo H4), o que significa que a cada 1 ponto no escore de “sociabilidade” provoca um acréscimo de 0,359 na tipologia “preliminar”. Percebeu-se o erro ou desvio-padrão de 0,108. Essas informações estão demonstradas na Tabela 37.

Tabela 37 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4a

REGRESSÕES LINEARES		Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
		(Covariância)			(Correlação)	p-valor
PRELIMINAR	← SOCIABILIDADE	0,359	0,108	3,337	0,333	0,000
SOC4	← SOCIABILIDADE	1	-	-	0,810	-
SOC3	← SOCIABILIDADE	0,784	0,216	3,634	0,624	***
PR2	← PRELIMINAR	1	-	-	0,855	-
PR3	← PRELIMINAR	0,957	0,071	13,564	0,832	***
PR5	← PRELIMINAR	0,782	0,065	12,082	0,679	***

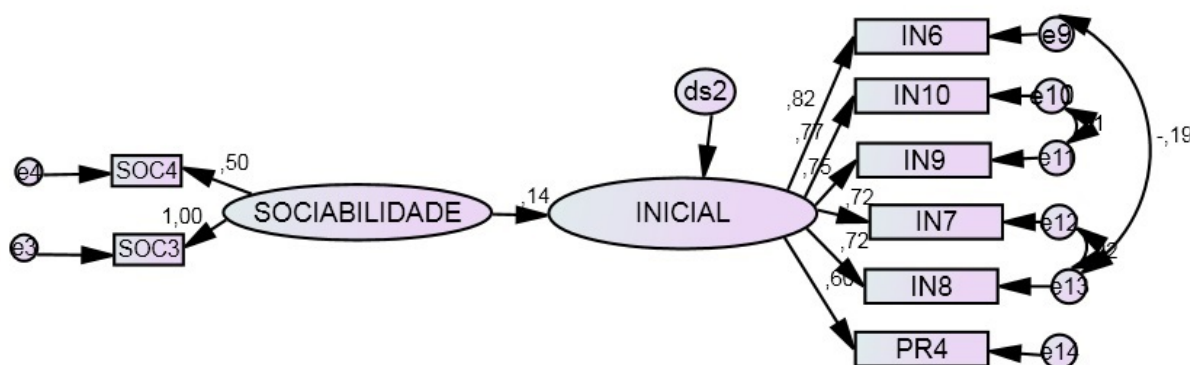
Fonte: elaborado pelo autor.

Notou-se uma correlação positiva 0,333 (a maior entre os fatores analisados nesse grupo). Com isso, o valor de r^2 ficou em 11,08%, o que significa que a tipologia “preliminar” pode ser explicada em 11,08% pela motivação “sociabilidade”. Finalmente, a sub-hipótese H4a foi confirmada pelo p -valor $< 0,001$, resultado significativo: “sociabilidade” explica “tipologia preliminar”, Sig. p -valor = $0,000 < \alpha = 0,001$.

Em continuação, o diagrama de caminhos presente na figura 28 exibe a relação entre a motivação “sociabilidade” e a tipologia “inicial” de coprodução, destacada na sub-hipótese H4b - “sociabilidade” explica tipologia “inicial”.

Figura 28: Sub-hipótese H4b – “sociabilidade” explica tipologia “inicial”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

A sub-hipótese H4b, que representa a relação entre “sociabilidade” e a tipologia “inicial”, apresentou uma covariância de 0,176, representando um acréscimo de 0,176 na tipologia “inicial” para cada 1 ponto no escore de “sociabilidade”. Detectou-se um erro ou desvio-padrão de 0,084. Os valores podem ser visualizados na Tabela 38.

Tabela 38 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4b

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
	(Covariância)			(Correlação)	p-valor
INICIA ← SOCIABILIDADE	0,176	0,084	2,107	0,138	0,035
SOC4 ← SOCIABILIDADE	1	-	-	0,503	-
SOC3 ← SOCIABILIDADE	1,998	0,203	9,829	0,997	***
IN6 ← INICIAL	1	-	-	0,817	-

IN10	← INICIAL	0,861	0,06	12,66	0,765	***
			8	7		
IN9	← INICIAL	0,792	0,06	12,70	0,754	***
			2	3		
IN7	← INICIAL	0,828	0,06	12,36	0,722	***
			7	6		
IN8	← INICIAL	0,925	0,08	11,21	0,724	***
			3	0		
PR4	← INICIAL	0,857	0,08	10,04	0,597	***
			5	8		

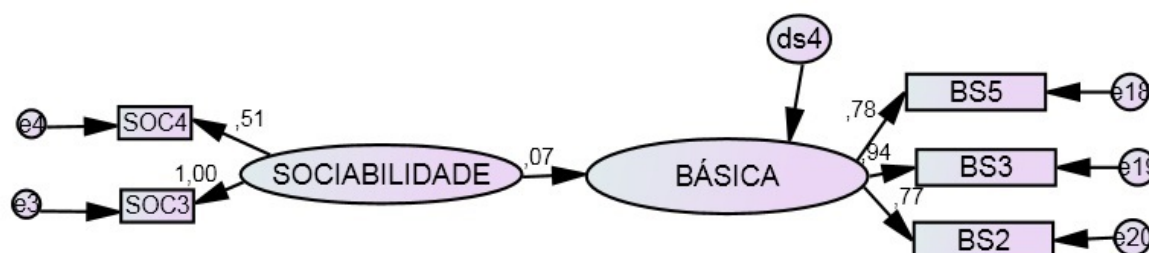
Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 38 ainda evidenciou uma correlação positiva de 0,138. Consequentemente, o valor de r^2 foi de 1,90%. Esse é o percentual que a motivação “sociabilidade” explica a tipologia “inicial”. Por último, tem-se que a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,05$, resultado significativo: “sociabilidade” explica “tipologia inicial”, Sig. p-valor = $0,035 < \alpha = 0,05$.

Dando continuidade, o diagrama de caminhos presente na figura 29 exibe a relação entre a motivação “sociabilidade” e a tipologia “básica” de coprodução, destacada na sub-hipótese H4c - “sociabilidade” explica tipologia “básica”.

Figura 29: Sub-hipótese H4c – “sociabilidade” explica tipologia “básica”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Explorou-se a sub-hipótese H4c com o auxílio de técnicas estatísticas e foi constatada uma covariância de 0,079, o que representa um acréscimo de 0,079 na tipologia “básica” para cada 1 ponto no escore de “sociabilidade”. Verificou-se ainda um erro ou desvio-padrão de 0,068. A Tabela 39 apresenta esses valores.

Tabela 39 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4c

REGRESSÕES LINEARES	Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor r
	(Covariância)			(Correlação)	

BÁSICA A	← SOCIABILIDAD E	0,079	0,06 8	1,165	0,072	0,244
SOC4	← SOCIABILIDAD E	1	-	-	0,510	-
SOC3	← SOCIABILIDAD E	2,038	0,20 3	10,01 9	0,997	***
BS5	← BÁSICA	1	-	-	0,779	-
BS3	← BÁSICA	1,193	0,08 0	14,89 5	0,942	***
BS2	← BÁSICA	1,057	0,07 6	13,89 6	0,768	***

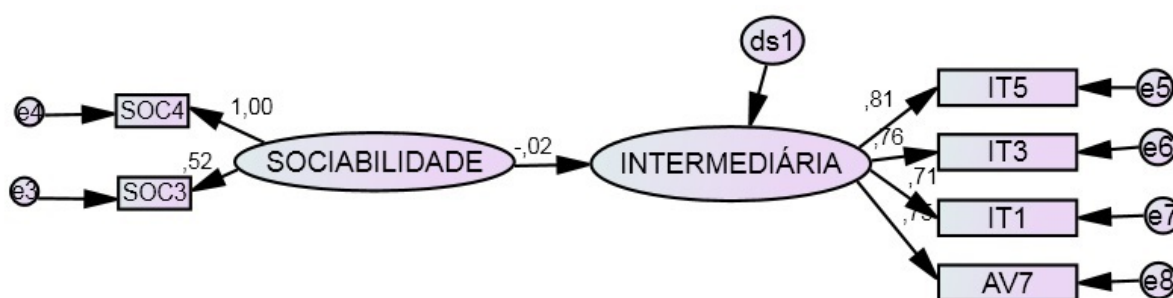
Fonte: elaborado pelo autor.

Constatou-se uma correlação positiva muito baixa de 0,072. O valor de r^2 encontrado foi de 0,51%, o que significa que a tipologia “básica” pode ser explicada pela motivação “sociabilidade” nesse percentual. Por fim, o p-valor = 0,244, aponta para resultado não-significativo: “sociabilidade” explica “tipologia básica”, Sig. p-valor = 0,244 > $\alpha=0,05$, o que não aceita ou confirma esta sub-hipótese.

Por sua vez, a sub-hipótese H4d foi representada na figura 30, que mostra o diagrama de caminhos e aponta para a relação entre “sociabilidade” e “tipologia intermediária”.

Figura 30: Sub-hipótese H4d – “sociabilidade” explica tipologia “intermediária”

Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Analisando a sub-hipótese H4d, constatou-se que a “sociabilidade” e a tipologia “intermediária” apresentaram uma covariância de (0,006), o que significa que a cada 1 ponto no escore de “sociabilidade” causa um decréscimo de 0,006 na tipologia “intermediária”. Há ainda um erro ou desvio-padrão de 0,017, que foi o menor dentre as sub-hipóteses testadas nesse grupo. Esses valores podem ser visualizados na Tabela 40.

Tabela 40 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4d

	Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig.
--	----------------------	------	------	--------------------	------

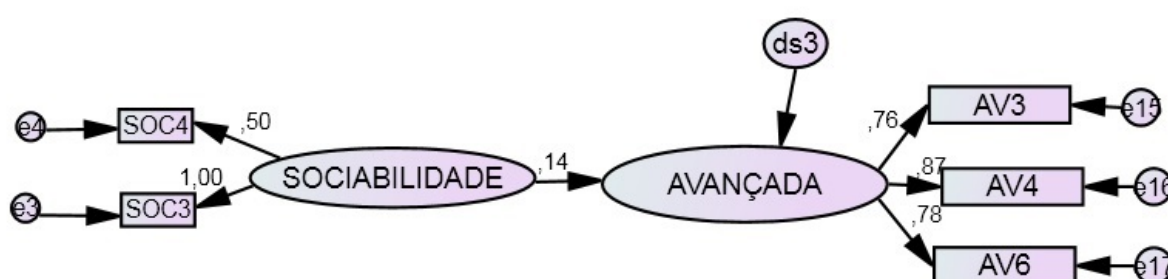
REGRESSÕES LINEARES			(Covariância)			(Correlação)	p-valor
INTERMEDIÁRIA A	←	SOCIABILIDADE	-0,006	0,017	-0,365	-0,023	0,715
SOC4	←	SOCIABILIDADE	1	-	-	0,997	-
SOC3	←	SOCIABILIDADE	0,525	0,051	10,315	0,520	***
IT5	←	INTERMEDIÁRIA	1	-	-	0,806	-
IT3	←	INTERMEDIÁRIA	1,353	0,106	12,798	0,759	***
IT1	←	INTERMEDIÁRIA	1,029	0,088	11,734	0,709	***
AV7	←	INTERMEDIÁRIA	1,037	0,084	12,412	0,749	***

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 40 evidenciou uma correlação negativa de 0,023. Consequentemente, o valor de r^2 foi de 0,05%. Esse é o percentual que a motivação “sociabilidade” explica a tipologia “intermediária”. Por último, tem-se que a sub-hipótese H4d apresentou resultado não-significativo: “sociabilidade” explica “tipologia intermediária”, Sig. p-valor = 0,715 > $\alpha=0,05$, não aceitando ou confirmando esta sub-hipótese.

Por último, analisou-se a sub-hipótese H4e - “sociabilidade” explica tipologia “avançada”. A figura 31 retrata a relação entre as duas variáveis por meio de um diagrama de caminhos.

Figura 31: Sub-hipótese H4e – “sociabilidade” explica tipologia “avançada”
Solução da Hipótese



Fonte: dados da pesquisa.

Fazendo uma análise da sub-hipótese H4e, constatou-se que a “sociabilidade” e a tipologia “avançada” apresentam uma covariância de 0,110, o que significa que a cada 1 ponto no escore de “sociabilidade” causa um acréscimo de 0,110 na tipologia “avançada”. Verificou-se também um erro ou desvio-padrão de 0,060. Esses valores constam na Tabela 41.

Tabela 41 - Estimativas e p-valor relacionado à hipótese H4e

REGRESSÕES LINEARES		Estimativa N Padr	S.E.	C.R.	Estimativa Padr	Sig. p-valor
		(Covariância)			(Correlação)	
AVANÇADA	← SOCIABILIDADE	0,110	0,060	2,197	0,143	0,028
SOC4	← SOCIABILIDADE	1	-	-	0,505	-
SOC3	← SOCIABILIDADE	1,984	0,198	9,997	0,997	***
AV3	← AVANÇADA	1	-	-	0,764	-
AV4	← AVANÇADA	1,037	0,078	13,219	0,866	***
AV6	← AVANÇADA	0,915	0,072	12,784	0,779	***

Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se observar uma correlação positiva de 0,143, que fez com que o coeficiente de determinação (r^2) ficasse em 2,04%. Isso significa que a motivação “sociabilidade” explica a tipologia “avançada” em apenas 2,04%. Finalmente, a sub-hipótese foi confirmada pelo p-valor $< 0,05$, resultado significativo: “sociabilidade” explica “tipologia avançada”, Sig. p-valor = $0,028 < \alpha=0,05$.

Com isso, a hipótese H4 “as motivações de sociabilidade impulsionam tipologias” também foi parcialmente confirmada. Assim como na “relevância percebida”, os itens do fator “sociabilidade” se relacionaram com três das cinco dimensões do construto tipologia de coprodução do bem público, representando 60% de confirmação. As sub-hipóteses H4a, H4b e H4e foram aceitas com resultados significativos.

No entanto, esses números precisam ser relativizados, tendo em vista os baixos níveis de explicação oferecidos à maioria dessas tipologias. Assim como na H2, para as relações que apresentaram baixos coeficientes de determinação é preciso certa precaução, pois não é possível garantir altos índices de eficácia para esses casos.

Analisando os aspectos motivacionais que compõem a H4, tem-se que o item SOC3 “a participação de outras pessoas na prestação do serviço é fundamental para que eu também participe” condiciona o envolvimento do cidadão numa atividade de coprodução à participação de outras pessoas. De acordo com Vanleene, Verschuere e Voets (2016), os cidadãos tendem a se envolver em atividades de coprodução, pois também desejam socializar e pertencer a algum grupo. Assim, o indivíduo terá mais atração pela coprodução do bem público se houver como estímulo a socialização e o sentimento de pertencimento.

Por sua vez, o item SOC4 “participo para fazer novas amizades” carrega o desejo de socialização por parte do indivíduo. Para Alford (2002), o envolvimento do cidadão em

atividades de coprodução seria recompensado com a socialização, o senso de pertencimento e identificação com um grupo. Assim, o fator “sociabilidade” pode ser tratado como um importante aspecto motivacional para que o indivíduo tem um estímulo a mais para se envolver na coprodução do bem público.

Assim, a “sociabilidade” também pode ser caracterizada como um preditor razoável para três tipos de coprodução (“preliminar”, “inicial” e “avançada”), sendo a tipologia “preliminar” aquela que apresentou o maior coeficiente de determinação ($r^2 = 11,08\%$), ou seja, ela é explicada em 11,08% pelas motivações de “sociabilidade”. Os tipos “inicial” e “avançada”, ainda que tenham apresentado estatisticamente resultado significativo para relação com as motivações de sociabilidade, não conseguem ser bem explicados por esse fator.

Por isso, considera-se a “sociabilidade” um preditor razoável, pois consegue explicar bem apenas a tipologia “preliminar”. Logo, recomenda-se que novos estudos mais aprofundados sejam realizados, envolvendo os aspectos históricos, sociais e culturais, a fim de compreender melhor a relação da “sociabilidade” com as tipologias. Tendo em vista a característica de pertencimento a um grupo, esperava-se forte relação com a tipologia “básica”, por exemplo, o que não foi observado.

Também foi constatado o mesmo fato que ocorreu nas H2 e H3, com relação à explicação dos níveis iniciais de tipologias de coprodução. Aqui, as tipologias “preliminar” e “inicial” puderam ser explicadas, mesmo que com baixos níveis de correlação, 0,333 e 0,138, respectivamente. Da mesma forma, classificou-se a “sociabilidade” como razoável, enquanto variável preditora de tipologias de coprodução.

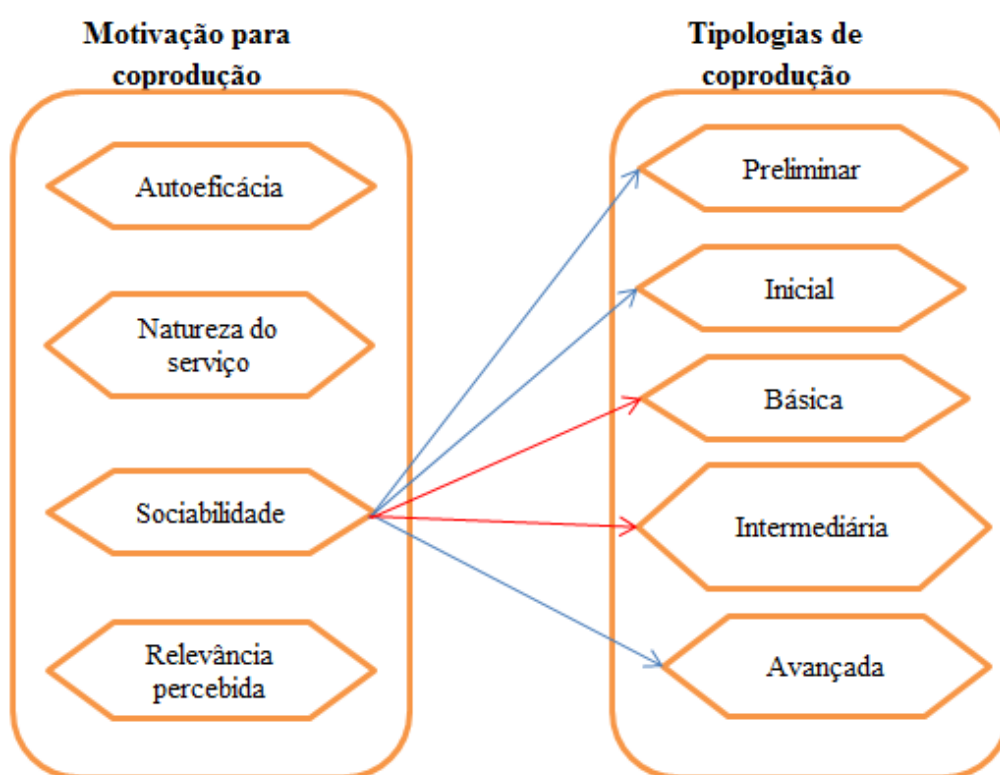
Em adição, assim como na H3, as tipologias “intermediária” e “básica” não foram confirmadas ou aceitas pelas motivações de “sociabilidade”. As sub-hipóteses H4d “sociabilidade” explica tipologia “intermediária” e H4c “sociabilidade” explica tipologia “básica” apresentaram níveis baixíssimos de correlação, -0,023 e 0,072, respectivamente. Isso aponta para uma limitação das motivações “sociabilidade”, que consiste em impulsionar tipologias que exijam maior envolvimento do cidadão em parceria com o Estado.

No entanto, a sub-hipótese H4e “sociabilidade explica tipologia avançada”, que representa o maior grau de envolvimento do cidadão em atividades de coprodução, foi confirmada mesmo com os tipos imediatamente anteriores (“básica” e “intermediária”) tendo apresentado resultados não significativos. Isso pode representar indícios dos estudos de Van

Eijk e Steen (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018), que abordaram os incentivos solidários e as motivações centradas na comunidade.

Portanto, a hipótese H4 contemplou a “sociabilidade” relacionada aos tipos de coprodução. Constatou-se empiricamente que o envolvimento do cidadão nas atividades de coprodução pode ser recompensado por meio da socialização com outras pessoas. Logo, pode-se usar a “sociabilidade” como um atrativo para o ingresso na coprodução do bem público, principalmente para a tipologia “preliminar”, que foi aquela que apresentou o maior coeficiente de determinação dentre as sub-hipóteses de H4, conforme pode ser visualizado na figura 32:

Figura 32: Relações da Hipótese 4 - “sociabilidade” explica significativamente tipologia?



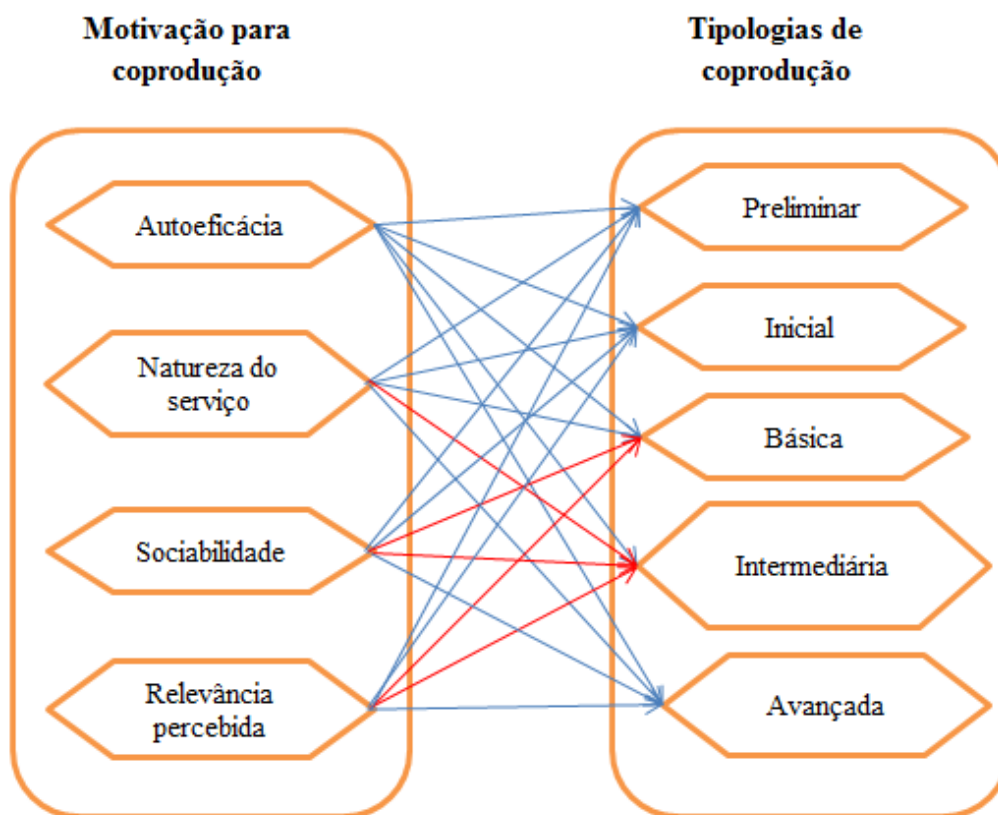
Fonte: elaborado pelo autor.

Mesmo com resultados significativos para três sub-hipóteses, os gestores devem ter em mente que as motivações de “sociabilidade” não garantem altos índices de eficácia para as tipologias “inicial” e “avançada”. Assim, recomenda-se moderação quando constatadas apenas motivações de “sociabilidade”, pois apenas o tipo “preliminar” de coprodução apresentou uma probabilidade alta de obtenção de êxito na atividade proposta.

Portanto, assim como na H3, aconselha-se a combinação das motivações de “sociabilidade” com outros aspectos motivacionais (“autoeficácia”, “natureza do serviço” e “relevância percebida”), a fim de aumentar as chances de eficácia dos serviços prestados, de acordo com a tipologia adequada.

Com isso, os gestores públicos ou de OSC têm em mãos o resultado do teste de vinte sub-hipóteses relacionadas a aspectos motivacionais e tipologias de coprodução. Houve a confirmação de quinze sub-hipóteses, que representam 75% do total. Deve-se destacar que as motivações de “autoeficácia” tiveram todas as sub-hipóteses confirmadas. E ainda, que as tipologias “preliminar”, “inicial” e “avançada” foram confirmadas em todos os aspectos motivacionais, conforme pode ser visualizado de maneira agregada na figura 33.

Figura 33: Relações entre motivações e tipologias de coprodução



Fonte: elaborado pelo autor.

Constatou-se que as quatro hipóteses de pesquisa foram confirmadas, porém apenas a hipótese H1 “as motivações de autoeficácia potencializam tipologias” pode ser aceita integralmente com resultado significativo para suas cinco sub-hipóteses. A hipótese H2 “as motivações de natureza do serviço favorecem tipologias” foi aceita parcialmente, pois apenas

quatro das suas cinco sub-hipóteses apresentaram resultado significativo, o que corresponde a 80% de confirmação.

Em continuação, as hipóteses H3 “as motivações de relevância percebida estimulam tipologias” e H4 “as motivações de sociabilidade impulsionam tipologias”, assim como H2, foram confirmadas parcialmente, no entanto apenas três das suas cinco sub-hipóteses apresentaram resultado significativo, conferindo 60% de confirmação a essas hipóteses. Assim, verificou-se que foram testadas vinte sub-hipóteses e obteve confirmação de 75% delas, o que representa um resultado expressivo na relação entre motivação e tipologias.

Adicionalmente, observou-se que as tipologias “preliminar”, “inicial” e “avançada” apresentaram bons resultados quando relacionadas aos quatro aspectos motivacionais. Isso significa esses três tipos de coprodução podem ser aplicados qualquer que seja a motivação do cidadão para se envolver em atividades de coprodução do bem público.

Sobre as cinco sub-hipóteses não confirmadas ou aceitas, recomenda-se que estudos futuros examinem mais a fundo as tipologias “básica” e “intermediária”. Principalmente essa última que somente apresentou resultado significativo para as motivações de “autoeficácia”, enquanto a outra tipologia não se relacionou com as motivações de “relevância percebida” e “sociabilidade”.

Na sequência, serão tratadas as considerações finais da pesquisa, abordando os resultados das análises de dados, limitações da pesquisa e recomendações de estudos futuros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi impulsionada pelo seguinte problema de pesquisa: qual a relação entre as motivações dos cidadãos e os tipos de coprodução do bem público? Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa foi modelar as tipologias, via fatores motivacionais de coprodução do bem público. Para isso, foram delineados três objetivos específicos, quais sejam: aperfeiçoar a escala de motivações para coprodução de Bezerra (2020); criar uma escala de tipologias de coprodução; e criar um modelo de análise validado por meio da modelagem de equações estruturais (MEE).

O primeiro objetivo específico foi alcançado por meio do aprimoramento da escala de motivações para coprodução proposta por Bezerra (2020). Foram revisados os procedimentos adotados naquela pesquisa, que propôs um modelo composto por doze itens divididos em quatro dimensões. Após a revisão, chegou-se a uma nova escala formada por onze itens com as mesmas dimensões.

Na sequência, o segundo objetivo específico tratou de criar uma escala de tipologias de coprodução. Esse objetivo foi alcançado, por meio da criação e validação do instrumento de mensuração de tipologias de coprodução. Trata-se de uma escala inédita com grande potencial de contribuição para os estudos em coprodução, que predominantemente se vale de pesquisas qualitativas e estudos de caso.

Assim como na escala de motivações para coprodução, também cabe uma análise qualitativa mais aprofundada para os itens excluídos durante o processo de construção do instrumento de mensuração das tipologias de coprodução. Isso contempla uma investigação

que leve em consideração todo o contexto histórico-cultural brasileiro, que foi determinante no processo de formação da cidadania nacional.

O terceiro objetivo específico buscou estabelecer relações entre motivações e tipologias para coprodução do bem público. Esse objetivo foi alcançado por meio da testagem das hipóteses de pesquisa com o auxílio de técnicas estatísticas que ajudaram a compreender o quanto as variações das tipologias podem ser explicadas pelas variações das motivações.

Assim, ao final desta tese, chegou-se a conclusão de que os aspectos motivacionais funcionam como bons preditores para as tipologias de coprodução do bem público. Especificamente, as motivações de autoeficácia foram aquelas que apresentaram relações mais consistentes com os cinco tipos de coprodução propostos nesta pesquisa. Essas informações podem ser utilizadas por gestores públicos ou de OSC que estiverem interessados em estimular atividades de coprodução. Assim, poderão saber qual tipo de coprodução adequado, conforme as motivações dos cidadãos dispostos a se envolver nas atividades de coprodução.

Esta pesquisa também trouxe implicações teóricas ao preencher as lacunas apontadas por Brandsen e Honingh (2016), no que se refere à relação entre as motivações e características pessoais com a natureza das atividades. E também aquela citada por Chaebo e Medeiros (2017), que relaciona dois ou mais dos “conceitos” apresentados, dentre os quais motivações e tipologias (níveis e formas). Assim, esta pesquisa poderá ser útil em estudos futuros sobre coprodução do bem público, bem como poderá contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas do Grupo de Estudos do Terceiro Setor da Universidade Federal da Paraíba – GETS/UFPB.

Além do ineditismo deste trabalho, há contribuições para a área da administração, especificamente no que se refere à gestão de pessoas e gestão pública.

Dessa forma, torna-se possível identificar o perfil de cada cidadão interessado em se envolver em atividades de coprodução, por meio de análises preditivas, e definir onde cada um pode se encaixar, conforme as necessidades do projeto. Isso é fundamental para o sucesso da empreitada, pois, do contrário, escolhas equivocadas podem ocasionar alguns transtornos e prejuízos para a gestão.

A contribuição para gestão pública se concentra principalmente na experiência da execução de serviços em conjunto com os cidadãos. A troca de conhecimentos e a valorização de cada agente envolvido no processo fez com que as mudanças e conquistas sejam ainda

mais significativas. Isso tudo contribui para processo democrático e conscientização dos cidadãos para o exercício da cidadania.

No entanto, sabe-se que as escolhas realizadas nesta pesquisa, a começar pelo paradigma funcionalista, apresentam limitações, as quais são reconhecidas e evidenciadas, indicando sempre que necessário a complementação ou aprofundamento dos estudos com análises qualitativas mais detalhadas.

Vale ressaltar que as ciências sociais aplicadas sofrem críticas por se apropriarem de procedimentos dominantes nas ciências naturais. Isso não poderia ser feito sem adaptações, pois os fenômenos pesquisados são frutos de uma criação social. O reducionismo da realidade, o desprezo por aquilo que não pode ser medido ou quantificado, bem como as tomadas de decisões do pesquisador, comprometem pressupostos do paradigma positivista/funcionalista oriundos das *hard sciences*. Portanto, devem-se reconhecer essas limitações inerentes ao paradigma adotado por esta pesquisa quantitativa.

Outra limitação da pesquisa consiste na limitação de tempo e nas amostras obtidas nas duas coletas de dados, tendo em vista que foram obtidas exclusivamente por meio eletrônico com o auxílio do *Google Forms* e do aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Os respondentes não pertenciam necessariamente a um grupo ou área específica, foi aplicado ao cidadão comum. Logo, vislumbra-se como possibilidade de pesquisa futura a aplicação destes instrumentos a um grupo ou localidade específica.

É pertinente recordar que esta pesquisa foi realizada considerando a conjuntura de formação do estado brasileiro, a construção das noções de cidadania e das relações entre Estado e sociedade civil. Esse processo formativo se deu por meio de diferentes culturas, raças, credos, fazendo da criação do Brasil algo próprio, individual, específico. Logo, quando aplicada ou comparada a outros contextos, os resultados desta pesquisa devem ser relativizados.

Portanto, não houve a pretensão de se esgotar o assunto ou apresentar uma resposta definitiva para o problema de pesquisa. Aqui, iniciou-se uma discussão, a qual cabe um maior aprofundamento de natureza qualitativa trazendo à tona os fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais que moldaram a sociedade brasileira ao longo dos anos.

Além disso, recomenda-se que estudos futuros realizem uma revisão geral dos itens dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, de modo a deixá-los mais enxutos e objetivos. Adicionalmente, aconselha-se uma revisão de todo processo de construção da escala de

tipologias de coprodução, similarmente ao realizado aqui com a escala de motivações para coprodução desenvolvida por Bezerra (2020).

Outra possibilidade de investigação no futuro está relacionada à análise das relações que apresentaram baixos índices de correlação e coeficiente de determinação. Especificamente, pode-se verificar em quais tipos de coprodução os indivíduos motivados essencialmente por fatores de “relevância percebida” podem ser mais bem aproveitados. O mesmo pode ser feito com os fatores de “sociabilidade”, a fim de uma melhor compreensão da relação entre a “sociabilidade” e as tipologias de coprodução.

Por fim, sugere-se a realização de um estudo mais aprofundado nas relações que envolveram principalmente as tipologias “básica” e “intermediária”, tendo em vista os baixos índices observados com os aspectos motivacionais. Uma análise qualitativa pode encontrar novas explicações para o fenômeno e ajudar a aperfeiçoar os instrumentos de pesquisa.

Numa visão ampla, buscou-se traçar uma relação entre o que motiva o cidadão a se envolver em atividades de coprodução e as tipologias adequadas para isso. Esperava-se confirmar as quatro hipóteses da pesquisa, porém apenas uma foi confirmada integralmente, enquanto as demais foram confirmadas parcialmente. Nenhuma hipótese foi rejeitada, mas podem ser mais bem investigadas, a fim de se obter uma melhor compreensão de como ocorre a relação aqui estudada.

Esses aspectos são fundamentais para retomar o argumento de tese que consiste na possibilidade de se estimular o exercício da cidadania, por meio da coprodução do bem público. Logo, quando se conhece o que motiva o cidadão a se envolver em atividades de coprodução, é possível estimular o envolvimento e elevar os níveis de cidadania, pensando no tipo de coprodução adequado a cada aspecto motivacional.

REFERÊNCIAS

AGE, L. M. Coprodução de serviços de vigilância sanitária para promoção de saúde: a certificação e classificação de restaurantes pela qualidade nutricional dos alimentos servidos. 307 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Mestrado em Administração, Florianópolis, 2016.

AGE, L. M.; SCHOMMER, P. C. Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 21, n. 3, p. 413-434, 2017.

ALFORD, J. A public management road less travelled: clients as co-producers of public services. *Australian Journal of Public Administration*, v. 57, n. 4, p. 128-137, 1998.

ALFORD, J. Why do public-sector clients coproduce? Toward a contingency theory. *Administration & Society*, v. 34, n. 1, p. 32-56, 2002.

ALFORD, J. *Engaging Public Sector Clients: From Service Delivery to Co-production*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009.

ALFORD, J. The multiple facets of co-production: Building on the work of Elinor Ostrom. *Public Management Review*, v. 16, n. 3, p. 299-316, 2014.

ALFORD, J.; YATES, S. Co-Production of Public Services in Australia: The Rules of Government Organizations and Co-Producers. *Australian Journal of Public Administration*, v. 75, n. 2, p. 159-175, 2015.

ANHEIER, H.K; LIST, R.A *A Dictionary of Civil Society, Philantropy and the Nonprofit Sector*. Londres; Routledge, 2007.

- ANSELL, C.; TORFING, J. Public innovation through collaboration and design. Routledge, New York. 2014.
- ARBLASTER, A. A democracia. 7. ed. Lisboa: Estampa. 1987.
- ARENDT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation. Journal of the American Institute of Planners. Routledge, V. 35, nº 4, 1969.
- AVRITZER, L. New public spheres in Brazil. International Journal of Urban Regional Research, 2006.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (Org.). Experiências nacionais de participação social. Belo Horizonte: Cortez, 2010.
- AIYAR, Y. Invited spaces invited participation: effects of greater participation on accountability in service delivery. India Review, 9. 2010.
- BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia no Brasil: notas para debate. In: SEMINÁRIO TIRADENTES. Hoje: Imaginário e Política na República Brasileira. 1994, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: 1994.
- BEZERRA, J. C. V. Motivação para coprodução do bem público: construção de uma escala. 138f. Dissertação (Mestrado em Administração), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2020.
- BEZERRA, J. C. V. *et al.* Motivação para coprodução: uma revisão integrativa. In: VIII Encontro de Administração Pública da ANPAD - EnAPG, 2019, Fortaleza. Anais eletrônico do EnAPG, 2019.
- BIER, C. A. *et al.* Sociedade, empresa e governo: uma experiência de implementação de um novo paradigma de democracia participativa. Cadernos EBAPE. [online], Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 580-599. Dez. 2010.
- BOBBIO, N. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BOVAIRD, T. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. Public Administration Review, v. 67, n. 5, p. 846–60, 2007.
- BOVAIRD, T. *et al.* Activating citizens to participate in collective co-production of public services. Journal of Social Policy, v. 44, n. 1, p. 1-23, 2015.
- BOVAIRD, T. *et al.* Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK. International Review of Administrative Sciences, v. 82, n. 1, p. 47-68, 2016.
- BOVAIRD, T.; LOEFFLER, E. From engagement to co-production: the contribution of users and communities to outcomes and public value. In: VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 23, n. 4, 2012.
- BOVAIRD, T.; VAN RYZIN, G.; LOEFFLER, E.; PARRADO, S. Influences on collective coproduction of public services: Which citizens most participate in complex governance mechanisms? Paper presented to 8TAD Conference, Nijmegen, 2012.

BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguishing different types of coproduction: a conceptual analysis based on the classical definitions. *Public Administration Review*, v. 76, n. 3, p. 427-435, 2016.

BRANDSEN, T.; PESTOFF, V. Co-production, the third sector and the delivery of public services: an introduction. *Public Management Review*, v. 8, n. 4, p. 493-501, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em 02/04/2020.

_____. Presidência da República. Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, MARE. 1995.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of coproduction concept. *Public Administration Review*, v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983.

BULGARIM, M. C. C. *et al.* Orçamento familiar e controle social - instrumentos de organização da sociedade: Cidadão – O Controlador Social. Brasília/DF: 2011.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organisational analysis. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, P. *et al.* De onde vim? Para onde vou? O terceiro Setor em João Pessoa/PB. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 46, p. 333-356, 2019.

CALDAS, P. T. Relações entre voluntariado e cidadania à luz das motivações. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Brasil. Tese de Doutorado em Administração. 2020.

CARBALLAL, L. B. El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología. *Revista Katál. Florianópolis*, v. 12, n. 2, p. 235-240. Jul./dez. 2009.

CARVALHO, J. M.. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTE, C. E. Motivação no trabalho voluntário: Expectativas e motivos na Pastoral da Criança. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasil. Tese de Doutorado em Administração. 2012.

CEPIKU, D.; GIORDANO, F. Co-production in developing countries: insights from the community health workers experience. *Public Management Review*, v. 16, n. 3, p. 317-340, 2014.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Reflexões Conceituais em Coprodução de Políticas Públicas e Apontamentos para uma Agenda de Pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 3, p. 615-628, 2017.

CLEMENTE, A. J. O conceito de cidadania nas Ciências Sociais brasileiras: uma análise a partir do Scielo (1989-2013). [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. Em: Os Pensadores. Tradução de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

COOPER, T. L.; KATHI, P. C. Neighborhood councils and city agencies: a model of collaborative coproduction. *National Civic Review*, v. 94, n. 1, 2005.

COSTA, F. J. Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em Administração. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

- DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización, p. 95–110, 2004.
- DE MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M.B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. Cadernos EBAPE. BR, v.12, n.3, p.573, 2014.
- DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. The New Public Service: serving, not steering. Expanded edition. Nova York: M. E. Sharp, Inc. 2011.
- DIAS, S. G. Reflexões acerca da participação popular. In: Integração. Jan/Fev/Mar. Ano XIII, nº 48. 2007.
- DOS-REIS, M. C. A.; SILVA FILHO, A. I. Inovação em Serviços e a Coprodução no Setor Público Federal Brasileiro. Administração Pública e Gestão Social, v. 12, n. 1, 2019.
- DUROSE, C. *et al.* Transforming local public services through coproduction. University of Birmingham, 2013.
- EDELENBOS, J.; VAN SCHIE, N.; GERRITS, L. Organizing interfaces between government institutions and interactive governance. Policy Sciences, 43 (1). 2010.
- ETGAR, Michael. A descriptive Model of the Consumer Co-Production Process. Journal of the Academy of Marketing Science, v. 36, n. 1, p. 97-108, 2008.
- FERNANDES, R, C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Relume-Dumará, 1994.
- FLEDDERUS, J.; HONINGH, M. Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust - and investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands. International Review of Administrative Sciences, v. 82, n. 1, p. 69-87, 2016.
- FLEURY, S. Democracia com exclusão e desigualdade: a difícil equação. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento–PNUD. 2004.
- FLORA, P.; HEIDENHEIMER, A. J. The development of welfare states in Europe and America. Transaction Publishers. 1981.
- FORNELL, C.; LARCKER, D.F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. Journal of Marketing Research. v.18, n. 1, p. 39-50, 1981.
- FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Editora Record. 1998.
- FUNG. A. Varieties of participation in complex governance. Public Administration Review, 66. 2006.
- GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014.
- GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. Research in Nursing & Health, Hoboken, v. 10, n. 1, p. 1-11, Mar. 1987.
- GUARINELLO, N. L. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2016.
- HAIR, J. F. *et al.* Análise multivariada de dados. 6 edição, Porto Alegre, Bookman Editora, 2009.
- HANSMANN, H. B. The role of nonprofit enterprise. The Yale Law Journal, vol. 89, n.5, p. 835-901, 1980.

- HART, R. *Children's Participation: From Tokenism to Citizenship*. UNICEF Innocenti Essays, No. 4, Florence, Italy: International Child Development Centre of UNICEF. 1992.
- HEEREN, A. H. L. *Handbuch der geschichte des europäischen staatensystems und seiner colonien: von der entdeckung beyder indien bis zur errichtung des französischen kaiserthrons*. Gottingen: M. Lechner, 1817.
- HILL, M.; HUPE, P. *Implementing Public Policy: Governance in Theory and in Practice*. London. Sage. 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Homem Cordial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- HOSKINS, B. L. *Draft framework on indicators for Active Citizenship*. Ispra: CRELL. 2006.
- HOSKINS, B. L.; MASCHERINI, M. Measuring active citizenship through the development of a composite indicator. *Social Indicators Research*, v. 90, n. 3, p. 459–488, 2009.
- HU, L.-t.; BENTLER, P. M. Fit indices in covariance structure modeling: Sensitivity to underparameterized model misspecification. *Psychological Methods*, 3(4), 424–453. 1998.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: IPEA, 2018.
- JAKOBSEN, M.; ANDERSEN, S. C. Coproduction and equity in public service delivery. *Public Administration Review*, v. 73, n. 5, p. 704-713, 2013.
- JAMES, E. The nonprofit sector in comparative perspective. In: POWELL, Walter (org). *The Nonprofit Sector: a research handbook*. New Haven: Yale University Press. 1987.
- JOSHI, A.; MOORE, M. Institutionalised Co-production: Unorthodox public service delivery in challenging environments. *The Journal of Development Studies*, abril 2004.
- KLEIN JR., *et al.* Participação e coprodução em política habitacional: estudo de um programa de construção de moradias em SC. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 1, p. 25-47, 2012.
- KLUVERS, R.; PILLAY, S. Participation in the budgetary process in local government *Australian Journal of Public Administration*, 68. 2009.
- LAWTON, A.; MACAULAY, M. Localism in practice: Investigating citizen participation and good governance in local government standards of conduct. *Public Administration Review*, 74. 2014.
- LECY, D.; Van SLYKE, D. M. Nonprofit sector growth and density: Testing theories of government support. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 23, 189-214. 2013.
- LEVINE, C. H. Citizenship and service delivery: the promise of coproduction. *Public Administration Review*, v.44, p.178-184, 1984.
- LOTTA, G. S. *Redes e parcerias em políticas sociais: novos arranjos institucionais de coprodução de serviços nos municípios brasileiros*. Brasília, DF: Enap, 2017.
- MACHADO, L. M. O. *Controle Social da Política de Assistência Social: Caminhos e Descaminhos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- MARÔCO, J. *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Report Number, Lda, 2010.

- MARSCHALL, M. J. Citizen participation and the neighborhood context: a new look at the coproduction of local public goods. *Political Research Quarterly*, Oklahoma, v. 57, n. 2, p. 231-244, 2004.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, H. F.; MARINI, C. *Um guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: Publix Editora, 2010.
- MCMULLIN, C. The Role of Public Servants in Supporting Local Community Projects: Citizen-Led Co-production in Quebec. In: Sullivan H., Dickinson H., Henderson H. (eds) *The Palgrave Handbook of the Public Servant*. Palgrave Macmillan, Cham. 2020.
- MEES, H. *et al.* Typologies of citizen co-production in flood risk governance. *Environ. Sci. Policy* 2018, 89, p. 330–339. 2018.
- MISOCZKY, M. C. Mudanças na administração municipal: possibilidades de uma formação político-organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 99–121, 2002.
- MITLIN, D. With and beyond the state: co-production as a route to political influence, power and transformation for organizations. *Environment and Urbanization*, New York, v. 20, n. 2, p. 339-360, 2008.
- MORAIS, D. B.; OGDEN, A. C. Initial development and validation of the global citizenship scale. *Journal of Studies in International Education*, v. 15, n. 5, p. 445–466, 2011.
- MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M.P.; BERTERO, C.O. (Orgs) *Teoria das organizações: série RAE-clássicos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- MUSICK, M. A.; WILSON, J. *Volunteers: a social profile*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- NABATCHI, T.; SANCINO, A.; SICILIA, M. Varieties of participation in public services: The who, when, and what of coproduction. *Public Administration Review*, 77, 766–776. 2017.
- NEBOT, C. P.; *et al.* Coproducción E Incidencia De La Sociedad Civil En La Política De Residuos Sólidos En Belém, Amazonia. *Administração Pública e Gestão Social*, Vol. 12, nº 2, 2020.
- NETTO, L. M.; SALM, V. M.; BURIGO, V. A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 39, p. 164-178, 2014.
- NESHKOVA, M.I.; GUO, H.D. Public participation and organizational performance: Evidence from state agencies. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 22 (2). 2012.
- NESHKOVA, M.I. Does agency autonomy foster public participation? *Public Administration Review*, 74. 2014.
- ÖBERG, P. Interest Organizations in the Policy Process: Interest Advocacy and Policy Advice. In Jon Pierre (ed.). *The Oxford Handbook of Swedish Politics*, Oxford: Oxford University Press. 2015.

- OSBORNE, S.P.; STROKOSCH, K. It takes two to tango? Understanding the Co production of public services by integrating the services management and public administration perspectives. *British Journal of Management*, 24. 2013.
- OSBORNE, S.; RADNOR, Z.; STROKOSCH, K. Co-Production and the Co-Creation of Value in Public Services: A suitable case for treatment? In: *Public Management Review*. vol. 18, No. 5. pp. 639-653, 2016.
- OSTROM, E.; DAVIS, G. Public Economy Approach to Education Choice & Co-Production. *International Political Science Review*, v. 12, p. 313-335, 1991.
- OSTROM, E. Crossing the Great Divide: Co-production, Synergy and Development. *World Development*, v. 6, n. 1, p. 1073-1087, 1996.
- OSTROM, E. Collective action and the evolution of social norms. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000.
- PACHECO, F.L. *et al.* Participação social na Conferência Municipal de Olinda: mito ou realidade? *Cadernos Ebape BR*, 5. 2007.
- PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, jan-mar, p.36-49, 2005.
- PAIS, J. M. Jovens e cidadania. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 49, p. 53-70, 2005.
- PARKS, R. B. *et al.* Consumers as co-producers of public services: Some institutional and Economic considerations. *Policy Studies Journal*, v. 9, n. 7, p. 1001-1011, 1981.
- PERCY, S. L. Conceptualizing and measuring citizen co-production of Community safety. *Policy Studies Journal*, v. 7, n. 1, p. 486-493, 1978.
- PESTOFF, V. Citizens and co-production of welfare services. *Public Management Review*, v. 8, n. 6, p. 503-519, 2006.
- PESTOFF, V. Co-production and third sector social services in Europe: Some concepts and evidence. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, n. 4, p. 1102-1118, 2012.
- PESTOFF, V.; BRANDSEN, T. Co-production: The Third Sector and the Delivery of Public Services. London and New York: Routledge, 2013.
- PESTOFF, V.; BRANDSEN, T.; VERSCHUERE, B. New public governance, the third sector and co-production. London: Routledge, 2013.
- PETUKIENE, E.; TIJANAITIENE, R.; DAMUKUVIENE, M. Participation of Clients in Public Services: the Aspect of Motivating. *Engineering Economics*, v. 23, n. 3, p. 301-309, 2012.
- POZZEBON, M.; MAILHOT, C. Citizens engaged to improve the sustainability and quality of life of their cities: the case of Nossa Sao Paulo. *Journal of Change Management*, 12. 2012.
- PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Martins. 1942.
- PRETTY, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. *World Development*, Elsevier, vol. 23(8), p. 1247-1263. 1995.
- RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

- RANTAMÄKI, N. J. Co-production in the Context of Finish Social Services and Health Care: A challenge and possibility for a new kind of democracy. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations Impact Factor*, v. 28, n. 1, p. 248-264, 2017.
- REIS, E. Cidadania: história, teoria e utopia. In: n: PANDOLFI, D. C. et al. *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- ROBERTS, N. *The Age of Direct Citizen Participation*. M. E. Sharpe, Armonk, NY. 2008.
- ROCHA, E. *A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios*. Brasília: Anfp. 2008.
- ROSCHER, W. G. F. *Kolonien, kolonialpolitik und auswanderung*. Leipzig: Leipzig CF Winter, 1856.
- ROSENTRAUB, M. S.; SHARP, E. B. Consumers as producers of social services: coproduction and the level of social services. *Southern Review of Public Administration*, v. 4, n. 4, p. 502-539, 1981.
- RYAN, B. Co-production: option or obligation? *Australian Journal of Public Administration*, v. 71, n. 3, p. 314-324, 2012.
- SAETREN, H. Implementing the third generation research paradigm in policy implementation research: an empirical assessment. *Public Policy and Administration*, v. 29, n. 2, p. 84-105, 2014.
- SALAMON, L. *Partners in public service: Government-nonprofit relations in the modern welfare state*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1995.
- SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 9, n. 3, p. 213-248, 1998.
- SALAMON, L. M.; SOKOLOWSKI, S. W. Beyond nonprofits: Re-conceptualizing the third sector. *Voluntas: International journal of voluntary and nonprofit organizations*, v. 27, n. 4, p. 1515-1545, 2016.
- SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 42-44, 2014.
- SALM, J. F.; MENEGASSO, M.E. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. XXXIV Encontro Científico de Administração da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. Rio de Janeiro: Anais, CD-ROM, 2010.
- SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.; DE MORAIS RIBEIRO, R. Co-Produção Do Bem Público e O Desenvolvimento Da Cidadania: O Caso Do Proerd em Santa Catarina. *Revista Alcance*, ISSN 1413-2591, (Maio-Agosto), 2007.
- SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHNEIDER, A.L. Coproduction of Public and Private Safety. *The Western Political Quarterly*. V. 40, nº 4, Dec. 1987.
- SCHOMMER, P.C. *et al.* Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P.C.; BOULLOSA, R.F. *Gestão social como*

caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: Udesc Editora, Coleção Enapegs, v. 5, p. 31-70, 2011.

SCHOMMER, P. C.; TAVARES, A. O. Gestão Social e Coprodução de Serviços Públicos. In: Curso de Gestão Social. Fundação Demócrito Rocha, UANE. Fortaleza, 2017.

SCHON, D. A. Beyond the stable state. New York: Randon House, 1971.

SHARP, E. Toward a new understanding of urban services and citizen participation: The co-production concept. *Midwest Review of Public Administration*, v. 14, p. 105-118, 1980.

SICILIA, M. F. *et. al.* Public services management and co-production in multi-level governance settings. In: *International Review of Administrative Sciences*, v. 82, n. 1, pp. 8-27, mar, 2016.

SILVINO, A. M. D. Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje?. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 276-289, June 2007.

SINGER, P. e BRANDT, V. C. (orgs). São Paulo: O Povo em Movimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. História da Cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA, V. A. de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. *Revista de Sociologia e Política*, n. 27, p. 211-214, 2006.

SOUZA, V. B. A coprodução do bem público aplicada aos projetos de administração pública premiados pelas nações unidas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2015.

SPINK, P. K.; CLEMENTE, R.; KEPPKE, R. Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. *Revista de Administração*, v. 34, n. 1, p. 61–69, 1999.

STEEN, T.; BRANDSEN, T.; VERSCHUERE, B. The dark side of co-creation and co-production. Seven evils, in *Co-Production and Co-Creation: Engaging Citizens in Public Services*, ed. T. Brandsen, T. Steen, and B. Verschuere (London: Routledge), p. 284–293. 2018.

STEENKAMP, J-B. E. M.; TRIJP, H. C. M. van. The use of LISREL in validating marketing constructs. *International Journal of Research in Marketing*, 8(4), 283-299. 1991.

STROKOSCH, K. Co-production and innovation in public services: can co-production drive innovation? In: Osborne, S. P. & Brown, L. (eds.). *The Handbook of Innovation in Public Services*. Edward Elgar Publishing Limited, Massachussets, USA, p. 375-389. 2013.

STRUECKER, D. R.; HOFFMANN, M. G. Participação social nos serviços públicos: caracterização do estado da arte por meio da bibliometria e da revisão sistemática. *REGE - Revista de Gestão*, n. 24, p. 371–380, 2017.

TENÓRIO, F.G. Escopo teórico. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

THIJSSSEN, P.; VAN DOOREN, W. Who you are/where you live: do neighborhood characteristics explain co-production? *International Review of Administrative Sciences*, v. 82, n. 1, p. 88-109, 2016.

THOMPSON, V. Bureacracy and innovation. *Administrative Science Quarterly*, 10. 1965.

- TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005.
- UZOCHUKWU, K.; THOMAS, J. C. Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia. *Public Administration Review*, v. 78, n. 4, p. 514-526, 2018.
- VAN EIJK, C.; STEEN, T. Why People Co-Produce: Analyzing Citizens Perceptions on Co-Planning Engagement in Health Care Services. *Public Management Review*, v. 16, n. 3, p. 358-382, 2014.
- VAN EIJK, C.; STEEN, T. Why engage in co-production of public services? Mixing theory and empirical evidence. *International Review Of Administrative Sciences*, v. 82, n. 1, p.28-46, 2016.
- VAN EIJK, C.; STEEN, T.; VERSCHUERE, B. Co-producing safety in the local community: A Q-Methodology Study on the Incentives of Belgian and Dutch Members of neighborhood watch schemes. *Local Government Studies*, v. 43, n. 3, p. 323-343, 2017.
- VERSCHUERE, B.; BRANDESEN, T.; PESTOFF, V. Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, n. 4, p. 1083-1101, 2012.
- VANLEENE, D.; VERSCHUERE, B.; VOETS, J. The democratic quality of coproduction: a theoretical review and initial research design. 2016.
- WEISBROD, B. A. (Ed.). *The voluntary nonprofit sector: An economic analysis*. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.
- WHITAKER, G. P. Coproduction: citizen participation in service delivery. *Public Administration Review*, v. 40, p. 240-246, 1980.
- WHITE, S. C. Depoliticising Development: The Uses and Abuses of Participation. *Development in Practice*, Vol 6 No 1, p. 6–15. 1996.
- WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, Dec. 2005.
- YANG, K.; PANDEY, S.K. Further dissecting the black box of citizen participation: When does citizen involvement lead to good outcomes? *Public Administration Review*, 71. 2011.
- YOUNG, D. Entrepreneurship and the Behaviour of Nonprofit Organizations: elements of a Theory. En Susan Rose-Ackerman (ed.). *The economics of nonprofit organizations: Studies in structure and policy*, Nova Iorque: Oxford University Press, 161- 184. 1986.

APÊNDICE A – Revisão Integrativa da Literatura Motivações para coprodução

A revisão integrativa é um método classificado como uma revisão bibliográfica sistemática. Ela tem por finalidade reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre uma área de estudo ou tema delimitado, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento, identificação de lacunas e reflexões sobre a realização de futuros estudos. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Tomando por base estas características, realizamos uma revisão integrativa com o objetivo de definição do construto, apontado como item do primeiro passo - especificação do domínio do construto – na elaboração da escala.

A revisão buscou identificar estudos com a temática das motivações para coprodução do bem público e adotou métodos rigorosos de análises com a finalidade de minimizar os riscos e aumentar a confiabilidade na pesquisa.

Sendo assim, optou-se por seguir as etapas descritas por Botelho, Cunha e Macedo (2011). As etapas descritas pelos autores apresentam estrutura similar em outros estudos e são as seguintes: (I) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (II) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (III) Identificação dos estudos

pré-selecionados e selecionados; (IV) Categorização dos estudos selecionados; (V) Análise e interpretação dos resultados; e (VI) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A primeira etapa do trabalho foi a escolha do tema e a definição da questão a ser respondida na pesquisa: quais os motivos que levam os cidadãos a se envolverem na coprodução do bem público? A segunda etapa teve por finalidade selecionar os estudos. As seguintes bases de dados foram utilizadas: *Web of Science*, *Scopus*, *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e o *Portal de periódicos da Capes*. O acesso às bases foi realizado no período entre novembro de 2018 e abril de 2019. Foram utilizados os seguintes termos para a busca: “co-production” OR “co-producing” OR “co-produce” OR “coproduction” AND “motivations” OR “motivating” OR “motivated” OR “engagement” OR “engaging”.

As buscas foram realizadas por “título” e por “resumo”, sem o filtro “idioma” e “período de publicação”, resultando em 162 artigos. Foi necessário o estabelecimento de critérios de inclusão para que fossem selecionados os trabalhos que pudessem contribuir com os objetivos da pesquisa. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: (I) ser artigo científico; (II) estar disponível na íntegra e (III) tratar sobre os aspectos motivacionais para a coprodução do bem público.

A terceira etapa consistiu na identificação dos estudos pré-selecionados para que tivéssemos uma visão geral das publicações que formam o conjunto a ser analisado. A seleção dos trabalhos se deu mediante leitura dos resumos, bem como da introdução deles. Após as leituras foram pré-selecionados 21 trabalhos, os quais foram lidos integralmente. Os estudos selecionados e os motivos de exclusão são apresentados no quadro 20.

Quadro 20: Estudos pré-selecionados para inclusão ou exclusão

NR	TÍTULO	AUTOR(ES)	DECISÃO	MOTIVO
1	Explaining participation in coproduction: A study of volunteers	Sundeen (1988)	Exclusão	Analisa o nível de participação
2	Why do public-sector clients coproduce? toward a contingency theory	Alford (2002)	Inclusão	-
3	Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff (2012)	Inclusão	-
4	Participation of clients in public services: the aspect of motivating	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienė (2012)	Inclusão	-

5	Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda	Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012)	Exclusão	Aponta quem coproduz
6	Correlates of co-production: evidence from a five nation survey of citizens	Parrado et al. (2013)	Exclusão	Compara a coprodução em setores e países distintos
7	Why People Co-Produce: Analysing citizens' perceptions on co-planning engagement in health care services	Van Eijk e Steen (2014)	Exclusão	Aponta elementos apresentados em outros trabalhos.
8	Co-production of public services in Australia: the roles of government organizations and co-producers	Alford e Yates (2015)	Exclusão	Aponta elementos apresentados em outros trabalhos.
9	Activating Citizens to Participate in Collective Co-Production of Public Services	Bovaird et al (2015)	Exclusão	Aborda a coprodução individual e coletiva
10	Does User Co-Production of Public Service Delivery Increase Satisfaction and Trust? Evidence from a Vignette Experiment	Fledderus (2015)	Exclusão	Aborda os níveis de satisfação e confiança do cidadão coprodutor.
11	Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust – an investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands	Fledderus e Honingh (2016)	Inclusão	-

12	User co-production of public service delivery: an uncertainty approach	Fledderus, Brandsen e Honingh (2015)	Exclusão	Explica as estratégias adotadas para a coprodução
13	Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK	Bovaird et al. (2016)	Inclusão	-
14	Uncharted Territoriality in Coproduction: The Motivations for 311 Reporting	O'Brien et al. (2016)	Exclusão	Aponta elementos apresentados em outros trabalhos.
15	Who you are/where you live? do neighbourhood characteristics explain co-production	Thijssen e Van Dooren (2016)	Inclusão	-
16	Looking beyond the Simplistic Ideals of Participatory Projects: Fostering Effective Co-production?	Tuurnas (2016)	Exclusão	Analisar a promoção da coprodução pelos agentes públicos
17	Why engage in co-production of public services? mixing theory and empirical evidence	Van Eijk e Steen (2016)	Inclusão	-
18	Co-producing a nicer neighbourhood: why do people participate in community development projects?	Vanleene, Verschuere e Voets (2017)	Inclusão	-
19	Co-producing safety in the local community: A Q-methodology study on the incentives of Belgian and Dutch members of neighbourhood watch schemes	Van Eijk, Steen e Verschuere (2017)	Inclusão	-
20	Is volunteering always voluntary? Between compulsion and coercion in co-production	Tõnurist e Surva (2017)	Exclusão	Analisa como o Estado interfere e atua na coprodução dos serviços
21	Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia	Uzochukwu e Thomas (2018)	Inclusão	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Após a leitura integral dos artigos, optou-se pela exclusão dos estudos 1,5,6,7,8,9,10,12,15,17 e 20. Além das explicações expostas no quadro 20, a decisão também se fundamentou em razão dos estudos apresentarem elementos em comum, como: (I) poucos avanços sobre a temática abordada nesta pesquisa; (II) testes de aspectos motivacionais já abordados em outros estudos; e/ou (III) abordagem do ponto de vista do Estado ou dos gestores públicos. Após estas ações, restaram os estudos descritos no quadro 21.

Quadro 21: Estudos selecionados para categorização dos aspectos motivacionais

TÍTULO	AUTOR(ES)
Why do public-sector clients coproduce? toward a contingency theory	Alford (2002)
Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff (2012)
Participation of clients in public services: the aspect of motivating	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienė (2012)
Why People Co-Produce: Analysing citizens' perceptions on co-planning engagement in health care services	Van Eijk e Steen (2014)
Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust – an investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands	Fledderus e Honingh (2016)
Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK	Bovaird et al. (2016)
Who you are/where you live? do neighbourhood characteristics explain co-production	Thijssen e Van Dooren (2016)
Why engage in co-production of public services? mixing theory and empirical evidence	Van Eijk e Steen (2016)
Co-producing a nicer neighbourhood: why do people participate in community development projects?	Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Co-producing safety in the local community: A Q-methodology study on the incentives of Belgian and Dutch members of neighbourhood watch schemes	Van Eijk, Steen e Verschuere (2017)
Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia	Uzochukwu e Thomas (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A categorização dos estudos selecionados - quarta etapa da revisão integrativa - tem por objetivo sumarizar e documentar as informações extraídas dos artigos científicos encontrados nas fases anteriores. Realizamos uma categorização dos estudos descritos no quadro 20 com o objetivo de sumarizar e documentar as informações para identificar os aspectos motivacionais com maiores incidências nos referidos trabalhos. Após a leitura dos estudos, foi elaborada a matriz de síntese caracterizada pelo quadro 22, que apresenta os aspectos motivacionais como maior número de incidência.

Quadro 22: Aspectos motivacionais para a coprodução

ASPECTOS MOTIVACIONAIS	ESTUDOS
-----------------------------------	----------------

Autoeficácia	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienne (2012), Bovaird et al. (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Confiança no provedor do serviço	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienne (2012), Bovaird et al. (2016) e Thijssen e Van Dooren (2016).
Fatores sociopsicológicos	Bovaird et al. (2016), Van Eijk e Steen (2015) e Van Eijk, Steen e Verschuere (2017).
Incentivos solidários	Alford (2002), Fledderus e Honingh (2016) e Vanleene, Verschuere e Voets (2017).
Informações sobre o serviço	Pestoff (2012), Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienne (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2017), Bovaird et al. (2016), Thijssen e Van Dooren (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Motivações centradas na comunidade	Vanleene, Verschuere e Voets (2017), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2015), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Motivações egocêntricas	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienne (2012), Bovaird et al. (2016), Van Eijk e Steen (2015), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Recompensas intrínsecas	Alford (2002), Fledderus e Honingh (2016), Vanleene, Verschuere e Voets (2017), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2015), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Relevância do serviço	Pestoff (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2017) e Van Eijk e Steen (2015).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A quinta etapa da revisão integrativa é a análise e interpretação dos resultados que foi apresentada no referencial teórico deste projeto. A sexta e última etapa consiste na apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Como cumprimento desta etapa, observamos que existe uma variação na nomenclatura utilizada para os diversos fatores motivacionais, mas com pouca profundidade nas pesquisas analisadas. As pesquisas, de natureza qualitativa em sua maioria, são concentradas em países desenvolvidos e os resultados encontrados podem não refletir a realidade da motivação para coprodução no Brasil.

Os estudos mais recentes trataram de investigar empiricamente a motivação para a coprodução. Os resultados, na maioria das vezes, replicaram os argumentos teóricos já existentes. Isso evidencia para os gestores públicos interessados em implementar/incrementar processos de coprodução que não há um modelo ou formato único para as diferentes formas de coprodução. Com isso, devem-se adotar diferentes estratégias destinadas ao envolvimento dos cidadãos. Uma pesquisa futura pode analisar a relação da motivação com o tipo de coprodução desenvolvida em determinadas localidades e propor um modelo para os gestores públicos.

APÊNDICE B – Revisão Integrativa da Literatura tipologias de coprodução

Nesta pesquisa, utilizou-se a revisão integrativa da literatura para identificar estudos que abordassem tipologias de coprodução. Tal método pode ser classificado como uma revisão bibliográfica sistemática, baseada em conhecimentos gerados em estudos anteriores, com o objetivo de agrupar e sumarizar resultados de pesquisas sobre uma área de estudo ou tema delimitado, sistemática e ordenadamente (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011).

A revisão integrativa adota métodos rigorosos de análises com a finalidade de minimizar os riscos e aumentar a confiabilidade na pesquisa (WHITTEMORE e KNAFL, 2005). Sendo assim, optou-se por seguir as etapas descritas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), as quais, por sua vez, apresentam estrutura similar em outros estudos (GANONG, 1987; TORRACO, 2005; WHITTEMORE e KNAFL, 2005), assim apresentadas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A etapa inicial do trabalho se pautou na escolha do tema e na definição da questão de pesquisa, conforme o quadro 23. Após essa fase, foram definidos os descritores e as estratégias de busca.

Quadro 23: Etapas da Revisão Integrativa da Literatura

	Tipologias
Questão de pesquisa	Quais os diferentes tipos de coprodução relatados na literatura?
Período da pesquisa	Outubro a novembro/2019
Quantidade de trabalhos encontrados	105
Critérios de inclusão	Estudos publicados na forma de artigo científico; trabalhos disponíveis na íntegra; propostas inovadoras de tipologias; estudos considerados clássicos na área.
Critérios de exclusão	Além dos critérios usados na revisão de motivações, foram excluídos artigos com poucas contribuições para discussão; resultados similares a outros trabalhos, então, evitou-se avolumar a análise; artigos de um mesmo autor, com pequenas contribuições incrementais a partir do primeiro artigo publicado.
Quantidade de trabalhos pré-selecionados	15

Quantidade de trabalhos remanescentes para matriz de síntese	9
--	---

Fonte: elaborado pelos autores.

Foram utilizadas as seguintes bases de dados: *Web of Science*, *Scopus*, *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell*, Portal de periódicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. As buscas foram realizadas por “título” e por “resumo”, sem o filtro “idioma” e “período de publicação”. Dessa forma, para as tipologias de coprodução, aplicaram-se as expressões: “co-production” OR “co-producing” OR “co-produce” OR “coproduction” OR “coprodução” AND “typology” OR “tipologia”.

Como segunda etapa da revisão, tomou-se por base a questão da pesquisa, momento em que foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão, também apresentadas no quadro 23. Conforme recomendação de Saetren (2014), incluiu-se na análise os trabalhos chamados de “falsos negativos”, que auxiliam na discussão dos temas, mesmo não tratando diretamente de coprodução. Inversamente, excluíram-se os trabalhos tidos como “falsos positivos”, aqueles que pouco ou nada colaboram ao debate, ainda que tratem de coprodução.

E ainda, pode-se constatar que muitos dos achados não puderam ser aproveitados nessa RSL, pois são de outras áreas de conhecimento, como química, cinema, marketing e saúde. Além disso, outros trabalhos não estavam disponíveis na íntegra ou exigiam desembolso financeiro para acessar o conteúdo. Verificou-se ainda que alguns estudos aparecem em mais de uma base de dados, inflando os resultados.

Na sequência, a terceira etapa da revisão consistiu na identificação dos estudos pré-selecionados com o intuito de obter uma visão geral das publicações componentes do conjunto a ser analisado. Como parte inicial da etapa, realizou-se a leitura dos títulos, resumos, bem como da introdução dos remanescentes da fase anterior. As leituras têm por finalidade a seleção dos estudos a serem analisados integralmente na revisão.

Após as leituras realizadas, alguns trabalhos foram excluídos, principalmente, em razão da incompatibilidade de elementos existentes nos estudos com o objetivo da revisão, como por exemplo, poucos avanços sobre as temáticas abordadas nesta pesquisa ou tipos já abordados em outros trabalhos. Devido à existência de muitos trabalhos na área pesquisada, foi preciso ser muito criterioso na inclusão dos artigos.

Assim, os trabalhos remanescentes foram analisados na íntegra, via análise de conteúdo categorial, no intuito de responder as questões de pesquisa. A análise minuciosa de

cada um teve foco nas seguintes categorias: objetivo do estudo, tipologias de coprodução e principais resultados obtidos pelos autores.

A quarta etapa da revisão integrativa consistiu na categorização dos estudos selecionados, tendo por objetivo sumarizar e documentar as informações extraídas dos artigos científicos encontrados nas fases anteriores. Após a leitura dos estudos, foi elaborada a matriz de síntese sobre o tema (quadro 24), cujos trabalhos serão comentados individualmente na seção seguinte.

Dessa forma, fez-se uma pré-seleção por meio da leitura dos títulos dos trabalhos encontrados. Em seguida, analisou-se o resumo, palavras-chaves e introdução dos trabalhos pré-selecionados. Após essas duas etapas, chegou-se ao total de nove publicações, que foram lidas integralmente. Elas foram selecionadas, principalmente, porque apresentaram propostas inovadoras de tipologias ou são considerados clássicos na área, enquanto que os demais estudos se valeram dessas tipologias nas suas respectivas pesquisas. O quadro 24 apresenta os trabalhos selecionados ordenados cronologicamente, os quais serão analisados individualmente a seguir (quinta etapa da revisão).

Quadro 24: Matriz de síntese

Autores	Tipologias
Whitaker (1980)	solicitação; assistência; e ajusto mútuo
Brundney e England (1983)	individual; grupal; e coletiva
Bovaird (2007)	provisão tradicional; coentrega; usuários entregam o serviço; usuários participam da produção dos serviços; coprodução total; usuários entregam serviços que foram coproduzidos; coentrega de serviços por usuários e profissionais; e produção comunitária tradicional
Salm e Menegasso (2010)	nominal; simbólica; funcional; representativa com sustentabilidade; e coprodução para mobilização comunitária
Osborne e Strokosch (2013)	coprodução de consumo; participante; e ampliada
Strokosch (2013)	individual e organizacional (Brandsen e Pestoff (2006))
Brandsen e Honingh (2016)	coprodução na implementação de serviços essenciais; na concepção/design e implementação de serviços essenciais; na implementação de serviços complementares; e na concepção/design e implementação de serviços complementares
Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017)	reformularam e expandiram Brudney e Engalnd (1983)
Mess et al (2018)	tipo de interação; papel e no tipo de contribuição do cidadão; e na distribuição de contribuição e benefícios

Fonte: elaborado pelos autores.

Esta revisão teve por objetivo apresentar o estado da arte sobre tipologias de coprodução do bem público. A RSL percorreu todas as etapas propostas ao delimitar o tema e definir a questão de pesquisa; explicitar a forma de busca dos estudos, resultando em 105

trabalhos; aplicar critérios de inclusão e exclusão, gerando a pré-seleção de 15 trabalhos; categorizar os estudos selecionados; realizar a análise e interpretação dos dados; criar uma matriz de síntese com os 9 artigos analisados e; apresentar as considerações finais que se seguem.

Assim, a revisão integrativa da literatura sobre tipologias da coprodução concluiu que cada autor aqui apresentado contribuiu teórica e/ou empiricamente para o avanço dos estudos sobre a temática da coprodução dos bens públicos. Além de trazer o estado da arte sobre o tema, a revisão teve por objetivo permitir a geração de novos conhecimentos a partir dos resultados. Uma contribuição significativa consiste na possibilidade de elaboração de modelos conceituais e, posteriormente, na construção de escalas.

Diante dos tipos abordados, pode-se perceber a variedade e complexidade dos modelos de coprodução. Verificou-se que não há modelo ou tipologia única para coprodução. Os autores aqui apresentados reconheceram a aplicabilidade dos seus estudos especificamente ao setor estudado, recomendando o teste ou adaptação dos modelos em outras áreas. Após relacionar diferentes tipologias de coprodução, infere-se a complexidade do tema e a dificuldade de se propor um modelo universal.

Constatou-se a concentração dos estudos na última década, com exceção dos clássicos Whitaker (1980) e Brudney e England (1983), que serviram de base para os demais. Em maioria, os estudos avançaram usando argumentos teóricos já existentes. Predominaram os estudos qualitativos realizados principalmente em países desenvolvidos. Logo, os resultados encontrados podem não refletir as tipologias para coprodução no Brasil. Assim, finalizou-se a pesquisa de natureza qualitativa exploratória.

APÊNDICE C – Instrumento para Validação de Face e Conteúdo

ESCALA DE MENSURAÇÃO: TIPOLOGIAS DE COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO

Objetivo: mensurar as tipologias de coprodução, a partir do grau de envolvimento do cidadão

Escala tipo Likert de 1 a 10 pontos

Total: 28 itens

Adequação do item				
1 - Inadequado	2 - Pouco Adequado	3 - Adequado	4 - Bem Adequado	5 - Adequação Perfeita
Clareza do enunciado				
1 - Muito Ruim	2 - Ruim	3 - Razoável	4 - Boa	5 - Muito Boa

INICIAL	Nessa posição, o cidadão é consultado para fornecer informações, manifestar sua tolerância ou anuência em relação a possíveis ações do Estado na execução de serviços públicos. Caracteriza-se por reuniões de vizinhança, questionários, assembleias e audiências.	Adequação do Item	Clareza do enunciado	Comentário/Sugestão
Estudo-base	Itens propostos na escala			
Percy (1978), Hart (1992), White (1996), Alford (1998), Pestoff (2006) e Etgar (2008)	Acredito que ao responder os questionários do governo estou fazendo a minha parte na execução dos serviços públicos			
	Acho que basta eu comparecer a debates promovidos pelas autoridades competentes para colaborar com a implementação dos serviços públicos			
	Na minha opinião, coopero com a elaboração do Plano Diretor da cidade ao concordar com as decisões tomadas pelos agentes públicos			
	Enquanto cidadão, sinto-me parte da implementação de políticas públicas quando acato as propostas apresentadas pelas autoridades competentes			
	Acredito que a minha presença nas consultas públicas faz a diferença para a execução dos serviços prestados pelo Estado			
	Na minha opinião, quando eu assisto às assembleias do orçamento participativo da minha cidade estou colaborando com a gestão municipal			
	Penso que as sugestões apresentadas nas assembleias públicas são consideradas pelos gestores na execução de serviços públicos			
	Creio que as minhas ideias serão consideradas para resolução dos problemas da cidade			
BÁSICA	Nesse nível, os cidadãos, por meio do aconselhamento, podem exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos, embora seja destes a decisão final. Caracteriza-se pelo envolvimento das pessoas em grupos selecionados para atender a objetivos predeterminados em projetos específicos.	Adequação do Item	Clareza do enunciado	Comentário/Sugestão
Estudo-base	Itens propostos na escala			
Percy (1978), Hart (1992), White (1996), Alford (1998), Pestoff (2006) e Etgar (2008)	Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de deliberar sobre as ações do poder público			
	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais promove a gestão democrática da cidade			
	Na minha opinião, as deliberações dos Conselhos Municipais fazem a diferença na gestão municipal			
	Acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas			
	Acredito que as deliberações dos Conselhos Municipais influenciam a tomada de decisão dos gestores na execução dos serviços públicos			
	Creio que os Conselhos Municipais devem analisar e decidir sobre a implementação dos serviços públicos de cada área específica			
	Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar a participação social e potencializar a cidadania interativa			
INTERMEDIÁRIA	Nesse estágio, a coprodução ocorre para entregar serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz. Caracteriza-se pela negociação entre Estado e cidadãos, sendo o poder redistribuído e compartilhado. As decisões são divididas e o cidadão é visto como um parceiro estatal.	Adequação do Item	Clareza do enunciado	Comentário/Sugestão
Estudo-base	Itens propostos na escala			
Percy (1978), Hart (1992), White (1996), Alford (1998), Pestoff (2006) e Etgar (2008)	Acredito que torno os serviços públicos mais eficientes atuando junto a pais e professores de escolas públicas na promoção de atividades extracurriculares aos estudantes			
	Na minha opinião, colaboro para execução de serviços públicos mais eficientes, seguindo as recomendações das autoridades sanitárias no combate ao coronavírus			
	Creio que atuo junto ao Estado para impedir a proliferação da dengue, eliminando a água parada em casa e na vizinhança			
	Acho que ao compartilhar informações de tráfego com as autoridades locais contribuo para melhorar a fluidez do trânsito			
	Percebo que ao colocar meu lixo em local apropriado para coleta estou colaborando com o serviço de limpeza pública da cidade			
	Percebo que posso atuar em parceria com o Estado na implementação de serviços públicos mais eficientes			
	Acredito que posso me envolver na negociação com as autoridades competentes para a escolha da opção mais eficiente de implementação de serviços públicos			
AVANÇADA	É o patamar de coprodução capaz de atender aos interesses da comunidade, que passa a ter a possibilidade objetiva de vir a exercer poder sobre o Estado. Caracteriza-se por ideais de empoderamento do cidadão e transparência das ações estatais.	Adequação do Item	Clareza do enunciado	Comentário/Sugestão

Estudo-base	Itens propostos na escala			
Percy (1978), Hart (1992), White (1996), Alford (1998), Pestoff (2006) e Etgar (2008)	Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas sociais e econômicos decorrentes da COVID-19			
	Na minha opinião, a comunidade deve por si só implementar políticas públicas locais, tendo o Estado como aliado			
	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade			
	Percebo que posso fazer a diferença participando da implementação de projetos da comunidade com o aconselhamento técnico do poder público			
	Creio que a comunidade deve executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais			
	Na minha opinião, devo atuar junto à comunidade na realização de ações de promoção da equidade e justiça social, com a orientação do poder público			

APÊNDICE D – Versões Originais e Finais dos Itens após Validação de Face e Conteúdo

DIMENSÃO INICIAL: Nessa posição, o cidadão é consultado para fornecer informações, manifestar sua tolerância ou anuência em relação a possíveis ações do Estado na execução de serviços públicos. Caracteriza-se por reuniões de vizinhança, questionários, assembleias e audiências.	
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL
Acredito que ao responder os questionários do governo estou fazendo a minha parte na execução dos serviços públicos	Acredito que ao responder pesquisas de opinião do Estado, contribuo para a execução dos serviços públicos
Acho que basta eu comparecer a debates promovidos pelas autoridades competentes para colaborar com a implementação dos serviços públicos	Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos
Na minha opinião, coopero com a elaboração do Plano Diretor da cidade ao concordar com as decisões tomadas pelos agentes públicos	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes
Enquanto cidadão, sinto-me parte da implementação de políticas públicas quando acato as propostas apresentadas pelas autoridades competentes	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
Acredito que a minha presença nas consultas públicas faz a diferença para a execução dos serviços prestados pelo Estado	Creio que minha presença, por si só, em consultas populares favorece a execução dos serviços prestados pelo Estado
Na minha opinião, quando eu assisto às assembleias do orçamento participativo da minha cidade estou colaborando com a gestão municipal	Acredito que assistindo às assembleias públicas da minha cidade, colaboro com a gestão municipal
Penso que as sugestões apresentadas nas assembleias públicas são consideradas pelos gestores na execução de serviços públicos	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
Creio que as minhas ideias serão consideradas para resolução dos problemas da cidade	Creio que as ideias, apresentadas em espaços públicos, são consideradas para resolução dos problemas da cidade
DIMENSÃO BÁSICA: Nesse nível, os cidadãos, por meio do aconselhamento, podem exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos, embora seja destes a decisão final. Caracteriza-se pelo envolvimento das pessoas em grupos selecionados para atender a objetivos predeterminados em projetos específicos.	
Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de deliberar sobre as ações do poder público	Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de discutir sobre as ações do Estado
Creio que a atuação dos Conselhos Municipais promovem a gestão democrática da cidade	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorecem a execução dos serviços públicos
Na minha opinião, as deliberações dos Conselhos Municipais fazem a diferença na gestão municipal	Entendo que a atuação dos Conselhos Municipais coopera com a gestão municipal
Acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas	Acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas
Acredito que as deliberações dos Conselhos Municipais influenciam a tomada de decisão dos gestores na execução dos serviços públicos	Acredito que os Conselhos Municipais influenciam a tomada de decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
Creio que os Conselhos Municipais devem analisar e decidir sobre a implementação dos serviços públicos de cada área específica	Creio que os Conselhos Municipais influenciam os serviços públicos

Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar a participação social e potencializar a cidadania interativa	Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar a participação social
DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA: Nesse estágio, a coprodução ocorre para entregar serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz. Caracteriza-se pela negociação entre Estado e cidadãos, sendo o poder redistribuído e compartilhado. As decisões são divididas e o cidadão é visto como um parceiro estatal.	
Acredito que torno os serviços públicos mais eficientes atuando junto a pais e professores de escolas públicas na promoção de atividades extracurriculares aos estudantes	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
Na minha opinião, colaboro para execução de serviços públicos mais eficientes, seguindo as recomendações das autoridades sanitárias no combate ao coronavírus	Na minha opinião, colaboro com a melhoria dos serviços públicos, quando sigo as recomendações do Estado
Creio que atuo junto ao Estado para impedir a proliferação da dengue, eliminando a água parada em casa e na vizinhança	Creio que colaboro para uma saúde pública mais eficiente, impedindo a proliferação de doenças no meu bairro
Acho que ao compartilhar informações de tráfego com as autoridades locais contribuo para melhorar a fluidez do trânsito	Acho que contribuo para diminuir os engarrafamentos na cidade quando envio informações de trânsito para os órgãos competentes
Percebo que ao colocar meu lixo em local apropriado para coleta estou colaborando com o serviço de limpeza pública da cidade	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
Percebo que posso atuar em parceria com o Estado na implementação de serviços públicos mais eficientes	Percebo que posso atuar como parceiro do Estado na implementação de serviços públicos mais eficientes
Acredito que posso me envolver na negociação com as autoridades competentes para a escolha da opção mais eficiente de implementação de serviços públicos	Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando o cidadão negocia junto com o Estado
DIMENSÃO AVANÇADA: É o patamar de coprodução capaz de atender aos interesses da comunidade, que passa a ter a possibilidade objetiva de vir a exercer poder sobre o Estado. Caracteriza-se por ideais de empoderamento do cidadão e transparência das ações estatais.	
Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas sociais e econômicos decorrentes da COVID-19	Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas
Na minha opinião, a comunidade deve por si só implementar políticas públicas locais, tendo o Estado como aliado	Na minha opinião, o empoderamento da comunidade viabiliza a implementação de serviços públicos locais, tendo o Estado apenas como colaborador
Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
Percebo que posso fazer a diferença participando da implementação de projetos da comunidade com o aconselhamento técnico do poder público	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
Creio que a comunidade deve executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais	Creio que a comunidade é capaz de executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais
Na minha opinião, devo atuar junto à comunidade na realização de ações de promoção da equidade e justiça social, com a orientação do poder público	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

APÊNDICE E – Instrumento de Coleta de Dados – 1ª Amostragem

Envolvimento do cidadão na prestação de serviços públicos

Olá, sou Antônio Gouveia Junior, doutorando em administração pela UFPB. Quero convidá-lo a participar de uma das etapas da minha pesquisa, que tem o objetivo de criar uma escala para medir o grau de envolvimento do cidadão na execução dos serviços públicos.

O preenchimento do questionário é individual e as respostas variam entre 0 (discordo totalmente) e 10 (concordo totalmente). O tempo aproximado para responder a pesquisa é de 8 a 10 minutos. Vale ressaltar que não há respostas certas ou erradas e que os dados coletados são estritamente confidenciais.

Em caso de dúvidas, estou à disposição no e-mail agouveiajunior@gmail.com

1. Gênero

Masculino

Feminino

Outro

2. Idade

Até 20 anos

De 21 a 30 anos

De 31 a 40 anos

Acima de 41 anos

Abaixo você encontrará algumas frases. Assinale na escala o quanto você concorda ou discorda com cada uma delas. A escala varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente). Responda o que pensa sobre cada uma das frases.

3. Acredito que ao responder pesquisas de opinião do Estado, contribuo para a execução dos serviços públicos.

4. Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos.

5. Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes.

6. Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes.

7. Creio que minha presença, por si só, em consultas populares favorece a execução dos serviços prestados pelo Estado.

8. Acredito que assistindo às assembleias públicas da minha cidade, colaboro com a gestão municipal.

9. Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços.

10. Creio que as ideias, apresentadas em espaços públicos, são consideradas para a resolução dos problemas da cidade.

11. Sua escolaridade

Ensino fundamental incompleto/completo

Ensino médio incompleto/completo

Ensino superior incompleto/completo

Pós-graduação incompleta/completa

12. Renda familiar mensal

Até R\$ 1.000,00

Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00

Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00

Acima de R\$ 5.000,00

Peço que use novamente a escala que varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente) para as frases a seguir:

13. Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de discutir sobre as ações do Estado
14. Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorece a execução dos serviços públicos.
15. Entendo que a atuação dos Conselhos Municipais coopera com a gestão municipal.
16. Acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas.
17. Acredito que os Conselhos Municipais influenciam a tomada de decisão dos gestores na execução dos serviços públicos.
18. Creio que os Conselhos Municipais influenciam os serviços públicos.
19. Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar a participação social.

Continue usando a escala que varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente) para as frases abaixo

20. Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
21. Na minha opinião, colaboro com a melhoria dos serviços públicos, quando sigo as recomendações do Estado.
22. Creio que colaboro para uma saúde pública mais eficiente, impedindo proliferação de doenças no meu bairro.
23. Acho que contribuo para diminuir os engarrafamentos na cidade quando envio informações de trânsito para os órgãos competentes.

24. Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado.

25. Percebo que posso atuar como parceiro do Estado na implementação de serviços públicos mais eficientes.

26. Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando o cidadão negocia junto com o Estado.

Vamos continuar com o mesmo raciocínio para as próximas frases, variando de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente)

27. Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas.

28. Na minha opinião, o empoderamento da comunidade viabiliza a implementação de serviços públicos locais, tendo o Estado apenas como colaborador.

29. Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade.

30. Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade.

31. Creio que a comunidade é capaz de executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais.

32. Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado.

APÊNDICE F – Instrumento de Coleta de Dados – 2ª Amostragem

Envolvimento e motivação do cidadão na prestação de serviços públicos

Olá, sou Antônio Gouveia Junior, doutorando em administração pela UFPB. Quero convidá-lo a participar de uma das etapas da minha pesquisa, que tem o objetivo de criar uma escala para medir o grau de envolvimento do cidadão na execução dos serviços públicos.

O preenchimento do questionário é individual e as respostas variam entre 1 (discordo totalmente) e 10 (concordo totalmente). O tempo aproximado para responder a pesquisa é de 8 a 10 minutos. Vale ressaltar que não há respostas certas ou erradas e que os dados coletados são estritamente confidenciais.

Em caso de dúvidas, estou à disposição no e-mail agouveiajunior@gmail.com

1. Gênero

Masculino

Feminino

Outro

Abaixo você encontrará algumas frases. Assinale na escala o quanto você concorda ou discorda com cada uma delas. A escala varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente). Responda o que pensa sobre cada uma das frases.

2. Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos.

3. Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes.

4. Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes.

5. Considero que minha presença em consultas populares contribui para execução dos serviços públicos.

6. Acho que contribuo com a execução dos serviços públicos quando apoio as decisões das autoridades competentes.

7. Sua Idade:

Até 20 anos

De 21 a 30 anos

De 31 a 40 anos

Acima de 41 anos

Peço que use novamente a escala que varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente) para as frases a seguir

8. Acredito que as propostas apresentadas em sessões públicas colaboram para execução dos serviços.

9. Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços.

10. Creio que as ideias apresentadas em espaços públicos são consideradas para resolução dos problemas da cidade.

11. Acho que as observações extraídas de debates públicos ajudam a melhorar a qualidade dos serviços.

12. Entendo que as recomendações oriundas de audiências públicas colaboram para execução dos serviços.

13. Sua escolaridade:

Ensino fundamental incompleto/completo

Ensino médio incompleto/completo

Ensino superior incompleto/completo

Pós-graduação incompleta/completa

Continue usando a escala que varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente) para as frases abaixo

14. Acredito que os Conselhos Municipais tem o papel de discutir sobre as ações do Estado.

15. Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorece a execução dos serviços públicos.

16. Entendo que os Conselhos Municipais colaboram com a gestão municipal.

17. Acho que os Conselhos Municipais influenciam a decisão dos gestores na execução dos serviços públicos.

18. Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar o engajamento social.

19. Renda familiar mensal:

Até R\$ 1.000,00

Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00

Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00

Acima de R\$ 5.000,00

Vamos continuar com o mesmo raciocínio para as próximas frases, variando de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

20. Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos.

21. Acho que colaboro com a eficiência da saúde pública praticando ações de combate à proliferação de doenças.

22. Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado.
23. Acredito na melhoria da eficiência da segurança pública quando as autoridades policiais atuam em conjunto com os cidadãos.
24. Na minha opinião, as políticas de meio ambiente apresentam melhores resultados quando executadas por cidadãos e agentes públicos.
25. Acho que o Estado pode atuar como parceiro da comunidade na implementação de serviços públicos mais eficientes.
26. Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando a comunidade negocia junto com o Estado.
27. Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas.
28. Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade.
29. Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade.
30. Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado.

A seguir, serão apresentadas algumas frases referentes aos aspectos que podem motivar o cidadão a se envolver na prestação de serviços públicos. Assinale na escala o quanto você concorda ou discorda com cada uma delas. A escala varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente). Responda como se sente com relação a cada uma das frases.

31. Participo da prestação de serviços que eu tenha capacidade de realizar.

32. Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo com o Estado.
33. Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade.
34. Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar.
35. Participo na prestação de serviços se for realizado perto da comunidade onde moro.
36. Participo na prestação de serviços se exigir pouco esforço físico.
37. Participo na prestação de serviços se exigir pouco esforço mental.
38. Participo na prestação de serviços se eu tiver bastante tempo livre.
39. Participo para me sentir membro ativo na sociedade.
40. A participação de outras pessoas na prestação do serviço é fundamental para que eu também participe.
41. Participo para fazer novas amizades.
42. Participo na prestação de serviços se for importante para a comunidade onde moro.
43. Participo na prestação de serviços se for importante para um familiar.
44. Participo na prestação de serviços se for importante para um amigo.

APÊNDICE G – Estatística Descritiva – 1ª Amostragem

Estatísticas descritivas

	N	Range	Mínimo	Máximo	Média		Desvio padrão	Variância	Kurtosis	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Modelo padrão	Estatística	Estatística	Estatística	Modelo padrão
IN1	295	9,0	1,0	10,0	8,224	,1225	2,1038	4,426	1,388	,283
IN2	295	9,0	1,0	10,0	4,780	,1541	2,6475	7,009	-,962	,283
IN3	295	9,0	1,0	10,0	5,244	,1728	2,9683	8,811	-1,248	,283
IN4	295	9,0	1,0	10,0	5,583	,1652	2,8367	8,047	-1,105	,283
IN5	295	9,0	1,0	10,0	4,722	,1510	2,5933	6,725	-,893	,283
IN6	295	9,0	1,0	10,0	6,342	,1597	2,7432	7,525	-,744	,283
IN7	295	9,0	1,0	10,0	6,664	,1250	2,1474	4,611	,050	,283
IN8	295	9,0	1,0	10,0	6,553	,1401	2,4067	5,792	-,330	,283
BS1	295	9,0	1,0	10,0	7,647	,1524	2,6169	6,848	,720	,283
BS2	295	9,0	1,0	10,0	7,810	,1249	2,1455	4,603	1,419	,283
BS3	295	9,0	1,0	10,0	8,051	,1202	2,0638	4,259	1,992	,283
BS4	295	9,0	1,0	10,0	8,997	,1029	1,7680	3,126	7,802	,283
BS5	295	9,0	1,0	10,0	7,495	,1261	2,1663	4,693	,806	,283
BS6	295	9,0	1,0	10,0	7,515	,1264	2,1710	4,713	,860	,283
BS7	295	9,0	1,0	10,0	8,034	,1286	2,2083	4,876	1,728	,283
IT1	295	8,0	2,0	10,0	9,546	,0633	1,0866	1,181	17,498	,283
IT2	295	9,0	1,0	10,0	7,217	,1437	2,4676	6,089	,092	,283
IT3	295	9,0	1,0	10,0	9,068	,0892	1,5327	2,349	6,905	,283
IT4	295	9,0	1,0	10,0	7,858	,1287	2,2101	4,884	,338	,283
IT5	295	5,0	5,0	10,0	9,627	,0509	,8748	,765	9,085	,283
IT6	295	9,0	1,0	10,0	8,380	,1171	2,0114	4,046	2,378	,283
IT7	295	9,0	1,0	10,0	8,719	,1089	1,8696	3,495	4,880	,283
AV1	295	9,0	1,0	10,0	8,722	,0979	1,6814	2,827	3,586	,283
AV2	295	9,0	1,0	10,0	7,417	,1447	2,4851	6,176	,066	,283
AV3	295	9,0	1,0	10,0	8,244	,1248	2,1432	4,593	1,418	,283
AV4	295	9,0	1,0	10,0	8,929	,0908	1,5600	2,434	4,612	,283
AV5	295	9,0	1,0	10,0	6,563	,1667	2,8634	8,199	-,863	,283
AV6	295	9,0	1,0	10,0	8,417	,1176	2,0201	4,081	2,398	,283
N válido (de lista)	295									

Matriz de correlações^a

matriz de correlações												
	IN1	IN2	IN3	IN4	IN5	IN6	IN7	IN8	BS1	BS2	BS3	
Correlação	IN1	1.000	.197	.135	.059	.104	.214	.279	.246	.179	.360	.233
	IN2	.197	1.000	.419	.297	.472	.350	.213	.273	.200	.247	.178
	IN3	.135	.419	1.000	.657	.377	.228	.205	.218	.086	.080	.084
	IN4	.059	.297	.657	1.000	.337	.324	.292	.300	.184	.174	.192
	IN5	.104	.472	.377	.337	1.000	.443	.273	.307	.123	.183	.163
	IN6	.214	.350	.228	.324	.443	1.000	.521	.420	.141	.315	.361
	IN7	.279	.213	.205	.292	.273	.521	1.000	.684	.210	.393	.505
	IN8	.246	.273	.218	.300	.307	.420	.684	1.000	.329	.409	.406
	BS1	.179	.200	.086	.184	.123	.141	.210	.329	1.000	.614	.434
	BS2	.360	.247	.080	.174	.183	.315	.393	.409	.614	1.000	.700
	BS3	.233	.178	.084	.192	.163	.361	.505	.406	.434	.700	1.000
	BS4	.131	.111	.040	.021	.053	.145	.186	.206	.309	.430	.395
	BS5	.237	.245	.091	.220	.106	.350	.454	.494	.389	.645	.668

Sig. (1 extremidade)	BS6	.283	.200	.164	.243	.117	.359	.436	.494	.402	.647	.612
	BS7	.172	.241	.065	.180	.123	.285	.302	.277	.446	.630	.519
	IT1	.149	.050	-.012	.067	-.021	.107	.124	.087	.126	.233	.168
	IT2	.035	.159	.301	.350	.110	.168	.110	.136	.163	.187	.099
	IT3	.134	.069	.137	.130	.029	.133	.128	.156	.124	.243	.203
	IT4	.211	.143	.058	.098	.079	.260	.228	.274	.226	.355	.237
	IT5	.178	.066	.042	.086	.044	.144	.134	.128	.163	.263	.248
	IT6	.279	.173	.110	.164	.128	.223	.249	.241	.277	.369	.341
	IT7	.303	.131	.085	.043	.016	.137	.192	.168	.173	.240	.211
	AV1	.287	.161	.012	.120	.081	.223	.187	.218	.291	.395	.266
	AV2	.080	.160	.150	.182	.190	.208	.158	.280	.238	.179	.108
	AV3	.268	.171	.099	.147	.126	.168	.205	.251	.200	.268	.177
	AV4	.340	.113	.078	.171	.111	.234	.279	.251	.171	.379	.306
	AV5	.110	.258	.183	.124	.210	.122	.139	.122	.143	.177	.169
	AV6	.331	.143	.076	.155	.135	.239	.216	.174	.226	.362	.263
	IN1		.000	.011	.159	.039	.000	.000	.000	.001	.000	.000
	IN2	.000		.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.001
	IN3	.011	.000		.000	.000	.000	.000	.000	.069	.085	.076
	IN4	.159	.000	.000		.000	.000	.000	.000	.001	.001	.000
	IN5	.039	.000	.000	.000		.000	.000	.000	.018	.001	.003
	IN6	.000	.000	.000	.000	.000		.000	.000	.008	.000	.000
	IN7	.000	.000	.000	.000	.000	.000		.000	.000	.000	.000
	IN8	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000		.000	.000	.000
	BS1	.001	.000	.069	.001	.018	.008	.000	.000		.000	.000
	BS2	.000	.000	.085	.001	.001	.000	.000	.000	.000		.000
	BS3	.000	.001	.076	.000	.003	.000	.000	.000	.000	.000	
	BS4	.013	.028	.249	.359	.184	.006	.001	.000	.000	.000	.000
	BS5	.000	.000	.059	.000	.034	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	BS6	.000	.000	.002	.000	.022	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	BS7	.002	.000	.132	.001	.017	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT1	.006	.197	.419	.125	.360	.034	.017	.068	.016	.000	.002
	IT2	.275	.003	.000	.000	.030	.002	.030	.010	.003	.001	.046
	IT3	.012	.117	.009	.013	.308	.011	.014	.004	.017	.000	.000
	IT4	.000	.007	.160	.047	.089	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT5	.001	.130	.234	.070	.226	.007	.011	.014	.003	.000	.000
	IT6	.000	.001	.030	.002	.014	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT7	.000	.012	.073	.231	.395	.009	.000	.002	.002	.000	.000
	AV1	.000	.003	.419	.020	.083	.000	.001	.000	.000	.000	.000
	AV2	.089	.003	.005	.001	.001	.000	.003	.000	.000	.001	.034
	AV3	.000	.002	.045	.006	.015	.002	.000	.000	.000	.000	.001
	AV4	.000	.027	.089	.002	.028	.000	.000	.000	.002	.000	.000
	AV5	.031	.000	.001	.016	.000	.018	.009	.018	.007	.001	.002
	AV6	.000	.007	.096	.004	.010	.000	.000	.001	.000	.000	.000

Matriz de correlações^a

matriz de correlações												
	BS4	BS5	BS6	BS7	IT1	IT2	IT3	IT4	IT5	IT6	IT7	
Correlação	IN1	.131	.237	.283	.172	.149	.035	.134	.211	.178	.279	.303
	IN2	.111	.245	.200	.241	.050	.159	.069	.143	.066	.173	.131
	IN3	.040	.091	.164	.065	-.012	.301	.137	.058	.042	.110	.085
	IN4	.021	.220	.243	.180	.067	.350	.130	.098	.086	.164	.043
	IN5	.053	.106	.117	.123	-.021	.110	.029	.079	.044	.128	.016
	IN6	.145	.350	.359	.285	.107	.168	.133	.260	.144	.223	.137
	IN7	.186	.454	.436	.302	.124	.110	.128	.228	.134	.249	.192
	IN8	.206	.494	.494	.277	.087	.136	.156	.274	.128	.241	.168
	BS1	.309	.389	.402	.446	.126	.163	.124	.226	.163	.277	.173
	BS2	.430	.645	.647	.630	.233	.187	.243	.355	.263	.369	.240
	BS3	.395	.668	.612	.519	.168	.099	.203	.237	.248	.341	.211
	BS4	1.000	.304	.250	.423	.125	.037	.210	.180	.232	.201	.179
	BS5	.304	1.000	.785	.419	.232	.183	.242	.271	.297	.384	.270
	BS6	.250	.785	1.000	.431	.230	.267	.280	.338	.276	.377	.282
	BS7	.423	.419	.431	1.000	.197	.141	.215	.282	.204	.387	.247
	IT1	.125	.232	.230	.197	1.000	.217	.386	.196	.372	.251	.207

Sig. (1 extremidade)	IT2	.037	.183	.267	.141	.217	1.000	.285	.206	.149	.179	.148
	IT3	.210	.242	.280	.215	.386	.285	1.000	.344	.391	.335	.321
	IT4	.180	.271	.338	.282	.196	.206	.344	1.000	.291	.405	.321
	IT5	.232	.297	.276	.204	.372	.149	.391	.291	1.000	.305	.226
	IT6	.201	.384	.377	.387	.251	.179	.335	.405	.305	1.000	.505
	IT7	.179	.270	.282	.247	.207	.148	.321	.321	.226	.505	1.000
	AV1	.251	.256	.344	.334	.290	.131	.348	.357	.250	.477	.512
	AV2	.091	.222	.225	.175	.227	.160	.242	.321	.207	.301	.283
	AV3	.214	.199	.210	.245	.219	.146	.261	.341	.258	.332	.355
	AV4	.224	.304	.340	.262	.352	.118	.374	.366	.278	.364	.507
	AV5	.019	.229	.276	.149	.074	.147	.167	.222	.112	.273	.216
	AV6	.235	.229	.305	.342	.229	.218	.313	.258	.199	.447	.454
	IN1	.013	.000	.000	.002	.006	.275	.012	.000	.001	.000	.000
	IN2	.028	.000	.000	.000	.197	.003	.117	.007	.130	.001	.012
	IN3	.249	.059	.002	.132	.419	.000	.009	.160	.234	.030	.073
	IN4	.359	.000	.000	.001	.125	.000	.013	.047	.070	.002	.231
	IN5	.184	.034	.022	.017	.360	.030	.308	.089	.226	.014	.395
	IN6	.006	.000	.000	.000	.034	.002	.011	.000	.007	.000	.009
	IN7	.001	.000	.000	.000	.017	.030	.014	.000	.011	.000	.000
	IN8	.000	.000	.000	.000	.068	.010	.004	.000	.014	.000	.002
	BS1	.000	.000	.000	.000	.016	.003	.017	.000	.003	.000	.002
	BS2	.000	.000	.000	.000	.000	.001	.000	.000	.000	.000	.000
	BS3	.000	.000	.000	.000	.002	.046	.000	.000	.000	.000	.000
	BS4	.000	.000	.000	.000	.019	.270	.000	.001	.000	.000	.001
	BS5	.000	.000	.000	.000	.000	.001	.000	.000	.000	.000	.000
	BS6	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	BS7	.000	.000	.000	.000	.000	.008	.000	.000	.000	.000	.000
	IT1	.019	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT2	.270	.001	.000	.008	.000	.000	.000	.000	.005	.001	.006
	IT3	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT4	.001	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT5	.000	.000	.000	.000	.000	.005	.000	.000	.000	.000	.000
	IT6	.000	.000	.000	.000	.000	.001	.000	.000	.000	.000	.000
	IT7	.001	.000	.000	.000	.000	.006	.000	.000	.000	.000	.000
	AV1	.000	.000	.000	.000	.000	.013	.000	.000	.000	.000	.000
	AV2	.065	.000	.000	.001	.000	.003	.000	.000	.000	.000	.000
	AV3	.000	.000	.000	.000	.000	.006	.000	.000	.000	.000	.000
	AV4	.000	.000	.000	.000	.000	.022	.000	.000	.000	.000	.000
	AV5	.378	.000	.000	.006	.109	.006	.003	.000	.030	.000	.000
	AV6	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000	.000

Matriz de correlações^a

		AV1	AV2	AV3	AV4	AV5	AV6
Correlação	IN1	.287	.080	.268	.340	.110	.331
	IN2	.161	.160	.171	.113	.258	.143
	IN3	.012	.150	.099	.078	.183	.076
	IN4	.120	.182	.147	.171	.124	.155
	IN5	.081	.190	.126	.111	.210	.135
	IN6	.223	.208	.168	.234	.122	.239
	IN7	.187	.158	.205	.279	.139	.216
	IN8	.218	.280	.251	.251	.122	.174
	BS1	.291	.238	.200	.171	.143	.226
	BS2	.395	.179	.268	.379	.177	.362
	BS3	.266	.108	.177	.306	.169	.263
	BS4	.251	.091	.214	.224	.019	.235
	BS5	.256	.222	.199	.304	.229	.229
	BS6	.344	.225	.210	.340	.276	.305
	BS7	.334	.175	.245	.262	.149	.342
	IT1	.290	.227	.219	.352	.074	.229
	IT2	.131	.160	.146	.118	.147	.218
	IT3	.348	.242	.261	.374	.167	.313
	IT4	.357	.321	.341	.366	.222	.258

Sig. (1 extremidade)	IT5	.250	.207	.258	.278	.112	.199
	IT6	.477	.301	.332	.364	.273	.447
	IT7	.512	.283	.355	.507	.216	.454
	AV1	1.000	.329	.325	.525	.179	.472
	AV2	.329	1.000	.361	.280	.413	.220
	AV3	.325	.361	1.000	.488	.371	.529
	AV4	.525	.280	.488	1.000	.250	.492
	AV5	.179	.413	.371	.250	1.000	.262
	AV6	.472	.220	.529	.492	.262	1.000
	IN1	.000	.089	.000	.000	.031	.000
	IN2	.003	.003	.002	.027	.000	.007
	IN3	.419	.005	.045	.089	.001	.096
	IN4	.020	.001	.006	.002	.016	.004
	IN5	.083	.001	.015	.028	.000	.010
	IN6	.000	.000	.002	.000	.018	.000
	IN7	.001	.003	.000	.000	.009	.000
	IN8	.000	.000	.000	.000	.018	.001
	BS1	.000	.000	.000	.002	.007	.000
	BS2	.000	.001	.000	.000	.001	.000
	BS3	.000	.034	.001	.000	.002	.000
	BS4	.000	.065	.000	.000	.378	.000
	BS5	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	BS6	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	BS7	.000	.001	.000	.000	.006	.000
	IT1	.000	.000	.000	.000	.109	.000
	IT2	.013	.003	.006	.022	.006	.000
	IT3	.000	.000	.000	.000	.003	.000
	IT4	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT5	.000	.000	.000	.000	.030	.000
	IT6	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	IT7	.000	.000	.000	.000	.000	.000
	AV1		.000	.000	.000	.001	.000
	AV2	.000		.000	.000	.000	.000
	AV3	.000	.000		.000	.000	.000
	AV4	.000	.000	.000		.000	.000
	AV5	.001	.000	.000	.000		.000
	AV6	.000	.000	.000	.000	.000	

a. Determinante = 5,00E-006

APÊNDICE H – Estatística Descritiva – 2ª Amostragem

Estatísticas descritivas										
	N	Range	Mínimo	Máximo	Média		Desvio padrão	Variância	Kurtosis	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Modelo padrão	Estatística	Estatística	Estatística	Modelo padrão
PR1	277	9,0	1,0	10,0	5,191	,1687	2,8071	7,880	-1,051	,292
PR2	277	9,0	1,0	10,0	5,480	,1659	2,7618	7,627	-1,091	,292
PR3	277	9,0	1,0	10,0	5,527	,1620	2,6966	7,272	-,958	,292
PR4	277	9,0	1,0	10,0	7,650	,1455	2,4220	5,866	,186	,292
PR5	277	9,0	1,0	10,0	6,314	,1575	2,6221	6,876	-,870	,292
IN6	277	9,0	1,0	10,0	7,433	,1236	2,0572	4,232	-,097	,292
IN7	277	9,0	1,0	10,0	7,018	,1144	1,9043	3,626	,138	,292
IN8	277	9,0	1,0	10,0	7,036	,1257	2,0918	4,376	-,262	,292
IN9	277	9,0	1,0	10,0	8,177	,1078	1,7940	3,219	,798	,292
IN10	277	9,0	1,0	10,0	7,964	,1084	1,8034	3,252	,709	,292
BS1	277	9,0	1,0	10,0	7,538	,1568	2,6091	6,807	,528	,292
BS2	277	7,0	3,0	10,0	8,112	,1085	1,8053	3,259	,070	,292
BS3	277	8,0	2,0	10,0	8,267	,1031	1,7155	2,943	,608	,292
BS5	277	8,0	2,0	10,0	7,664	,1092	1,8176	3,304	-,299	,292
BS7	277	9,0	1,0	10,0	8,076	,1165	1,9387	3,759	,911	,292
IT1	277	6,0	4,0	10,0	9,570	,0544	,9047	,818	8,823	,292
IT3	277	6,0	4,0	10,0	9,289	,0713	1,1870	1,409	5,547	,292
IT5	277	5,0	5,0	10,0	9,632	,0486	,8086	,654	8,564	,292
IT8	277	6,0	4,0	10,0	9,202	,0702	1,1682	1,365	3,934	,292
IT9	277	6,0	4,0	10,0	9,264	,0673	1,1193	1,253	3,580	,292
AV7	277	5,0	5,0	10,0	9,314	,0600	,9994	,999	2,331	,292
AV8	277	6,0	4,0	10,0	9,155	,0663	1,1039	1,219	2,357	,292
AV1	277	8,0	2,0	10,0	8,816	,0937	1,5599	2,433	3,695	,292
AV3	277	6,0	4,0	10,0	8,697	,0883	1,4701	2,161	1,104	,292
AV4	277	6,0	4,0	10,0	9,004	,0744	1,2380	1,533	1,054	,292
AV6	277	7,0	3,0	10,0	8,964	,0826	1,3748	1,890	2,831	,292
AEF1	277	9,0	1,0	10,0	7,653	,1421	2,3642	5,590	,262	,292
AEF3	277	9,0	1,0	10,0	7,401	,1547	2,5739	6,625	-,119	,292
AEF4	277	9,0	1,0	10,0	7,816	,1359	2,2615	5,115	,168	,292
NATS1	277	9,0	1,0	10,0	6,451	,1573	2,6172	6,850	-,786	,292
NATS5	277	9,0	1,0	10,0	6,715	,1618	2,6936	7,255	-,620	,292
NATS6	277	9,0	1,0	10,0	5,325	,1672	2,7824	7,742	-1,115	,292
NATS7	277	9,0	1,0	10,0	4,256	,1613	2,6844	7,206	-,879	,292
NATS8	277	9,0	1,0	10,0	6,134	,1593	2,6513	7,029	-,857	,292
SOC1	277	9,0	1,0	10,0	7,155	,1536	2,5568	6,537	-,367	,292
SOC3	277	9,0	1,0	10,0	6,054	,1658	2,7598	7,617	-,926	,292
SOC4	277	9,0	1,0	10,0	4,823	,1642	2,7322	7,465	-1,063	,292
RELP1	277	9,0	1,0	10,0	7,108	,1572	2,6160	6,843	-,272	,292
RELP4	277	9,0	1,0	10,0	6,199	,1787	2,9746	8,848	-1,074	,292
RELP5	277	9,0	1,0	10,0	5,910	,1778	2,9591	8,756	-1,186	,292
N válido (de lista)	277									

Matriz de correlações ^a											
		PR1	PR2	PR3	PR4	PR5	IN6	IN7	IN8	IN9	IN10
Correlação	PR1	1,000	,351	,360	,340	,332	,351	,305	,330	,246	,313
	PR2	,351	1,000	,758	,265	,631	,248	,282	,335	,133	,114
	PR3	,360	,758	1,000	,303	,617	,221	,290	,321	,151	,157
	PR4	,340	,265	,303	1,000	,301	,490	,485	,411	,437	,463
	PR5	,332	,631	,617	,301	1,000	,287	,242	,260	,207	,283
	IN6	,351	,248	,221	,490	,287	1,000	,601	,551	,597	,601
	IN7	,305	,282	,290	,485	,242	,601	1,000	,667	,537	,555
	IN8	,330	,335	,321	,411	,260	,551	,667	1,000	,544	,620

Sig. (1 extremidade)	IN9	,246	,133	,151	,437	,207	,597	,537	,544	1,000	,747
	IN10	,313	,114	,157	,463	,283	,601	,555	,620	,747	1,000
	BS1	,303	,080	,056	,206	,040	,238	,112	,221	,251	,247
	BS2	,260	,099	,116	,480	,175	,460	,417	,418	,568	,613
	BS3	,223	,224	,195	,463	,276	,481	,449	,400	,527	,548
	BS5	,258	,309	,271	,355	,354	,397	,481	,432	,438	,467
	BS7	,316	,198	,184	,467	,246	,432	,383	,496	,473	,565
	IT1	,010	-,007	-,058	,267	,033	,227	,171	,159	,288	,275
	IT3	,120	,126	,069	,291	,208	,360	,238	,209	,304	,347
	IT5	,047	-,008	-,044	,193	,106	,229	,141	,156	,250	,287
	IT8	,157	-,029	-,028	,271	,128	,337	,215	,256	,356	,406
	IT9	,065	,063	-,023	,224	,111	,290	,195	,220	,390	,383
	AV7	,064	-,004	-,067	,288	,100	,272	,222	,246	,373	,400
	AV8	,054	,011	-,054	,244	,125	,234	,199	,208	,370	,396
	AV1	,145	,089	-,003	,320	,136	,319	,257	,263	,355	,389
	AV3	,141	,182	,129	,259	,170	,280	,293	,330	,346	,269
	AV4	,133	,150	,090	,333	,179	,287	,241	,339	,373	,339
	AV6	,154	,164	,072	,340	,159	,381	,272	,324	,445	,377
	PR1		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	PR2	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,014	,029
	PR3	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,006	,005
	PR4	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000
	PR5	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	IN6	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	IN7	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000
	IN8	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000
	IN9	,000	,014	,006	,000	,000	,000	,000	,000		,000
	IN10	,000	,029	,005	,000	,000	,000	,000	,000	,000	
	BS1	,000	,093	,175	,000	,252	,000	,032	,000	,000	,000
	BS2	,000	,050	,027	,000	,002	,000	,000	,000	,000	,000
	BS3	,000	,000	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS5	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS7	,000	,000	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT1	,436	,453	,167	,000	,294	,000	,002	,004	,000	,000
	IT3	,023	,018	,127	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT5	,217	,446	,235	,001	,039	,000	,010	,005	,000	,000
	IT8	,004	,315	,320	,000	,016	,000	,000	,000	,000	,000
	IT9	,142	,147	,349	,000	,032	,000	,001	,000	,000	,000
	AV7	,145	,476	,133	,000	,048	,000	,000	,000	,000	,000
	AV8	,187	,427	,184	,000	,019	,000	,000	,000	,000	,000
	AV1	,008	,070	,482	,000	,012	,000	,000	,000	,000	,000
	AV3	,010	,001	,016	,000	,002	,000	,000	,000	,000	,000
	AV4	,013	,006	,069	,000	,001	,000	,000	,000	,000	,000
	AV6	,005	,003	,117	,000	,004	,000	,000	,000	,000	,000

Matriz de correlações^a

		BS1	BS2	BS3	BS5	BS7	IT1	IT3	IT5	IT8	IT9
Correlação	PR1	,303	,260	,223	,258	,316	,010	,120	,047	,157	,065
	PR2	,080	,099	,224	,309	,198	-,007	,126	-,008	-,029	,063
	PR3	,056	,116	,195	,271	,184	-,058	,069	-,044	-,028	-,023
	PR4	,206	,480	,463	,355	,467	,267	,291	,193	,271	,224
	PR5	,040	,175	,276	,354	,246	,033	,208	,106	,128	,111
	IN6	,238	,460	,481	,397	,432	,227	,360	,229	,337	,290
	IN7	,112	,417	,449	,481	,383	,171	,238	,141	,215	,195
	IN8	,221	,418	,400	,432	,496	,159	,209	,156	,256	,220
	IN9	,251	,568	,527	,438	,473	,288	,304	,250	,356	,390
	IN10	,247	,613	,548	,467	,565	,275	,347	,287	,406	,383
	BS1	1,000	,455	,349	,282	,374	,189	,163	,185	,182	,144
	BS2	,455	1,000	,751	,600	,638	,360	,330	,334	,432	,382
	BS3	,349	,751	1,000	,737	,675	,366	,346	,322	,367	,367
	BS5	,282	,600	,737	1,000	,562	,287	,272	,241	,326	,281

Sig. (1 extremidade)	BS7	,374	,638	,675	,562	1,000	,295	,305	,261	,350	,311
	IT1	,189	,360	,366	,287	,295	1,000	,555	,571	,480	,509
	IT3	,163	,330	,346	,272	,305	,555	1,000	,685	,501	,564
	IT5	,185	,334	,322	,241	,261	,571	,685	1,000	,566	,648
	IT8	,182	,432	,367	,326	,350	,480	,501	,566	1,000	,632
	IT9	,144	,382	,367	,281	,311	,509	,564	,648	,632	1,000
	AV7	,163	,480	,445	,379	,322	,579	,555	,574	,569	,599
	AV8	,184	,442	,409	,355	,370	,448	,516	,507	,557	,583
	AV1	,223	,427	,399	,327	,387	,421	,463	,432	,508	,470
	AV3	,199	,349	,287	,314	,417	,381	,380	,351	,344	,386
	AV4	,265	,423	,392	,353	,439	,542	,537	,523	,463	,522
	AV6	,226	,393	,345	,291	,379	,459	,513	,480	,463	,496
	PR1	,000	,000	,000	,000	,000	,436	,023	,217	,004	,142
	PR2	,093	,050	,000	,000	,000	,453	,018	,446	,315	,147
	PR3	,175	,027	,001	,000	,001	,167	,127	,235	,320	,349
	PR4	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,001	,000	,000
	PR5	,252	,002	,000	,000	,000	,294	,000	,039	,016	,032
	IN6	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IN7	,032	,000	,000	,000	,000	,002	,000	,010	,000	,001
	IN8	,000	,000	,000	,000	,000	,004	,000	,005	,000	,000
	IN9	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IN10	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS1		,000	,000	,000	,000	,001	,003	,001	,001	,008
	BS2	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS3	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS5	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS7	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	IT1	,001	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	IT3	,003	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000
	IT5	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000
	IT8	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000
	IT9	,008	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	
	AV7	,003	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	AV8	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	AV1	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	AV3	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	AV4	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	AV6	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000

Matriz de correlações^a

		AV7	AV8	AV1	AV3	AV4	AV6
Correlação	PR1	,064	,054	,145	,141	,133	,154
	PR2	-,004	,011	,089	,182	,150	,164
	PR3	-,067	-,054	-,003	,129	,090	,072
	PR4	,288	,244	,320	,259	,333	,340
	PR5	,100	,125	,136	,170	,179	,159
	IN6	,272	,234	,319	,280	,287	,381
	IN7	,222	,199	,257	,293	,241	,272
	IN8	,246	,208	,263	,330	,339	,324
	IN9	,373	,370	,355	,346	,373	,445
	IN10	,400	,396	,389	,269	,339	,377
	BS1	,163	,184	,223	,199	,265	,226
	BS2	,480	,442	,427	,349	,423	,393
	BS3	,445	,409	,399	,287	,392	,345
	BS5	,379	,355	,327	,314	,353	,291
	BS7	,322	,370	,387	,417	,439	,379
	IT1	,579	,448	,421	,381	,542	,459
	IT3	,555	,516	,463	,380	,537	,513
	IT5	,574	,507	,432	,351	,523	,480
	IT8	,569	,557	,508	,344	,463	,463
	IT9	,599	,583	,470	,386	,522	,496

Sig. (1 extremidade)	AV7	1,000	,695	,595	,393	,585	,559
	AV8	,695	1,000	,618	,473	,615	,572
	AV1	,595	,618	1,000	,464	,599	,669
	AV3	,393	,473	,464	1,000	,699	,651
	AV4	,585	,615	,599	,699	1,000	,720
	AV6	,559	,572	,669	,651	,720	1,000
	PR1	,145	,187	,008	,010	,013	,005
	PR2	,476	,427	,070	,001	,006	,003
	PR3	,133	,184	,482	,016	,069	,117
	PR4	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	PR5	,048	,019	,012	,002	,001	,004
	IN6	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IN7	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IN8	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IN9	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IN10	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS1	,003	,001	,000	,000	,000	,000
	BS2	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS3	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS5	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	BS7	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT1	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT3	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT5	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT8	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	IT9	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	AV7		,000	,000	,000	,000	,000
	AV8	,000		,000	,000	,000	,000
	AV1	,000	,000		,000	,000	,000
	AV3	,000	,000	,000		,000	,000
	AV4	,000	,000	,000	,000		,000
	AV6	,000	,000	,000	,000	,000	

a. Determinante = 4,16E-008